

CADERNOS PET

Revista de Filosofia

VOLUME 16 – NÚMERO 31 – JAN-JUN. 2025
ISSN: 2178-5880



VOLUME 16 – NÚMERO 31 – JAN-JUN 2025
ISSN: 2178-5880



EDITORAÇÃO/DESKTOP PUBLISHING

Gustavo Silvano Batista

EDITOR ASSISTENTE

Fábio Abreu dos Passos

EDITOR DE LAYOUT

PET FILOSOFIA UFPI

EDITORIAL

Gustavo Silvano Batista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI), CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E LETRAS, CAMPUS MIN. PETRÔNIO PORTELA,
TERESINA– PI



Universidade Federal do Piauí - UFPI

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Cadernos PET

Revista de Filosofia

VOLUME 15 – NÚMERO 30 – JUL-DEZ 2024

ISSN: 2178-5880

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Gustavo Silvano Batista

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta, UFT, Brasil

Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos, UFPI, Brasil

Prof. Dr. Félix Flores Pinheiro, UFPI, Brasil

Prof. Dr. Gustavo Silvano Batista, UFPI, Brasil

Prof. Dr. Helder Buenos Aires de Carvalho, UFPI, Brasil

Prof. Dr. João Batista Faria Júnior, IFPI, Brasil

Prof. Dr. José Elielton de Sousa, UFPI, Brasil

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Dias, UFPI, Brasil

Prof. Dr. Leandro de Araújo Sardeiro, UESPI, Brasil

Prof. Dr. Maurício Fernandes de Sousa, UFPI, Brasil

Profa. Dra. Solange Aparecida de Campos Costa, UESPI, Brasil

Profa. Dra. Tamires Dal Magro, UFPI, Brasil



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.8052>

EDITORIAL

DOSSIÊ INTERSECCIONANDO CIÊNCIA, FILOSOFIA E JUSTIÇA SOCIAL: CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Pensando bem, nós temos algo em comum!

O Brasil enfrentou nos últimos anos uma série de derrocadas de direitos, muitas vezes associados ao conservadorismo e aos interesses de uma elite particular. Dessa maneira, a desmoralização social e o apaziguamento de iniciativas e políticas públicas educativas em diversas áreas do conhecimento foram fragilizados. Muitos inclusive tiveram suas luzes apagadas, em prol de um obscurantismo científico de um sistema discriminatório que se sustenta na ignorância e no fundamentalismo religioso. Assim, grupos e territórios passaram a serem estigmatizados, sendo postos a margem de seus direitos.

A ciência e a pesquisa passaram a ser alvo para esses interesses, produzindo a inatividade da população, enquanto seu papel no que tange a cidadania. Assim, este dossiê apresenta um contraponto frente a todo este cenário ressaltando lugares de fala e espaços diversos deste país continental. As presentes publicações descrevem pesquisas e práticas interseccionais exitosas sobre empoderamento social, fortalecimento das minorias, desenvolvimento do pensamento e de uma filosofia crítica em prol da justiça social. Acreditando no potencial de transformação social oriunda das produções críticas.

Nessa perspectiva, o dossiê priorizou a produção de pessoas de identidade de gêneros variados, que a partir de suas vivências e militâncias encontraram formas de expressar suas descobertas, angústias e autodeterminação em uma perspectiva interseccional, apresentando seus trabalhos distribuídos ao longo do país e que fortalecem uma ciência democrática. Os estudos abrangeram trabalhos dos diversos cantos do nosso



Brasil, ressaltando a diversidade e a multidisciplinaridade de saberes e práticas, tão necessários para o ressurgimento da ciência.

Convidamos a você a apreciar a leitura, debater conosco e compartilhar com todas as pessoas interessadas os trabalhos e práticas aqui presentes. Nosso objetivo foi construir um dossiê que ressalta o poder da ciência no papel democrático de uma sociedade com justiça social e equidade. Se chegamos a este ponto, só você caro leitor, poderá nos dizer.

Boa leitura!

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior – Fiocruz PI/UEMA
Elaine Ferreira do Nascimento – Fiocruz PI/ UFPI
Liana Maria Ibiapina do Monte – Fiocruz PI
Gustavo Silvano Batista - UFPI



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6101>

**INTERSECÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS JUVENTUDES NEGRAS, POBRES E
PERIFÉRICAS DO BRASIL**

*Intersections of Race, Gender, and Class: A Literature Review on Black, Poor, and Peripheral
Youths in Brazil*

Carmem Letícia dos Santos¹
Luís Carlos da Costa Silva²
Maria Letícia de Araújo dos Santos³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil, com o objetivo de analisar as desigualdades de raça, gênero e classe, e como esses sistemas ao se correlacionarem criam experiências particulares a estes segmentos populacionais. Deste modo, busca-se por meio da interseccionalidade uma análise crítica para revelar o contexto, as avenidas estruturais que esses sujeitos são acidentados, e quais posições as juventudes negras ocupam na sociedade. A partir da análise da interseccionalidade, é possível revelar que as juventudes negras, pobres e periféricas encontram-se, em sua maioria, em desvantagem social, desemprego, em condições de pobreza e exclusão, alvos das abordagens policiais, da violência e do encarceramento em massa. No que tange as jovens negras, estas são criminalizadas e punidas por suas práticas sexuais e reprodutivas. Portanto, analisar os sistemas estruturais de raça, gênero e classe, e suas implicações nas condições de vida das juventudes negras, pobres e residentes em territórios periféricos, pode possibilitar não apenas revelar os sistemas de opressão-dominância, no qual, estão submetidos, mas sobretudo, pensar em estratégias de como combatê-los. Diante disso, vale destacar a construção de políticas públicas interseccionadas as categorias de raça, gênero e classe, uma vez que, as juventudes negras vivenciam experiências racializadas, e interceptadas por outras estruturas.

¹ Pesquisadora, pela Fiocruz – PI. Mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-graduada em Segurança Social: Previdência; Saúde e Assistência Social. Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: carmemleticiass01@gmail.com

² Bolsista Provoç, pela Fiocruz – PI. Estudante do 3º Ano Regular do Ensino Médio, pela Escola Governador João Clímaco de Almeida. Email: Luisc.21silva@gmail.com

³ Bolsista Pesquisadora Popular, pelo PMA/ (Projeto Entrelaços de Mulheres: no caminho ancestral das águas, dos alimentos e das pessoas). Jovem do Quilombo Marinheiro, localizado no município de Piripiri – PI. Acadêmica de Licenciatura em Física, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: marialeticiia431@gmail.com



Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas Públicas; Identidades; Juventudes.

ABSTRACT

This article presents a literature review on black, poor and peripheral youth in Brazil, with the aim of analyzing inequalities of race, gender and class, and how these systems correlate to create particular experiences for these population segments. In this way, intersectionality aims to provide a critical analysis to reveal the context, the structural avenues that these subjects are hit by, and the positions that black youth occupy in society. By analyzing intersectionality, it is possible to reveal that black, poor and peripheral youth are mostly at a social disadvantage, unemployed, in conditions of poverty and exclusion, targets of police approaches, violence and mass incarceration. Young black women are criminalized and punished for their sexual and reproductive practices. Therefore, analyzing the structural systems of race, gender and class, and their implications for the living conditions of young black people, who are poor and live in peripheral territories, can make it possible not only to reveal the systems of oppression-domination to which they are subjected, but above all, to think of strategies on how to combat them. In view of this, it is worth highlighting the construction of public policies that intersect the categories of race, gender and class, since black youth experience racialized experiences and are intersected by other structures.

Keywords: Intersectionality; Public Policies; Identities; Youth.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática: *“Intersecções de raça, gênero e classe: uma revisão bibliográfica acerca das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil”*. O termo interseccionalidade, foi escrito pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, afirmando a necessidade de se considerar a articulação dos sistemas múltiplos de discriminação e subordinação. A partir disso, em 1990, reafirmado pelo feminismo negro, a interseccionalidade torna-se uma sensibilidade analítica capaz de apontar como os sistemas estruturais de racismo-patriarcado-capitalista atuam inseparavelmente, atingindo determinados grupos, deixando-os vulneráveis a opressão e a dominação (Akotirene, 2019).

Além disso, a interseccionalidade passa a questionar a universalidade dos sujeitos, a partir das suas identidades, e das desigualdades impostas pela matriz da opressão de raça, gênero e classe (Akotirene, 2019), tornando-se um instrumento de luta política, exigindo o reconhecimento e a opressão particular direcionada a mulher negra, marcada pelo racismo, sexismo e exploração. Diante disso, o feminismo negro passa a contribuir significativamente para uma perspectiva crítica, antirracista e anticlassista (Cisne; Santos, 2018).

Contudo, a interseccionalidade não se trata da soma das identidades, mas sim de analisarmos como os sistemas estruturais de raça-gênero-classe atravessam corpos, e como



durante a interação dessas estruturas, são produzidas diferenças. Desse modo, a interseccionalidade revela que raça interseccionada as identidades, como: gênero, classe, sexualidade, território, etnia, geração e outros, dizem sobre a diversidade e a singularidade dos sujeitos (Akotirene, 2019). A questão está em se considerar que as identidades interseccionais de raça, gênero e classe, são possibilidades de se compreender as pluralidades e as diversidades humanas (Cisne; Santos, 2018).

Historicamente, a ausência da articulação entre raça, gênero e classe, gerou a formulação das políticas públicas em caráter universal, uma vez que, os sujeitos são vistos como iguais, e não são reconhecidos a partir das suas identidades particulares. Desse modo, para que as políticas públicas sejam efetivas, é preciso considerar nas suas formulações os sistemas de desigualdades de raça, gênero e classe, visto que, são categorias sócio-histórica e fundantes de uma sociedade brasileira, marcada pela exploração, dominação, opressão e escravização. É preciso ressaltar, que no processo sócio-histórico os sistemas desiguais não estão isoladas uma das outras, ou que resultam de um processo natural (Cisne; Santos, 2018).

As marcas do sistema racista-patriarcal-capitalista, são complexas, e que se torna necessárias compreendê-las nas relações sociais (Cisne; Santos, 2018). Considerando as desigualdades étnico-raciais, estas além de práticas discriminatórias, exercem poder e ideologias sobre a população negra (Almeida, 2019). No tocante as relações patriarcais de gênero, estas estão imbricadas nas relações de poder e opressão, e que percorre o corpo das mulheres em forma de controle, criminalização e punição. Além disso, contribui para manutenção da divisão sexual e racial do trabalho, subalternização, e violência contra a mulher (Saffioti, 2004). Em se tratando do capitalismo, verifica-se um sistema marcado pela desigualdade social, apropriação privada, desemprego, e exploração da força de trabalho, originários da relação capital x trabalho (Cisne; Santos, 2018).

A partir desses sistemas desiguais, esse artigo adentra e chama atenção de suas implicações para a realidade das juventudes. O Estatuto da Juventude reconhece os/as jovens entre 15 e 29 anos, um marco legal que contribui para o reconhecimento como sujeitos de direitos. Contudo, esses sujeitos não podem ser reconhecidos apenas pela idade, pois sua diversidade demonstra que entre a faixa etária existe uma pluralidade, em decorrência das suas identidades, condições de vida, e das experiências como sujeitos sociais (Tonella; Dourado, 2021).



A fase da juventude, é um período marcado por transições, com diversos significados e vivências. Desse modo, passamos a problematizar a fase das juventudes, a partir das diversas compreensões que se apresentam nos estudos (Sousa, 2023). Sendo assim, torna-se necessário analisarmos a realidade das juventudes contemporâneas a partir da intersecção das desigualdades de raça, gênero e classe, estabelecendo compreensão sobre alguns sujeitos juvenis. Com base nessa articulação, busca-se compreender seus contextos, suas existências e particularidades.

Pensar as juventudes a partir dos seus contextos, demanda uma análise crítica das desigualdades de raça, gênero e classe que repousam sobre o tratamento direcionado as juventudes negras, pobres e periféricas, que historicamente são oprimidas, marginalizadas, criminalizadas e estigmatizadas, vivenciando violência, preconceito, alvos do genocídio, do encarceramento em massa, e da extrema vulnerabilidade social. Desse modo, o contexto social, político, econômico e cultural, influenciam na construção de violências e vulnerabilidades das juventudes (Miranda; Paiva, 2019).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é refletir sobre as desigualdades de raça, gênero e classe, como esses sistemas ao se correlacionarem criam experiências particulares a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas. Como pergunta norteadora foi definida: Como as desigualdades de raça, gênero e classe, ao se relacionarem imprimem particularidades nas condições de vida das juventudes negras, pobres e periféricas? Para uma aproximação da realidade desses sujeitos foram desenvolvidas uma revisão bibliográfica, e do tipo exploratória.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo exploratória, caracteriza-se como uma revisão bibliográfica na qual os textos utilizados contribuíram para fundamentar a discussão abordada acerca da intersecção de raça, gênero e classe, que atravessam as juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil.

A busca foi realizada na base de dados: *Google acadêmico*, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024. Para o levantamento dos dados foram utilizados os descritores: “Juventudes, Saúde, Raça, Gênero, Classe, Periferia, Violência”. Os seguintes critérios de inclusão: se deram a partir dos artigos científicos originais publicados entre os anos de 2020



a 2024 (últimos 4 anos), com Qualis A1 a A4, e no idioma português. E como critérios de exclusão: artigos que não apresentavam nenhum dos descritores articulados entre si.

Inicialmente foram encontrados 832 resultados, porém, após a filtragem da repetição dos artigos e das leituras dos títulos, o número de resultados baixou para 247, e destes, foram lidos todos os resumos, e ao final foram selecionados 20 artigos científicos. Além disso, outros artigos e livros, foram utilizados para a produção do texto. As informações dos artigos foram ordenadas num primeiro momento em um quadro identificados por ano, revista, título, autor, objetivo, metodologia, pergunta e palavras-chaves. Contudo, optou-se pela forma de apresentação, em dois gráficos que apresentam os resultados da coleta.

O método empregado foi análise de conteúdo, seguido das seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As publicações estão concentradas nas áreas: ciências humanas, sociais e da saúde.

RESULTADOS

Em relação as temáticas e as palavras-chave dos artigos, prevaleceram as categorias: juventude, seguida de juventude negra, violência, necropolítica, gênero, interseccionalidade e saúde. Isso evidencia como os estudos sobre juventudes, está articulado a demais perspectivas teóricas, e os diversos conhecimentos sobre essa categoria. Em contraponto, as de menor frequência foram: cidadania, identidade de gênero, políticas públicas, saúde reprodutiva, mortalidade e território.

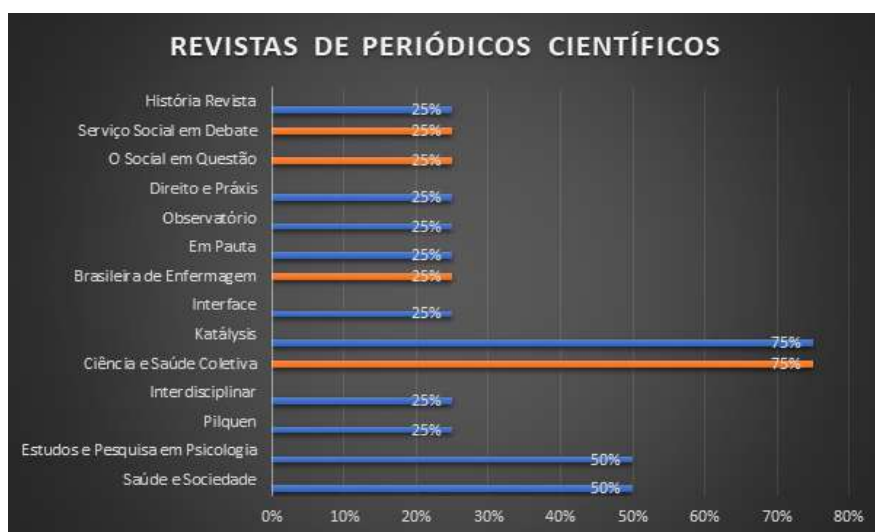


Gráfico 1 - Periódicos científicos e porcentagem de cada revista



Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

O gráfico 2 apresenta, os periódicos selecionados nos períodos de 2020 a 2024. A maior quantidade de artigos encontrados é do ano de 2021, seguido do ano de 2020, 2022, 2023, 2024. As discussões desenvolvidas pelos artigos, apresentam as diversas violências, as condições de desigualdade e de exclusão, o contexto estrutural, as realidades, e os sistemas de opressão, discriminação e dominação, que as juventudes negras, pobres e periféricas estão submetidas.



Gráfico 2 - Periódicos selecionados nos períodos de 2020 a 2024

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

DISCUSSÃO

A fim de analisar a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil, este artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção intitulada: “*A construção das Políticas Públicas para as Juventudes*”, consiste na discussão sobre o processo de construção das políticas públicas, e das legislações para as juventudes na sociedade brasileira, e o que envolve para a construção de políticas públicas para as juventudes.

A segunda seção intitulada “*Raça, gênero e classe: uma perspectiva interseccional para se analisar a realidade contemporânea das juventudes negras, pobres e periféricas no Brasil*”, utiliza-se das contribuições da interseccionalidade de raça, gênero e classe, para



analisarmos e compreendermos como os sistemas desigualdades marcam as trajetórias de vida das juventudes, e colaboram para que estes sujeitos vivenciem violências, vulnerabilidades, exclusões, e preconceitos em territórios periféricos.

A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

A realidade da construção das políticas públicas na sociedade brasileira, é marcada por cenários de lutas e reivindicações. Considerando o contexto histórico, aponta-se a questão social, a partir da contradição entre capital x trabalho, demandou a construção de um sistema de proteção social, para a classe trabalhadora (Behring; Boschetti, 2008). Tal cenário resultou na aprovação da Constituição Federal de 88, exigindo do Estado o desenvolvimento de políticas públicas no campo dos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, assistência e outros). Além disso, trouxe uma nova configuração para a sociedade brasileira, na qual, contemplou a relação do Estado com a sociedade civil, por meio da participação democrática (Caetano; Azevedo, 2017).

A partir desse cenário, é construído a noção de política pública, sendo compreendida como *coisa pública*, que deve ser assim concedida à todos (Caetano; Azevedo, 2017). Os anos 90, representou um cenário de grandes avanços, na defesa dos direitos dos sujeitos, como as crianças e adolescentes, a partir do Estatuto da criança e do adolescente – ECA. Considerando a faixa etária dos/as adolescentes, salienta-se que estes passam a ser identificados entre 12 e 18 anos, já os outros sujeitos acima dessa idade pouco se beneficiaram das políticas específicas, construídas desde a legislação (Silva; Silva, 2011). Entretanto:

Os termos jovens e juventudes não tenham sido inseridos tanto no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, nem no ECA, no qual aparece apenas a categoria adolescentes, incluindo somente os jovens de faixa etária dos 15 aos 18 anos incompletos, esses instrumentos serviram de suporte para o estabelecimento de condições legais na reformulação das políticas públicas em favor da infância e juventudes (Silva; Silva, 2011, p.667).

Desse modo, foi somente em 2003, que surgiram os primeiros debates e atenção para a juventude, isto é, destaca-se um período de ausência das políticas públicas destinadas a



esse público (Timóteo; Oliveira, 2021). Logo depois, ainda no mesmo ano, houve a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projoven, que teve como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens que sabiam ler e escrever, porém, não concluíram o ensino fundamental (Gonçalves; Fava, 2024).

Em 2005, foi instituído a Secretaria Nacional da Juventude, e do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, sendo este último, construído para a atribuição de formular as diretrizes destinadas para as políticas públicas de juventude (Reis; Ferreira; Lopes, 2020). Em 2008, foram realizadas a I, e em 2011, a II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (Gonçalves; Fava, 2024).

Do ponto de vista legal, é visível avanços como aprovação do Estatuto da Juventude, por meio da Lei 12.852 de Agosto de 2013, reconhecendo a juventude a partir da faixa etária entre 15 e 29 anos. Deste modo, a inclusão do termo “*jovem*” nas legislações assegurou “a realizar e efetivar tais preceitos, de proteção e estruturação de políticas de juventude” (Santos, 2020, p. 178). A aprovação do Estatuto, é fruto de movimentos sociais compostos por jovens, e representantes da sociedade civil, destacando o protagonismo da juventude nesse processo (Gonçalves; Fava, 2024). Desse modo, “o reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos, é o núcleo central para garantir a exigibilidade dos processos de participação social” (Santos, 2020, p. 177).

O Estatuto da juventude, e as políticas públicas destinadas as juventudes, são regidas pelos seguintes princípios:

I – promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII – valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013, art 2º).

Diante disso, destaca-se a construção das políticas públicas destinadas para consolidação dos direitos dos/as jovens. “A partir da visibilidade que o jovem adquiriu



mediante as políticas públicas, surge também mais interesse em compreender e discutir sobre a categoria juventude e sobre o que significa ser jovem” (Sousa; Fernandes, 2023, p. 8). No que diz respeito, ao cenário da construção do Estatuto da Juventude, ressalta-se alguns problemas sociais, como: aumento do valor da passagem, do protesto da redução da tarifa, da luta pelo acesso à saúde, educação, e do trabalho (Tonella; Dourado, 2021).

No que diz respeito a saúde, foram construídas para a juventude, políticas para a promoção da saúde, compreendendo que a saúde pública contribui para melhores condições de vida desse público (Andrade; Bógus, 2010). Ainda em 2013, foi criado um Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude – COIJUVE (Gonçalves; Fava, 2024), contribuindo “na elaboração e avaliar a política nacional de juventude, bem como outras iniciativas que busquem assegurar e ampliar os direitos da juventude” (Timóteo; Oliveira, 2021, p. 427).

Esse contexto contribui para o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos, tanto na perspectiva da lei, pois deixam de ser tutelados e passam a ser pensados como sujeitos com demandas, como no imaginário social, quando estes são encarados como: delinquentes, perigoso, de ameaça a ordem, e tratados quase sempre de forma estereotipada (Ribeiro; Macedo, 2018, Sposito; Carrano, 2003).

Contudo, tais avanços são contidos e sofrem retrocessos, a partir das políticas neoliberais, que ao defenderem a mínima intervenção do Estado no social, contribui para políticas públicas fragmentadas e focalizadas. Além disso, são perpetuadas pelo discurso de culpabilização do desemprego, e das condições de vulnerabilidades, eximindo o Estado de executar políticas públicas para as juventudes (Gonçalves; Fava, 2024).

Por outro lado, segundo Santos (2020, p. 179), “O Estatuto da Juventude trouxe inúmeras diretrizes gerais para a formulação de políticas públicas voltadas ao jovem, a fim de instituir uma rede de proteção social e determinar a criação de Conselhos de Direitos sobre a temática”. Todavia, um dos principais desafios para a implementação de políticas públicas para a juventude, “é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas” (Silva; Silva, 2011, p. 670).

Além disso, as identidades e diversidades das juventudes não são consideradas, logo, não são incentivadas para se inserir no processo de participação, não ocorre a valorização das trajetórias, e do contexto em que a juventude está inserida (Andrade; Bógus, 2010).



Takeiti *et al.* (2020, p. 14), consideram que os aspectos citados acima, se tornam “um desafio para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e risco para adolescentes e jovens brasileiros”. Diante disso, é necessário romper com a invisibilidade que historicamente está submetido as juventudes, e inseri-los no processo de participação, como sujeitos políticos.

Sendo assim, podemos considerar que o maior desafio é como construir política pública, onde as juventudes sejam protagonistas desse processo, sobretudo, valorizando os saberes juvenis. Desse modo, o ponto a destacar não é que a juventude seja apenas beneficiária das políticas públicas, mas formuladores das mesmas, participando ativamente desse processo (Takeiti *et al.*, 2020).

Segundo Diógenes (2009, p. 276), “para a juventude, as formas de participação política têm trilhado passos no campo da construção do que se poderia denominar de cultura política de juventude, fora de espaços partidários e das instâncias formais de participação política: movimentos de bairros”. Desse modo, “o eixo central de uma política pública para e com a juventude deve tomar o direito à cidade como seu foco estratégico” (Diógenes, 2009, p. 284). Isto é, para a construção das políticas públicas para juventude, é necessário considerar o território, a comunidade, e o local que essa juventude ocupa na sociedade.

Além disso, tratar sobre juventude no campo das políticas públicas, não pressupõe construir apenas com base do que se é jovem na sociedade. Diante disso, deve ser considerado a imagem que é construída sobre o/a jovem, uma vez que, tal concepção reflete na construção das políticas públicas. Assim, “as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações” (Sposito; Carrano; 2003, p. 18).

Apesar do destaque do protagonismo juvenil ao longo da história, existem fatores que colocam em xeque a participação, sobretudo, da juventude pobre. Bussinguer e Neves (2016), chamam atenção para os/as jovens pobres que não fazem parte desse processo, uma vez que, ocorre a criminalização e a marginalização sobre seus corpos, os levando a exclusão, conseqüentemente, para uma negação da construção de políticas públicas para este segmento populacional. Tal condição da juventude pobre, revela que estes sujeitos ocupam posições diferentes na sociedade, tornando-se alvos da violência, e da



vulnerabilidade social (Reis; Ferreira; Lopes, 2020).

Diante disso, por mais que a juventude esteja situada no âmbito da política pública, ainda existe uma parcela da juventude que é negra e pobre, que não tem suas necessidades particulares atendidas, uma vez que, não são reconhecidos como sujeitos de direitos (Sousa; Fernandes, 2023). Nesse sentido, pensar na juventude e na construção das políticas públicas, é necessário pensar a juventude negra que “requer ainda mais cuidado devido às complexas relações inerentes a sociabilidade burguesa e os princípios que norteiam essa racionalidade” (Carvalho, 2019, p. 64).

Desse modo, a juventude negra e pobre deve ser incluída na construção das políticas públicas, uma vez que, suas condições de vulnerabilidade são indicadores das desigualdades nas quais estão submetidas. Sendo assim, para desenvolvermos uma compreensão sobre juventude, é preciso adequar o seu termo para – juventudes, considerando que são sujeitos plurais e heterogêneos, a partir das suas vivências, e do contexto no qual está inserido. Segundo Miranda e Paiva (2019, p. 56), “trata-se de juventudes experienciadas a partir das características territoriais, culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social e condição econômica, dentre outras”. Em conformidade:

Embora a juventude seja considerada, geralmente, como uma totalidade cujo principal atributo é dado pela faixa etária na qual está circunscrita, deve-se tomá-la também como um conjunto social diversificado, para que diferentes traços e perfis da juventude surjam, relacionados ao pertencimento de classe social, à situação econômica, aos interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais, específicos (Kerbaay, 2005, p. 195).

Portanto, é necessário estarmos atentos para a diversidade das juventudes, uma vez que, a partir das suas identidades não são sujeitos homogêneos, ou que fazem parte do mesmo contexto social, econômico e cultural. Desse modo, tal compressão de que as juventudes são plurais, e com identidades próprias, tornam-se elementos que estimulam a participação na construção das políticas públicas, para que assim sejam mais eficazes, e promovam a cidadania desses sujeitos.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA SE ANALISAR A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DAS JUVENTUDES NEGRAS, POBRES E PERIFÉRICAS NO BRASIL



Historicamente a juventude brasileira tem sido alvo de várias violações de direitos. Diante dessa realidade, destacamos as juventudes negras, pobres e da periferia, na qual, as desigualdades que vivenciam revelam os lugares que ocupam na sociedade, e as condições de vulnerabilidade que estão submetidas. Considerando o contexto histórico do racismo, destaca-se o período da escravidão, que embora tenha sido pensado em meios para combatê-lo a partir da abolição da escravatura, tal sistema ganhou novas manifestações, e continua servindo na sociedade como mecanismo de dominação, discriminação, e de manutenção de privilégios (Fernandes, 2008).

Diante disso, nota-se que a população negra permanece em condições de subalternidade, sem acesso as condições materiais, e vivenciando diversas violações de direitos (Miranda; Paiva, 2019). A partir dessa compreensão inicial, no que tange à realidade das juventudes negras e pobres, Júnior e Mayonga (2020), enfatizam que esses sujeitos são conhecidos como geração ‘nem nem’, ou seja, caracterizados pelo término dos estudos, e com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Tal realidade, prevalece os estigmas das juventudes desocupadas, e perigosas.

Tal expressão, contribui para a culpabilização sobre as juventudes, diante das suas condições de vida, distorcendo a realidade sobre as experiências das juventudes negras e pobres, e construindo uma realidade a favor do sistema econômico vigente. Sendo assim, as experiências desses sujeitos demandam ser analisadas criticamente, para que nos possibilite compreender como esses sujeitos encontram-se em vulnerabilizadas, e sem acesso aos direitos fundamentais, uma vez que, as experiências das juventudes fora da escola e do mercado de trabalho, são mecanismos de reprodução da desigualdade e da exclusão (Júnior; Mayonga, 2020).

Em conformidade, Anunciação; Trad e Ferreira (2020), apontam que as juventudes negras, pobres e residentes de territórios periféricos, são as maiores vítimas do desemprego, vivenciando condições de desigualdade, pobreza, e violações de direitos. Além disso, configuram-se como alvos do encarceramento, genocídio, e da violência, principalmente, por meio das abordagens policiais. Um dos fatores que contribuem para ações violentas dos policiais sobre os adolescentes e jovens negros e pobres, se dão a partir da construção das identidades desses sujeitos, denominados como bandidos e indivíduos da periferia.

De acordo com Oliveira; Luiz e Couto (2020, p. 5), “soma-se a isso a mídia, a qual



reforça estereótipos que atrelam esses jovens às criminalidades e violências”. Trata-se, portanto, de uma das manifestações do racismo, e do controle sobre jovens que são estigmatizados, uma vez que, “no imaginário social brasileiro, o indivíduo negro tem propensão a ser violento e criminoso, por pertencer ao lugar da criminalidade, ou seja, à periferia” (Anúnciação; Trad; Ferreira, 2020, p. 10).

Nesse sentido, a sociedade, de modo geral, não consegue perceber a verdade dos fatos que a juventude negra e pobre é a maior vítima da violência de uma sociedade que exclui dos processos de acessos a uma boa educação pública de qualidade, relegando-a ao desemprego e ao subemprego nas sociedades subdivididas em raças e classes. Repetem, insistentemente, o que ouvem e assistem na mídia conservadora em seus programas policiais de índoles sensacionalistas, justificando, cegamente, a violência contra essa juventude [...] (Barbosa, 2020, p. 157).

No que diz respeito, ao contexto do hiperencarceramento das juventudes negras este, “[...] se apresenta como um processo natural de seletividade criminalizadora, em que os jovens negros e empobrecidos são penalizados [...]” (Santos, 2022, p. 403). Desse modo, ao apontarmos a questão racial como fator característico dos adolescentes e jovens encarcerados, evidenciamos o preconceito e a discriminação amparados no racismo estrutural⁴, presente nas relações sociais, e nas instituições seletivas penais, na qual denota-se “como está arraigada, ainda o cerne punitivo escravocrata e de ideias medievais em nossa sociedade (Borges, 2019, p. 38).

Sendo assim, o racismo por ser estrutural “perpassa todas as instituições e relações na sociedade, mas o sistema criminal ganha contornos mais profundos nesse processo” (Borges, 2019, p. 44). Portanto, o “encarceramento segue como uma engrenagem profunda de manutenção das desigualdades baseadas na hierarquia racial e tendo no segmento juvenil seu principal alvo” (Borges, 2019, p. 58). Isso revela que o encarceramento, tem como fundamento a questão racial, sinalizando a criminalização e a marginalização das juventudes negras.

Para compreendermos como as juventudes negras, são os maiores alvos da criminalização e do encarceramento, é preciso considerar a dimensão do racismo, e como

⁴ O uso do termo *estrutura* não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar o aspecto social, histórico e político do racismo (Almeida, 2019, p. 38).



ele estrutura o sistema juvenil brasileiro. De acordo com Barbosa; Sousa; Lima (2021, p. 355), “o racismo deve ser compreendido a partir de sua conexão direta com a violência”, uma vez que, o mesmo organiza o cotidiano das juventudes negras.

Em 2018, cerca de 45 mil (mulheres e jovens) entre 18 e 33 anos, estavam privadas de liberdade. No quesito cor, estas em sua maioria eram negras, pobres, e com baixa escolaridade. Esse encarceramento em massa, se deve ao “patriarcado, androcentrismo e discriminação racial aliados à feminização da pobreza, declínio de políticas sociais e um Estado centrado mais na penalização do que na garantia dos direitos” (Germano; Monteiro; Liberato, 2018, p. 39).

O Atlas da violência de 2020, com dados referentes a 2018 apresenta que 30.873 jovens foram vítimas de mortalidade no Brasil, representando uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens. No que diz respeito a juventude masculina entre 15 e 19 anos, a parcela de homicídio se apresenta com 55,6% (Ipea, 2020). Já para a juventude feminina na mesma faixa etária, apresenta 16,2% (Ipea, 2020).

Segundo Costa (2021), o juvenicídio, se configura como uma expressão contemporânea da necropolítica, isto é, política de morte que mata ou deixa morrer jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade e vivenciando várias violações de direitos. Diante disso, o juvenicídio:

[...] tem como vítimas sistemáticas pessoas que compõem uma parcela da população, caracterizada pela idade, mas também pela classe social, cor da pele e territórios de moradia, que podem morrer por ação ou omissão direta do estado, processo, este, respaldado muitas vezes pela sociedade. Em uma parcela da população cuja morte é um destino aceitável, ainda mais, como na maioria das vezes ocorre, é possível identificar as vítimas com a juventude criminalizada, ou seja, “inimigos sociais” (Costa, 2021, p. 2377).

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2023, em relação ao perfil étnico racial, os negros são as principais vítimas das intervenções policiais, chegando a um percentual de 83,1%. No que tange a faixa etária 12 e 29 anos eram adolescentes e jovens, com um percentual de 50%3 (Brasil, 2023). Diante desses dados, podemos reconhecer que o direito de ser jovem, não é pertencido a todas as juventudes, uma vez que, estes são atravessados pelo racismo (Sousa, 2023). Esses dados revelam, quais as respostas do Estado em relação as juventudes negras da periferia, e vulnerabilizada.

Uma pesquisa realizada no Centro socioeducativo do Ceará com meninas em



privação de liberdade, foi possível observar que a intersecção das necropolíticas de gênero, sexualidade, raça, território e classe contribuíram para o encarceramento e a criminalização das adolescentes. Nesse cenário, o perfil das jovens e suas trajetórias de vida, apresentaram elementos comuns: maioria negra, residentes da periferia e sem acesso aos seus direitos fundamentais (Silva; Moura Junior, 2021).

Os territórios onde os direitos são violados, são espaços de riscos para a juventude negra, uma vez que, potencializam a estigmatização, exclusão e a violência, a partir dos lugares que ocupam. Além disso, essas condições levam a persistência do racismo, do encarceramento e do extermínio desses sujeitos. Segundo Portela Jr (2020, p. 25), o racismo “marca não só a forma como nós pensamos, enquanto nação, mas o modo como o Estado atua diante dos problemas sociais”.

Os homicídios e o encarceramento que provocam o extermínio biológico, simbólico e social da juventude negra são o resultado visível de um processo marcado por diversos fatores que nem sempre são percebidos ou levados em consideração, entre eles: a formação de um Estado com raízes escravocratas, a negação de direitos básicos em um território onde a cidadania não foi universalizada, a abissal desigualdade econômica, a negação do acesso a determinados bens de consumo, a discriminação racial, entre outros. Em outros termos, o extermínio da juventude negra não é um processo linear em que o jovem negro e pobre nasce e morre. O ser nasce, e no processo de humanizar-se, encontra um universo onde está tudo uma série de obstáculos que o são impostos em decorrência de sua cor e posição de classe (Miranda; Paiva, 2019, p. 64).

Desse modo, antes de se formular políticas públicas para jovens da periferia, é necessário conhecer sua realidade, o cotidiano da violência e a discriminação racial vivenciada, para que assim contemple a heterogeneidade das juventudes (Colaço et al., 2021). Ainda no que diz respeito a questão de gênero, destacamos a sexualidade de duas jovens negras da periferia, de uma capital do Nordeste, que recorreram ao aborto ilegal, em unidade de saúde pública. É importante ressaltar que o racismo e a desigualdade de gênero, constrói condições de vulnerabilidade para as mulheres negras, levando-as ao aborto clandestino e afetando a saúde “física e psicológica, além da moral, pois imputa às que realizam o aborto o título de criminosas” (Lima; Cordeiro, 2020, p. 108).

Brandão e Cabral (2021), destacam que a criminalização sobre as práticas reprodutivas de jovens negras, evidenciam um controle sobre seus corpos. Além da criminalização, as jovens estão sujeitas a mortes após abortos inseguros. Diante disso, o feminismo negro se apresenta como uma alternativa teórica, capaz de evidenciar as



particularidades das mulheres, a partir da discussão sobre o racismo e sexismo (Akotirene, 2019).

O racismo institucional leva a população negra a estar mais exposta e serem vítimas da violência e de outras situações, como negligência no atendimento, não acesso às informações, tratamento diferenciado, adoecimento físico e psíquico, mortalidade, limitação no acesso aos direitos e discriminação a partir dos papéis de gênero. Essas violações citadas acima, revela os efeitos do racismo estrutural e como o mesmo é reproduzido nas instituições e nos serviços de saúde (Silva; Lima, 2021; Silva; Anunciação; Bonfim, 2024).

Além disso, expressam como o gênero é uma categoria para compreendermos as criminalizações e punições sobre o corpo das jovens /mulheres. Além disso, tal violência evidencia como as instituições estão fundadas no racismo, e como ocorre a violência que ocorre sobre o corpo das jovens negras impactam na sua saúde, demandando políticas intersetoriais e interseccionais (Oliveira; Luiz; Couto, 2022).

Considerando a saúde das juventudes negras, é necessário compreender como isso está atrelado as desigualdades sociais, podendo assim influenciar no acesso aos serviços de saúde (Anunciação et al., 2022). Diante disso, “evidencia-se que a violência e o racismo são fenômenos sociais que impactam a concepção de mundo, os modos de viver e a visão de futuro da juventude negra periférica, impactando também sua situação de saúde” (Silva; Anunciação; Bonfim, 2024, p. 8). Nesse contexto, cabe reconhecer a dimensão e as implicações das desigualdades, e como as mesmas afetam as condições de saúde das juventudes interseccionadas as categorias de raça, gênero, classe e território, revelando os principais fatores para as suas condições de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

A partir da análise feita até aqui, podemos revelar a diversidade juvenil, a partir das suas identidades e particularidades. Diante disso, foi possível identificar que as juventudes, sobretudo, negra, pobre e periférica continuam em condições precárias, sem visibilidade, vivenciando situações de violência, na qual, estão atravessadas por sistemas estruturais. São realidades que para serem melhores compreendidas devem ser analisadas a partir da



interseccionalidade de raça, gênero, classe e território.

Desse modo, para se pensar na construção de políticas públicas para as juventudes, é necessário o reconhecimento da pluralidade juvenil, para que estas estejam conforme as condições de violências e de violações de direitos. Além disso, ao se analisar a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas, é importante considerar como as políticas públicas estão atuando no combate ao racismo, ao desemprego, e as mortes violentas.

Destaca-se a promoção de políticas públicas, que contemple esse segmento juvenil, como prevenção das violências que são submetidos, uma vez que, as desigualdades vivenciadas revelam que os direitos desses sujeitos não são materializados. Diante disso, deve-se pensar em construir políticas públicas interseccionadas as categorias de raça, gênero e classe, que demandem as necessidades das juventudes negras, pobres e periféricas, contribuindo para a redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANUNCIAÇÃO, Diana. PEREIRA, Lucélia Luiz. SILVA, Hilton P. NOGUEIRA, Ana Paula. SOARES, Jaqueline Oliveira. (Des) caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 27 (10): 3861-3870, 2022.
- ANUNCIAÇÃO, Diana. TRAD, Leny Alves Bonfim. FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020.
- ANDRADE, Elisabete Agrela de. BÓGUS, Cláudia Maria. Políticas Públicas dirigidas à juventude e promoção de saúde. **Interface Comunic.**, Saude, Educ., v.14, n.35, p.853-66, out./dez. 2010.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA**. 2020. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva. SOUSA, Arthur Alves Pereira. SILVA, Cristiane Souza da. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 353-363, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025.
- BARBOSA, Pedro. A Violência Social e o Genocídio da Juventude Negra no Brasil. **Hist. R.**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 146–166, set./dez. 2020.
- BEHRING, E. R. y BOSCHETTI, I. (2008). **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Brasil: Cortez.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BUSSINGUEN, Elda Coelho de Azevedo. NEVES, Edilene Souza da Silva. Juventude e



Políticas Públicas: Bonus ou oportunidades, perdidas? **R. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v. 17, n. 2, p. 241-292, jul./dez. 2016.

BRASIL, **Anuário de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRANDÃO, Elaine Reis. CABRAL, Cristiane da Silva. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, 26 (7): 2673-2682, 2021.

BRASIL, **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, 2013.

CARVALHO, Silva Cristina de Sousa. Juventude negra como bode expiatório: a expressão do genocídio brasileiro. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 62-75, mai /ago. 2019. ISSN 2176-9575.

CAETANO, Edson. AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. Políticas Públicas e Juventudes: Algumas particularidades do caso brasileiro. **Polis, Revista Latinoamericana**, n. 48, 2017, p. 37-59.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2018.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. QUIXADÁ, Luciana Martins. MENEZES, Jaileila de Araújo. CAVALCANTE, Ana Jessica de Lima. SOUSA, Raquel Nascimento. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 474-493, 2021.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 04, 2021, p.2359-2392.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas**: estratégias e táticas. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232 0624-6.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, 2008.

GERMANO, Idilva Maria Pires. MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes. LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2018 v. 38 (núm.esp.2.), 27-43.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. FAVA, Ana Claudia Polato e. Políticas Públicas para a Juventude no Brasil – um balanço a partir da implementação do Estatuto da Juventude (2013 – 2023). **Revista Foco**. Curitiba (PR). v. 17. n. 5 e4975. p. 01-28. 2024.

JÚNIOR, Paulo Roberto da Silva. MAYORGA, Claudia. Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 22, n. 22. p. 645 – 665. 2022.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005.

LIMA, Nathália Diógenes Ferreira. CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 101 – 117.

MIRANDA, Gabriel. PAIVA, Ilana. **Juventude, crime e polícia**: vida e morte na periferia urbana. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Elda de. LUIZ, Olinda do Carmo. COUTO, Márcia Thereza. Adolescentes,



áreas de pobreza, violência e saúde pública: um enfoque interseccional. **Rev Bras Enferm.** 2022;75 (Supl 2): e20190685.

PORTELA JR, Aristeu. Pandemia e racismo (institucional) à brasileira. Organização: Maria Betânia do Nascimento Santiago, Ana Maria de Barros. In: **Direitos Humanos em tempos de pandemia de coronavírus**. – 1 ed. – São Paulo: Cortez Editora: UFPE, Capes, 2020.

REIS, Denise Maria. FERREIRA, Vítor Sérgio. LOPES, Roseli Esquerdo. A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: CONJUVE em cena. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-21, e2559027, jan./dez.2020.

RIBEIRO, Eliane. MACEDO, Severine. Notas sobre Políticas Públicas de Juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 31, nº 42, enero-junio 2018, pp. 107-126.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cristiano Lages dos. A criminalização como ação afirmativa do Estado penal: seletividade e o hiperencarceramento das juventudes no Brasil. **Revista Videre**. Dourados–MS | V.14, n. 29 | Jan.–Abr. 2022.

SANTOS, Cristiano Lange dos. Protagonismo Juvenil: reflexões jurídico-filosóficas acerca da participação das juventudes no agir político contemporâneo. **Revista Jurídica da UFERSA**. Mossoró, v. 4. n. 8, jul. /dez.. 2020. p. 171-189.

SILVA, Maria Edna Bezerra. ANUNCIAÇÃO, Diana. TRAD, Leny Alves Bonfim. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.29, n.3. 2024.

SILVA, Helena Clécia Barbosa da. LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 331-341, maio/ago. 2021. ISSN 1982-025.

SILVA, Vitória Rodrigues da. MOURA JUNIOR, James Ferreira. Meninas alvos do sistema: intersecções necropolíticas de gênero, sexualidade, raça, território e classe na trajetória das adolescentes privadas de liberdade no Ceará. **Margens: Revista Interdisciplinar** | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 24 | Jun 2021, pp. 61-84.

SILVA, Roselani Sodré da. SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n, 63, p. 663-678, 2011.

SOUSA, Leila Lima de. A juventude é um direito para quem? processos de reivindicação do direito à juventude no maranhão. **Revista Observatório**. v. 9, n. 1, p. 1-21, 2023.

SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. FERNANDES, Francisca Risolene. Políticas Públicas de Juventudes na perspectiva das Políticas Sociais Brasileiras. **Revista Educação & Ensino**. Fortaleza, v. 7, n. 2, jul./dez. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Set. /Dez. 2003.

TAKEITI, Beatriz Akemi. GONÇALVES, Monica Villaça. OLIVEIRA, Suellen Parato Alves Santos de. ELISIARIO, Tatiane da Silva. O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 3, 2020.

TIMÓTEO, Willian. OLIVEIRA, Ilzver de Matos. A ausência de políticas para a juventude como ofensa aos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 1. p. 418-431, 2021.

TONELLA, Celene. DOURADO, Simone. Juventude, políticas públicas e contestação no Brasil. **Revista Pilquen**. Sección Ciencias Sociales • Vol. 24 Nº 5 • [oct/dic 2021].



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6406>

YES, NÓS SOMOS CIENTISTAS! TRAJETÓRIAS DE UMA JUVENTUDE PESQUISADORA

Yes, we are scientists! Ways of a youth researcher

Luis Carlos da Costa Silva
Vitória Alves de Oliveira Reis
Nayani Silva Lima
Raynara Gabrielle de Sousa Silva
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior¹

RESUMO

Este artigo condiz com histórias e trajetórias de vivenciais particulares de bolsistas da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Piauí. As referidas pesquisadoras fazem parte do Programa de Vocação Científica, a qual promove a oportunidade de dialogar com estudantes do ensino médio de escolas públicas para uma aproximação a carreira e trajetória científica. Desde então, esses bolsistas não só aprendem como se tornar um pesquisador, mas como a ciência pode ser materializada no cotidiano das pessoas, originando, portanto, em um processo de transformação social. Este trabalho trata-se de um relato de experiência, apresentando não apenas as ações desenvolvidas por bolsistas do programa, mas como suas percepções estão interligadas a profissão de cientista e como realizá-la dentro do contexto brasileiro. O objetivo deste trabalho consiste na discussão sobre como essa juventude tem se apropriado cada vez mais da ciência, construindo assim seu futuro na pesquisa. Desenvolvendo assim habilidades e competências para o trabalho em instituições e fora dela. Os registros desenvolvidos aqui partem da estratégia metodológica de diário de campo, a qual cada um dos bolsistas produz anotações, afetos e discussões frente a rotina e o trabalho desenvolvido dentro da sua linha de pesquisa. Para o embasamento deste escrito, se buscou utilizar do método de interpretação de sentidos. Dessa forma, os afetos e vivenciais aqui relatam e refletem sobre os sabores e dissabores de um caminho rumo a projetos de vida.

Palavras-chave: Caminhos científicos; Atuação; Sonhos.

ABSTRACT

This article deals with the personal stories and experiences of scholarship recipients from the Oswaldo Cruz Foundation – Fiocruz Piauí. These researchers are part of the Scientific Vocation Program, which promotes opportunities to engage in dialogue with high school students from public schools, bringing them closer to scientific careers and pathways. Since then, these scholarship recipients not only learn how to become researchers but also how science can be materialized in

¹ Pesquisadores da FIOCRUZ – PI. Email: gpsuv.fiocruzpi@outlook.com/ paulo_juniormpio@hotmail.com
CADERNOS PET, V. 16, N. 31 ISSN: 2176-5880



people's daily lives, thus giving rise to a process of social transformation. This work is an experience report, presenting not only the actions carried out by the program's scholarship recipients but also how their perceptions are intertwined with the profession of scientist and what it means to pursue this profession within the Brazilian context. The aim of this work is to discuss how these young people are increasingly embracing science, thus building their future in research. In doing so, they develop skills and competencies for working within institutions and beyond. The records presented here are based on the methodological strategy of field diaries, in which each scholarship recipient produces notes, reflections, and discussions about their routine and the work developed within their line of research. To support this writing, the method of interpretation of meanings was used. In this way, the affections and experiences reported here reflect on the delights and challenges of a journey toward life projects.

Keywords: Scientific paths; Action; Dreams.

INTRODUÇÃO

Somos do tamanho dos nossos sonhos!

Fernando Pessoa

A juventude é constituída como uma fase de muitas mudanças para além do físico, compreendendo questões psicológicas, sociais, culturais, econômicas e afins. Definir como é esse se tornar jovem consiste em uma perspectiva quase difícil, pois esse fenômeno trata de subjetivo e experienciado de formas distintas. Se tornar cientista, em muitos aspectos, possa não ser o desejo ou a oportunidade a ser partilhada por esses jovens.

A ciência ainda carrega muitas exclusões em seu processo formativo e de solidificação. Um deles é a pretensão de uma carreira a ser seguida apenas por homens, brancos e heterossexuais. Tornando, portanto, difícil que mais pessoas que não se encaixem nesse padrão possam produzir e viver como um pesquisador. Além disso, a própria academia coíbi diversos direitos, como o de maternidade para pessoas que gestam. Isso reduz a singularidade e o mecanismo perceptivo subjetivo que a ciência necessita. Construindo um saber engessado e de um determinado curso a ser seguido sempre (Almeida; Ribeiro; Villaça, 2020).

Além das questões citadas acima, Ribeiro et al., (2020) discutem sobre como a ciência no Brasil possui aspectos particulares dentro do processo de formalização e investigação. Foi notório nos últimos tempos a articulação de baixos orçamentos para



estudos das áreas das ciências humanas, sociais e da educação, representando dessa forma, uma carência nas utilidades que trabalhos dessas magnitudes. Isso condiz com o aspecto eminente do sistema capitalista, que reforça a precarização do desenvolvimento crítico, ponto importante e fundamental nas ciências que fogem de valores numéricos ou de situações relacionadas ao fisiológico.

Apesar disso, os jovens estão cada vez mais envolvidos dentro do processo da pesquisa científica. Muitos estão conectados agora nas redes sociais e o compartilhamento de informações fazem com que essa juventude esteja mais a par de todas as situações sociais que ocorrem no Brasil e no mundo. Isso formula uma opinião e também questionamentos frente aos dilemas compartilhados na realidade. Desse jeito, cada uma dessas pessoas passa a produzir ciência em algum aspecto, embasado no preceito de que é a partir delas que é possível a transformação das cidades (Massarani et al., 2021).

Borges (2013) relembra a importância do desenvolvimento e aproximação da juventude com a ciência, pois o entrosamento de ambas permite a construção de ações governamentais efetivas e destinadas com base nas realidades e nas problemáticas pensadas. Além do mais, esse exercício apresenta uma relevância política no que diz respeito ao desenvolvimento de uma participação desses jovens no cotidiano social. Contribuindo, portanto, para uma sociedade cada vez mais democrática, plural e que respeite a diversidade a qual compõe a sua gênese e significando o crescimento pessoal e ao mesmo tempo coletivo.

Com base nessas e em outras considerações, que o referido trabalho apresenta como objetivo promover uma discussão sobre a participação da juventude no campo científico, realizado por meio de um relato de experiência. Estas ações consistem nas experiências sentidas e vivenciadas por adolescentes entre 15 a 17 anos, pertencentes ao ensino público do município de Teresina/PI. Todos, com exceção do último autor, participam como pesquisadores juvenis do Programa de Vocação Científica destinado pela Fiocruz Piauí.

O artigo apresenta uma relevância científica no sentido de viabilizar a construção de mais aportes para a literatura, como campo de formação e especialização em várias áreas do conhecimento. Além do mais, é importante ressaltar a relevância social e política, uma vez que a viabilização de iniciativas como essas permite o desenvolvimento pessoal e profissional desses jovens, assim como propiciar uma aproximação entre a ciência e a



juventude. Construindo lugares e rompendo as barreiras conservadoras e excludentes de uma academia cisheteropatriarcal branca e tradicionalista.

METODOLOGIA

Trata-se, dessa maneira, de um trabalho dentro da modalidade de relato de experiência. Conforme estabelecido pelos autores Mussi, Flores e Almeida (2021) esse tipo de escrito é de suma importância dentro dos espaços acadêmicos, pois auxiliam na divulgação e popularização de ensinamentos e práticas. Consequentemente, essa possibilidade permite que as ações cheguem em mais espaços, auxiliando na formação de novas ideias e

sobretudo da replicabilidade dos projetos e ações desenvolvidas. Isso permite o andamento da ciência em diversos espaços e localidades, fomentando no fortalecimento desse conhecimento.

As atividades e questionamentos presentes neste trabalho consistem nas percepções dos jovens suportes, sendo viabilizado por meio de um diário de campo. Como afirmam Kroeff, Gavillon e Ramm (2020), esse tipo de instrumento é um importante mecanismo dentro das pesquisas e práticas científicas. Esse diário acompanha a pesquisadora e o pesquisador dentro da sua trajetória frente aquele campo de atuação e de estudo. Dessa forma, são anexadas impressões, observações e tantas outras descrições de relevância para com o objetivo proposto. Além do mais, quem escreve promove uma reflexão teórico-prática-social-política viabilizando em uma discussão ampla e no sentido interseccional.

Os dados foram organizados e submetidos à análise por meio do método de interpretação de sentidos. Conforme Gomes (2017) é preciso compreender os significados subentendidos dos resultados, compreendendo as nuances que estão sendo apresentadas nos discursos e quais suas implicações dentro do foco do estudo. Assim, é preciso que os resultados sejam dispostos de maneira planejada para que possa haver a interpretação de maneira integral, abrangendo diversos aspectos e correlacionando com base na literatura presente e vigente sobre determinado campo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

PRIMEIRA FOLHA: Meu primeiro amor com a ciência

O primeiro desafio com a chegada desses jovens dentro do espaço de uma instituição pública de pesquisa diz respeito sobre a compreensão de cada um sobre a ciência. Assim, a construção desse entendimento contribuiu para a entrada dos mesmos no Programa, bem como o desenvolvimento de crenças e percepções que influenciam na forma como cada um reage e convive no seu cotidiano.

"Eu entendo que a ciência é um conhecimento baseado em vida, saúde humana e doença e para a melhoria das pessoas. Então, acredito que a ciência pode permitir que a gente siga aqui, construindo novas coisas e possibilidades" (Folha de registro 01, participante A).

"Eu entendo que ciência é todo aquele conhecimento com baseia em algo. Não dá para acreditar em qualquer coisa. Por exemplo, as notícias que meus tios recebem nas redes sociais. Tá na cara que aquelas informações nem sempre são verdadeiras, pois elas não têm nenhuma base. Diferentemente da ciência né, que apresenta de fato uma verdade sobre os fatos" (Folha de registro 01, participante B).

É passível de observação em como o interesse dos bolsistas frente a ciência é justificado por meio da credibilidade que a mesma possui. Consequentemente, eles acreditam na confiança e no lugar de seguridade a qual a mesma apresenta frente aos dilemas e situações cotidianas. Perceber isso das jovens, principalmente quando nos tempos atuais é tão difícil a manutenção de uma rede de comunicação segura e verídica. Apresentar desde logo cedo as futuras gerações sobre essa necessidade de construir aportes comprovados e com fontes permitirá um futuro comportamento social e coletivo com mais criticidade.

Santos, Casagrande e Veloso (2023) discorrem sobre a importância do debate do fenômeno das fake news para essa nova juventude que está surgindo em uma sociedade tecnológica. Aproximar essas discussões permitirá que cada um tenha responsabilidade diante dos compartilhamentos e saibam identificar as desinformações. Essas possibilidades podem, inclusive, serem iniciadas dentro do campo da escola, onde práticas devem serem construídas para que os discentes compreendam os impactos das notícias falsas dentro de uma sociedade e dos contextos individuais e coletivos.



Seguindo as análises frente as percepções dos bolsistas, cada um, seguiu associado a um projeto dentro do Programa. As pesquisas abrangem temas diversos como saúde mental, feminismo, ciberfeminismo, ancestralidade e mulheridades. Vale a pena registrar que existem participantes de idades, genros e raças variadas, significando a pluralidade da juventude brasileira. A partir da inserção de cada uma dentro das ações científicas, surgem então as possibilidades de se realizar ciência.

“Todas as pessoas que conheci através da Fiocruz, produz ciência de seus grupos sociais, ajudando pessoas. Então eu vejo que a ciência não é apenas aquela coisa distante que eu imaginava. A gente acredita que é sempre aqueles moços de jalecos e com muitas parafernalias. Fazer ciência parece ser algo possível para mim. (Folha de registro 03, participante C).”

“Os cientistas por meio das pesquisas e estudos e experiências, mas quando entrei aqui vi que não é bem assim. Quer dizer, não que isso não seja também uma maneira de estar na ciência, mas poxa, eu também estou fazendo coisas que me fazem crer que isso também é ciência. Estar nos grupos sociais, com as pessoas, construindo atividades com elas... tudo isso também é ciência. (Folha de registro 04, participante D).”

O distanciamento da ciência para a juventude também faz parte de um projeto articulado entre relações de poder. Se criou, portanto, a ideia de que a mesma é direcionada apenas a um público restrito. Público esse que significa ser homem, branco, heterossexual e ter boas condições econômicas. Essa ideia perpetuou perante muitos anos, contribuindo para a exclusão de minorias e de que a população de um modo geral possa colaborar e também opinar diante das consequências e ações realizadas em nome desse saber científico. É urgente a presença dessa juventude para que possam quebrar essas barreiras e sobretudo os estigmas e discriminações presentes. Propiciando saberes antirracistas, de combate a misoginia, ao patriarcado, ao capacitismo, a LGBTfobia e tantas outras fontes de discriminação e exclusão social e política.

A ciência precisa estar junto da população e vice-versa. Não é justo e nem interessante construir um conhecimento que não perpassa pelas necessidades humanas. Construir, dessa forma, mecanismos de acesso ao mesmo, permitindo que tenham ações que



justifiquem de fato a efetividade desses saberes. Só dessa maneira será modificada as formas e mecanismos de se estar dentro dos patamares acadêmicos. Os resultados da mudança desses paradigmas serão refletidos diretamente na saúde e qualidade de vida das pessoas e consequentemente dos territórios (Oliveira et al., 2012).

SEGUNDA FOLHA: O que posso fazer por mim e pela ciência?

Uma das tarefas presentes diante da bolsa de vocação científica consiste em desenvolver atividades em loco, permitindo que sejam construídas posturas e iniciativas dentro da carreira de pesquisadoras e pesquisadores. Essa parte específica do trabalho dessas jovens é muito mais além do que colocar a “mão na massa”, mas viabiliza que cada um possa vivenciar de maneira concreta o que significa produzir ciência. Nesse sentido, muitas coisas são trabalhadas, como o orgulho de conseguir produzir algo, seja um resumo, um artigo ou até mesmo contribuir para uma prática interventiva.

“(Eu me sinto uma cientista) ... pois cada dia eu aprendo desenvolvimento de conhecimentos através de discussões das atividades, experiências e pesquisas que acontecem no grupo. Eu finalmente consigo enxergar um espaço em que eu posso estar e que não exige que eu seja uma pessoa perfeita, mas que me aceite. (Folha de registro 07, participante C).”

“Eu me considero um cientista, pois eu tenho o desejo de fazer a diferença, sou motivado pelo desejo de usar seu conhecimento para causar um impacto positivo no mundo. (...) Devido às grandes influências pessoais, tive contato com cientistas, familiares e professores que me inspiraram. Tive grandes experiências marcantes relacionadas à ciência, onde despertou em mim um sentimento de identificação com essa área. Seguir o legado de quem eu admiro, me fez querer ser como minha orientadora, ajudando a todos com um sorriso no rosto. Acredito que estou nesse meio por parte de meus grandes esforços e da grande motivação que minha orientadora me passou. (Folha de registro 05, participante A).”

Apesar da concretização do trabalho desempenhado pelos bolsistas, nem todas ainda conseguiram encontrar de fato o caminho dentro do campo acadêmico. É como pode ser observado a seguir:

Ainda não (me sinto cientista), porque acho que ainda tenho muito o que aprender, apesar de estar no meio de cientistas. Preciso ainda estar em mais espaços e fazendo mais



coisas. Acho que isso deve vim só com o tempo, quem sabe né.” (Folha de registro 06, participante B).”

O processo de compreensão e da representação de fato de fazer parte do meio da ciência leva-se um tempo, sobretudo diante das condições que são construídas em muitos espaços. Muitas vezes o saber cristalizado é resultado de anos de participação, significando que o pertencimento só pode surgir com base em um recorte temporal. Apesar de serem jovens e terem pouco tempo em relação aos demais, essa justificativa não pode validar quem de fato é um cientista ou não.

A juventude, acima de tudo periférica, como aponta Ramos (2019) é excluída em muitos aspectos, sendo um deles aqueles as quais não tendem a contribuir de alguma forma para a sociedade. Essa percepção permanece intacta em muitos olhares, contudo, quando se propõe desenvolver um projeto a qual permita que adolescentes possam se tornar cientistas é quebrar essa barreira. Cada tende a influenciar de maneira positiva para a viabilização de novas maneiras de pesquisar e de desenvolverem olhares e criticidades de maneira social e sem os preconceitos as quais muitas vezes são normatizados dentro do campo científico.

TERCEIRA FOLHA: o que espero para o mundo

Diante de tantas questões levantadas neste trabalho, as jovens pesquisadoras também se posicionam frente as adversidades sociais e da construção da sociedade atual. Assim, suas opiniões e olhares são bem-vindos para a sociabilização de um fazer ético e com responsabilidade. Não é à toa a definição de outras estratégias, até mesmo metodológicas, para que de fato todas essas científicidades cheguem nas pessoas.

“O bairro onde eu moro é um bairro que é desprovido de políticas públicas inclusivas, a qual seus moradores fazem parte totalmente de utopias. Eles parecem que vivem ingressados em sistemas a qual os governantes lhe designam, e esse sistema busca preservar as irregularidades que ocorrem desde que familiares e por minha convivência passamos a observar e analisar. É um bairro que não apresenta ótimas possibilidades para todas as pessoas que o compõem. Vejo que muitos têm muito e poucos tem muito pouco. (Folha de registro 10, participante A).”



“Eu olho na realidade do meu bairro e vejo que ainda precisa ser feita muita coisa. É preciso ajudar no cuidado, como por exemplo das vacinas, onde já vi várias pessoas não conseguindo as mesmas. Também sinto falta do saneamento básico para a população e que ta sendo modificado ainda mais pelas mudanças climáticas que estão tendo. Também não deixo de pensar nas pessoas que estão mais marginalizadas, que estão em situação de rua. Vejo os montes. Não é possível que não seja possível chegar nelas. Acredito que deve ter alguma maneira. (Folha de registro 08, participante D).”

Estar na ciência também é desenvolver um olhar diferenciado diante dos problemas sociais. Consequentemente, essa educação permite que as pessoas possam se tornar mais conscientes do seu mundo ao redor. Como afirma Freire (2019) a partir do momento que as pessoas compreendem as formas de dominação e como as pessoas que estão no poder insistem em manter a alienação como forma de controle, a população segue aceitando as condições as quais são submetidas. Por isso, a iniciativa deste programa de vocação vai para além do desenvolvimento do futuro desses jovens, mas a forma como cada um irá crescer e observar o mundo.

E cada uma dessas bolsistas seguem oportunizando e viabilizando ações de promoção de ciência. Alguns dos registros apontam para como cada um desenvolve o potencial informativo para a comunidade, apresentando assim a gênese da relevância social de cada uma das pesquisas.

“Fazemos roda de conversa sobre textos relacionados a diversas temáticas, como por exemplo semana passada que falamos sobre as mulheres negras, sobre ciência e o impacto do racismo e outros assuntos relevantes. (Folha de registro 10, participante C).”

“Aprendemos muito por meio de estudos e das atividades a como melhorar a saúde humana e seus direitos. Entendendo melhor as responsabilidades de cada um, sejam nossas ou do governo. Hoje eu entendo melhor sobre muitas coisas. (Folha de registro 10, participante B).”

“(Aprendi) A construção de artigos científicos, livretos e capítulos de livros com minha autoria, uma coisa que sinto muito orgulho. Nós desenvolvemos atividades extensivas dentre os diferentes projetos e vamos para diversos campos, sejam eles nas zonas



urbanas ou rurais. E como atividade principal ação a observação de minha orientadora diante de suas demandas. (Folha de registro 13, participante A).”

A construção do trabalho de cada um apresenta não apenas o registro de uma nova habilidade ou competência, mas garante a representatividade de ser uma cientista como parte da subjetividade de cada um. É preciso motivar para que cada vez mais esses adolescentes e jovens possam se identificar e se sentirem representados dentro dos espaços. Construindo assim novos sonhos e projetos de vida aplicados não apenas a si mesmos, mas para todas as pessoas significativas a sua volta e até mesmo a seu próprio contexto e localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...SE É QUE PODEMOS

De fato, não se sabe bem se é possível concluir. Primeiro, o programa ainda não acabou. Cada uma se encontra ainda imersa nos textos, reflexões e campos. Ou seja, o trabalho ainda não acabou, está apenas no começo. Significando que ainda existem muitos caminhos a serem trilhados dentro da pesquisa.

Segundo, ainda é difícil realizar ou encontrar uma conclusão, pois a ciência é cíclica e está em crescente movimento. E é assim que se encontra nossos pesquisadores. Construindo paulatinamente seus caminhos e mesmo que a juventude vá dando espaço para outras etapas do desenvolvimento humano, o espírito jovial a qual constituiu sua profissionalização dentro da academia seguirá influenciando seus trabalhos, pesquisa e até mesmo suas próprias subjetividades.

Na verdade, podemos sim concluir alguma coisa. Que é válido que se busque uma maior acreditação na juventude. Que o país possa não apenas buscar mais investimento científico e tecnológico, mas possibilite a inserção de cada vez mais meninas, meninos, adolescentes e jovens dentro dessa grande área. Pois, as sociedades e os estudos só tendem a ganhar com a força, a resiliência e essas jovens vozes. Que escoam, constroem novas possibilidades, articulam, compartilham, se organizam e se ajudam mutualmente. É disso que se precisa para que os conhecimentos saiam destas linhas e de fato faça a diferença na vida de cada um. Sim, sí ou yes, que todas as línguas reiterem uma verdade: somos cientistas!



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Rozana R.; RIBEIRO, Paula Regina Costa; VILAÇA, Maria Teresa Machado. Tornar-se cientista: narrativas de mulheres pesquisadoras no Continente Antártico. **Diversidade e Educação**, p. 96-122, 2020.
- BORGES, Bento Souza. Jovem/Juventude nas pesquisas: desafios. **Cadernos da FUCAMP**, v. 12, n. 16, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.
- MASSARANI, Luisa et al. (coord.). **O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?** Rio de Janeiro: Fiocruz/ COC, 2021. 115p
- MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.
- OLIVEIRA, Marcio Vieira et al. Uma discussão acerca do que é fazer ciência: algumas considerações sobre comunicação e divulgação científica para a promoção da saúde. **VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde**, v. 24, n. 2, p. 53-62, 2012.
- RAMOS, Renata Fornelos d'Azevedo. **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida**. São Paulo: Appris Editora, 2019.
- RIBEIRO, Daniella Borges et al. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. **Revista Katálisis**, v. 23, p. 548-561, 2020.
- SANTOS, Alessandra Ferreira dos; CASAGRANDE, Ana Lara; VELOZO, Aline Debossan. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE “FAKE NEWS”, JUVENTUDE E ENSINO MÉDIO NA ERA PÓS-VERDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Docência e Ciberultura**, v. 7, n. 2, p. 102-123, 2023.

O LUGAR DA PSICOEDUCAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO EM GRUPO COM MÃES DE NEONATO- EXPERIÊNCIA PRÁTICA NO SUS

*The place of psychoeducation in the group process
with mothers of neonato - practical experience in the SUS*

Hévila Marques Mota de Araujo¹

RESUMO

O presente estudo surgiu a partir das experiências práticas e vivenciadas do trabalho da psicologia em uma UTI Neonatal (UTIN) de uma maternidade pública na cidade de Teresina – Piauí, no período de janeiro a setembro de 2024. A abordagem metodológica utilizada é de uma pesquisa qualitativa do tipo relato de experiência fundamentada no aporte teórico da Psicologia Hospitalar e da Saúde, além de utilizar os conceitos da Teoria da Psicoeducação, da Aprendizagem Social, Suporte Social e da Política Nacional de Humanização do SUS. Observou-se que a estratégia de intervenção em grupo, com o olhar da psicoeducação, possibilitou atendimento às necessidades das mães que acompanham o bebê na UTI neonatal e auxiliou no enfrentamento das dores e angústias da internação do filho. A experiência de campo com esse grupo apresenta um aporte teórico que pode ser aplicado para capacitar as mães a entenderem melhor o desenvolvimento e as necessidades dos recém-nascidos nestes espaços de cuidado, além de favorecer a implementação da assistência humanizada. Um estudo que sugere uma abordagem prática e apropriada ao contexto da saúde pública e transformação social pode atrair leitores interessados em práticas de grupos de educação em saúde ou cuidados neonatais.

Palavras-chave: Psicoeducação. Grupos de apoio. Educação em Saúde. Mães de neonato.

¹ Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (2008) e Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (2005). Especialista em Vigilância em Saúde pelo Hospital Sírio Libanês (2017). Especialista Saúde da Família pela UNIVOVAFAPI (2009). Funcionária pública da Prefeitura Municipal de Teresina-Piauí/Fundação Municipal de Saúde. E-mail: hevilamarques@hotmail.com



ABSTRACT

The present study arose from the practical and lived experiences of psychology work in a Neonatal ICU (NICU) of a public maternity hospital in the city of Teresina – Piauí, from January to September 2024. The methodological approach used is based on qualitative research of the experience report type, which is based on the theoretical contribution of Hospital and Health Psychology, in addition to using the concepts of Psychoeducation Theory, Social Learning, Social Support and the National Health Policy. Humanization of the SUS. It was observed that the group intervention strategy, with a psychoeducation perspective, made it possible to meet the needs of mothers who accompany their babies in the neonatal ICU and helped them cope with the pain and anguish of their child's hospitalization. The field experience with this group presents a theoretical contribution that can be applied to enable mothers to better understand the development and needs of newborns in these care spaces, in addition to favoring the implementation of humanized assistance. A study that suggests a practical and context-appropriate approach to public health and social transformation may attract readers interested in the practices of health education groups or neonatal care.

Keywords: Psychoeducation. Support groups. Health Education. Mothers of newborns.

INTRODUÇÃO

O ciclo gravídico puerperal é um período marcado por uma série de alterações significativas na vida da mulher, envolvendo aspectos biológicos, históricos, sociais, profissionais, familiares, conjugais e especialmente emocionais (Bortoletti, 2007, p. 21). Durante a gestação, várias alterações são observadas no comportamento feminino, a maioria são comuns a toda mulher, no entanto, cada uma reage de uma maneira de acordo com sua individualidade, personalidade e circunstâncias de vida.

As vivências desde o início da gestação até o nascimento do filho são marcadas por ambivalência, com dúvidas, medos, alegria e incertezas. No entanto, o puerpério é o período mais delicado, em que a mulher está mais sensível; é o período que ocorre logo após o parto, também denominado de pós-parto. Nesta fase, o corpo da mulher está em processo de recuperação da gravidez, sofrendo uma série de modificações físicas e psicológicas. Uma experiência profunda na vida da mulher, que necessita de compreensão e apoio, principalmente dos profissionais de saúde, oferecendo-lhe condições apropriadas para passar por essa trajetória tão delicada e especial.

Esse período aqui compreendido para além dos 60 dias como preconizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, com um olhar não apenas voltado para o corpo físico, mas sim para uma totalidade vivida pela mulher. Um rito de passagem que dura pelo menos dois anos, ao longo dos quais a mãe compartilha seu campo emocional fusionalmente com o campo emocional do bebê. É a época em que a díade “mãe-bebê” navega no mar de acordo com suas próprias leis: lentas, apaziguadas, silenciosas,



redondas, ressonantes e misteriosas. Durante esse processo, a formação da rede de comunicação entre a família também sofre alterações com o nascimento de um filho, o mundo distante fica ainda mais longe. É uma nova acomodação daquilo que se é, do que foi construído na vida da mulher até aquele momento, para aquilo que vai se tornar a ser; uma experiência que pode provocar alterações repentinas de consciência (Gutman, 2016, p. 23).

Em algumas ocasiões o nascimento de um bebê não acontece como esperado, surgem complicações como prematuridade, baixo peso ao nascer, dificuldades respiratórias, infecções, problemas cardíacos, icterícia grave, anomalias congênitas, dentre outras, que o fazem ser admitido em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal) para receber cuidados médicos especializados e monitoramento constante. Estas unidades foram desenvolvidas ainda na década de 1960 (Rocha, 2013) e atualmente possuem uma equipe multiprofissional de neonatologistas, pediatras, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogo, assistentes sociais e psicólogos, ofertando o cuidado intensivo necessário para superar os desafios iniciais de saúde e se desenvolverem de maneira saudável. A equipe multiprofissional trabalha em conjunto com as famílias para proporcionar o melhor cuidado possível.

A experiência da hospitalização de um filho recém-nascido internado numa UTIN carrega consigo uma série de dificuldades ligadas ao bebê e à relação estabelecida entre ele e sua mãe. Fatores como a condição do bebê, a relação estabelecida entre os pais e a equipe de saúde, a saúde emocional da mãe, a rede de apoio social disponível e a reação da própria família, determinam como será a vivência desse momento. A condição de saúde do bebê em internação é permeada por procedimentos invasivos, que podem ser fontes estressoras para os pais, acompanhadas de ansiedade e medo. Ainda é comum encontrar mães de neonato internadas em UTINs nos corredores, na recepção, em estado de choque e com medo, recebendo pouca ou nenhuma atenção dos profissionais de saúde. Entretanto, o acolhimento às mães dos bebês, incluindo também a família, é parte indispensável do processo de humanização no SUS e requer dos profissionais de saúde que formam a equipe do local, disponibilidade para identificar e atender suas necessidades (Oliveira, 2024).

A Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS)



no Brasil é uma estratégia que busca promover a melhoria do atendimento em saúde, colocando o usuário no centro do cuidado e valorizando a participação e o protagonismo dos profissionais de saúde e dos usuários. No contexto das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), a PNH enfatiza práticas que humanizam o cuidado, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso para os bebês, suas famílias e os profissionais de saúde (Ministério da Saúde, 2017).

As UTI neonatais se tornaram espaços emergentes de atuação do psicólogo da saúde com a Portaria Ministerial nº1071, de 04 de julho de 2005 que foi responsável por regular a inserção do psicólogo nas Unidades de Terapia Intensiva, prevendo a obrigatoriedade de um psicólogo nas UTIs para avaliação, intervenção e tratamentos psicológicos, bem como para atuar como mediador e facilitador na relação entre médico e paciente no sentido de proporcionar a humanização da assistência (Silva, 2017).

A evolução das atividades do profissional psicólogo na terapia intensiva neonatal advém de resultados práticos, dos trabalhos científicos desenvolvidos e o reconhecimento da importância desse tipo de cuidado por parte das famílias e outros profissionais da saúde (Bortoletti, 2007, p. 21). Um dos objetivos da atuação é tentar minimizar o sofrimento da família, trabalhando de forma multidisciplinar junto a equipe de saúde, no atendimento dentro da unidade, durante a comunicação de más notícias, no apoio ao luto, sendo o elo entre paciente/equipe/família, minimizando conflitos e dirimindo dúvidas (Romano, 2017, p. 188).

Outro relevante papel do psicólogo em uma UTI neonatal consiste em identificar, junto a esta família, os sentimentos vivenciados na situação de internação do bebê, que podem apresentar-se de diferentes formas como culpa, ansiedade, revolta, medo etc. Além disso, ajudá-los a superar esse momento difícil, por meio de escuta ativa, acolhimento, suporte psíquico e outras técnicas psicológicas que forneçam o necessário para que eles desempenhem seu papel de cuidadores e consigam estabelecer um vínculo mesmo diante de um momento tão delicado (Freitas; Gutierrez, 2021).

Para isso é de fundamental importância a presença dos pais no ambiente da UTIN, sendo a presença deles tão importante para o bebê quanto para eles próprios (Arrais; Mourão, 2013. Autores clássicos do desenvolvimento infantil, atribuem mais à figura materna, como cuidadora principal, um papel fundamental nos momentos iniciais da vida do bebê. O que nos leva a discutir o desenvolvimento de estratégias de



acompanhamento para estas mulheres, que não se resumem apenas em atendimento individual, mas também propostas em grupo, alinhadas com os princípios da Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS – PNH e aos conhecimentos das teorias psicológicas.

Diante de tal panorama, o presente estudo surgiu a partir das experiências práticas e vivenciadas do trabalho da psicologia em uma maternidade pública do estado do Piauí. A abordagem metodológica utilizada foi um relato de experiência, fundamentada no aporte teórico da Psicologia Hospitalar e da Saúde, além de utilizar os conceitos da Teoria da Psicoeducação, Teoria da Aprendizagem Social proposta por Albert Bandura, Teoria do Suporte Social e considerando que o trabalho está inserido no contexto do SUS, fundamentado na prática em modelos de saúde pública, na Política Nacional de Humanização que promovem a educação em saúde como uma ferramenta para melhorar os resultados de saúde. Em vista disso, explora como a psicoeducação pode ajudar os grupos de mães acompanhantes de seus filhos internados em UTI neonatal a entenderem e lidarem com questões de saúde mental e emocional; procura compreender o lugar que ocupa nesse contexto de práticas institucionais de acolhimento e cuidado em saúde neonatal. Um aporte teórico que pode ser aplicado para capacitar as mães a entenderem melhor o desenvolvimento e as necessidades dos recém-nascidos nestes espaços de cuidado.

Neste sentido esse trabalho torna-se relevante, pois o tema está diretamente relacionado à possibilidade de oferecer estratégias de manejo para lidar com a multiplicidade de demandas apresentadas no cotidiano do trabalho da psicologia com mães de UTI neonatal, em sintonia com o novo paradigma em saúde que preconiza integralidade, interdisciplinaridade, atenção à saúde centralizada no cuidado e humanização.

CONTEXTO E PERCURSO DA EXPERIÊNCIA

O cenário da discussão proposta é uma maternidade pública na cidade de Teresina, no Piauí (Brasil). A UTI Neonatal da Maternidade possui 10 leitos, recebendo pacientes regulados e provenientes do Piauí e de outros estados. Possui uma equipe multiprofissional



diversificada, composta por diversas especialidades: Medicina, Serviço Social, Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, dentre outras. O trabalho de campo se deu no período de janeiro a setembro de 2024, com um planejamento de criação de um grupo de apoio e suporte, através de um projeto de intervenção do setor de psicologia destinado às mulheres acompanhantes dos bebês internados na UTIN. Foram utilizados como fontes documentais, os instrumentos de registro de atividades e de evoluções da maternidade (livro-registro, livro-ata, passagem de plantão, arquivos de projetos, cronogramas de atividades etc.).

Por se tratar de um relato de experiência, as percepções e considerações aqui realizadas partem do ponto de vista experiencial da autora, desta forma, se delineou como uma pesquisa pautada na reflexão da prática, sendo dispensada da submissão ao Comitê de Ética, no entanto, delineada com olhar fundamentado pelo Código de Ética Profissional (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005).

A instituição mantém uma política sobre a permanência dos pais, influenciadas por diretrizes de humanização e práticas baseadas em evidências, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente, disponibilizando uma enfermaria para as mães acompanhantes que desejam ficar na instituição em tempo integral junto ao filho recém-nascido, com direito a alimentação. O espaço acomoda até 11 mulheres. A maioria em situação de vulnerabilidade social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2023) instituído pela Lei nº 8.069 de 1990 no Brasil, estabelece uma série de direitos para crianças e adolescentes, com o objetivo de garantir seu bem-estar, desenvolvimento integral e proteção. No contexto de mães com bebês internados em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), o ECA oferece uma base legal importante para assegurar que os direitos dos recém-nascidos e de suas famílias sejam respeitados.

Os encontros voltados para psicoeducação funcionam, dentro do próprio espaço da maternidade, no auditório. Realizado duas vezes por semana, com cerca de 60 minutos de duração e participação voluntária das mães, geralmente tem-se uma frequência média de 8 participantes. Com um formato semiestruturado, há um planejamento cuidadoso, adaptando às necessidades das puérperas; preparação prévia das temáticas apontadas como significativas para a experiência do momento ou como sugestão do próprio grupo; definição dos materiais de apoio como slides, folhetos, vídeos ou outros materiais para



facilitar a compreensão.

Grupos informativo e de apoio com mães da UTIN
Grupos de Reflexão e de Crescimento Pessoal
Oficina de Sensibilização no Método Canguru
Oficina de espiritualidade e música

Quadro 1 - Atividades Psicoeducativas, de Humanização e de Educação em Saúde realizadas pelo Serviço de Psicologia com as mães da UTIN



Roda de conversa sobre autocuidado
Orientações e manejo de focos de ansiedade
Oficina de contação de histórias infantis
Ações de fortalecimento do vínculo mãe bebê
Roda de conversa sobre violência de gênero e violência obstétrica
Oficina de apoio à amamentação e contato pele a pele
Roda de conversa sobre os direitos da mãe e do bebê
Orientação e preparação dos irmãos para visita acompanhada
Oficina de práticas multiprofissionais
Ações afirmativas: bazar solidário
Encontros de convivência profissionais e mães
Oficina de arteterapia
Roda de conversa sobre a importância da participação da família no boletim médico

Quadro 2 - Fonte: livro de registro das atividades diárias da profissional (2024)

Para sua execução algumas etapas foram definidas: no início, discutido com o grupo sobre regras básicas para garantir um ambiente seguro e respeitoso; apresentação da temática escolhida com informações e orientações por meio de dinâmicas, oficinas, atividades artísticas ou expositivas; discussões em grupo, exercícios práticos, músicas, poesias. Em seguida, as participantes são encorajadas a compartilhar suas experiências e fazer perguntas. Sempre garantido a liberdade de fala da situação vivida, a expressão dos sentimentos e das emoções.

A condução do grupo geralmente é feita pela psicóloga e técnica de enfermagem. Nas oficinas com temáticas específicas são convidados profissionais da equipe da unidade para realizar a proposta. Suas oficinas de práticas multiprofissionais trabalham as seguintes temáticas: manuseio da incubadora; manobras de urgência e emergência com o bebê; teste da orelhinha; alimentação por sonda; prejuízos com o uso da mamadeira e chupeta; planejamento familiar; cuidados de higiene com o bebê, banho e troca de fraldas; aleitamento materno. E com o feedback das participantes as oficinas eram reajustadas de acordo com suas necessidades.

Considerando as questões biopsicossociais e espirituais envolvidas no contexto da



UTIN, destaca-se a importância do trabalho multidisciplinar nos encontros com o grupo de mães. Nas oficinas multiprofissionais qualquer profissional de saúde de qualquer área da equipe da unidade neonatal poderia participar com informações de seu campo profissional que fizesse parte da rotina destas mulheres.

AÇÕES DE ACOLHIMENTO E CUIDADO COM FOCO NA PSICOEDUCAÇÃO

O psicólogo inserido no contexto obstétrico das UTINs, a partir de um enfoque da psicologia hospitalar, irá acolher os pais/familiares e auxiliá-los na vinculação entre si e com o bebê internado, sendo a escuta destes e a compreensão de seus conteúdos internos, angústias, dúvidas e expectativas, fundamental para o entendimento da parentalidade e de como isso está implicado diretamente com a interação destes com o bebê (Arrais; Mourão, 2013).

Os acolhimentos a estas mulheres, surge como uma tecnologia do encontro, construção de redes de conversações afirmadoras de relações de potência nos processos de produção de saúde. O trabalho com grupos pode ser uma estratégia eficiente para a assistência às mães de UTIN, facilitando o atendimento de suas necessidades de informação, orientação e suporte psicológico.

Existem quatro modalidades de intervenções em grupo: 1) psicoeducação, 2) grupos de apoio, 3) grupos de orientação e/ou treinamento e 4) grupos terapêuticos. Cada uma tem sua particularidade, mas, a atividade psicoeducativa se encontra presente em todas elas, tendo como atributo o fornecimento de informações sobre a natureza dos problemas, as dificuldades dos participantes e os conhecimentos sobre as características, os cursos e os tratamentos eficazes. Além disso, permite que os pacientes reconheçam suas dificuldades e o que está relacionado a elas (pensamentos, emoções, comportamentos) e discutam estratégias de intervenção para promover mudanças (Palma; Neufeld, 2011).



A psicoeducação não é baseada em uma única teoria, mas sim em uma combinação de abordagens teóricas e práticas que visam educar indivíduos e grupos sobre aspectos psicológicos e emocionais de suas condições de saúde. Essas teorias e modelos foram combinados para criar programas de psicoeducação adaptados às necessidades específicas de diferentes populações e contextos, como grupos de mães de UTIN no SUS.

No grupo aqui estudado o olhar é direcionado para uma psicoeducação com uma linhagem existencial, focando na experiência subjetiva das participantes, na ênfase no homem-em-relação, na sua forma de estar no mundo, que busca ampliação de consciência e o entendimento do indivíduo sobre seus próprios processos psicológicos e comportamentais. Nestes encontros, as mães puderam compartilhar suas experiências. Algumas puderam relatar sobre seus processos de ansiedade, insônia, medo do óbito do bebê; outras comentavam sobre os sentimentos mais depressivos. Nestes momentos, as trocas de experiências de como foi a gestação, o parto, a chegada no ambiente de UTI; as mães veteranas relataram sobre as estratégias de enfrentamento adotadas e de como esses processos vão se modificando com o decorrer da internação. Observava-se nestes momentos que havia uma troca entre elas que proporcionam mais conexão e intimidade entre elas, especialmente com a validação da sua dor.

Para oportunizar a psicoeducação com as mães desse grupo, os encontros não se limitaram à transmissão de informações, mas envolveram momentos vivenciais, um processo de autodescoberta e experimentação, que ajuda a reconhecerem seus padrões de pensamento, sentimentos e comportamentos, promovendo uma maior autoconsciência. Em vez de apenas falar sobre experiências, são encorajadas a vivenciarem suas emoções e situações de forma direta, facilitando um aprendizado mais profundo e pessoal. Foram observados efeitos psicoterapêuticos desses encontros, mudanças nas expressões faciais, na fala, na participação e no investimento afetivo no bebê.

O grupo é o espaço vital, expressão de Kurt Lewin que significa: o universo do psicológico (*campo psicológico*), é o todo da realidade psicológica, contém a totalidade dos fatos possíveis (*campo geográfico*), capazes de determinar o comportamento do indivíduo (*campo comportamental*); inclui tudo o que é necessário à compreensão do comportamento concreto de um ser humano individual em um dado meio psicológico e em um determinado tempo. O comportamento é função do espaço vital - *que é o próprio grupo e o campo psicológico* (Ribeiro, 1994, p. 126).



A psicoeducação com as mães desse grupo enfatiza a importância de assumirem responsabilidades por suas escolhas e ações nesse processo de ser mãe, mulher e acompanhante do filho, encorajando uma postura ativa na busca pelo autoconhecimento, pela compreensão do diagnóstico do filho. Também é possível desenvolver competências emocionais: ensinar habilidades para lidar com emoções de maneira eficaz; fomentar a autonomia, capacitá-las a tomarem decisões mais conscientes e responsáveis. Em algumas vivências chegavam a perceber a necessidade de voltar ações de cuidado para si mesmas, lembrando seu estado de puerpério, momento de se priorizarem também.

Embora o investimento parental possa ser uma condição biológica natural, o contexto de ter um filho recém-nascido numa UTI dificulta para os pais oferecer os cuidados parentais. Estudos sugerem que as atividades educativas no grupo podem ajudar as mães a entenderem o quanto seus filhos necessitam de cuidados e o quanto elas mesmas precisam de uma rede social de apoio para darem conta da tarefa de atender às necessidades do bebê.

Alguns encontros foram destinados para psicoeducação dos aspectos socioemocionais do puerpério debatendo como a mulher no puerpério experimenta uma ambivalência de sentimentos interno-externo, e de como essa dualidade se contradiz ao que é visto pela sociedade que ainda romantiza esse período da maternidade como um momento mágico no qual ama incondicionalmente o seu filho e que visa a maternidade como fenômeno natural e biológico, causando a falsa concepção de toda mulher sabe cuidar de um recém-nascido. Por outro lado, esta mesma sociedade exige dessa mulher uma pressa em voltar à normalidade anterior à gestação, fazendo com que ela atravessasse esse período negando a si mesma (Gutman, 2013, p. 168).

Dentro dessa abordagem, a psicoeducação é um processo contínuo que se adapta às necessidades das mães e ao ritmo da instituição e da rotina da UTIN, sempre respeitando a individualidade de cada uma delas e promovendo o crescimento pessoal de forma holística.

O grupo com estas mulheres também proporciona aprendizado colaborativo onde o apoio mútuo e a modelagem de comportamentos positivos ajudam a melhorar a experiência e o bem-estar das mães e de seus bebês. Ao observar outras mães que estão lidando bem com a situação aprendem estratégias de enfrentamento e cuidados que podem ser aplicadas em suas próprias experiências, acreditando que também são capazes de cuidar eficazmente de seus bebês aumentando seu próprio conceito de autoeficácia e sua autonomia como mulher e mãe. Nas



oficinas de cuidados com o bebê, banho, troca de fraldas, manuseio da incubadora, posição e pega corretos na amamentação, os profissionais de saúde demonstram práticas de cuidado neonatal, que as mães podem observar, participar e replicar. Corroborado pela teoria do Aprendizado Social (Bandura, 2017, p. 200), que sugere que as pessoas aprendam observando os outros.

No compartilhamento de suas experiências, suas histórias e desafios ajuda umas às outras a aprenderem como lidar com situações semelhantes, reforçando a ideia de que não estão sozinhas. Além disso, a interação regular dentro do grupo proporciona um forte apoio emocional e social, que auxilia as mães a lidarem com o estresse e a ansiedade associados à hospitalização de seus bebês. O grupo serve como uma rede de suporte, onde as mães se sentem encorajadas e compreendidas.

Outra teoria que pode ser usada para explicar como o apoio social, fornecido através destes grupos, pode influenciar positivamente o bem-estar das mães e dos neonatos, é a Teoria do Suporte Social. A psicoeducação pode ser uma forma de suporte social que empodera as mães por utilizar princípios de comunicação eficazes para transmitir informações complexas de maneira compreensível e acessível. Para as participantes o grupo representa, naquele momento, grande fonte de apoio social e a quem as mães recorrem, uma vez que os familiares nem sempre podem estar presentes. A falta de apoio da família durante um período de internação alongado é percebida por algumas mães de bebês internados em UTIN, principalmente quando os familiares moram em outro município (Zanforlim, 2018) o que reforça a necessidade de investimento da equipe de profissionais de saúde em ações que contemplem a vivência humanizada da família no ambiente hospitalar.

A teoria do suporte social é um conceito em psicologia e sociologia que se refere à percepção e realidade das redes de apoio que os indivíduos têm em suas vidas. Essas redes podem incluir família, amigos, colegas de trabalho, e até mesmo instituições comunitárias ou profissionais de saúde. O suporte social é considerado um fator importante para o bem-estar psicológico e físico, influenciando a capacidade de lidar com estresse e adversidades. Existem alguns componentes do suporte social percebido: suporte emocional, que envolve expressões de empatia, amor, confiança e cuidado. É o tipo de suporte que ajuda as pessoas a se sentirem valorizadas e compreendidas. O suporte instrumental refere-se à ajuda prática e tangível, como assistência financeira, ajuda com tarefas diárias, ou recursos materiais. Já o suporte informacional, inclui a oferta de conselhos, informações úteis, ou feedback que pode ajudar o



indivíduo a enfrentar problemas ou tomar decisões. E o suporte de companheirismo, relaciona-se ao sentimento de pertencimento a um grupo, onde atividades sociais e recreativas são compartilhadas (Pereira, 2017, p. 204).

Neste contexto, o grupo estudado funciona como uma rede de apoio complementar; identificando sentimento de empatia, cuidado, suporte e cooperação. Como exemplo podemos analisar os laços de amizade formados no grupo que se segue para além da instituição, como compromisso como escolher entre elas as madrinhas de batismo dos filhos. Em certos momentos, algumas se destacam com protagonismo e iniciativa, recebendo as outras mães novatas, acolhendo na enfermaria, explicando as normas e rotinas e as conduzindo até a UTIN. Dista-se em certos grupos o carinho, o cuidado, o afeto e a preocupação mútua. No grupo em muitas ocasiões, como quando ocorre óbito de algum dos bebês, é lugar em que recebem apoio mútuo, com escuta, carinho e solidariedade que validam as dores; oferecendo companhia até o retorno para casa.

A tomada de consciência da presença de uma rede de apoio pode ter função reparadora para a mulher puérpera, principalmente para as que estão vivenciando a internação do filho na UTIN, a sensação do suporte tão necessário para que não se sinta desamparada e solitária. Relembrando que, historicamente, a criação das crianças era feita em grupos como aldeias e tribos- o suporte é essencial para qualquer contato, onde, na ausência deste, pode se desencadear sentimentos e comportamentos disfuncionais, como ansiedade, culpa, insegurança, sobrecarga física e emocional, baixa autoestima.

Outro retrato desses momentos é a psicoeducação quando se discute no grupo a percepção da responsabilidade de cuidado do bebê como sendo apenas da mulher, excluindo o pai desse processo. E a imagem que algumas mães acreditam de que são ou precisam ser autossuficientes, ou seja, tem que dar conta de tudo sozinha. E “seja quem for a pessoa apoiadora, a verdade é que precisamos de, pelo menos, uma. Da própria mãe. De outra mãe capaz de substituí-la. De alguma amiga experiente ou com excelente disposição para nos ajudar. De uma rede de amigas. De um grupo de mães que se reúnam para ficar menos sozinhas e compartilhar experiências” (Gutman, 2013, p. 21).

As práticas de integração em equipe multiprofissional também são observadas nas oficinas psicoeducativas. São intervenções importantes que proporcionam suporte emocional, educacional e prático para essas mães. Essas oficinas geralmente envolvem a colaboração de



uma equipe multiprofissional, incluindo psicólogo, assistente social, enfermeiro, médico, fonoaudiólogo e fisioterapeuta. Trazendo temas específicos como direitos dos usuários do SUS; aleitamento materno; primeiros socorros com o bebê; manuseio da incubadora; higiene pessoal e autocuidado; prejuízos com o uso da chupeta e mamadeira. Nesse caso, os profissionais realizam oficinas com intervenções específicas nas suas respectivas áreas de estudo, mas também realizam ações em conjunto nas quais se integram conhecimentos de diversas áreas.

A ideia de acolhimento costuma se restringir a uma atitude de bondade e favor por parte de alguns profissionais; ou a uma dimensão espacial, que se traduz em uma recepção administrativa e um ambiente tranquilo. Essas perspectivas, quando tomadas em conjunto com os processos de trabalho em saúde na UTIN, reduzem o acolhimento a uma ação pontual, isolada e sem envolvimento com os processos de responsabilização e produção de vínculos. Dessa forma, as ações de acolhimento e cuidado devem estar atreladas ao aperfeiçoamento técnico e alinhamento de processos de trabalho (Silva, 2018).

São atividades de psicoeducação oferecidas seguem uma diretriz da Política Nacional de Humanização (Brasil, 2008). (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), que no Brasil é uma estratégia que busca promover a melhoria do atendimento em saúde, colocando o usuário no centro do cuidado e valorizando a participação e o protagonismo dos profissionais de saúde e dos usuários. No contexto das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), a PNH enfatiza práticas que humanizam o cuidado, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso para os bebês, suas famílias e os profissionais de saúde. Ações de acolhimento e cuidado atreladas ao aperfeiçoamento técnico e alinhamento de processos de trabalho associado ao olhar, a escuta e a aproximação com estas mulheres, na compreensão das suas fragilidades, como ilustram os benefícios alcançados com estas atividades, percebidos na diminuição nos níveis de ansiedade relatado por algumas mulheres do grupo; melhoria do bem-estar psicológico e empoderamento, mais informadas e capacitadas para lidar com a situação de internação dos seus filhos recém-nascidos.

Com as estratégias e práticas utilizadas no grupo resulta também numa maior integração da equipe da UTI neonatal com as mães, cria-se um ambiente colaborativo, o que é crucial para proporcionar o cuidado centrado na tríade mãe/bebê/família, que beneficia tanto os recém-nascidos, as mães e a própria equipe. Essa integração resulta também numa comunicação mais eficaz, apoio emocional e envolvimento ativo das mães nos cuidados dos seus bebês.



CONCLUSÃO

Considerando a importância apontada na literatura de cuidar e oferecer apoio às famílias dos bebês internados na UTI neonatal, torna-se imperativo investir na organização de grupos psicoeducativos e de suporte para as mulheres que acompanham seus filhos numa UTIN. Elas precisam de apoio para exercerem seu papel materno em um momento de mudanças tão intensas dentro do ciclo vital e a vivência da possibilidade de morte do filho recém-nascido. Desse modo, a proposta do grupo de acolhimento e apoio, com a intervenção da psicoeducação, atendeu o seu objetivo ao proporcionar companhia para não trilhar sozinha nesse caminhar, mostrando a relevância de uma rede de apoio. A importância de dar voz às suas dores, medos, dúvidas e dificuldades, recebendo orientações e cuidado com as suas emoções, pode criar um espaço único e potencializador de sua própria experiência como fundamental para sua saúde materna.

Cabe destacar que os resultados apontam que os grupos cumprem papel importante para melhoria na qualidade do cuidado e maior satisfação das famílias na UTI neonatal; fortalecem a participação das mães e promovem um vínculo mais forte com o bebê, que é essencial para seu desenvolvimento. As atividades ajudaram também na redução da ansiedade relatada por elas, evidenciando novamente que um ambiente acolhedor e o suporte emocional trazem benefícios para as mães durante a internação.

O trabalho de coordenar, mediar grupos psicoeducativos requer qualificação, preparo específicos, uma combinação de habilidades interpessoais de comunicação e escuta, conhecimento teórico e prático, além de uma preparação adequada para lidar com as dinâmicas do grupo e as necessidades dos participantes. Envolve também seguir uma ética do respeito, confidencialidade e cumprimento do que é preconizado pelo Código de Ética Profissional, por ser um compromisso com a instituição, com os profissionais de saúde, com as famílias e com os recém-nascidos. Desta maneira, a experiência mostra como o profissional de psicologia possui a base teórica necessária para entender o comportamento humano e por seus conhecimentos específicos sobre técnicas e abordagens para conduzir grupos de apoio, o capacita para ser um profissional que pode conduzir grupos de mães, além de promover desde a humanização do ambiente ao estímulo do vínculo mãe- bebê, tornando-se essencial na equipe de trabalho multidisciplinar em UTI neonatal.



É importante destacar que a intervenção com grupos com uso da psicoeducação no âmbito da saúde neonatal não é privativo da Psicologia, engloba também diferentes enfoques disciplinares, visto que a saúde é um conceito amplo que abrange um estado de bem-estar físico, mental, social, espiritual e ambiental. Por esta razão, a psicoeducação faz parte de um modelo de interdisciplinaridade, cumprindo com o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o uso desta estratégia de grupo foi possível validar o potencial que tem esse formato de trabalho multidisciplinar, é uma abordagem poderosa que melhora significativamente a experiência nos serviços de saúde e nos resultados para as mães de neonato e seus bebês, promovendo um ambiente de cuidado compreensivo, empático, com suporte abrangente e eficaz, que aborda as diversas necessidades emocionais, informativas e práticas dessas mulheres.

Um dos grandes desafios evidenciados neste processo é assegurar uma comunicação eficaz entre os profissionais de saúde, manter as ações com mais participação de outras categorias profissionais e garantir um atendimento grupal mais coeso. Por essa razão, é uma prática que necessita de avaliação contínua de sua eficácia e de fazer ajustes conforme necessário para melhor atender às necessidades das mães.

Esse trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema estudado, mas apresentar uma experiência de trabalho para provocar reflexões sobre a organização da prática da psicoeducação em grupo como estratégia de atendimento que pode ser desenvolvida pelos profissionais de saúde que oferecem assistência em UTIs neonatais.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra; MOURÃO, Mariana. Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio. In: **Revista Psicologia e Saúde**, v. 5, n. 2, p. 152-164, 2013. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v5n2/v5n2a11.pdf> (último acesso em 02/10/24).

BANDURA, Albert. **Teoria social cognitiva**. Mercado das Letras, 2017.

BORTOLETTI, Fátima et al. **Psicologia na prática obstétrica: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manoele, 2007, p.21.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. *Acolhimento*. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2008. <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html> (último acesso em 06/10/24).

Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente e normas correlatas. – 2. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 179 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/612011/eca_e_normas_correlatas_2ed.pdf (último acesso em: 02/10/24).

FREITAS, Andréa; GUTIERREZ, Denise. “Intervenções do Psicólogo em Unidades de Terapia Intensiva Neonatais com bebe pré-termos e seus familiares”. In: **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 13, n. 2, jul-dez, p. 226-247, 2021.

GUTMAN, L. **A maternidade e o encontro com a própria sombra**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

GUTMAN, L. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Tradução Luís Carlos Cabral. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso: Manual Técnico**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf (último acesso em 04/10/24).

OLIVEIRA, Lizete et al. Grupo de suporte como estratégia para acolhimento de familiares de pacientes em unidade de terapia intensiva. In: **Revista Escola de Enfermagem USP**. www.ee.usp.br/reecusp/ (último acesso 04/10/24).

PALMA, Priscila; NEUFELD, Carmem. Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência. In: **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. vol.7 no.1 Rio de Janeiro jun. 2011. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100010 (último acesso em 06/10/2024).

PEREIRA, Fernando. **Temas em Psicologia Social: Identidade e Processos Grupais**. Vol. 1. Paco Editorial, 2017.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística**. São Paulo: Summus, 1994.



ROCHA, Ana Paula Ferreira et al. A saúde e o trabalho de médicos de UTI neonatal: um estudo em hospital público no Rio de Janeiro. **In: Physis: revista de saúde coletiva**, v. 25, p. 843-862, 2015.

ROMANO, Wilma. **O psicólogo clínico em hospitais: Contribuição para o aperfeiçoamento da arte no Brasil**. Vetor Editora, 2017.

SILVA, Walmy Porto; GOMES, Isabel Cristina Oliveira. Atuação do psicólogo na unidade de terapia intensiva: uma revisão integrativa da literatura. **In: Psicologia e Saúde em debate**, v. 3, n. 2, p. 44-52, 2017. <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/176> (último acesso em 02/10/24).

SILVA, A. R., Hoffmann, E., & ZACAROM, S. S. (2018). O acolhimento na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: percepção usuários/as e profissionais. **In: Argumentum**, 10(1), 198-212. <http://10.0.71.139/argumentum.v10i1.18739> (último acesso em 03/10/24)

ZANFORLIM, Leidimara Cristina; CERCHIARI, Edneia Albino Nunes; GANASSIN, Fabiane Melo Helner. Dificuldades vivenciadas pelas mães na hospitalização de seus bebês em unidades neonatais. **In: Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 22-35, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000292017> (ultimo acesso em 01/10/24).



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6211>

**DEMOCRACIA, RACISMO E INTERSECCIONALIDADE:
COMO OS MANDATOS COLETIVOS SE APRESENTAM NO
ENFRENTAMENTO DA CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA**

*Democracy, racism and intersectionality:
how collective mandates confront the crisis of representative democracy*

Luciana Pereira Lindenmeyer¹

RESUMO

Nesse artigo, apontamos alguns elementos para entender como a perspectiva interseccional deve estar presente em análises e estudos da atualidade. Aqui, expusemos a crise da democracia brasileira, sua relação com o racismo estrutural presente no país e a contribuição de mandatos coletivos para a superação desse desafio. Apresentaremos o quadro evolutivo de candidaturas coletivas que tiveram êxito nas eleições de 2016 a 2022, nas esferas municipal e estadual, e como a composição desses mandatos pode contribuir para uma nova forma de diálogo de parlamentares com a população. Apresentamos ainda uma análise relacionada ao desempenho dos mandatos, na perspectiva da coletividade. Os Mandatos coletivos vêm trazendo cada vez mais a possibilidade de ocupação de espaços por grupos historicamente apagados, como a população negra, indígena, LGBTQIAPN+ e Pessoas com deficiência. Na proposta de sua atuação, assinala-se a horizontalidade de atuação, quebrando com a forma historicamente construída e hegemônica de atuar no parlamento. Na análise em questão, focamos nosso recorte em mandatos coletivos compostos por mulheres negras no Nordeste do país, no estado do Ceará, onde a capital de Fortaleza elegeu o primeiro mandato coletivo do Estado, a Mandata Nossa Cara. O estudo adota a metodologia da escrivência considerando a proximidade da autora com a campanha e parte inicial da condução do mandato, em seguida fazendo parte da Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos. Apontamos para um melhor acompanhamento dessas candidaturas e seus desdobramentos em mandatos, bem como da legislação

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará - UFC (2020). Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio. Atualmente é Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Possui especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes (2000) e em Informação Científica e Tecnológica em Saúde pela Fiocruz (2007). E-mail: lulinden@alu.ufc.br



necessária para que a efetividade de coletividades representadas nos parlamentos aumente a participação política de populações minorizadas.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Democracia; Racismo; Mandatos Coletivos.

ABSTRACT

In this article, we present some elements to understand how the intersectional perspective should be present in current analyzes and studies. Here, we present the crisis of Brazilian democracy, its relationship with the structural racism present in the country and the contribution of collective mandates to overcoming this challenge. We will present the evolutionary framework of collective candidacies that were successful in the elections from 2016 to 2022, at the municipal and state levels, and how the composition of these mandates can contribute to a new form of dialogue between parliamentarians and the population. We also present an analysis related to the performance of mandates, from the collective perspective. Collective Mandates have increasingly brought about the possibility of occupation of spaces by historically erased groups, such as the black, indigenous, LGBTQIA+ population and people with disabilities. In the proposal for its action, the horizontality of action is presented, breaking with the historically constructed and hegemonic way of acting in parliament. In the analysis in question, we focus our focus on collective mandates composed of black women in the northeast of the country, in the State of Ceará, where the capital of Fortaleza elected the first collective mandate of the State, Mandata Nossa Cara. The study adopts the methodology of writing considering the author's proximity to the campaign and the initial part of the conduct of the mandate, subsequently being part of the National Front of Mandates and Collective Mandates. We aim for better monitoring of these candidacies and their developments in mandates, as well as the necessary legislation so that the effectiveness of groups represented in parliaments increases the political participation of minority populations.

Keywords: Intersectionality; Democracy; Racism; Collective Mandates.

RACISMO E DEMOCRACIA

A crise da democracia brasileira, marcada por uma série de desafios políticos, sociais e econômicos, está intrinsecamente ligada ao racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Desde a abolição da escravidão em 1888, o Brasil nunca realizou um processo efetivo de integração e reparação para a população negra, resultando em desigualdades profundas que persistem até hoje.

De acordo com Mbembe (2018, p.268), na explicação sobre os movimentos no Brasil alguns anos após a abolição, uma corrida pela vida estava sendo disputada. Nesse processo brutal e impiedoso, não havia lugar para os povos não organizados, pouco ambiciosos e incapazes de proteger e defender os interesses. Se não se organizassem, tais povos estavam sob a ameaça do extermínio, puro e simples.

O racismo estrutural no Brasil se manifesta de diversas formas, desde a segregação socioeconômica até a discriminação no sistema de justiça e na política. Essas desigualdades



raciais afetam diretamente a qualidade da democracia no país, pois uma democracia plena só pode existir quando todos os cidadãos têm igualdade de oportunidades e direitos.

A exclusão social e política da população negra se reflete na sub-representação nos espaços de poder. No Congresso Nacional, por exemplo, a presença de parlamentares negros é significativamente menor do que a proporção da população negra no país. Isso limita a capacidade de essa população influenciar políticas públicas que atendam às suas necessidades e avançar no combate ao racismo institucional.

Além disso, o sistema de justiça brasileiro também reflete essas desigualdades raciais. A população negra é desproporcionalmente afetada pela violência policial e encarceramento em massa, muitas vezes sem o devido processo legal. Esses fatores contribuem para a desconfiança das instituições democráticas por parte de uma grande parcela da população, corroendo a legitimidade do sistema democrático.

A crise da democracia representativa, portanto, não pode ser dissociada do racismo estrutural. Para fortalecer a democracia brasileira, é essencial enfrentar essas desigualdades históricas e promover uma verdadeira inclusão racial. Isso inclui políticas afirmativas, reformas no sistema de justiça e maior representatividade política, entre outras medidas. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e democrática para todos os brasileiros.

Quando lembramos de Mbembe trazendo a necessidade de organização para sobrevivência, relacionamos com estratégias que surgem pela organização coletiva do povo negro, das pessoas vulnerabilizadas, periféricas, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTs, entendemos que a luta secular segue viva e dá indícios de resistência e de superação de desafios dos mais diversos.

Mandatos coletivos são mais uma estratégia de ampliar a participação de grupos historicamente vulnerabilizados e marginalizados. Dizemos no movimento negro que enquanto houver racismo não haverá democracia e explicaremos isso no próximo tópico que detalha o conceito da interseccionalidade e sua relação com as demais questões apontadas no texto.



INTERSECCIONALIDADE E DEMOCRACIA

Patricia Hill Collins (2021) nos apresenta de forma muito didática o conceito de interseccionalidade, que surge no âmbito das discussões do feminismo negro. Uma vez que como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, gênero, classe, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

A interseccionalidade permite que as democracias reconheçam que os cidadãos não vivem apenas uma forma de desigualdade. Por exemplo, uma mulher negra enfrenta discriminações simultâneas baseadas em gênero, classe e raça, que são diferentes das experiências de uma mulher branca ou de um homem negro. Ignorar essa complexidade leva a políticas públicas que falham em abordar as necessidades de populações marginalizadas.

No que diz respeito à ampliação da representatividade, esse conceito destaca a necessidade de uma representatividade política que inclua vozes diversas e marginalizadas. A crise da democracia, em parte, vem da percepção de que as instituições são dominadas por elites e não refletem a diversidade da população. Ao integrar diferentes perspectivas interseccionais, a democracia se torna mais inclusiva e capaz de responder às necessidades de grupos historicamente marginalizados.

A interseccionalidade também força a democracia a lidar com questões de justiça histórica. Muitas democracias enfrentam crises porque não resolveram as desigualdades profundas geradas por colonialismo, escravidão, racismo e patriarcado. A interseccionalidade exige que essas questões sejam enfrentadas de maneira holística, criando espaço para a reparação e justiça social que leve em conta as múltiplas dimensões da opressão.

Governos que adotam uma abordagem interseccional são mais aptos a formular políticas que respondem à complexidade das opressões. Por exemplo, uma política de igualdade de gênero que não considere raça, classe ou deficiência pode falhar em melhorar a vida das mulheres mais vulnerabilizadas. A interseccionalidade exige que políticas sociais sejam elaboradas com base em dados desagregados, que mostrem como diferentes grupos são afetados de maneira distinta.



Em relação a participação, a democracia precisa de cidadãos engajados para prosperar, e a interseccionalidade incentiva a inclusão de vozes marginalizadas no processo político. Quando diferentes grupos sentem que suas realidades são levadas em consideração, eles são mais propensos a participar ativamente na vida democrática. Isso pode reduzir a apatia política e fortalecer as instituições democráticas.

Assim, a partir desse conceito e de sua compreensão, valorizamos a iniciativa de mandatos coletivos que se utilizam da coletividade para estabelecer uma nova forma de lidar com o poder, horizontalizando decisões e colocando os grupos impactados de forma interseccional como mulheres negras e indígenas como protagonistas na luta pela modificação do status quo dentro do poder legislativo.

Além da perspectiva interseccional de Collins, Lélia Gonzalez (1988) também contribui com o entendimento das dificuldades impostas pelo racismo que se relacionam com o modelo de democracia excludente e limitante brasileiro. De acordo com Lélia, “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas.

Lélia Gonzalez, destacava que a crise da democracia representativa no Brasil não pode ser compreendida sem levar em consideração o racismo estrutural que permeia todas as esferas da sociedade brasileira. Para ela, a democracia brasileira é profundamente excludente, pois historicamente tem marginalizado e silenciado as vozes das populações negras e indígenas.

A exclusão política da população negra é uma continuidade do projeto colonial, que persistiu através da escravidão e se mantém até os dias atuais por meio de práticas institucionais e sociais que perpetuam a desigualdade. Lélia salientava que a democracia brasileira, ao não incluir efetivamente os negros em suas estruturas de poder e decisão, falha em ser verdadeiramente representativa.

Outro aspecto central na análise dela é a importância da cultura e da identidade. Ela enfatizava que a cultura negra, frequentemente marginalizada ou apropriada de forma superficial, é uma base fundamental para a construção de uma identidade nacional verdadeiramente inclusiva. A democracia representativa no Brasil, segundo Gonzalez, precisa reconhecer e valorizar as contribuições culturais dos negros, promovendo uma política de reconhecimento que vá além da mera inclusão simbólica.



A questão de gênero também fica no centro do debate sobre a crise da democracia. Lélia destacava que as mulheres negras têm sua exclusão política e social agravada por conta das opressões de classe, raça e gênero. A interseccionalidade, conceito que Gonzalez já aplicava em suas análises, é crucial para entender como diferentes formas de opressão se interconectam e se reforçam. Uma democracia verdadeiramente representativa deve, portanto, considerar essas interseções para criar políticas que realmente atendam às necessidades de toda a população.

A EVOLUÇÃO DOS MANDATOS COLETIVOS NO PAÍS

Nesse momento, apresentaremos a evolução dos mandatos coletivos entre 2016 a 2022, considerando eleições gerais e municipais. Outros estudos têm se aprofundado sobre o número de candidaturas e a legislação eleitoral atual brasileira tem sido um dificultador dessa ampliação.

Primeiramente trazemos a definição de mandatas e mandatos coletivos para melhor compreensão. Os mandatos coletivos têm sido implementados, mesmo sem avanço na representação formal de mais representantes legais. A candidatura é registrada no nome de uma pessoa física, com CPF, dentro de algum partido. No entanto, os eleitores ficam conhecendo a proposta de que aquele mandato, caso eleito, será realizado por mais pessoas apresentadas durante a campanha. Não existe uma quantidade máxima, no entanto é comum vermos candidaturas coletivas que contam com 3 até 9 membros que se comprometem a atuar como co-vereadoras ou co-deputadas. A nomenclatura mandata coletiva surge no âmbito de existirem candidaturas exclusivamente de mulheres e para forçar a perspectiva de que mandatos podem se transformar em mandatas caso sejam somente de mulheres em sua condução.

Muito ainda falta para que as candidaturas coletivas possam avançar de forma concreta na legislação, com registro formal de mais de um CPF, mas para isso se faz necessária uma alteração através de emenda constitucional.

Das eleições de 2016 para as de 2022, por exemplo, além da regulamentação de candidaturas coletivas não ter avançado, foram implementadas regras sobre as coligações partidárias e as federações, que de certa forma, contribuem com maior dificuldade no número de candidaturas, pois estabelecem limites numéricos que devem ser respeitados entre os entes da federação.



Além disso, a distribuição de recursos do fundo partidário também é um outro grande desafio, uma vez que as direções definem critérios bastante diferenciados e pouco democráticos. Ou seja, foi preciso instituir uma legislação estabelecendo uma cota de candidaturas de mulheres para que os partidos avançassem na paridade de gênero.

De acordo com Salgado (2018), analisando a reforma política brasileira, sempre em pauta no parlamento, “enquanto parcelas da cidadania demanda uma política mais transparente e responsiva, os que reformam o sistema e os que efetivamente propõem alterações querem um cenário com menos atores, com menos partidos capazes de provocar o controle abstrato de constitucionalidade, e com menos representantes das minorias participando das comissões e das discussões em plenário”.

Mas o número expressivo de candidaturas, que passou de 320 nas eleições de 2020 demonstra que as pessoas, considerando suas vivências e observações dessa democracia, querem ampliar sua participação. Mas não somente através do voto, pois este tem sido utilizado desde a instituição do sistema eleitoral no Brasil, desde o processo de redemocratização com mais afinco, mas não tem trazido resultados concretos de alteração da vida dessas pessoas que convivem com as opressões de maneira interseccional.

Abaixo apresentamos o quadro com mandatos e mandatas que foram eleitos entre 2016 e 2022, nos pleitos gerais ou municipais.

Em nosso acompanhamento realizado na Frente Nacional de Mandatas e Mandatos coletivos, observamos as formas de atuação e a conclusão dos mandatos eleitos entre 2016 e 2020. No quadro, considerando também as mandatas eleitas no pleito de 2022, foram 13 mandatas coletivas somente com mulheres, sendo 16 mandatos compostos de forma mista e somente um mandato composto exclusivamente por homens.

A seguir apresentamos um quadro que sintetiza as experiências de candidaturas eleitas entre 2016 e 2022, com o detalhamento da situação em relação a conclusão, reconfiguração ou renúncia do mandato iniciado.



QUADRO COM A SITUAÇÃO DE MANDATAS E MANDATOS ELEITOS DE 2016 A 2022

2016

Nome do mandato	Partido	Estado/cidade	votos	característica	REGIAO	SITUAÇÃO
ALTO PARAISO	PTN	ALTO PARAISO DE GOIAS	148	MISTO	CENTRO OESTE	CONCLUIDO

2018

Nome do mandato	Partido	Estado/cidade	votos	característica	REGIAO	SITUAÇÃO
JUNTAS	PSOL	PERNAMBUCO	39175	MISTO - MULHERES	NORDESTE	CONCLUIDO
MANDATA ATIVISTA	PSOL - PLURIPARTIDARIO	SÃO PAULO	149844	MISTO	SUDESTE	CONCLUIDO COM DESLIGAMENTOS

2020

Nome do mandato	Partido	Estado/cidade	votos	característica	REGIÃO	SITUAÇÃO
PRETAS POR SALVADOR	PSOL	SALVADOR/B A	3635	MULHERES NEGRAS	NORDESTE	CONCLUIDO COM RECONFIGURAÇÃO
NOSSA CARA	PSOL	FORTALEZA/CE	9824	MULHERES NEGRAS	NORDESTE	CONCLUIDO COM RECONFIGURAÇÃO
QUILOMBO PERIFERICO	PSOL	SÃO PAULO/SP	22.742	MISTO - NEGROS	SUDESTE	CONCLUIDO
BANCADA FEMINISTA	PSOL	SÃO PAULO/SP	46267	MISTO - MULHERES	SUDESTE	CONCLUIDO, ELEITO PARTE NO ESTADUAL E REELEITO
REPRESENTA	CIDAD	TAUBATE/SP	837	MISTO	SUDESTE	CONCLUIDO



TAUBATE	ANIA					
TODAS AS VOZES	PSOL	RIBEIRAO PRETO/SP	2744	MISTO	SUDESTE	DISSOLVIDO CONTINUOU COM OUTRO FORMATO SEM CO VEREADORAS
JUDETI ZILLI	PT	RIBEIRAO PRETO/SP	1614	MISTO	SUDESTE	CONCLUIDO E REEELEITO
COLETIVO PERMACULTURAL	REDE	ALTO PARAISO DE GOIAS/GO	280	MISTO	CENTRO OESTE	CONCLUIDO
COLETIVO NOS	PT	SÃO LUIS - MA	2110	MISTO - NEGROS	NORDESTE	CONCLUIDO E REEELEITO

BEM VIVER	PSOL	FLORIANO POLIS- SC	1660	MISTO - MULHERES	SUL	DISSOLVIDO – CONTINUOU COM OUTRO FORMATO SEM CO VEREADORAS
-----------	------	--------------------	------	------------------	-----	--

COLETIVO LELIAS	PT	CATAGUASES - MG	353	MULHERES NEGRAS	SUDESTE	SEM INFORMAÇÕES
COLETIVA	PT	BELO HORIZONTE-MG	4793	MISTO	SUDESTE	RENUNCIA EM JANEIRO/2021
NOSSA VOZ	PT	ITAJUBÁ - MG	959	MISTO	SUDESTE	CONCLUIDO, MUDANÇA DE COVEREADORA E REEELEITO
COLETIVO	PSB	MACHADOS - MG	394	HOMENS	SUDESTE	CONCLUIDO
MAIS COLETIVO	PSOL	PONTA GROSSA-PR	1294	MISTO	SUL	CONCLUIDO
FANY DAS MANAS	PT	GARANHUNS - PE	918	MISTO - MULHERES	NORDESTE	CONCLUIDO
É AS GURIAS	PC DO B	IJUÍ - RS	1022	MISTO - MULHERES	SUL	CONCLUIDO COM SAIDAS
TEREMOS VEZ	PT	VIAMÃO - RS	1045	MISTO - MULHERES	SUL	CONCLUIDO
COLETIVA DE MULHERES	PT	RIBEIRÃO PIRES - SP	675	MISTO - MULHERES	SUDESTE	CONCLUIDO



COLETIVO JOVEM	AVANTE	NOVA ALIANÇA - SP	194	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO
ATIVOS	PSOL	OSASCO-SP	1837	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO
ENFRETE !	PT	OURINHOS - SP	1058	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO
A CIDADE É SUA	PV	PIRACICABA - SP	941	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO E REELEITO
MUTIRÃO SANTO ANTONIO DO PINHAL	PDT	SANTO ANTONIO DO PINHAL - SP	341	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO
POPULAR COLETIVO	PSOL	SÃO CARLOS - SP	3106	MISTO	SUDESTE	CONCLUÍDO
MULHERES POR MAIS DIREITOS	PSOL	SÃO CAETANO DO SUL - SP	2101	MISTO - MULHERES	SUDESTE	CONCLUÍDO E REELEITO
MOVIMENTO COLETIVO	PCDOB	PORTO ALEGRE/RS	4902	MISTO	SUL	SUPLENTE CONCLUÍDO E REELEITO

2022

Nome do mandato	Partido	Estado/cidade	votos	característica	REGIÃO	SITUAÇÃO
MOVIMENTO PRETAS	PSOL	SÃO PAULO/SP	10678 1	MULHERES NEGRAS	SUDESTE	ELEITO
BANCADA FEMINISTA	PSOL	SÃO PAULO/SP	25977 1	MISTO - MULHERES	SUDESTE	ELEITO

QUADRO 1 – Evolução de mandatos e mandatos coletivos eleitos entre 2016 e 2022 Fonte: Elaboração da autora com base em dados do TSE

DESAFIOS E AVANÇOS DOS MANDATOS COLETIVOS

Nesse artigo, procuramos apresentar algumas contribuições sobre a pesquisa que está em andamento no âmbito do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Dialogando com as perspectivas trazidas pelos autores que trabalhamos no primeiro tópico, reolocamos aqui algumas preocupações pertinentes para analisar esses desafios.

Gonzalez (1988) via na educação um caminho essencial para a transformação social. Ela acreditava que uma educação que promovesse a consciência crítica sobre as questões raciais e de gênero poderia empoderar as populações marginalizadas e fomentar uma participação política mais ativa e informada. Para Gonzalez, a democratização da educação é um passo fundamental para superar a crise da democracia representativa no Brasil.

Sob a perspectiva de Lélia Gonzalez, a crise da democracia representativa no Brasil é uma manifestação das profundas desigualdades raciais, culturais e de gênero que estruturam a sociedade. Para enfrentar essa crise, é necessário um compromisso genuíno com a inclusão política, o reconhecimento cultural e a justiça social. Somente assim a democracia brasileira pode evoluir para um modelo mais justo e representativo, que realmente atenda às necessidades e aspirações de todos os seus cidadãos.

Além de Lélia, consideramos importante também trazer a contribuição de Milton Santos (2000), que em sua obra, abordou a democracia sob a perspectiva das desigualdades sócioespaciais, oferecendo ponderações valiosas sobre como a geografia e a globalização afetam a participação política e a cidadania.

Em seu livro "Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal" (2000), Santos critica a globalização neoliberal, argumentando que ela exacerba as desigualdades e limita a verdadeira democracia. Ele destaca como o modelo econômico dominante marginaliza grandes parcelas da população, concentrando riquezas e poder nas mãos de poucos. Essa concentração de poder tem implicações diretas para a democracia, pois restringe a participação política efetiva e o acesso aos direitos fundamentais.

As análises de Milton Santos complementam as perspectivas de Lélia Gonzalez ao mostrar como a geografia e a economia se entrelaçam com as questões de raça e gênero. Enquanto Gonzalez enfatiza a importância do reconhecimento cultural e da inclusão política das populações negras e das mulheres, Santos destaca as desigualdades espaciais e



econômicas que também precisam ser abordadas para uma democracia verdadeiramente inclusiva.

Considerando esses dois autores, conseguimos fazer um apanhado abrangente da crise da democracia representativa no Brasil. Gonzalez nos lembra da importância de enfrentar o racismo e o sexismo, promovendo uma democracia que valorize todas as identidades culturais. Santos nos alerta para as armadilhas da globalização neoliberal e as desigualdades territoriais que limitam a cidadania e a participação política. Integrar essas perspectivas é crucial para desenvolver estratégias eficazes que promovam uma democracia mais justa e representativa no Brasil.

Considerando que a perspectiva de coletividade, proposta pelas candidaturas coletivas, pode ser um caminho para colocar em prática tudo que os autores questionam e levantam como necessidades de mudanças na democracia, vemos alguns avanços nos mandatos coletivos que conseguiram se eleger e que nesse ano de 2024, a grande maioria terá a conclusão de seu mandato iniciado em 2021.

Um dos avanços pode ser relacionado às pautas. Questões de diversidade de gênero, pautas das pessoas com deficiência, igualdade racial, cultura, educação, transporte público, ambiente, saneamento básico, saúde, violência de gênero foram pautas priorizadas pelos mandatos coletivos.

Não chegamos nessa pesquisa a uma análise detalhada sobre projetos e proposições que foram aprovados a partir de proposição de mandatos coletivos, mas trazemos aqui somente um exemplo da mandata das Juntas, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que propôs e aprovou um projeto que impedia os despejos durante a época de pandemia da COVID. Um olhar voltado para pessoas em ocupações e os impactos de um despejo irregular na vida das pessoas é destaque nas mandatas coletivas que tem a população mais vulnerabilizada como principal foco de atuação.

Como desafios, temos alguns que foram objeto das entrevistas realizadas até o momento. Um deles é o reconhecimento das próprias mandatas coletivas como pessoas eleitas para realizar o trabalho de forma coletiva.

Combinado a esse desafio, trazemos também a questão da violência política de raça e gênero dentro das casas legislativas. A perspectiva da colonialidade que não foi abandonada e as formas de dominação reconfiguradas pelos homens brancos, cis, ricos, com os privilégios intactos, segue impactando a vida da maioria da população minorizada.



VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA

Os movimentos negros explicitam há bastante tempo que “enquanto houver racismo, não haverá democracia”. O que explicitamos aqui, como forma de aprofundar as violências interseccionais vivenciadas por mulheres negras que compõem mandatos coletivos, ilustra de forma didática essa narrativa.

De forma concreta, trago aqui a cena da posse da Mandata Nossa Cara, eleita para a câmara municipal de Fortaleza. A campanha realizada com sucesso por toda a cidade de Fortaleza elege em 15 de novembro a Mandata Coletiva Nossa Cara, composta por três mulheres negras e periféricas. Apesar dos obstáculos, a transparência e o diálogo com os eleitores fizeram com que a Nossa Cara obtivesse a 13ª melhor votação dentre os 43 vereadores eleitos.

Como respeito aos quase 10 mil eleitores de toda a cidade que acreditaram na mandata coletiva, seria uma excelente demonstração a consideração para que as outras duas co-vereadoras estivessem no plenário no momento da posse, junto com a representante que ficou registrada formalmente junto ao TSE, pelas legalidades do regulamento eleitoral.

No entanto, as duas co-vereadoras não puderam adentrar o plenário da Câmara, para, junto com Adriana Gerônimo, representante legal da mandata, tomarem posse de suas atribuições.

Mas a cena que vimos nos jornais foi bem diferente. As duas mulheres negras não puderam adentrar o plenário, mas a cachorrinha do prefeito teve sua entrada liberada, conforme notícia abaixo.

Por Alessandra Castro - 01/01/2021 - 17:21

Marrion participa de posse de Sarto na Câmara ao lado da primeira-dama de Fortaleza

A cadelinha Marrion, que viralizou na internet com vários memes durante a campanha eleitoral, participa da cerimônia de posse do prefeito de Fortaleza, Sarto Nogueira (PDT), ao lado da primeira-dama Natália Herculano. A cadela, da raça Lulu da Pomerânia, arrancou risos do prefeito ao ser lembrada pelo presidente da Casa, Antônio Henrique (PDT).



Fonte: site ponto poder

Pessoas brancas seguem sendo privilegiadas e esfregando seu poder na cara da sociedade. As violências vivenciadas pelas mandatas, principalmente aquelas compostas somente por mulheres negras, são as mais diversas e um dos maiores desafios. Em 2023 foi aprovada lei nacional que enfrenta e combate à violência política de gênero.

Um outro desafio que identificamos no decurso da pesquisa é colocar em prática a própria coletividade defendida pelas candidaturas. Ao adentrar um local pensado e historicamente feito para que pessoas se tornassem os “representantes do povo”, o que vemos é um mandatário de uma cadeira em assembleia ou câmara municipal que passa os 4 anos de mandato, fazendo tudo diferente do que prometeu. Votam contrários à população, desaparecem das ruas que percorreram para pedir os votos que os elegeram e legislam em causa própria.

As candidaturas, transformadas em mandatas e mandatos, chegam nesse ambiente e enfrentam dificuldades para fugir desse padrão secular instituído, de candidaturas de homens brancos e com a cisheteronormatividade como regra.

Os partidos políticos também são desafios citados pelas mandatas, uma vez que também seguem, mesmo os de esquerda, padrões que priorizam recursos para pessoas brancas, homens cis e heterossexuais. A perspectiva trazida pelas candidaturas coletivas é para alterar essa figura, essas fotos do poder. Mas os partidos políticos também não conseguem, por exemplo, colocar a luta e enfrentamento ao racismo como central de suas pautas e também colidem com os interesses da coletividade trazida pelas mandatas.



Concluimos este artigo sinalizando que a pesquisa se encontra em andamento e buscará aprofundar outras questões enfrentadas pelas mandatas eleitas, principalmente considerando as eleições municipais desse ano que podem significar reeleição, mudança na configuração da mandata ou ainda mudança de rumos por parte das componentes das mandatas que estão nos últimos meses.

Terminamos destacando que a perspectiva interseccional deve ser uma defesa intransigente de qualquer defesa de um modelo político diferente, que priorize a maioria da população brasileira, negros, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ e aqueles e aquelas que, diante do contexto brasileiro, seguem sendo vulnerabilizadas pelas desigualdades do país e pela falta de políticas públicas que mude essa realidade de forma concreta e decisiva.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, P.H. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo. 2021
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. **Pensamento feminista hoje- perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sobre el gobierno privado indirecto. España, 2016.
- SALGADO, E.D. **Reforma Política**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6124>

GUERREIRAS NÃO, EXPLORADAS PELO PATRIARCADO E CAPITALISMO

Not warriors, but women exploited by patriarchy and capitalism

Jessyka Rodrigues¹
Hallisson Eduardo dos Santos Pinho²
Dandara Leite Carvalho³
Maria Laura Mendes dos Santos Leal⁴

RESUMO

Este artigo investiga o trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) em Parnaíba-PI sob uma perspectiva interseccional, considerando como raça, gênero e classe influenciam suas experiências, especialmente durante a crise sanitária provocada pela COVID-19. Utilizando entrevistas semiestruturadas como metodologia, o estudo revela desafios significativos enfrentados pelas ACS, incluindo condições de trabalho insalubres, negligência estatal e municipal, desvalorização da profissão, estresse emocional, medo, ansiedade e sobrecarga devido à dupla ou tripla jornada de trabalho. A análise conclui que são necessárias intervenções para assegurar os direitos, dignidade e valorização adequada das ACS, que desempenham um papel crucial na saúde pública em todos os territórios do país.

Palavras-chave: Agentes Comunitárias de Saúde. interseccionalidade. Saúde. Covid-19.

ABSTRACT

This article investigates the work of Community Health Agents (ACS) in Parnaíba-PI from an intersectional perspective, considering how race, gender, and class intersect in their daily work, especially during the COVID-19 pandemic. The methodology employed for data collection was semi-structured interviews. Through these interviews, the study sheds light on the various challenges faced by ACS, such as unhealthy working conditions, state and municipal neglect, devaluation of the profession, emotional stress, fear, anxiety, and the burden of dual or triple work

¹ FIOCRUZ Piauí. E-mail: jessyka.rodrigues@fiocruz.br

² FIOCRUZ Piauí. E-mail: hallipsico@gmail.com

³ FIOCRUZ Piauí. E-mail: dandaracvlh@gmail.com

⁴ UFDPAR. E-mail: marialaura@ufdpar.edu.br



shifts, among others. The study concludes that it is necessary to implement actions to ensure the rights, dignity, and proper recognition of ACS, who are essential for the functioning of public health across the country.

Keywords: Community Health Agents. intersectionality. Health. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Decidimos adotar uma postura transfeminista, inspirada na professora travesti negra Megg Rayara (2017), ao defender uma sociedade não sexista, uma vez que consideramos a escrita um dispositivo relevante para tensionar aparatos coloniais, como o dicionário de língua portuguesa, que atuam no apagamento de mulheridades na academia e, por conseguinte, dá maior visibilidade às autoras pesquisadoras, ativistas etc. Importante enfatizar que, na primeira vez que faço uma citação, transcrevo seus nomes por extenso, e não apenas o sobrenome, além de adotar a flexão de gênero na minha escrita, iniciando sempre com o gênero feminino, o que faz parte de uma política de reparação. Essa estratégia é uma das formas que encontramos para desafiar o androcentrismo linguístico, quando usam a palavra “homem” como universal capaz de abarcar toda a complexidade da humanidade, sinalizado na tese de mestrado pela mulher cisgênera, branca e pansexual Valdenia Sampaio Araújo (2012).

Dito isso, a crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19 no Brasil revelou as fragilidades das políticas de saúde que por sua vez interferiu no processo de trabalho das/os agentes comunitário de saúde causando adoecimento físico e mental. Os casos de covid-19 proliferaram rapidamente acompanhado de óbito e descaso do poder público em assegurar o mínimo para população em situação de vulnerabilidade social.

O contexto adverso e caótico de saúde pública na covid-19 foi mais intenso para populações que não acessam políticas de renda, habitação, saneamento básico entre outras. Desse modo, as medidas paliativas foram construídas sob ótica de corporalidades não brancas, não cis e para essa população sumariamente citada. O desafio da população era de filtrar as informações sobre covid-19 e as *fake news* produzidas pelo governo negacionista. Mas como filtrar tais informações quando não tem na mesa o básico para comer? Os agentes comunitários de saúde por acessarem a realidade dessa população através da Atenção



Primária à Saúde e saberem das lacunas existentes na política de saúde sentem-se impotentes, o que contribui para sentimentos de frustrações corroborando com adoecimento mental dessas/es profissionais que atuam na ponta da política de saúde.

O processo de desumanização da população atravessada por raça/etnia, gênero entre outros eixos de opressão é potencializada quando políticas emergenciais são construídas sem considerar esses marcadores ancorados ao território. Na contramão dos direitos humanos a figura máxima da política brasileira (presidente) tornou-se o principal “garoto propaganda” da inexistência da gravidade e perigo que as/os brasileiras enfrentaram no cenário da covid-19. A desobediência do “garoto” foi uma marca forte em não seguir as recomendações sanitárias de prevenção a covid-19 da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dispositivos de saúde e trabalhadoras/es que atuavam na linha de frente da pandemia da covid-19 assim como usuárias e usuários foram penalizados e responsabilizados por uma conjuntura política que não valorizava a ciência. O processo de trabalho que antes da pandemia era permeado por desafios para gestores e trabalhadoras/es tornou-se mais complexo diante de demandas advindas da covid-19, que para além dos agravantes físicos se estendia a saúde mental, que era pouco discutida e ofertada quando gestores decidiam qual dispositivo de saúde deveria funcionar durante a crise, delimitando com essa ação quais pessoas acessariam ou não o direito à saúde, reforçando ainda mais o processo de exclusão e marginalização.

No Brasil a saúde mental é trabalhada após o diagnóstico e não de forma preventiva. Ainda que a covid-19 tenha revelado a importância de políticas públicas no âmbito da saúde mental, gestores realizam ações limitadas no mês de setembro, Setembro Amarelo, influenciados por modelos campanhistas de saúde, que executam ações isoladas e que há décadas tem sua eficácia questionada quanto a melhoria da saúde da população e que não alteram em nada a realidade do adoecimento mental individual e coletivo durante os outros meses do ano.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou a interseccionalidade como metodologia para analisar a interação complexa entre múltiplos sistemas de opressão, com foco na interconexão entre gênero, raça e a experiência social durante a pandemia de COVID-19. O objetivo foi revelar



as disparidades e iniquidades que emergem em crises sanitárias, considerando como raça, gênero e outros determinantes sociais influenciam essas desigualdades.

O trabalho não apenas explora a diversidade de experiências e perspectivas dentro de grupos sociais, mas também examina as relações de poder e hierarquias que estruturam a sociedade. Ao reconhecer e analisar as interseções entre diferentes formas de opressão, buscamos enriquecer e aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e das experiências individuais em contextos de diversidade e desigualdade.

Essa abordagem contribui para uma produção de conhecimento mais sofisticada e crítica, engajada com as realidades complexas das sociedades contemporâneas e a distribuição desigual de recursos, oportunidades e privilégios. Além disso, visa informar a construção de políticas públicas para agentes comunitários de saúde, destacando a importância dos determinantes de raça e gênero nesse processo.

ATRAVESSAMENTOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE

Através dos relatos das ACS foi possível observar uma série de repercussões na saúde mental dessas trabalhadoras relacionadas ao contexto de trabalho. No que diz respeito ao período da pandemia, os sentimentos de medo, solidão, desamparo e preocupação eram constantes, principalmente por serem profissionais de saúde estando em contato direto com a população num período tão complexo de calamidade pública.

Nesse contexto, o período pandêmico foi extremamente desafiador e desgastante para essa categoria profissional, a falta de recursos associados a precarização do trabalho, como a ausência de equipamentos individuais de proteção (EPI) que fossem adequados, obrigava as ACS a irem trabalhar reféns da insegurança e do temor de circularem por seus territórios e serem contaminadas pelo vírus, ou até mesmo, de se tornarem vetor de contaminação na casa de outras pessoas e de suas próprias famílias, sendo um período de muita aflição e angústia segundo elas.

Além disso, outro sentimento relatado foi o despreparo, a sensação de estar muito aquém da situação e de não ver seus trabalhos sendo executados de maneira adequada e eficiente. Foi uma época em que a falta de suporte às ACS prejudicou diretamente o suporte que elas poderiam oferecer para a própria comunidade. Esse momento de emergência



sanitária requeria muito mais amparo pelo poder público, mais treinamentos, ferramentas de trabalho e também mais escuta para acolher as demandas e os desafios cotidianos enfrentados por elas.

Todo esse contexto de trabalho contribui para uma rotina altamente estressante e ansiogênica para as ACS, que estavam submetidas a condições de trabalho insalubres e também de potencial adoecimento mental. A sobrecarga de trabalho em termos de cobertura populacional exigida para elas por si só já representa um grande peso, somado à conjuntura de escassez de recursos e ao alto número de demandas de adoecimento na época, acabavam gerando de forma constante estresse ocupacional e emocional para essas profissionais.

O dia a dia de estarem expostas aos problemas de saúde da comunidade era outro fator de sofrimento, por se sentirem impossibilitadas e impotentes de contribuir na transformação daquela realidade com a velocidade e às vezes a urgência que necessitava. Em outras palavras, havia uma frustração e insatisfação com o trabalho que impactavam diretamente na saúde mental e no desempenho das suas atividades laborais no dia a dia.

Para além do contexto pandêmico, é preciso apontar que trabalhos envolvendo cuidados, escuta e acolhimento são historicamente desvalorizados no Brasil. Considerando o contexto de colonização escravocrata em que se estruturava a divisão sexual e racial do trabalho, pessoas negras, indígenas e principalmente mulheres tinham sua força de trabalho extorquidas pelos brancos colonizadores ao mesmo tempo que eram menosprezadas por executarem sobretudo trabalhos reprodutivos, de manutenção da vida social e doméstica (Alvaro, 2024).

Nesse cenário, mesmo após o processo de abolição da escravatura, a percepção social a respeito do trabalho reprodutivo, trabalhos manuais e braçais ainda é contaminada por esse período histórico, onde essas atividades continuam sendo desvalorizadas e vistas como inferiores pela sociedade capitalista e classista (Alvaro, 2024). Desse modo, é possível perceber algumas raízes históricas por trás do sucateamento, insalubridade, baixa remuneração e pouco reconhecimento social de alguns ofícios e profissões.

Ainda sobre as narrativas das ACSs, estavam relatos de que homens as questionavam sobre o medo, sentimento que se fez muito presente durante o período da pandemia, e que, mesmo com medo e enfrentando o sucateamento da saúde pública, as ACSs não puderam parar. Esse questionamento elucida os desafios de mulheres em serviços essenciais de cuidado, trabalhos que são historicamente delegados a mulheres na divisão



sexual e racial do trabalho, já que existe a ideia patriarcal de que mulheres precisam enfrentar tudo para cuidar das pessoas (Brioli, 2018)

O cuidado é algo que faz parte da vida cotidiana, tanto no nível individual quanto no coletivo. Na sociedade capitalista da divisão sexual e racial do trabalho o cuidado é atribuído para mulheres, principalmente se essas mulheres são negras, porque a estrutura capitalista da sociedade brasileira se fundou através da colonização e exploração das populações negras e indígenas conforme a Mulher negra e Antropóloga Lélia Gonzalez, (1984).

É possível perceber isso através das profissões que são majoritariamente ocupadas por mulheres, como as de lecionar na educação infantil e os trabalhos mais desvalorizados na área da saúde. Nas narrativas das ACSs, estava presente a ideia de que elas precisavam cuidar das outras pessoas mesmo com a crise sanitária no Brasil, algo que se diferenciava dos homens que o tempo todo faziam questionamentos e não sentiam essa necessidade de cuidar do outro (De Paiva Abreu, Hirata e Lombardi, 2017).

Além das obrigações na profissão, as ACSs se viam mais sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidado com a família. O trabalho doméstico é mais um dos trabalhos não remunerados que as mulheres exercem na sociedade capitalista, trabalho esse que se soma com o contexto pandêmico de crise sanitária, falta de equipamentos, sobrecarga de trabalho, ansiedade e medo constante de contrair o Covid-19, resultando em adoecimento e sofrimento mental para essas mulheres (Vieira-Meyer, 2023)

Esse ordenamento social por sua vez acaba por criar influências psicossociais que determinam também sobre as condições de trabalho de algumas categorias profissionais, desde a percepção subjetiva dessas trabalhadoras a respeito de si mesmas, em termos de baixa autoestima profissional, conformismo e pessimismo pela situação ruim de trabalho por exemplo, até a naturalização material de contextos degradantes, de escassez e nocivos a saúde física e mental.

Considerando essa conjuntura alarmante, é preciso planejar e executar ações frente aos desafios agudos trazidos pelas ACS, que deem conta de acolher suas demandas, de ofertar suporte psicológico para o fortalecimento da saúde mental dessa categoria, além de intervir com o compromisso de transformar positivamente as condições de trabalho subjetivas e materiais dessas profissionais, a fim de assegurar os direitos, a dignidade e



valorização adequada às ACS, que desempenham um papel crucial na saúde pública em todos os territórios do país.

A SAÚDE MENTAL DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE NA PANDEMIA DA CONVID-19 SOB OUTRAS ANÁLISES

1. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? Guilherme Nabuco, Maria Helena Pereira Pires de Oliveira e Marcelo Pellizzaro Dias Afonso, 2020. (Atenção primária à saúde)
2. Equipe da Atenção Primária à Saúde na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. Ana Maria Costa, Maria Lucia Frizon Rizzotto, Lenaura de Vasconcelos e Costa Lobato, 2020. (A população brasileira)
3. Desafios para Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise do trabalho das agentes comunitárias de saúde durante a pandemia de covid 19. Michelle Fernandez, Gabriela Lotta e Marcela Corrêa, 2021. (Ciber-espço/ Agentes comunitários de saúde)
4. Prevalência de ansiedade e depressão em trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. Rayara de Souza Julio, Luciano Garcia Lourenção, Stella Minasi de Oliveira, Dóris Helena Ribeiro Farias e Cláudia Eli Gazettab, 2022. (Interior paulista/ Profissionais das equipes da Atenção Primária à Saúde)
5. Entre o vínculo e o distanciamento: desafios na atuação de Agentes Comunitárias de Saúde. Maique Berlote Martins e Davide Carbonai, 2022. (Porto Alegre-RS/ Agentes comunitários de saúde)
6. Equipes de aprendizagem ativa na educação em saúde: ensino-serviço-comunidade na prevenção da contaminação por Covid-19. Rodrigo Silva Santos, Lorena Aguiar do Carmo, Jéssica Tais Barreto Jorge e Lina Faria, 2023. (Universidade de São Paulo (DTM/ FMUSP), docente, discentes da área da Saúde, professores e estudantes do ensino médio e agentes comunitários de saúde)
7. Saúde mental de agentes comunitários de saúde no contexto da COVID-19. Maristela Inês Osawa Vasconcelos, Maria Socorro de Araújo Dias, Felipe Proença de Oliveira, Maria de Fátima Antero Sousa Machado, Marcia C. Castro e Aisha Khizar Yousafzai, 2023. (Fortaleza (Ceará), João Pessoa (Paraíba), Recife (Pernambuco) e Teresina (Piauí), e quatro cidades do interior do Ceará: Crato, Juazeiro, Barbalha e Sobral/ Agentes comunitários de saúde)

Ao explorar as plataformas Scielo e Google Acadêmico existem poucas pesquisas sobre o adoecimento mental da/os agentes comunitários de saúde na pandemia da covid-19. Embora estejamos no cenário pós-pandêmico, não podemos esquecer de um passado bem próximo, onde agentes comunitários atuaram na linha de frente na crise sanitária mesmo quando não lhes ofertaram o básico para trabalhar, nos referimos a máscaras, luvas, álcool em gel entre outros Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs).

Os trabalhos apresentam inovações na aprendizagem de educação e prevenção da covid-19 e nos provocam a refletir sobre o viés pedagógico nesse processo de educação



com ACS e a comunidade no cenário da covid-19. Contudo, esta análise não leva em consideração a interseccionalidade inserida nas corporalidade profissionais e das(os) usuárias. A educação em saúde pautada pelo trabalho não consegue alcançar outros fatores sociais que deixam a população atravessada por gênero, raça e classe vulnerabilizadas a contaminação da covid 19.

As autoras e autores trazem no escopo dos textos o conceito de saúde ancorado na participação de gestores e da população, onde esse diálogo aconteceria através da tecnologia e suas inúmeras facetas, porém a população no Brasil é constituída por corporalidades interseccionadas que algumas não acessam dispositivos com celular e quando os têm não sabem manusear, o que se torna um empecilho para acompanhar as informações sobre saúde e prevenção da covid-19. A falta dessa análise sob a ótica interseccional reverbera no fracasso da construção de uma saúde coletiva com alcance para todas as pessoas.

O planejamento pontuado pelas autoras e autores denunciam o despreparo dos gestores em lidar com situações de emergências e quando partem para a construção de ações não identificam as especificidades dos territórios e das corporalidades interseccionadas. Essa lacuna existe desde a formação educacional e reflete no fazer profissional, pois não é ofertado para os profissionais aporte teórico-metodológico para que se construa instrumentais que possibilitem a ampliação de projetos que leia as cidadãs e cidadãos na sua totalidade e particularidades.

As pesquisas não oferecem devolutivas concretas para agentes comunitárias de saúde, tampouco para usuárias/os da saúde no que diz respeito a políticas públicas de saúde mental. Nesse sentido, enfatizamos a importância da construção de planejamento com a participação social na sua amplitude seja com trabalhadores, gestores e usuárias(os) da saúde. O Estado Democrático e de Direito deve ser acionado e responsabilizado quando não atender as demandas das profissionais e usuárias(os) de saúde.

A PRESENÇA DA INTERSECCIONALIDADE NO COTIDIANO PROFISSIONAL DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE

Parnaíba-PI é o território onde residem as ACSs que nos proporcionaram as observações sobre o quanto marcadores sociais de raça, gênero entres outros, estão inseridos no processo de trabalho e como o Estado se manifesta no que diz respeito à



construção de políticas públicas na pandemia da covid-19 e pós pandemia para essas profissionais compreendendo suas especificidades.

Notoriamente ser mulher na sociedade brasileira é um fardo, quando essa mulher é negra, travesti, indígena, com deficiência e quilombola os desafios são gigantescos reverberando no processo de desumanização dessas corporalidades interseccionadas. Na vida desses profissionais não é somente o marcador de classe que impede que sejam ouvidas ou vistas como pessoas com direito, o gênero e a raça devem ser considerados categorias analíticas para revelar como a estrutura opressora se desenvolve na sociedade.

Para a marxista Heleith Saffioti (1978) os argumentos biológicos só foram utilizados a fim de mostrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da "inferioridade" feminina. Por outro lado, este argumento serve também para revelar, mais uma vez, a elaboração social de fenômenos orgânicos, portanto, naturais. Ademais, a elaboração ideológica caminha em sentido oposto ao das evidências orgânicas, pois as tábuas de vida da maioria esmagadora dos países mostram que as mulheres são mais longevas que os homens.

O discurso religioso é algo presente no cotidiano das profissionais ao ponto de romantizar a precarização no trabalho conectados por dispositivos de gênero e raça. O papel de um Estado democrático e de direito, ou ausência deste é remetida a ilusão de que “Deus” sabe de tudo e logo resolverá a precarização desses profissionais. No cenário caótico da covid-19 a fé da população brasileira foi colocada como única forma de enfrentamento à crise sanitária desconsiderando a história e importância da ciência em outras crises sanitárias.

Também foi observado pelas ACSs a negligência que profissionais de saúde tinham com a população negra e pobre, onde suas reclamações não foram ouvidas e consideradas. Tendo em vista os relatos de que a população negra era maioria das comunidades onde cada ACS estava responsável, também mostrando a presença na interseccionalidade no cotidiano da profissão, já que essa população empobrecida e dependente da saúde pública é negra.

Além das questões citadas, vale acrescentar que várias ACSs relataram a pouca quantidade de travestis sendo assistidas por elas, além de uma certa dificuldade em acessar a população de travestis pela resistência adquirida por elas devido às violências transfóbicas. Durante a pandemia do Covid-19 a população de travestis parnaibanas estava passando por situações muito difíceis, tal qual o aumento na violência e uma maior



dificuldade de conseguir emprego, como é relatado pela travesti negra Jéssyka Rodrigues (2021). Essa é mais um dos exemplos de como essa profissão é atravessada pela interseccionalidade, tanto pelas profissionais quanto pela população assistida.

NEGLIGÊNCIA DO ESTADO: FALHAS DE GESTÃO, DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO E NECROPOLÍTICA

Mundialmente, a súbita propagação do coronavírus desencadeou um panorama de riscos e incertezas generalizado, mas, sobretudo, direcionado aos profissionais de saúde que atuavam na linha de frente do combate à pandemia. Nacionalmente, as vulnerabilidades vivenciadas por esses profissionais foram aprofundadas devido às falhas governamentais em dirimir os prejuízos da crise, a exemplo da péssima condução de estratégias de enfrentamento à Covid-19. Devido ao descaso, esses profissionais de saúde tornaram-se ainda mais vulneráveis a situações que os submetiam a riscos desnecessários.

As agentes comunitárias de saúde configuram-se uma fatia demográfica que sofreu diretamente com a má gestão da pandemia, visto que comprometeu a saúde, física e mentalmente, além de impactar na maneira delas se relacionarem com os usuários dos serviços de saúde. Todos esses aspectos, além de suscitar inseguranças em relação ao futuro da sua profissão, diminuiu o acesso da sociedade aos cuidados integrais, de modo a agravar condições de saúde da população e impactar na dinâmica organizacional da Atenção Primária à Saúde (Fernandez, Lotta & Corrêa, 2021).

Vários estudos já apontaram que estas trabalhadoras estão expostas a situações de vulnerabilidades em muitos contextos, exemplificadas na precarização do trabalho, baixa qualidade de vida, perpetuação de configurações hierárquicas de trabalho, lacunas de treinamento e sofrimento mental (Nunes, 2020; Morosini, Fonseca e Lima, 2017; Fernandez, Lotta & Corrêa, 2021).

Durante a pandemia tanto o treinamento como o direcionamento destas profissionais de saúde para combater a Covid-19 não foram formalizados como uma política nacional deliberada, haja vista a publicação do governo federal de uma recomendação de como as ACSs deveriam atuar na pandemia somente um mês depois do primeiro caso confirmado no país. Além disso, nenhuma diretriz informou sobre a continuidade do trabalho de



monitoramento e acompanhamento nesse panorama de exigências de isolamento social (Lotta et al., 2020; Fernandez, Lotta, Corrêa, 2021). Desse modo, implementa-se um cenário de emergência sanitária composto por diversas incertezas, nos quais as ACSs não obtiveram suporte governamental para exercer todo seu potencial crucial seja no diagnóstico de áreas de risco e focos de contaminação, seja na articulação de medidas preventivas e acompanhamento da população, sobretudo daquelas pessoas com comorbidades (Morosini, Fonseca e Lima, 2017).

No que tange a um aprofundamento de desigualdades, várias menções versam sobre a falta de apoio da gestão, falta de recursos e de condições materiais para trabalhar e também falta de treinamento e direcionamentos específicos:

Até a questão dos próprios exames, dos testes pra gente foi meio difícil a gente conseguir... Eu como ACS, eu cobrava muito, dizia assim, cadê? Não vem teste pra nós? Porque a gente vai estar adentrando a residência, conversando com os paciente, cadê os nossos EPIs? Cadê as informações pra nós? Cadê o cuidado com os ACS? Eu senti muita dificuldade nisso. Um atraso muito grande na questão dos ACS, porque teve muita ACS que adquiriu a covid. Eu fui uma, né? Terceira vez que eu peguei, e eu reclamava muito porque... poxa, cuidam do médico e do enfermeiro nas visitas domiciliares. Cadê a gente, o ACS, pra poder ter o equipamento de segurança? Pra chegar até uma visita a um paciente acamado, aí a gente não tinha. Era preciso a gente estar cobrando e quando vinha era uma quantidade muito pouca e tanto na parte psicológica, quanto na parte mesmo de prevenção da covid, eu achei muito descaso. Pra nós ACS que sempre a gente recebe a fala de dizer, “olha, vocês são o elo de ligação da comunidade com a equipe de saúde”. E o cuidado com a gente, cuidando do cuidador, é zero, eu acho zero, cuidando do cuidador, nós como ACS. (ACS.3).

Essas falas, somadas ao contexto das relações socioeconômicas e geopolíticas em que estão inseridas, exemplificam na prática estratégias de fortificação da necropolítica. Diferentemente da biopolítica que se concentra na gestão da vida, a necropolítica se centraliza no gerenciamento político de “deixar matar” e “fazer morrer” corporalidades ditas como matáveis, ou seja corporalidades dissidentes, marcadas pela colonização e racialização dos discursos. Esse processo de aniquilação está presente para essas corporalidades desde a escravização e da diáspora africana e se reedita no cenário pandêmico, isso porque para a gestão necropolítica interessa a política de morte de corpos que não respondam ao sobrevivencialismo socioeconômico, ou ainda que retroalimentam, em sua morte, a vitalidade de forças que se dizem hegemônicas, tais como o racismo, a cisheteronormatividade, o colonialismo e o patriarcado (Mbembe, 2018; Agamben, 2000; Ferigato, Morato, de Andrade Leite, 2020).



Desse modo, constata-se que é de interesse desses grupos sob a figura do Estado, a endemização da pandemia, bem como o genocídio de parcela significativa da população (PELBART, 2007; FERIGATO, MORATO, DE ANDRADE LEITE, 2020). A partir desses conceitos, é possível escurecer (termo que faz oposição a palavarar “esclarecer” tendo em vista o racismo linguístico presente na língua portuguesa), as razões dos exauridos apoios políticos e financeiros a programas de valorização de ACS, de modo a resultar na carência de infraestrutura, suprimentos, baixa remuneração, supervisão inadequada e formação insatisfatória. Esses são desafios antigos da categoria que ainda não são contemplados completamente pelas agendas governamentais, reflexo também da questão histórica de gênero que marca o trabalho das ACSs, visto que os ofícios desempenhados pela classe é tido como uma extensão do trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres (MÉLLO, SANTOS, ALBUQUERQUE, 2023).

Nas entrevistas, muitas profissionais se mostraram sobrecarregadas por conta dessas imbricações, mas que por conta de todo o cenário de crise, tinham que se mostrar fortes:

Não foi muito fácil, porque as pessoas acham, assim, que mulher é fraca, né? Não tem força, mas eu aí foi que eu fiquei forte, porque eu vi que eu era uma sustentação para aquelas pessoas que estavam apavoradas, então eu ficava “gente, vamos ter calma, vamos fazer o que tem que ser feito, senão ninguém vai conseguir. (ACS1).

Não tinha assim como descrever ser mulher ou ser uma profissional, o que eu queria era que acabasse logo aquela situação, mas eu tinha que mostrar que eu era forte pras pessoas que estavam desesperada (ACS2)

Essas falas demonstram uma crescente consciência coletiva de como tal modalidade de trabalho é explorada, a exemplo dos baixos salários, vínculos empregatícios precarizados e sem proteção social, destacando a desvalorização dessas trabalhadoras não apenas pelo Estado, mas pelos serviços/profissionais de saúde e pela sociedade (Barbosa et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) em Parnaíba-PI, analisado sob uma perspectiva interseccional, revela um panorama desafiador e alarmante das condições enfrentadas por essas profissionais durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa demonstra como fatores de raça, gênero e classe social exacerbam as dificuldades



enfrentadas pelas ACS, destacando a negligência do Estado e a falta de valorização dessa profissão crucial para a saúde pública.

As experiências das ACS durante a crise sanitária foram marcadas por condições de trabalho insalubres, estresse emocional e sobrecarga devido à dupla ou tripla jornada. A falta de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), a desvalorização da profissão e a ausência de políticas públicas eficazes em saúde mental evidenciam a fragilidade do suporte governamental e a precarização do trabalho dessas profissionais. O despreparo dos gestores para lidar com a emergência sanitária, somado à ausência de diretrizes claras e treinamento adequado, contribuiu para o agravamento das condições de saúde das ACS e da população que atendem.

Ademais, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de uma abordagem interseccional na formulação e implementação de políticas públicas, que considere as múltiplas dimensões de vulnerabilidade das ACS e da população atendida. A integração de perspectivas sociais e a participação ativa dos trabalhadores da saúde e dos usuários na elaboração de estratégias de saúde são essenciais para garantir uma resposta mais eficaz e equitativa em crises futuras.

Portanto, é imperativo que o Estado e as instituições responsáveis pela saúde pública assumam a responsabilidade de corrigir essas lacunas, proporcionando melhores condições de trabalho, valorização profissional e suporte psicológico às ACS. A construção de uma saúde coletiva robusta e inclusiva deve passar pela garantia de direitos e pela dignificação dessas trabalhadoras, que desempenham um papel vital na promoção e manutenção da saúde da comunidade.

O trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde deve ser reconhecido e respeitado, com a implementação de políticas que assegurem condições dignas de trabalho e que respondam às necessidades específicas desses profissionais e da população que atendem. A justiça social e a equidade na saúde só poderão ser alcançadas com a valorização e o apoio efetivo a todos os envolvidos no sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. A imanência absoluta. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: 34 Letras, 2000.

ALVARO, M. C. Colonização, patriarcado e racismo: uma análise feminista e antirracista
CADERNOS PET, V. 16, N. 31



- de um Brasil oculto e pungente. **O Social em Questão**, nº 60, p. 183-206, 2024.
- ARAÚJO, V. P. de S. **Educação e diversidade(s): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2012.
- BARBOSA, Regina Helena Simões et al. Gênero e trabalho em saúde: um olhar crítico sobre o trabalho de agentes comunitárias/os de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 751-765, 2012.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- DA SILVA RODRIGUES, Jessyka et al. Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em ParnaíbaPI. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 39-55, 2021.
- DE PAIVA ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Boitempo Editorial, 2017.
- FERIGATO, Sabrina Helena; MORATO, Giovana Garcia; DE ANDRADE LEITE, Paula Fernanda. **BIOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UMA EXPERIÊNCIA PANDÊMICA**. FACOS-UFSM, p. 131.
- FERNANDEZ, Michelle; LOTTA, Gabriela; CORRÊA, Marcela. Desafios para a Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise do trabalho das agentes comunitárias de saúde durante a pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00321153, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- LOTTA, Gabriela et al. Community health workers reveal COVID-19 disaster in Brazil. **The Lancet**, London, England, v. 396, n. 10.248, p. 365-366, 2020. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)31521-X.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.
- MÉLLO, Livia Milena Barbosa de Deus; SANTOS, Romário Correia dos; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de. Agentes Comunitárias de Saúde: o que dizem os estudos internacionais?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 501-520, 2023.
- MOROSINI, Márcia V. G. C.; FONSECA, Angélica F.; LIMA, Luciana D. Política nacional de atenção básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 11-24, 2018. DOI: 10.1590/0103-1104201811601.
- NUNES, João. The everyday political economy of health: community health workers and the response to the 2015 Zika outbreak in Brazil. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 1, p. 146-166, 2020. DOI: 10.1080/09692290.2019.1625800.
- PELBART, Peter Pál. **Biopolítica**. Sala Preta, São Paulo, n. 7, p. 57-65, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho**. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.
- VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes et al. Saúde mental de agentes comunitários de saúde no contexto da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2363-2376, 2023.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6101>

**INTERSECÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS JUVENTUDES NEGRAS, POBRES E
PERIFÉRICAS DO BRASIL**

*Intersections of Race, Gender, and Class: A Literature Review on Black, Poor, and Peripheral
Youths in Brazil*

Carmem Letícia dos Santos¹
Luís Carlos da Costa Silva²
Maria Letícia de Araújo dos Santos³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil, com o objetivo de analisar as desigualdades de raça, gênero e classe, e como esses sistemas ao se correlacionarem criam experiências particulares a estes segmentos populacionais. Deste modo, busca-se por meio da interseccionalidade uma análise crítica para revelar o contexto, as avenidas estruturais que esses sujeitos são acidentados, e quais posições as juventudes negras ocupam na sociedade. A partir da análise da interseccionalidade, é possível revelar que as juventudes negras, pobres e periféricas encontram-se, em sua maioria, em desvantagem social, desemprego, em condições de pobreza e exclusão, alvos das abordagens policiais, da violência e do encarceramento em massa. No que tange as jovens negras, estas são criminalizadas e punidas por suas práticas sexuais e reprodutivas. Portanto, analisar os sistemas estruturais de raça, gênero e classe, e suas implicações nas condições de vida das juventudes negras, pobres e residentes em territórios periféricos, pode possibilitar não apenas revelar os sistemas de opressão-dominância, no qual, estão submetidos, mas sobretudo, pensar em estratégias de como combatê-los. Diante disso, vale destacar a construção de políticas públicas interseccionadas as categorias de raça, gênero e classe, uma vez que, as juventudes negras vivenciam experiências racializadas, e interceptadas por outras estruturas.

¹ Pesquisadora, pela Fiocruz – PI. Mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-graduada em Segurança Social: Previdência; Saúde e Assistência Social. Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: carmemleticiass01@gmail.com

² Bolsista Provoç, pela Fiocruz – PI. Estudante do 3º Ano Regular do Ensino Médio, pela Escola Governador João Clímaco de Almeida. Email: Luisc.21silva@gmail.com

³ Bolsista Pesquisadora Popular, pelo PMA/ (Projeto Entrelaços de Mulheres: no caminho ancestral das águas, dos alimentos e das pessoas). Jovem do Quilombo Marinheiro, localizado no município de Piripiri – PI. Acadêmica de Licenciatura em Física, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: marialeticiia431@gmail.com



Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas Públicas; Identidades; Juventudes.

ABSTRACT

This article presents a literature review on black, poor and peripheral youth in Brazil, with the aim of analyzing inequalities of race, gender and class, and how these systems correlate to create particular experiences for these population segments. In this way, intersectionality aims to provide a critical analysis to reveal the context, the structural avenues that these subjects are hit by, and the positions that black youth occupy in society. By analyzing intersectionality, it is possible to reveal that black, poor and peripheral youth are mostly at a social disadvantage, unemployed, in conditions of poverty and exclusion, targets of police approaches, violence and mass incarceration. Young black women are criminalized and punished for their sexual and reproductive practices. Therefore, analyzing the structural systems of race, gender and class, and their implications for the living conditions of young black people, who are poor and live in peripheral territories, can make it possible not only to reveal the systems of oppression-domination to which they are subjected, but above all, to think of strategies on how to combat them. In view of this, it is worth highlighting the construction of public policies that intersect the categories of race, gender and class, since black youth experience racialized experiences and are intersected by other structures.

Keywords: Intersectionality; Public Policies; Identities; Youth.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática: *“Intersecções de raça, gênero e classe: uma revisão bibliográfica acerca das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil”*. O termo interseccionalidade, foi escrito pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, afirmando a necessidade de se considerar a articulação dos sistemas múltiplos de discriminação e subordinação. A partir disso, em 1990, reafirmado pelo feminismo negro, a interseccionalidade torna-se uma sensibilidade analítica capaz de apontar como os sistemas estruturais de racismo-patriarcado-capitalista atuam inseparavelmente, atingindo determinados grupos, deixando-os vulneráveis a opressão e a dominação (Akotirene, 2019).

Além disso, a interseccionalidade passa a questionar a universalidade dos sujeitos, a partir das suas identidades, e das desigualdades impostas pela matriz da opressão de raça, gênero e classe (Akotirene, 2019), tornando-se um instrumento de luta política, exigindo o reconhecimento e a opressão particular direcionada a mulher negra, marcada pelo racismo, sexismo e exploração. Diante disso, o feminismo negro passa a contribuir significativamente para uma perspectiva crítica, antirracista e anticlassista (Cisne; Santos, 2018).

Contudo, a interseccionalidade não se trata da soma das identidades, mas sim de analisarmos como os sistemas estruturais de raça-gênero-classe atravessam corpos, e como



durante a interação dessas estruturas, são produzidas diferenças. Desse modo, a interseccionalidade revela que raça interseccionada as identidades, como: gênero, classe, sexualidade, território, etnia, geração e outros, dizem sobre a diversidade e a singularidade dos sujeitos (Akotirene, 2019). A questão está em se considerar que as identidades interseccionais de raça, gênero e classe, são possibilidades de se compreender as pluralidades e as diversidades humanas (Cisne; Santos, 2018).

Historicamente, a ausência da articulação entre raça, gênero e classe, gerou a formulação das políticas públicas em caráter universal, uma vez que, os sujeitos são vistos como iguais, e não são reconhecidos a partir das suas identidades particulares. Desse modo, para que as políticas públicas sejam efetivas, é preciso considerar nas suas formulações os sistemas de desigualdades de raça, gênero e classe, visto que, são categorias sócio-histórica e fundantes de uma sociedade brasileira, marcada pela exploração, dominação, opressão e escravização. É preciso ressaltar, que no processo sócio-histórico os sistemas desiguais não estão isoladas uma das outras, ou que resultam de um processo natural (Cisne; Santos, 2018).

As marcas do sistema racista-patriarcal-capitalista, são complexas, e que se torna necessárias compreendê-las nas relações sociais (Cisne; Santos, 2018). Considerando as desigualdades étnico-raciais, estas além de práticas discriminatórias, exercem poder e ideologias sobre a população negra (Almeida, 2019). No tocante as relações patriarcais de gênero, estas estão imbricadas nas relações de poder e opressão, e que percorre o corpo das mulheres em forma de controle, criminalização e punição. Além disso, contribui para manutenção da divisão sexual e racial do trabalho, subalternização, e violência contra a mulher (Saffioti, 2004). Em se tratando do capitalismo, verifica-se um sistema marcado pela desigualdade social, apropriação privada, desemprego, e exploração da força de trabalho, originários da relação capital x trabalho (Cisne; Santos, 2018).

A partir desses sistemas desiguais, esse artigo adentra e chama atenção de suas implicações para a realidade das juventudes. O Estatuto da Juventude reconhece os/as jovens entre 15 e 29 anos, um marco legal que contribui para o reconhecimento como sujeitos de direitos. Contudo, esses sujeitos não podem ser reconhecidos apenas pela idade, pois sua diversidade demonstra que entre a faixa etária existe uma pluralidade, em decorrência das suas identidades, condições de vida, e das experiências como sujeitos sociais (Tonella; Dourado, 2021).



A fase da juventude, é um período marcado por transições, com diversos significados e vivências. Desse modo, passamos a problematizar a fase das juventudes, a partir das diversas compreensões que se apresentam nos estudos (Sousa, 2023). Sendo assim, torna-se necessário analisarmos a realidade das juventudes contemporâneas a partir da intersecção das desigualdades de raça, gênero e classe, estabelecendo compreensão sobre alguns sujeitos juvenis. Com base nessa articulação, busca-se compreender seus contextos, suas existências e particularidades.

Pensar as juventudes a partir dos seus contextos, demanda uma análise crítica das desigualdades de raça, gênero e classe que repousam sobre o tratamento direcionado as juventudes negras, pobres e periféricas, que historicamente são oprimidas, marginalizadas, criminalizadas e estigmatizadas, vivenciando violência, preconceito, alvos do genocídio, do encarceramento em massa, e da extrema vulnerabilidade social. Desse modo, o contexto social, político, econômico e cultural, influenciam na construção de violências e vulnerabilidades das juventudes (Miranda; Paiva, 2019).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é refletir sobre as desigualdades de raça, gênero e classe, como esses sistemas ao se correlacionarem criam experiências particulares a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas. Como pergunta norteadora foi definida: Como as desigualdades de raça, gênero e classe, ao se relacionarem imprimem particularidades nas condições de vida das juventudes negras, pobres e periféricas? Para uma aproximação da realidade desses sujeitos foram desenvolvidas uma revisão bibliográfica, e do tipo exploratória.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo exploratória, caracteriza-se como uma revisão bibliográfica na qual os textos utilizados contribuíram para fundamentar a discussão abordada acerca da intersecção de raça, gênero e classe, que atravessam as juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil.

A busca foi realizada na base de dados: *Google acadêmico*, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024. Para o levantamento dos dados foram utilizados os descritores: “Juventudes, Saúde, Raça, Gênero, Classe, Periferia, Violência”. Os seguintes critérios de inclusão: se deram a partir dos artigos científicos originais publicados entre os anos de 2020



a 2024 (últimos 4 anos), com Qualis A1 a A4, e no idioma português. E como critérios de exclusão: artigos que não apresentavam nenhum dos descritores articulados entre si.

Inicialmente foram encontrados 832 resultados, porém, após a filtragem da repetição dos artigos e das leituras dos títulos, o número de resultados baixou para 247, e destes, foram lidos todos os resumos, e ao final foram selecionados 20 artigos científicos. Além disso, outros artigos e livros, foram utilizados para a produção do texto. As informações dos artigos foram ordenadas num primeiro momento em um quadro identificados por ano, revista, título, autor, objetivo, metodologia, pergunta e palavras-chaves. Contudo, optou-se pela forma de apresentação, em dois gráficos que apresentam os resultados da coleta.

O método empregado foi análise de conteúdo, seguido das seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As publicações estão concentradas nas áreas: ciências humanas, sociais e da saúde.

RESULTADOS

Em relação as temáticas e as palavras-chave dos artigos, prevaleceram as categorias: juventude, seguida de juventude negra, violência, necropolítica, gênero, interseccionalidade e saúde. Isso evidencia como os estudos sobre juventudes, está articulado a demais perspectivas teóricas, e os diversos conhecimentos sobre essa categoria. Em contraponto, as de menor frequência foram: cidadania, identidade de gênero, políticas públicas, saúde reprodutiva, mortalidade e território.

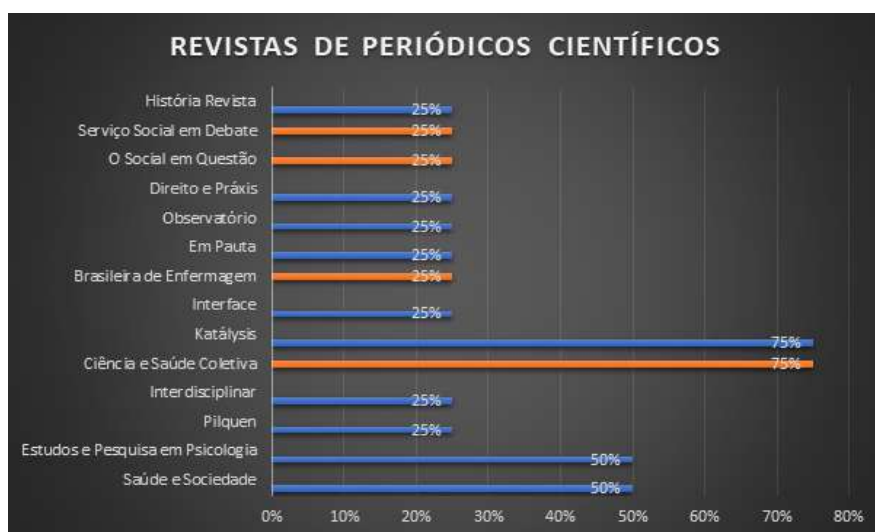


Gráfico 1 - Periódicos científicos e porcentagem de cada revista



Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

O gráfico 2 apresenta, os periódicos selecionados nos períodos de 2020 a 2024. A maior quantidade de artigos encontrados é do ano de 2021, seguido do ano de 2020, 2022, 2023, 2024. As discussões desenvolvidas pelos artigos, apresentam as diversas violências, as condições de desigualdade e de exclusão, o contexto estrutural, as realidades, e os sistemas de opressão, discriminação e dominação, que as juventudes negras, pobres e periféricas estão submetidas.



Gráfico 2 - Periódicos selecionados nos períodos de 2020 a 2024

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

DISCUSSÃO

A fim de analisar a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas do Brasil, este artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção intitulada: “*A construção das Políticas Públicas para as Juventudes*”, consiste na discussão sobre o processo de construção das políticas públicas, e das legislações para as juventudes na sociedade brasileira, e o que envolve para a construção de políticas públicas para as juventudes.

A segunda seção intitulada “*Raça, gênero e classe: uma perspectiva interseccional para se analisar a realidade contemporânea das juventudes negras, pobres e periféricas no Brasil*”, utiliza-se das contribuições da interseccionalidade de raça, gênero e classe, para



analisarmos e compreendermos como os sistemas desigualdades marcam as trajetórias de vida das juventudes, e colaboram para que estes sujeitos vivenciem violências, vulnerabilidades, exclusões, e preconceitos em territórios periféricos.

A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

A realidade da construção das políticas públicas na sociedade brasileira, é marcada por cenários de lutas e reivindicações. Considerando o contexto histórico, aponta-se a questão social, a partir da contradição entre capital x trabalho, demandou a construção de um sistema de proteção social, para a classe trabalhadora (Behring; Boschetti, 2008). Tal cenário resultou na aprovação da Constituição Federal de 88, exigindo do Estado o desenvolvimento de políticas públicas no campo dos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, assistência e outros). Além disso, trouxe uma nova configuração para a sociedade brasileira, na qual, contemplou a relação do Estado com a sociedade civil, por meio da participação democrática (Caetano; Azevedo, 2017).

A partir desse cenário, é construído a noção de política pública, sendo compreendida como *coisa pública*, que deve ser assim concedida à todos (Caetano; Azevedo, 2017). Os anos 90, representou um cenário de grandes avanços, na defesa dos direitos dos sujeitos, como as crianças e adolescentes, a partir do Estatuto da criança e do adolescente – ECA. Considerando a faixa etária dos/as adolescentes, salienta-se que estes passam a ser identificados entre 12 e 18 anos, já os outros sujeitos acima dessa idade pouco se beneficiaram das políticas específicas, construídas desde a legislação (Silva; Silva, 2011). Entretanto:

Os termos jovens e juventudes não tenham sido inseridos tanto no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, nem no ECA, no qual aparece apenas a categoria adolescentes, incluindo somente os jovens de faixa etária dos 15 aos 18 anos incompletos, esses instrumentos serviram de suporte para o estabelecimento de condições legais na reformulação das políticas públicas em favor da infância e juventudes (Silva; Silva, 2011, p.667).

Desse modo, foi somente em 2003, que surgiram os primeiros debates e atenção para a juventude, isto é, destaca-se um período de ausência das políticas públicas destinadas a



esse público (Timóteo; Oliveira, 2021). Logo depois, ainda no mesmo ano, houve a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projoven, que teve como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens que sabiam ler e escrever, porém, não concluíram o ensino fundamental (Gonçalves; Fava, 2024).

Em 2005, foi instituído a Secretaria Nacional da Juventude, e do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, sendo este último, construído para a atribuição de formular as diretrizes destinadas para as políticas públicas de juventude (Reis; Ferreira; Lopes, 2020). Em 2008, foram realizadas a I, e em 2011, a II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (Gonçalves; Fava, 2024).

Do ponto de vista legal, é visível avanços como aprovação do Estatuto da Juventude, por meio da Lei 12.852 de Agosto de 2013, reconhecendo a juventude a partir da faixa etária entre 15 e 29 anos. Deste modo, a inclusão do termo “*jovem*” nas legislações assegurou “a realizar e efetivar tais preceitos, de proteção e estruturação de políticas de juventude” (Santos, 2020, p. 178). A aprovação do Estatuto, é fruto de movimentos sociais compostos por jovens, e representantes da sociedade civil, destacando o protagonismo da juventude nesse processo (Gonçalves; Fava, 2024). Desse modo, “o reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos, é o núcleo central para garantir a exigibilidade dos processos de participação social” (Santos, 2020, p. 177).

O Estatuto da juventude, e as políticas públicas destinadas as juventudes, são regidas pelos seguintes princípios:

I – promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII – valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013, art 2º).

Diante disso, destaca-se a construção das políticas públicas destinadas para consolidação dos direitos dos/as jovens. “A partir da visibilidade que o jovem adquiriu



mediante as políticas públicas, surge também mais interesse em compreender e discutir sobre a categoria juventude e sobre o que significa ser jovem” (Sousa; Fernandes, 2023, p. 8). No que diz respeito, ao cenário da construção do Estatuto da Juventude, ressalta-se alguns problemas sociais, como: aumento do valor da passagem, do protesto da redução da tarifa, da luta pelo acesso à saúde, educação, e do trabalho (Tonella; Dourado, 2021).

No que diz respeito a saúde, foram construídas para a juventude, políticas para a promoção da saúde, compreendendo que a saúde pública contribui para melhores condições de vida desse público (Andrade; Bógus, 2010). Ainda em 2013, foi criado um Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude – COIJUVE (Gonçalves; Fava, 2024), contribuindo “na elaboração e avaliar a política nacional de juventude, bem como outras iniciativas que busquem assegurar e ampliar os direitos da juventude” (Timóteo; Oliveira, 2021, p. 427).

Esse contexto contribui para o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos, tanto na perspectiva da lei, pois deixam de ser tutelados e passam a ser pensados como sujeitos com demandas, como no imaginário social, quando estes são encarados como: delinquentes, perigoso, de ameaça a ordem, e tratados quase sempre de forma estereotipada (Ribeiro; Macedo, 2018, Sposito; Carrano, 2003).

Contudo, tais avanços são contidos e sofrem retrocessos, a partir das políticas neoliberais, que ao defenderem a mínima intervenção do Estado no social, contribui para políticas públicas fragmentadas e focalizadas. Além disso, são perpetuadas pelo discurso de culpabilização do desemprego, e das condições de vulnerabilidades, eximindo o Estado de executar políticas públicas para as juventudes (Gonçalves; Fava, 2024).

Por outro lado, segundo Santos (2020, p. 179), “O Estatuto da Juventude trouxe inúmeras diretrizes gerais para a formulação de políticas públicas voltadas ao jovem, a fim de instituir uma rede de proteção social e determinar a criação de Conselhos de Direitos sobre a temática”. Todavia, um dos principais desafios para a implementação de políticas públicas para a juventude, “é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas” (Silva; Silva, 2011, p. 670).

Além disso, as identidades e diversidades das juventudes não são consideradas, logo, não são incentivadas para se inserir no processo de participação, não ocorre a valorização das trajetórias, e do contexto em que a juventude está inserida (Andrade; Bógus, 2010).



Takeiti *et al.* (2020, p. 14), consideram que os aspectos citados acima, se tornam “um desafio para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e risco para adolescentes e jovens brasileiros”. Diante disso, é necessário romper com a invisibilidade que historicamente está submetido as juventudes, e inseri-los no processo de participação, como sujeitos políticos.

Sendo assim, podemos considerar que o maior desafio é como construir política pública, onde as juventudes sejam protagonistas desse processo, sobretudo, valorizando os saberes juvenis. Desse modo, o ponto a destacar não é que a juventude seja apenas beneficiária das políticas públicas, mas formuladores das mesmas, participando ativamente desse processo (Takeiti *et al.*, 2020).

Segundo Diógenes (2009, p. 276), “para a juventude, as formas de participação política têm trilhado passos no campo da construção do que se poderia denominar de cultura política de juventude, fora de espaços partidários e das instâncias formais de participação política: movimentos de bairros”. Desse modo, “o eixo central de uma política pública para e com a juventude deve tomar o direito à cidade como seu foco estratégico” (Diógenes, 2009, p. 284). Isto é, para a construção das políticas públicas para juventude, é necessário considerar o território, a comunidade, e o local que essa juventude ocupa na sociedade.

Além disso, tratar sobre juventude no campo das políticas públicas, não pressupõe construir apenas com base do que se é jovem na sociedade. Diante disso, deve ser considerado a imagem que é construída sobre o/a jovem, uma vez que, tal concepção reflete na construção das políticas públicas. Assim, “as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações” (Sposito; Carrano; 2003, p. 18).

Apesar do destaque do protagonismo juvenil ao longo da história, existem fatores que colocam em xeque a participação, sobretudo, da juventude pobre. Bussinguer e Neves (2016), chamam atenção para os/as jovens pobres que não fazem parte desse processo, uma vez que, ocorre a criminalização e a marginalização sobre seus corpos, os levando a exclusão, conseqüentemente, para uma negação da construção de políticas públicas para este segmento populacional. Tal condição da juventude pobre, revela que estes sujeitos ocupam posições diferentes na sociedade, tornando-se alvos da violência, e da



vulnerabilidade social (Reis; Ferreira; Lopes, 2020).

Diante disso, por mais que a juventude esteja situada no âmbito da política pública, ainda existe uma parcela da juventude que é negra e pobre, que não tem suas necessidades particulares atendidas, uma vez que, não são reconhecidos como sujeitos de direitos (Sousa; Fernandes, 2023). Nesse sentido, pensar na juventude e na construção das políticas públicas, é necessário pensar a juventude negra que “requer ainda mais cuidado devido às complexas relações inerentes a sociabilidade burguesa e os princípios que norteiam essa racionalidade” (Carvalho, 2019, p. 64).

Desse modo, a juventude negra e pobre deve ser incluída na construção das políticas públicas, uma vez que, suas condições de vulnerabilidade são indicadores das desigualdades nas quais estão submetidas. Sendo assim, para desenvolvermos uma compreensão sobre juventude, é preciso adequar o seu termo para – juventudes, considerando que são sujeitos plurais e heterogêneos, a partir das suas vivências, e do contexto no qual está inserido. Segundo Miranda e Paiva (2019, p. 56), “trata-se de juventudes experienciadas a partir das características territoriais, culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social e condição econômica, dentre outras”. Em conformidade:

Embora a juventude seja considerada, geralmente, como uma totalidade cujo principal atributo é dado pela faixa etária na qual está circunscrita, deve-se tomá-la também como um conjunto social diversificado, para que diferentes traços e perfis da juventude surjam, relacionados ao pertencimento de classe social, à situação econômica, aos interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais, específicos (Kerbauf, 2005, p. 195).

Portanto, é necessário estarmos atentos para a diversidade das juventudes, uma vez que, a partir das suas identidades não são sujeitos homogêneos, ou que fazem parte do mesmo contexto social, econômico e cultural. Desse modo, tal compressão de que as juventudes são plurais, e com identidades próprias, tornam-se elementos que estimulam a participação na construção das políticas públicas, para que assim sejam mais eficazes, e promovam a cidadania desses sujeitos.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA SE ANALISAR A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DAS JUVENTUDES NEGRAS, POBRES E PERIFÉRICAS NO BRASIL



Historicamente a juventude brasileira tem sido alvo de várias violações de direitos. Diante dessa realidade, destacamos as juventudes negras, pobres e da periferia, na qual, as desigualdades que vivenciam revelam os lugares que ocupam na sociedade, e as condições de vulnerabilidade que estão submetidas. Considerando o contexto histórico do racismo, destaca-se o período da escravidão, que embora tenha sido pensado em meios para combatê-lo a partir da abolição da escravatura, tal sistema ganhou novas manifestações, e continua servindo na sociedade como mecanismo de dominação, discriminação, e de manutenção de privilégios (Fernandes, 2008).

Diante disso, nota-se que a população negra permanece em condições de subalternidade, sem acesso as condições materiais, e vivenciando diversas violações de direitos (Miranda; Paiva, 2019). A partir dessa compreensão inicial, no que tange à realidade das juventudes negras e pobres, Júnior e Mayonga (2020), enfatizam que esses sujeitos são conhecidos como geração ‘nem nem’, ou seja, caracterizados pelo término dos estudos, e com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Tal realidade, prevalece os estigmas das juventudes desocupadas, e perigosas.

Tal expressão, contribui para a culpabilização sobre as juventudes, diante das suas condições de vida, distorcendo a realidade sobre as experiências das juventudes negras e pobres, e construindo uma realidade a favor do sistema econômico vigente. Sendo assim, as experiências desses sujeitos demandam ser analisadas criticamente, para que nos possibilite compreender como esses sujeitos encontram-se em vulnerabilizadas, e sem acesso aos direitos fundamentais, uma vez que, as experiências das juventudes fora da escola e do mercado de trabalho, são mecanismos de reprodução da desigualdade e da exclusão (Júnior; Mayonga, 2020).

Em conformidade, Anunciação; Trad e Ferreira (2020), apontam que as juventudes negras, pobres e residentes de territórios periféricos, são as maiores vítimas do desemprego, vivenciando condições de desigualdade, pobreza, e violações de direitos. Além disso, configuram-se como alvos do encarceramento, genocídio, e da violência, principalmente, por meio das abordagens policiais. Um dos fatores que contribuem para ações violentas dos policiais sobre os adolescentes e jovens negros e pobres, se dão a partir da construção das identidades desses sujeitos, denominados como bandidos e indivíduos da periferia.

De acordo com Oliveira; Luiz e Couto (2020, p. 5), “soma-se a isso a mídia, a qual



reforça estereótipos que atrelam esses jovens às criminalidades e violências”. Trata-se, portanto, de uma das manifestações do racismo, e do controle sobre jovens que são estigmatizados, uma vez que, “no imaginário social brasileiro, o indivíduo negro tem propensão a ser violento e criminoso, por pertencer ao lugar da criminalidade, ou seja, à periferia” (Anúnciação; Trad; Ferreira, 2020, p. 10).

Nesse sentido, a sociedade, de modo geral, não consegue perceber a verdade dos fatos que a juventude negra e pobre é a maior vítima da violência de uma sociedade que exclui dos processos de acessos a uma boa educação pública de qualidade, relegando-a ao desemprego e ao subemprego nas sociedades subdivididas em raças e classes. Repetem, insistentemente, o que ouvem e assistem na mídia conservadora em seus programas policiais de índoles sensacionalistas, justificando, cegamente, a violência contra essa juventude [...] (Barbosa, 2020, p. 157).

No que diz respeito, ao contexto do hiperencarceramento das juventudes negras este, “[...] se apresenta como um processo natural de seletividade criminalizadora, em que os jovens negros e empobrecidos são penalizados [...]” (Santos, 2022, p. 403). Desse modo, ao apontarmos a questão racial como fator característico dos adolescentes e jovens encarcerados, evidenciamos o preconceito e a discriminação amparados no racismo estrutural⁴, presente nas relações sociais, e nas instituições seletivas penais, na qual denota-se “como está arraigada, ainda o cerne punitivo escravocrata e de ideias medievais em nossa sociedade (Borges, 2019, p. 38).

Sendo assim, o racismo por ser estrutural “perpassa todas as instituições e relações na sociedade, mas o sistema criminal ganha contornos mais profundos nesse processo” (Borges, 2019, p. 44). Portanto, o “encarceramento segue como uma engrenagem profunda de manutenção das desigualdades baseadas na hierarquia racial e tendo no segmento juvenil seu principal alvo” (Borges, 2019, p. 58). Isso revela que o encarceramento, tem como fundamento a questão racial, sinalizando a criminalização e a marginalização das juventudes negras.

Para compreendermos como as juventudes negras, são os maiores alvos da criminalização e do encarceramento, é preciso considerar a dimensão do racismo, e como

⁴ O uso do termo *estrutura* não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar o aspecto social, histórico e político do racismo (Almeida, 2019, p. 38).



ele estrutura o sistema juvenil brasileiro. De acordo com Barbosa; Sousa; Lima (2021, p. 355), “o racismo deve ser compreendido a partir de sua conexão direta com a violência”, uma vez que, o mesmo organiza o cotidiano das juventudes negras.

Em 2018, cerca de 45 mil (mulheres e jovens) entre 18 e 33 anos, estavam privadas de liberdade. No quesito cor, estas em sua maioria eram negras, pobres, e com baixa escolaridade. Esse encarceramento em massa, se deve ao “patriarcado, androcentrismo e discriminação racial aliados à feminização da pobreza, declínio de políticas sociais e um Estado centrado mais na penalização do que na garantia dos direitos” (Germano; Monteiro; Liberato, 2018, p. 39).

O Atlas da violência de 2020, com dados referentes a 2018 apresenta que 30.873 jovens foram vítimas de mortalidade no Brasil, representando uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens. No que diz respeito a juventude masculina entre 15 e 19 anos, a parcela de homicídio se apresenta com 55,6% (Ipea, 2020). Já para a juventude feminina na mesma faixa etária, apresenta 16,2% (Ipea, 2020).

Segundo Costa (2021), o juvenicídio, se configura como uma expressão contemporânea da necropolítica, isto é, política de morte que mata ou deixa morrer jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade e vivenciando várias violações de direitos. Diante disso, o juvenicídio:

[...] tem como vítimas sistemáticas pessoas que compõem uma parcela da população, caracterizada pela idade, mas também pela classe social, cor da pele e territórios de moradia, que podem morrer por ação ou omissão direta do estado, processo, este, respaldado muitas vezes pela sociedade. Em uma parcela da população cuja morte é um destino aceitável, ainda mais, como na maioria das vezes ocorre, é possível identificar as vítimas com a juventude criminalizada, ou seja, “inimigos sociais” (Costa, 2021, p. 2377).

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2023, em relação ao perfil étnico racial, os negros são as principais vítimas das intervenções policiais, chegando a um percentual de 83,1%. No que tange a faixa etária 12 e 29 anos eram adolescentes e jovens, com um percentual de 50%3 (Brasil, 2023). Diante desses dados, podemos reconhecer que o direito de ser jovem, não é pertencido a todas as juventudes, uma vez que, estes são atravessados pelo racismo (Sousa, 2023). Esses dados revelam, quais as respostas do Estado em relação as juventudes negras da periferia, e vulnerabilizada.

Uma pesquisa realizada no Centro socioeducativo do Ceará com meninas em



privação de liberdade, foi possível observar que a intersecção das necropolíticas de gênero, sexualidade, raça, território e classe contribuíram para o encarceramento e a criminalização das adolescentes. Nesse cenário, o perfil das jovens e suas trajetórias de vida, apresentaram elementos comuns: maioria negra, residentes da periferia e sem acesso aos seus direitos fundamentais (Silva; Moura Junior, 2021).

Os territórios onde os direitos são violados, são espaços de riscos para a juventude negra, uma vez que, potencializam a estigmatização, exclusão e a violência, a partir dos lugares que ocupam. Além disso, essas condições levam a persistência do racismo, do encarceramento e do extermínio desses sujeitos. Segundo Portela Jr (2020, p. 25), o racismo “marca não só a forma como nós pensamos, enquanto nação, mas o modo como o Estado atua diante dos problemas sociais”.

Os homicídios e o encarceramento que provocam o extermínio biológico, simbólico e social da juventude negra são o resultado visível de um processo marcado por diversos fatores que nem sempre são percebidos ou levados em consideração, entre eles: a formação de um Estado com raízes escravocratas, a negação de direitos básicos em um território onde a cidadania não foi universalizada, a abissal desigualdade econômica, a negação do acesso a determinados bens de consumo, a discriminação racial, entre outros. Em outros termos, o extermínio da juventude negra não é um processo linear em que o jovem negro e pobre nasce e morre. O ser nasce, e no processo de humanizar-se, encontra um universo onde está tudo uma série de obstáculos que o são impostos em decorrência de sua cor e posição de classe (Miranda; Paiva, 2019, p. 64).

Desse modo, antes de se formular políticas públicas para jovens da periferia, é necessário conhecer sua realidade, o cotidiano da violência e a discriminação racial vivenciada, para que assim contemple a heterogeneidade das juventudes (Colaço et al., 2021). Ainda no que diz respeito a questão de gênero, destacamos a sexualidade de duas jovens negras da periferia, de uma capital do Nordeste, que recorreram ao aborto ilegal, em unidade de saúde pública. É importante ressaltar que o racismo e a desigualdade de gênero, constrói condições de vulnerabilidade para as mulheres negras, levando-as ao aborto clandestino e afetando a saúde “física e psicológica, além da moral, pois imputa às que realizam o aborto o título de criminosas” (Lima; Cordeiro, 2020, p. 108).

Brandão e Cabral (2021), destacam que a criminalização sobre as práticas reprodutivas de jovens negras, evidenciam um controle sobre seus corpos. Além da criminalização, as jovens estão sujeitas a mortes após abortos inseguros. Diante disso, o feminismo negro se apresenta como uma alternativa teórica, capaz de evidenciar as



particularidades das mulheres, a partir da discussão sobre o racismo e sexismo (Akotirene, 2019).

O racismo institucional leva a população negra a estar mais exposta e serem vítimas da violência e de outras situações, como negligência no atendimento, não acesso às informações, tratamento diferenciado, adoecimento físico e psíquico, mortalidade, limitação no acesso aos direitos e discriminação a partir dos papéis de gênero. Essas violações citadas acima, revela os efeitos do racismo estrutural e como o mesmo é reproduzido nas instituições e nos serviços de saúde (Silva; Lima, 2021; Silva; Anunciação; Bonfim, 2024).

Além disso, expressam como o gênero é uma categoria para compreendermos as criminalizações e punições sobre o corpo das jovens /mulheres. Além disso, tal violência evidencia como as instituições estão fundadas no racismo, e como ocorre a violência que ocorre sobre o corpo das jovens negras impactam na sua saúde, demandando políticas intersetoriais e interseccionais (Oliveira; Luiz; Couto, 2022).

Considerando a saúde das juventudes negras, é necessário compreender como isso está atrelado as desigualdades sociais, podendo assim influenciar no acesso aos serviços de saúde (Anunciação et al., 2022). Diante disso, “evidencia-se que a violência e o racismo são fenômenos sociais que impactam a concepção de mundo, os modos de viver e a visão de futuro da juventude negra periférica, impactando também sua situação de saúde” (Silva; Anunciação; Bonfim, 2024, p. 8). Nesse contexto, cabe reconhecer a dimensão e as implicações das desigualdades, e como as mesmas afetam as condições de saúde das juventudes interseccionadas as categorias de raça, gênero, classe e território, revelando os principais fatores para as suas condições de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

A partir da análise feita até aqui, podemos revelar a diversidade juvenil, a partir das suas identidades e particularidades. Diante disso, foi possível identificar que as juventudes, sobretudo, negra, pobre e periférica continuam em condições precárias, sem visibilidade, vivenciando situações de violência, na qual, estão atravessadas por sistemas estruturais. São realidades que para serem melhores compreendidas devem ser analisadas a partir da



interseccionalidade de raça, gênero, classe e território.

Desse modo, para se pensar na construção de políticas públicas para as juventudes, é necessário o reconhecimento da pluralidade juvenil, para que estas estejam conforme as condições de violências e de violações de direitos. Além disso, ao se analisar a realidade das juventudes negras, pobres e periféricas, é importante considerar como as políticas públicas estão atuando no combate ao racismo, ao desemprego, e as mortes violentas.

Destaca-se a promoção de políticas públicas, que contemple esse segmento juvenil, como prevenção das violências que são submetidos, uma vez que, as desigualdades vivenciadas revelam que os direitos desses sujeitos não são materializados. Diante disso, deve-se pensar em construir políticas públicas interseccionadas as categorias de raça, gênero e classe, que demandem as necessidades das juventudes negras, pobres e periféricas, contribuindo para a redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANUNCIAÇÃO, Diana. PEREIRA, Lucélia Luiz. SILVA, Hilton P. NOGUEIRA, Ana Paula. SOARES, Jaqueline Oliveira. (Des) caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 27 (10): 3861-3870, 2022.
- ANUNCIAÇÃO, Diana. TRAD, Leny Alves Bonfim. FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020.
- ANDRADE, Elisabete Agrela de. BÓGUS, Cláudia Maria. Políticas Públicas dirigidas à juventude e promoção de saúde. **Interface Comunic.**, Saude, Educ., v.14, n.35, p.853-66, out./dez. 2010.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA**. 2020. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva. SOUSA, Arthur Alves Pereira. SILVA, Cristiane Souza da. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 353-363, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025.
- BARBOSA, Pedro. A Violência Social e o Genocídio da Juventude Negra no Brasil. **Hist. R.**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 146–166, set./dez. 2020.
- BEHRING, E. R. y BOSCHETTI, I. (2008). **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Brasil: Cortez.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BUSSINGUEN, Elda Coelho de Azevedo. NEVES, Edilene Souza da Silva. Juventude e



Políticas Públicas: Bonus ou oportunidades, perdidas? **R. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v. 17, n. 2, p. 241-292, jul./dez. 2016.

BRASIL, **Anuário de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRANDÃO, Elaine Reis. CABRAL, Cristiane da Silva. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, 26 (7): 2673-2682, 2021.

BRASIL, **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, 2013.

CARVALHO, Silva Cristina de Sousa. Juventude negra como bode expiatório: a expressão do genocídio brasileiro. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 62-75, mai /ago. 2019. ISSN 2176-9575.

CAETANO, Edson. AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. Políticas Públicas e Juventudes: Algumas particularidades do caso brasileiro. **Polis, Revista Latinoamericana**, n. 48, 2017, p. 37-59.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2018.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. QUIXADÁ, Luciana Martins. MENEZES, Jaileila de Araújo. CAVALCANTE, Ana Jessica de Lima. SOUSA, Raquel Nascimento. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 474-493, 2021.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 04, 2021, p.2359-2392.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas**: estratégias e táticas. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232 0624-6.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, 2008.

GERMANO, Idilva Maria Pires. MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes. LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2018 v. 38 (núm.esp.2.), 27-43.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. FAVA, Ana Claudia Polato e. Políticas Públicas para a Juventude no Brasil – um balanço a partir da implementação do Estatuto da Juventude (2013 – 2023). **Revista Foco**. Curitiba (PR). v. 17. n. 5 e4975. p. 01-28. 2024.

JÚNIOR, Paulo Roberto da Silva. MAYORGA, Claudia. Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 22, n. 22. p. 645 – 665. 2022.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005.

LIMA, Nathália Diógenes Ferreira. CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 101 – 117.

MIRANDA, Gabriel. PAIVA, Ilana. **Juventude, crime e polícia**: vida e morte na periferia urbana. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Elda de. LUIZ, Olinda do Carmo. COUTO, Márcia Thereza. Adolescentes,



áreas de pobreza, violência e saúde pública: um enfoque interseccional. **Rev Bras Enferm.** 2022;75 (Supl 2): e20190685.

PORTELA JR, Aristeu. Pandemia e racismo (institucional) à brasileira. Organização: Maria Betânia do Nascimento Santiago, Ana Maria de Barros. In: **Direitos Humanos em tempos de pandemia de coronavírus**. – 1 ed. – São Paulo: Cortez Editora: UFPE, Capes, 2020.

REIS, Denise Maria. FERREIRA, Vítor Sérgio. LOPES, Roseli Esquerdo. A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: CONJUVE em cena. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-21, e2559027, jan./dez.2020.

RIBEIRO, Eliane. MACEDO, Severine. Notas sobre Políticas Públicas de Juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 31, nº 42, enero-junio 2018, pp. 107-126.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cristiano Lages dos. A criminalização como ação afirmativa do Estado penal: seletividade e o hiperencarceramento das juventudes no Brasil. **Revista Videre**. Dourados–MS | V.14, n. 29 | Jan.–Abr. 2022.

SANTOS, Cristiano Lange dos. Protagonismo Juvenil: reflexões jurídico-filosóficas acerca da participação das juventudes no agir político contemporâneo. **Revista Jurídica da UFERSA**. Mossoró, v. 4. n. 8, jul. /dez.. 2020. p. 171-189.

SILVA, Maria Edna Bezerra. ANUNCIAÇÃO, Diana. TRAD, Leny Alves Bonfim. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.29, n.3. 2024.

SILVA, Helena Clécia Barbosa da. LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 331-341, maio/ago. 2021. ISSN 1982-025.

SILVA, Vitória Rodrigues da. MOURA JUNIOR, James Ferreira. Meninas alvos do sistema: intersecções necropolíticas de gênero, sexualidade, raça, território e classe na trajetória das adolescentes privadas de liberdade no Ceará. **Margens: Revista Interdisciplinar** | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 24 | Jun 2021, pp. 61-84.

SILVA, Roselani Sodrê da. SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n, 63, p. 663-678, 2011.

SOUSA, Leila Lima de. A juventude é um direito para quem? processos de reivindicação do direito à juventude no maranhão. **Revista Observatório**. v. 9, n. 1, p. 1-21, 2023.

SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. FERNANDES, Francisca Risolene. Políticas Públicas de Juventudes na perspectiva das Políticas Sociais Brasileiras. **Revista Educação & Ensino**. Fortaleza, v. 7, n. 2, jul./dez. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Set. /Dez. 2003.

TAKEITI, Beatriz Akemi. GONÇALVES, Monica Villaça. OLIVEIRA, Suellen Parato Alves Santos de. ELISIARIO, Tatiane da Silva. O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 3, 2020.

TIMÓTEO, Willian. OLIVEIRA, Ilzver de Matos. A ausência de políticas para a juventude como ofensa aos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 1. p. 418-431, 2021.

TONELLA, Celene. DOURADO, Simone. Juventude, políticas públicas e contestação no Brasil. **Revista Pilquen**. Sección Ciencias Sociales • Vol. 24 Nº 5 • [oct/dic 2021].



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6084>

**MULHERES NEGRAS, INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE AS MANCHETES POLICIAIS ENVOLVENDO
MULHERES NEGRAS**

*Black women, intersectionality and necropolitics: a study on police headlines involving
black women*

Edriane da Silva Batista¹

RESUMO

O artigo buscará introduzir o entendimento do que é a interseccionalidade, trazer o conceito de Biopoder e necropolítica o contexto social da mulher negra e por fim, as notícias e a mulher negra para abordar uma análise de como as mídias sociais se relacionam com as estruturas racistas, bem como a necropolítica está presente nesses discursos, através de manchetes jornalísticas sobre pessoas negras pautadas em jornais digitais e mídias sociais. A metodologia deste trabalho se caracteriza pela abordagem qualitativa de caráter exploratório baseado em dados levantados nas leituras e fontes documentais.

Palavras-chave: Necropolítica; Manchetes policiais; mulheres negras

ABSTRACT

The article will seek to introduce the understanding of what intersectionality is, bring the concept of Biopower and necropolitics to the social context of black women and finally, news and black women to address an analysis of how social media relates to Racist structures, as well as necropolitics, are present in these discourses, through news headlines about black people in digital newspapers and social media. The methodology of this work is characterized by a qualitative approach of an exploratory nature based on data collected from readings and documentary sources.

Keywords: Necropolitics, police redlines, black Woman.

¹ UFPI. E-mail: edriane.batista@ufpi.edu.br
CADERNOS PET, V. 16, N. 31



INTRODUÇÃO

Se tratando da perspectiva do pensamento decolonial, temos o termo “interseccionalidade”, onde Kimberlé Crenshaw formula essa ideia que permite o entendimento do encontro das estruturas identitárias que são: raça, classe e gênero, tendo em vista que para Crenshaw, o feminismo fracassou em tentar contemplar as mulheres negras, assim, se tornando também reprodutor do racismo (Akotirene, 2019, p.19).

Akotirene (2019) explica que a interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado”, haja vista que mulheres negras cruzam as avenidas identitárias, neste sentindo, entende-se que as mulheres negras se articulam entre três campos: 1) raça; 2) gênero e 3) classe: “Como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitária, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 209, p.63).

A decolonialidade e os estudos interseccionais são importantes para “Cruzar o atlântico negro”, visto que Akotirene (2019) enfatiza que esse é um importante fundamento epistêmico do feminismo negro. Trazendo para o contexto do feminismo negro no Brasil e a sua importância como base para o conhecimento interseccional, diversas mulheres participavam de movimentos sociais as quais tinham interesse em reivindicar suas pautas como mulheres negras no movimento feminista. Porém, a decisão pela construção de um movimento autônomo, pautado nas diversas opressões que sofriam, não foi bem-vista por organizações feministas e negras, tornando-se como disse Figueiredo (2018 *apud* Constantino, Halana, Barth, 2022, p. 16) que este tipo de ação seria uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade entre os dois grupos.

Esta pesquisa tem como objeto entender como a necropolítica opera através dos discursos em noticiários de caráter policial sobre casos que envolvam mulheres negras. Com o objetivo de entender a necropolítica e seus atravessamentos, esse trabalho procura fazer um levantamento baseado nos estudos interseccionais de como as mídias reproduzem os discursos em manchetes sobre casos que envolva mulheres negras, bem como a sua posição dentro das notícias. Para o levantamento de informações, a pesquisa analisou três notícias de natureza criminal publicadas entre os anos de 2020 e 2024 nos jornais digitais: 1) Correio Braziliense; 2) Alma Preta e 3) Jornal da USP. Levanta-se, então, a seguinte questão: Qual o lugar da mulher negra que está sendo apresentada em mídias digitais e



jornais policiais?

A metodologia da pesquisa se guia pela abordagem qualitativa, de natureza exploratória baseada em dados obtidos por meio da literatura e de fontes documentais. Se estrutura em 4 capítulos: o primeiro é a introdução; o segundo conceitua os conceitos centrais desta pesquisa, biopoder e necropolítica; o terceiro capítulo investiga como as mulheres negras estão inseridas na sociedade, situando o patriarcado como epistemologia hegemônica que fundamenta a exclusão de mulheres quanto à garantia de direitos; e o último traz as notícias dos jornais escolhidos e a conclusão sobre as análises.

CONCEITUANDO O BIOPODER E A NECROPOLÍTICA

O conceito de necropolítica foi cunhado por Achille Mbembe no seu ensaio de mesmo nome em 2003, onde ele bebe de fontes Foucaultianas que abordam o conceito de biopoder nas quais explicam as relações de poder que dita quem deve viver e quem deve morrer. Essas intervenções em nome da vida e da morte são direcionadas às populações que vivem em Estado-nação, e são atravessadas por identidades de raça, classe, gênero, nacionalidade etc. (Foucault, 2012).

Ao escrever que, “agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação. A morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado”, Foucault (2012, p. 151) descrever, nesta lógica, que o poder político tem autonomia de controlar de forma reguladora as vidas das pessoas por meio da biopolítica.

Para Thomas Lemke, a definição de biopolítica se encontra muito mais no fato de tornar visível “a distinção entre política e vida, cultura e natureza, entre o tangível e o intangível, e o dado de modo inquestionado, de um lado, e a ação responsabilizada moral e juridicamente, de outro” (2018, p. 49). Assim, entendemos que biopolítica é o conceito que permite aprender o processo histórico a partir do qual a vida emerge como resultado das práticas de poder.

Para Lemke, o biopoder não se restringe à intervenção estatal, mas também inclui formas de governança que atuam por meio de dispositivos sociais, tecnológicos e culturais. Ele analisa como práticas como a biotecnologia e os sistemas de vigilância contribuem para



moldar e regular os corpos, os comportamentos e as subjetividades dos indivíduos.

Mbembe (2018) a partir dessas noções de poder de Foucault, construiu um ensaio para explicar a necropolítica sob uma visão colonial, que permite analisar como o colonialismo, as opressões e violências, sobretudo as raciais, resultaram/resultam no extermínio de populações historicamente subalternizadas.

Em seus estudos Mbembe (2017) explica que necropolítica tem como seu significado sumário a política de morte, justificado o racismo como ponto principal para legitimar o exercício do necropoder, onde ele diz: “Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico” (Mbembe, 2017, p. 65).

Portanto, Achille Mbembe utiliza esses conceitos de soberania de Michel Foucault, e passa a refletir sobre os conceitos de morte e vida como categoria de análise do Estado de exceção. Mbembe (2018) aponta que essas exceções são resultadas de um projeto que se molda através das práticas colonialistas. Assim, a escravidão, na forma como o toma o Achille Mbembe, constituiu “[...] umas das primeiras instâncias de experimentação biopolítica sendo uma figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (Mbembe, 2017, p. 27).

A Colonização permitiu aos nativos da terra (indígenas) e aos africanos que fossem tomados, aprisionados e mantidos como escravos, resultando em uma formação social de supremacia branca, que utilizava de alegações eurocêtricas de que o negro poderia ser considerado tal qual um animal ou pior, que não possuía alma, para justificar toda e qualquer atrocidade cometida com eles. Como resultado desse processo, emerge no seio do Brasil uma cultura de formação racista que carrega uma herança de não superação do estatuto sociocultural de escravidão, mas sua reinvenção (Nascimento, 2017).

Clovis Moura estudou as relações escravidão/racismo/capitalismo a partir do contexto social brasileiro. Moura (2014) explica que o racismo se fortaleceu através do capitalismo, que promoveu estruturas sociais que fortaleceram/fortalecem as diferenças, promovendo a opressão contra as camadas subalternas brasileiras.

Ao entender sobre as desigualdades sobre o povo negro a partir de uma análise sócio-histórica, é possível compreender também as razões pelas quais os(as) negros(as) são acometidos(as) de atravessamentos em suas vivências. Mesmo após a Lei Áurea, em maio 1888, o processo de rebaixamento dos negros se acentuou cada vez mais no decorrer dos anos. E apesar da criação de políticas públicas que garantam boas condições, subsidiadas



por direitos, intencionando equidade para igualdade, a mobilidade do sujeito negro para fora da condição de subalternização ainda é dificultosa (Moura, 1988).

O biopoder permitiu o controle sobre a natalidade e a mortalidade das pessoas. Quando o Estado moderno impõe a regulação das massas, utilizando ferramentas para controlar o nascimento e a mortalidade de pessoas dentro de seus limites geopolíticos, ocorre o fenômeno da biopolítica (Foucault, 1979).

Outro exemplo que Foucault traz sobre o controle de corpos está no sexo como tecnologia que fomenta o biopoder: “de um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (Foucault, 2012, p. 158).

Em estudo sobre o papel das Tecnologias Sociais como instrumento de melhoria da qualidade de vida de grupos sociais dos mais diversos – especialmente os mais vulneráveis, do ponto de vista social, Mendes *et al.* (2015, p. 687) afirmam que, em muitas ocasiões, as Tecnologias Sociais se transformam em “[...] instrumento das relações de poder, funcionando na justificação e intensificação de novas formas de dominação nas sociedades contemporâneas”, o que impõe um olhar mais atento para este tipo de situação, em que ações que deveriam servir para mitigar ou abolir problemas sociais de determinados conglomerados humanos, transformam-se em artefatos de estruturação de dominação, descaracterizando a sua seminal intenção. Assim, à luz dos ideais de John Rawls (2002), com imaginar uma condição justa para determinados grupos sem que a igualdade se faça presente?

CONTEXTO SOCIAL DA MULHER NEGRA

A colonialidade do poder reproduz as desigualdades de gênero como marcas do sistema que torna o homem como ser superior e instituído pela lógica do patriarcalismo. Gênero e etnia são temas caros na atualidade, merecendo a devida análise e compreensão das imbricações que permeiam a vida em sociedade, visando à afirmação da justiça social e da igualdade como elementos fundantes da convivência coletiva harmoniosa.

Compreende-se que entre o período colonial e a era atual, a mulher negra sempre



esteve inserida em um contínuo apagamento em uma estrutura patriarcal e racista, isso deve ser tratado com atenção ao mesmo tempo ser questionada pelo seu caráter de urgência.

Lugones (2014) explica sobre a noção colonial partindo de uma lógica de gênero, onde os corpos brancos possuíam validade, entretanto, os corpos não brancos eram atravessados por um esvaziamento se torando um objeto com validade apenas para serviços. A mulher negra, sobretudo, passava por um processo maior de esvaziamento que perpassou até chegar nos dias atuais, e esse processo está imbricado com a intersecção de gênero, raça e classe. Em suma, os corpos negros serviram de base para legitimar as violências operadas pelo colonialismo, onde o status de “ser humano” não lhes eram devidos como para as pessoas branca.

Até os homens negros americanos, conforme acentua Hooks (2017, p. 162), postulavam uma postura machista e imperialista, “no mundo real onde cresci, eu tinha visto homens negros ocupando as posições de autoridade patriarcal, exercendo formas de poder masculino e apoiando o sexismo institucionalizado”, assim, a autora destaca a complexidade das relações de poder e a interseccionalidade das opressões, reconhecendo que, embora os homens negros possam ser oprimidos devido à sua raça, eles também podem ocupar posições de poder dentro das estruturas patriarcais e contribuir para a perpetuação do sexismo e racismo.

Para Barreto (2004, p. 1), o patriarcalismo é compreendido como uma estrutura sobre as quais todas as sociedades contemporâneas construíram suas normas sociais, por isso, é possível verificar uma base de privilégios para os homens brancos e situados no eixo eurocentrismo. O grande agregador familiar patriarcal incluía mulheres, crianças, escravos e servos domésticos, todos sob o domínio de um ou mais homens. Diante desta realidade, convém resgatar a sinalização de Silva (2019), para quem:

A violência contra as mulheres não é recente na história da humanidade. Ela faz parte de um sistema sócio histórico que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior na escala de perfeição metafísica, produzindo um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade (Silva, 2019, p. 556).

Assim, entendemos que o patriarcalismo se refere à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres não apenas no âmbito da vida privada, mas principalmente no espaço público.



Essa concepção nasce com a escravidão no Brasil que “arquitetou o imaginário social de que essas mulheres não são dignas de pertencerem à uma família ou de serem detentoras de amor, uma vez que suas existências estariam estritamente em conformidade com os desejos do homem branco” (Garcia, 2020, p. 108). Os diversos contrastes resultam em diferentes estruturas que podem gerar dificuldades que atravessam o ser mulher negra, os quais se conformam por fatores de classe, gênero e raça.

Conceituando a perspectiva interseccional, para Carla Akotirene (2018, p.13), a interseccionalidade é “uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras” e ainda acrescenta: “do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política” (Akotirene, 2018, p. 14). Portanto, os estudos interseccionais buscam a compreensão a partir de uma lógica de opressão em torno de três categorias: raça, classe e gênero. Deste modo, é importante apontar que o feminismo negro possui grande relação com a interseccionalidade, pois mulheres, sobretudo negras se encontram em posição de opressão quando se refere à categoria raça e gênero.

O feminismo negro traz à tona a construção da identidade negra na busca pelo lugar de sujeito na edificação política na sociedade, pois as mulheres negras não têm representatividade pelas mulheres brancas com realidades e oportunidades superiores. Ferreira e Nunes (2019) nos trazem uma intensa reflexão sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, no sentido de compreendermos como uma categoria analítica, apontando como os marcadores da diferença inferiorizam a trajetória dos corpos negros femininos, e que, portanto, não podemos falar em desigualdade social sem nos referirmos a esses marcadores. Na visão de Madeira e Gomes (2018, p. 467), “O racismo se solidifica como construção ideológica de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação de europeus e a inferioridade da maioria dos brasileiros”.

Nesse sentido, Saffioti (1976) faz uma reflexão sobre a ampliação das liberdades humanas a qual atingiu a mulher de forma escassa, independente da classe social que a pertencesse, as mídias, através dos jornais, foram à via de combater o silenciamento das mulheres que por sua vez ainda as fez calarem o feminismo por anos. É uma tarefa árdua,



justificar a exclusão da mulher em determinadas tarefas, e ao mesmo tempo mantê-las no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas.

Essa construção social de racismo baseada no pensamento primitivo desde o Brasil colônia precisa ser desconstruído por meio de mobilizações do afastamento desses estereótipos prejudiciais, o mais importante é combater as desigualdades de raça, gênero e classe todos os dias, pois há uma enorme necessidade de eliminar barreiras. Ao invés de reforçar essas desigualdades visíveis, o nosso propósito é guiar um olhar fortemente voltado para políticas públicas que contemplem a visibilidade da vulnerabilidade das mulheres negras visivelmente explícitas pela mídia. Essa construção social do racismo necessita ser desconstruída por meio de atitudes para afastar essa questão cultural.

São necessárias políticas de fortalecimento do tecido democrático no Brasil para que se possa, com algum grau de convicção, combater a violência política de gênero e raça, é essencial partir da união das diversas mulheres negras que, por inúmeras vezes não abraçam a causa do feminismo negro, não apoiando outras mulheres dentro do setor político. Essas mesmas mulheres que precisam se apoiar, acabam denegrindo a imagem e a coragem umas das outras e, por consequência disso, enfraquecendo a corrente do feminismo negro, o que seria profundamente prejudicial para uma categoria que busca, historicamente, demarcar o seu legítimo território de fala e de direitos.

Entendemos que a violência no Brasil não é um fenômeno que atinge a todas as mulheres da mesma forma, muito pelo contrário, ela se constrói como um fenômeno social articulado em torno de gênero e raça, ou seja, a partir da interseccionalidade dos marcadores da diferença, do racismo e do patriarcado. Portanto, deduz-se, trata-se de algo que se impõe à mulher negra, a maior vítima da sociedade moderna.

AS NOTÍCIAS E A MULHER NEGRA

Para compreender melhor o impacto que a propagação de ideias negativas pode causar, utilizemos o exemplo de Tucci Carneiro (1994) acerca da mídia entre a década de 30 e 40 do século XX aqui no Brasil, no qual ela conta que sobrepujava larga literatura de caráter xenófobo, nacionalista, fascista e contendo apologias às teorias raciais daquela época, suplementando o imaginário autoritário fascista pós a Revolução de 30, em que o



Brasil esteve sob liderança provisória de Getúlio Vargas, governante que, por causa de suas pretensões desenvolvimentistas, flertava com estas ideias perigosas. Este não apresentou um projeto político-ideológico adequado à sociedade em metamorfose que era o Brasil naquele contexto, um projeto que fosse de fato democrático.

Ocorria, em verdade, ampla divulgação em vitrines de jornais, marginalizando judeus, ciganos, negros, tratando estes como degenerados, uma ameaça constante ao progresso da nação. Neste ponto, é perceptível que o aparato de ideologia midiático serve de veículo do *modus operandi* da necropolítica, gerando uma opinião pública predisposta a hostilizar específicos grupos sociais. Embalados pela ideologia dada, apenas alimentando uma fobia irracional por certos sujeitos, os vendo como inimigos da paz pública, contribuindo para a deformação e para o desprezo pela identidade negra (Quadros, 2018)².

Para entender como a mulher negra vem sendo apresentada nessas páginas policiais, serão apresentadas três notícias que envolve casos de violência contra mulheres negras:

1. No dia 8 de março, dia internacional da mulher, foi publicado no jornal online *Correio Braziliense* a seguinte matéria: “Mulheres negras sofrem mais violência que as brancas” Dados do IBGE revelaram que 6% das mulheres entrevistadas sofreram com violência psicológica no ano anterior do censo. Para além disso, quando se refere ao marcador social “raça”, as mulheres negras foram as maiores vítimas de violência psicológica, física ou sexual. Os dados informam que a região Nordeste lidera os casos de violência contra mulher, onde 6,3% das mulheres negras maiores de 18 anos revelaram sofrer algum tipo de violência (IBGE, 2022).

Percebe-se então, que os noticiários apontam quem são as maiores vítimas das violências, contudo, não existe uma preocupação em apontar qual a razão estruturante para que mulheres negras e nordestinas sejam as maiores vítimas.

2. A agência de notícias e comunicação *Alma Preta* publicou em 27 de agosto de 2024 uma pesquisa intitulada: “Pesquisa expõe violências sofridas por mulheres negras no Pará”. A pesquisa retrata como o contexto social de mulheres negras desafia a sua sobrevivência. Dados fornecidos pelo Observatório de Segurança criou o relatório “Elas Vivem” que indicam que em Belém-PA ocorreram de 244 casos de violência contra mulheres em 2023. Sendo que 43 dos casos eram de feminicídios. Outros fatores abordados na pesquisa explicam que a



estrutura social, bem como as regiões territoriais em que essas mulheres se encontram, corroboram para que as mulheres, sobretudo negras, sejam as maiores vítimas de violência(s) estruturais.

Ao fazer um comparativo nas duas matérias citadas acima, compreende-se que um jornal construído por pessoas negras, tem uma preocupação maior em relatar os problemas estruturais da sociedade brasileira, visto que ao tratar sobre os casos de feminicídio no Pará, o jornal explica que mulheres mais pobres e periféricas são as maiores vítimas dessas violências.

3. Publicado em 16/08/2024 pelo *Jornal da USP* com a matéria intitulada: “Falta de defensoras negras afeta desdobramentos raciais em casos de violência doméstica”. Pesquisadoras da USP perceberam que as questões estruturais do racismo estão presentes nos processos judiciais de violência doméstica e familiar. As pesquisadoras também observaram que a ausência de um letramento racial. A matéria também aborda a Lei Maria da Penha tem respaldo para tratar de crimes raciais contra as mulheres, contudo, após o levantamento, percebeu que ao tratar de caso de violência doméstica, a violência racial é ignorada.

Percebe-se que mesmo com Leis que tratem de questões de gênero, quando se trata de questões raciais, as violências se restringem somente a física enquanto a racial, caba que se tornando invisibilizada. E necessário, portanto, que os magistrados bem como os profissionais que cuidem da proteção das mulheres, entendam das questões estruturais da sociedade brasileira, para assim, perceber que existe mais problemas sociais enfrentados por mulheres, sobretudo, mulheres negras além da violência física.

CONCLUSÃO

Ao lermos as notícias, sobretudo de caráter policial, nos causa incertezas se os discursos de quem (re)produz essas manchetes é de fato imparcial. Percebe-se que existe uma intrínseca relação do biopoder e necropolítica com as manchetes apresentadas, onde se inicia pelos apagamentos das vítimas que perdem sua voz e legitimidade para dar chance em muitos casos ao que o agressor tem a dizer. A polícia também recebe mais atenção dos redatores dessas matérias, tendo em vista que a “versão da polícia” sempre é posta em pauta na notícia e o relato da polícia recebe mais validade que o da mulher negra.



Por isso, é necessário que políticas públicas de afirmação para as mulheres negras sejam reforçadas e praticadas para cuidar diretamente de mulheres negras que estejam passando por alguma vulnerabilidade social.

Os estudos e a prática interseccional também possuem grande relevância para as mulheres negras, para que seja feita a reflexão sobre como o colonialismo se perpetuou nessa sociedade. Dá-se a importância, tendo em vista que as questões que envolve gênero, raça e classe estão embricadas e historicamente, apagou, violentou e matou essas mulheres, violências essas que ainda permanecem atravessando essas mulheres.

Nos últimos anos, páginas de redes sociais, mídias digitais e outros meios de informações têm se dedicado a reforçar o quão é necessário tratar da negritude sem que haja um discurso voltado para conceitos etnocêntricos, tendo em vista que a imprensa tradicional não tem atendido essa demanda tão necessária, pois muitas dessas matérias de casos ocorridos com pessoas negras, são produzidas e comentadas por pessoas brancas.

Historicamente, o lugar de inserção da mulher nesses noticiários, geralmente está presente em notícias sobre casos criminais e também em notícias de operações policiais em favelas, e isso diz muito respeito ao racismo institucional que está presente, mesmo que de maneira velada nesses meios de comunicação e na sociedade. Faz-se necessário, portanto, canais de notícias que produzam conteúdos de/para/com negros, sobretudo antirracistas em maior escala, promovendo espaço para essas pessoas que por muito tempo sofreram diversos apagamentos. Assim, o debate racial terá maior crescimento na mídia contribuindo para uma maior visibilidade dos corpos negros.



REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**, São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 94-127.
- BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, n. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil: Mito e realidade**. ed. São Paulo (SP): Ática S.A. 1996.
- CONSTANTINO, C.; HALANA, F.; BARTH, M. A tradição das bonecas abayomis: reflexões sobre raça, classe e gênero no serviço social. **Revista Gênero**, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2022.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber** (tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhaon Albuquerque). 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- GARCIA, D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 97-120, 2020.
- GERMANO, Camila. Título da matéria IBGE: Mulheres negras sofrem mais violência do que as brancas. **Correio Braziliense**. 08 março de 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/03/6815304-ibge-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-do-que-as-brancas.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.
- HOOKE, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- LEMKE, T. **Biopolítica: Crítica, debates, perspectiva**. São Paulo: Politeia, 2018.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudo Feministas** 2014; 22(3):935-952.
- MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set/dez., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- MENDES, L.; BONILHA, M. C.; ICHIKAWA, E. Y.; SACHUK, M. I. Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 687-700, out./dez., 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395113554>.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo - SP: Ática, 1988.
- QUADROS, D. M. A marginalização e a sexualização dos corpos negros na mídia e na literatura afrofeminina contemporânea: espaços que (de)formam identidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 17, n. 26, p. 513-531, 2018. DOI: 10.12957/palimpsesto.2018.35388
- RIBEIRO, Guilherme. Falta de defensoras negras afeta desdobramentos raciais em casos de violência doméstica. **Jornal da USP**. São Paulo, 12 de agosto de 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/falta-de-defensoras-negras-afeta-desdobramentos-raciais>



em-casos-de-violencia-domestica/. Acesso em: 28, de Agosto de 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1976.

SERPA, Verônica. Pesquisa expõe violências sofridas por mulheres negras no Pará. **Alma Preta**. Altamira, 27 de agosto de 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/pesquisa-expoe-violencias-sofridas-por-mulheres-negras-no-para/> Acesso em: 28 de Agosto de 2024.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6082>

A LUTA PELO TERRITÓRIO NA COMUNIDADE DA BOA ESPERANÇA, EM TERESINA-PI

The struggle for territory in the Boa Esperança - Teresina-PI

Natasha Karenina de Sousa Rego¹
Maria Raimunda Penha Soares²

RESUMO

A comunidade da Boa Esperança em Teresina-PI assumiu expressão pública na luta pelo território no contexto do Programa Lagoas do Norte, política pública que pautou a remoção dos moradores da região. O trabalho visa responder: Quais os contornos da luta por território na comunidade da Boa Esperança? O objetivo geral é refletir sobre a luta pelo território na comunidade. Os objetivos específicos são: apresentar a luta por território; situar a desterritorialização em comunidades quilombolas; analisar a luta por território na comunidade. A pesquisa é qualitativa, exploratória, documental, bibliográfica e interseccional. Os dados cotejados são de transcrições do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, documentário que registrou oficinas realizadas na comunidade no auge do conflito. Buscou-se identificar os trechos que mais dialogassem com a temática. Percebe-se que a luta pelo território precisa ser entendida em conjunto com as discussões sobre terra e territorialidade; a desterritorialização afeta as comunidades quilombolas desde a colonização; a luta pelo território tem viés interseccional e ancestral. A importância da pesquisa reside em evidenciar as comunidades como produtoras de conhecimento e as lutas pelo território como pedagógicas.

Palavras-chave: Boa Esperança; luta pelo território; desterritorialização; quilombo; interseccionalidade

ABSTRACT

The Boa Esperança community in Teresina-PI became famous in the fight for territory in the context of the Lagoas do Norte Program, a public policy that guided the removal of residents from the region. The work aims to answer: What are the contours of the struggle for territory in the Boa Esperança community? The general objective is to reflect on the struggle for territory in the community. The specific objectives are: to present the struggle for territory; situate deterritorialization in quilombola communities; analyze the struggle for territory in the community. The research is qualitative, exploratory, documentary, bibliographic and interseccional. The data collated are from transcripts of the Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, a documentary that recorded workshops held in the community at the height of the conflict. We sought to identify the excerpts that most related to the theme. It is clear that the struggle for territory needs to be understood together with discussions about land and territoriality; deterritorialization has affected quilombola communities since colonization; the fight for territory has an intersectional and ancestral bias. The importance of the research lies in highlighting communities as producers of knowledge

¹ UFPI/UESPI. E-mail: nkarenina@gmail.com

² UFF. E-mail: raysoares2411@gmail.com



and struggles for territory as pedagogical.

Keywords: Boa Esperança, fight for territory; deterritorialization; quilombo; intersectionality

INTRODUÇÃO

A comunidade da Boa Esperança em Teresina-PI assumiu expressão pública na luta pelo território no contexto do Programa Lagoas do Norte, política pública de requalificação urbana realizada de 2006 e 2020 na zona norte da cidade. Na ocasião, realizou campanha pública para reconhecimento enquanto quilombola³.

Percebe-se que a luta pelo território tem marcado o cotidiano de comunidades afro-rurais e quilombolas de todo o Brasil e precisa ser entendida em conjunto com as discussões sobre terra e territorialidade. A desterritorialização foi uma das violações primeiras a que os povos sequestrados do continente africano e trazidos forçadamente para as “américas” foram submetidos, e seguiu afetando os seus descendentes quando estes, passaram a se organizar e resistir em comunidades quilombolas. Portanto, a luta pelo território tem viés interseccional e ancestral.

A pesquisa, da qual resulta este artigo, é qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica. Os dados cotejados são de transcrições do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, documentário que registrou oficinas realizadas na comunidade no auge do conflito. Buscou-se identificar os trechos que mais dialogassem com a temática. A perspectiva interseccional é acionada para perceber os atravessamentos no território. A importância da pesquisa reside em evidenciar as comunidades como produtoras de conhecimento e as lutas pelo território como pedagógicas.

Este artigo traz reflexões para responder a seguinte questão: Quais os contornos da luta por território na comunidade da Boa Esperança? Busca-se refletir sobre os processos de organização e luta da comunidade pelo território, bem como, situar o contexto de violação de direitos em processos de desterritorialização em comunidades quilombolas.

³ É importante indicar que apesar da comunidade não ter sido reconhecida como quilombola pelas instâncias legais/institucionais, enquanto pesquisadora, respeito a autodefinição e valorizo os aspectos sociais, políticos, culturais e religiosos que levaram a demanda desta comunidade pelo reconhecimento institucional.



TERRA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA DINÂMICA QUILOMBOLA

“Luta-se pela terra, mas é necessário fortalecer os vínculos para que se ocupe o território de forma potente e criadora”⁴. Os processos coletivos de organização pelo direito ao território são atravessados por relações sociais que o modificam e às próprias pessoas que fazem parte da luta, e por interseccionalidades de raça, gênero, classe, idade, geração, religiosidade, dentre outras. Nas comunidades quilombolas, a ancestralidade é guia para o fortalecimento dos vínculos, momentos de recuo e descanso e para os de enfrentamento.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, diz uma frase conhecida dos movimentos sociais, atribuída a Leonardo Boff. Território é o chão onde os pés pisam e só se consegue formular política - colocar a cabeça para pensar - a partir desta concretude. Tem uma dimensão física, geográfica e também afetiva, a partir das vivências de quem caminha, mora, vive no lugar. As interseccionalidades de raça, gênero, classe, território e outras nos ajudam a compreender como as pessoas vivem, afinal o uso da terra e do território são distintas no campo e na cidade, para quilombolas e não quilombolas. Assim:

O vocábulo território é essencialmente polissêmico. Genericamente é utilizado para designar uma extensão da superfície da Terra, na qual grupos sociais, instituições e indivíduos entram em disputa pela afirmação de seus interesses, semelhante ao que ocorre entre os animais de uma mesma espécie. Certamente, essa é uma assertiva com a qual não se pode concordar nos dias de hoje, mas é a que prevalece. Entende-se que essa polissemia implica inconsistências acerca do significado do conceito de território, induzindo alguns (pessoas, pesquisadores e agentes de Governo) a entenderem que a simples existência de uma parcela da superfície terrestre ou uma área de terra é o próprio território; outros crêem que a existência do território é confirmada com a presença do Estado; outros acreditam que território é o mesmo que espaço geográfico; outros, ainda, o relacionam a uma certa dimensão espacial e durabilidade temporal; e outros, o mais grave, têm no território uma forma de controle de uns agentes sociais sobre outros. Contudo, nas falas e nos textos, predomina a ideia de relações de poder entre os distintos agentes, que se acredita ser a premissa subjacente ao referido conceito.⁵

O autor aponta as polissemias do território, a centralidade das relações de poder no entendimento do conceito e a necessidade de entender a multiplicidade de significados no decurso do tempo. Mariléa de Almeida, que trabalha com o território a partir das experiências de mulheres quilombolas, tem um esforço similar:

⁴ ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

⁵ BRITO, C. A P. *Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.19
CADERNOS PET, V. 16, N. 31 ISSN: 2176-5880



Por isso, a abordagem de território que atravessa este trabalho engloba, a um só tempo, três dimensões que não estão apartadas entre si, mas que, para fins de visualização, descrevo nos seguintes termos: a materialidade física das relações que as quilombolas estabelecem com o território do quilombo; a materialidade simbólica dos significados que atribuem aos espaços; e, por fim, a materialidade subjetiva dada pela abertura de espaços de deslocamento de sentido de discursos racistas, sexistas e classistas.⁶

A autora distingue três dimensões que se assemelham às acepções apontadas acima e relaciona cada uma delas à dinâmica quilombola. Nessa seara, ela desdobra o conceito de território de afeto: “um campo de ação política que se exprime pela manutenção, criação ou redefinição de espaços potencializados para aqueles que vivem nas comunidades quilombolas”⁷, que qualifica a ideia do território, colocando-o no âmbito da criação e do remodelamento por entender que os afetos conformam limites espaciais, mesmo sem o reconhecimento jurídico, inclusive pelo racismo que afastou pessoas negras do domínio territorial no Brasil⁸. Frisa-se que:

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dívidas dos outros⁹.

O entendimento de Sobonfu Somé se articula com as noções de território trazidas por Mariléa de Almeida, ao indicar que as pessoas precisam de sua comunidade, são indissociáveis pelo que constroem, compartilham e pelo território que ocupam, pelas materialidades física, subjetiva e simbólica¹⁰. É na comunidade que os quilombolas

⁶ ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022, p.30.

⁷ ALMEIDA Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022, p.39

⁸ DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 25-44; NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017; NASCIMENTO. *O Quilombismo*. São Paulo: Perspectiva, 2020; NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018.

⁹ SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade*. São Paulo: Odysseus, 2007, p.31

¹⁰ ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.



realizam suas atividades e mantêm os seus saberes. Assim: “No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas”¹¹.

Nêgo Bispo (2023) apresenta como as relações se constroem no quilombo, em que a tônica é o compartilhar, que conforma a identidade do “compartilhante”, condição vivida pelos nascidos ou pertencentes ao quilombo, e de maneira mais ampla, a natureza. O território é vivido a partir das relações de compartilhamento e pertencimento, o que espelha a ideia de Mariléa de Almeida. Destaca-se que:

A existência dos quilombos na História do Brasil representa um projeto de partilha, e de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra. Sem mobilizar esses conceitos, o quilombo constitui-se em um projeto de alternativa ao capitalismo, de reforma agrária e socialismo, como tem afirmado Givânia Maria da Silva em diferentes contextos. Em 1888, com a falsa abolição, foi implantado no Brasil um regimento excludente, seguido por uma legislação cruel de acesso à terra que, contrariando os princípios do quilombo, fortaleceu a concentração latifundiária e a subjugação da população negra à condição de um não sujeito de direitos¹².

O modo de acessar, viver e usufruir da terra e do território quilombola é coletivo, compartilhante, envolve toda a comunidade, por isso os quilombos se potencializam como projetos contracoloniais, que desafiam as formas coloniais modernas de existência. Os valores quilombolas são contrários aos estabelecidos no Brasil pela falsa abolição, que libertou os escravizados do jugo colonial sem garantir as condições econômicas de sua subsistência e manteve o modelo do latifúndio, com acumulação de terra por poucos e brancos, como norma excludente de acesso à terra.

Os quilombos guardam particularidades históricas, sociais, culturais e políticas que os constituem como comunidades singulares, não são homogêneos e podem ser vistos desta forma. Entretanto, há modos de vida compartilhados e a luta os une. Muitos destes quilombos, na relação terra/território, precisavam se situar em locais estratégicos para

¹¹ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023, p.30

¹² DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 26



autopreservação e enfrentamento à colonização. Dessa forma:

É muito comum encontrar no Brasil - mas o vimos também em Angola - os quilombos se localizando em planaltos ou colinas, nas proximidades de rios, ou outros caminhos naturais, possuindo clima bastante específico, onde as condições do Sol e de outros astros dão uma sensação de espaço aberto, diríamos, oceânica e infinito. Figura, por isso, as características de fronteira, não só geográfica, como também demográfica, econômica e cultural que estas organizações possuem¹³.

A relação dos quilombolas com a terra e o território que vai do conhecer os aspectos geográficos e se utilizar dele a seu favor, a fim de preservar e produzir em confluência com a natureza, produz conhecimentos e tecnologias que precisam ser reconhecidos e valorizados em outros espaços. A descrição recorda o Quilombo do Mimbó, mais antigo do Estado do Piauí, no qual é possível, após caminhada, acessar um mirante que permite a observação de paisagem aberta, com vegetação abundante nas margens do rio Canindé, que transmite uma sensação de imensidão. Frisa-se que a terra é de grande importância para os quilombolas pois:

O fundamento do quilombo é a terra, o homem se identificando profundamente com a terra. Então, o Ebó é dado para a terra, todos os elementos vivos estão na terra e vão participar daquele banquete que é o Ebó. Que dizer, vai ter ali vírus, vai ter ali micróbios, vai ter ali células que vão se decompor e se transformar em outras células...e esse é o princípio do “axé”, da força.¹⁴

Plantado no chão¹⁵, como o umbigo das crianças conforme as tradições nordestinas, está um dos fundamentos do quilombo, território de quem está enraizado na terra. As oferendas, como os ebós, que servem para limpeza e reequilíbrio energético, são entregues à terra e a tudo que nela vive, pois todos são participantes das trocas e dos rituais sagrados. Deste compartilhamento vem o axé, enquanto força propulsora de vida. É por isso que os povos que compartilham desse modo de relação com a terra constroem e vivem uma territorialidade diferenciada.

¹³ NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018, p.261

¹⁴ NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018, p.335

¹⁵ VIANA Natalia. *Plantados no chão. Assassínatos políticos no Brasil hoje*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007



Quando pensamos em território, de forma geral, pensamos em moradia e nas porções limitadas por fronteiras que conformam, junto do povo e da soberania, o território nacional. Terra é a dimensão física e também o nosso planeta, é território socioespacial e territorialidade - as relações que estabelecemos no território, especialmente os povos que se consideram o próprio território, em conformidade com a noção de corpo-território¹⁶. Assim, em um conceito mais amplo:

Nesse sentido, a territorialidade humana aparece como o conjunto de relações mediadas pelo poder entre os distintos agentes sociais (Estado/Governo, empresas, instituições sociais, cidadãos), que se interessam por algum objeto comum localizado numa dada porção do espaço geográfico¹⁷.

A territorialidade, de forma geral, foca nas relações mantidas pelos agentes sociais, atravessadas pelo poder, com foco em determinado território. Ao morar/viver em um lugar, estabelecemos nele/com ele relações e aprendizados que tem história, memória, ancestralidade, família e comunidade. Ainda:

Assim, a territorialidade humana e seu substrato material, com todas as características naturais e as socialmente criadas são termos que encerram uma única assertiva – resultam de relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico que se torna território¹⁸.

Portanto, reforça-se a ideia de que as relações estabelecidas no território não são meramente geográficas ou materiais, e sim complexificadas pelos elementos de poder, simbólicos e subjetivos:

Propomos, nesse caso, optar pela expressão “territorialidade” – já que não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material)¹⁹.

¹⁶ SOARES, Maria Raimunda Pena. COSTA, Rute Ramos da Silva. ALVES, Hayda. *Territórios de resistências e de lutas: corpos femininos, ancestralidade e práticas contracoloniais*. In: SOARES, Rai et al (orgs.). *Relações étnico-raciais e práxis insurgentes*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, p. 159-181.

¹⁷ BRITO, C. A P. *Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador:EDUFBA, 2008, p.19

¹⁸ BRITO, C. A P. *Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador:EDUFBA, 2008, p.20

¹⁹ HAESBAERT, Rogério. *Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial*. In: Saquet, Marcos CADERNOS PET, V. 16, N. 31



Aqui o autor relaciona território a territorialidade. Esta se dá no campo das disputas para sua efetivação material, de forma que nem toda territorialidade dispõe, de fato, de um território. A agência dos agentes sociais é importante para a entender a medida das dimensões abstrata e real-simbólicas da territorialidade e assim articular as lutas por território. Assim:

A territorialidade é de fato dotada de força ativa. Se isso foi historicamente recalçado, deve-se ao fato de que a modelização universalista, a metafísica da representação, opõe-se a uma apreensão topológica, territorializante do mundo, ou seja, a uma relação entre seres e objetivos em que se pense a partir das especificidades de um território²⁰.

Terra, território e territorialidade são imprescindíveis para as articulações políticas de luta pelo território pois apresentam nuances das relações humanas e de poder dos sujeitos envolvidos, quais sejam comunidade e Estado. Para os quilombolas, o vínculo com a terra e o território expressam o pertencimento a determinado lugar, o que enseja luta pela manutenção ou proteção frente às ameaças de desterritorialização, processo em que se precisa deixar o território e as relações com ele estabelecidas. Frisa-se que desapropriação é medida administrativa de intervenção na propriedade por interesse público e remoção é a expulsão de pessoas de seu território na chave dos projetos de desenvolvimento e políticas públicas. Destaca-se importante fala de Nego Bispo sobre adestramento e colonização:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta²¹.

Nêgo Bispo (2023) relata como o processo de adestramento e colonização são similares e destaca a importância da desterritorialização para destruir quem se pretende

Aurelio; Sposito, Eliseu Savério(organizadores). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.106

²⁰ SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.13

²¹ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023, p.12



dominar ao quebrar o vínculo da pessoa e de sua comunidade com o seu lugar. O apagamento da memória passa por esta ruptura. Tal raciocínio reforça como destituir a pessoa de seu território, especialmente por violência, vai além da noção espacial e atinge a subjetividade e a ancestralidade dos sujeitos.

DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DE QUILOMBOLAS

Insta refletir sobre as causas que levam a desterritorialização de quilombolas, descendentes de africanos, que desde sua chegada ao Brasil, por meio da colonização e da escravidão, cultivam modos de vida, saberes e fazeres de seus antepassados em territórios livres denominados quilombos. As terras por eles ocupadas sofrem investidas desde o período colonial, como exemplifica a derrocada do quilombo da República de Palmares provocada pelos colonizadores²², propagadores e garantidores do racismo anti negro.

As ideologias do racismo têm raízes tão profundas na formação social brasileira que temos que levar em conta uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneira de ser e de agir inerentes não só aos brancos (agente) como ao negro (paciente). Principalmente, é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis²³.

O racismo, ou seja, a hierarquização entre sujeitos, no caso do Brasil, entre brancos e negros/ indígenas, é um produto ideológico espalhado pelo mundo pelos colonizadores europeus como justificativa para desumanização dos povos não-europeus, a ser dizimados, sequestrados e alijados de seus saberes e valores, que se perpetua. Mesmo finda a escravidão, e mais recentemente, tendo adotado uma constituição que criminaliza o racismo e garante os direitos territoriais de quilombolas, o Brasil ainda peca na proteção de pessoas negras contra as práticas racistas. Assim:

Embora a legislação atual seja favorável ao reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas, é flagrante o seu descumprimento. Um conjunto de interesses em favor da concentração de terra na mão de poucos (proteção de latifundiários, expansão do agronegócio e de projetos de desenvolvimento),

²² NASCIMENTO. *O Quilombismo*. São Paulo: Perspectiva, 2020; NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018.

²³ NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018, p.54



aliado a políticos profissionais corruptos, tem impedido que os territórios sejam demarcados²⁴.

A autora destaca como a concentração de terra e a atuação de políticos corruptos como um impedimento à demarcação dos territórios quilombolas, direito que protege os quilombos e mitiga o risco de desapropriação por latifundiários, projetos de desenvolvimento e do agronegócio, especulação imobiliária e mineração. Frisa-se que a concentração de renda e a deterioração das condições de vida no campo e na cidade²⁵ (Gonzalez, 2020) se somam às condições de piora da vida da população negra e também quilombola. A Constituição Federal que garante os direitos territoriais quilombolas é de 1988, 100 (cem) anos depois da abolição da escravidão, o que ajuda a dimensionar a duração da luta destes povos, que começou no sequestro colonial, nos navios negreiros. Assim: “Os territórios quilombolas vêm resistindo ao longo dos anos a um quadro de total abandono no que diz respeito a políticas públicas, sem acesso a saneamento básico, direito de moradia adequada, políticas de educação escolar quilombola ou saúde”²⁶.

A resistência quilombola à desterritorialização é prática ancestral que se opõe à gestão colonial moderna realizada pelo Estado, por meio das políticas públicas, da terra, território e territorialidade. O Estado – “forma específica de exercício de poder e dominação”²⁷ capitalista e moderna – findo o período colonial, reproduz o padrão de poder que hierarquiza pessoas e os territórios ocupados. A ausência de políticas de promoção de direitos e a presença das de desterritorialização - que pressupõem a saída de qualquer população de seu território - provoca danos aos modos de viver, tradições, identidade e a própria vida dos quilombolas. De regiões centrais são empurradas para periferias, do campo para a cidade, do cultivo de seus saberes a processos de desumanização.

²⁴ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 27

²⁵ GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020

²⁶ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 27

²⁷ ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020



Se “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, sem a terra como se pensa? A modernidade ensinou que “Penso logo existo”, por esta ótica sem chão, sem pensamento, sem existência. Também pelas lógicas quilombolas, sem natureza, terra e compartilhamento não se vive, não se produz os modos de vida, os saberes e fazeres ancestrais. Frisa-se que: “É possível recordar que os impactos advindos da desapropriação apresentam dimensão individual, coletiva, material e imaterial, pois se trata de um território imprescindível para produção e reprodução da vida quilombola”²⁸.

Quando o Estado ameaça às comunidades de desapropriação ou remoção e/ou as realiza, impacta e imprime danos que atingem centralmente o modo de vida quilombola, que se realiza na coletividade. Maria Sueli Rodrigues de Sousa aponta, como elementos da desterritorialização/deslocamento forçado, “limitação das atividades profissionais e existenciais; indenizações que não repõem as condições de vida, criminalização das práticas culturais.”²⁹ Assim, importa mencionar as consequências da desterritorialização física, mental e cultural/social para/ nas comunidades quilombolas, ao entender que há entrecruzamentos e interseccionalidades dos resultados.

Quanto às físicas aponta-se a própria dissociação da terra, território e territorialidade vivida. O indício deixado pela autora “limitação das atividades profissionais e existenciais” pode nos guiar e permitir o entendimento de que estas ações são as que dizem respeito à produção e reprodução da vida, ao trabalho como modificador da natureza e aos modos de vida dos povos quilombolas. Sem a terra, sem fundamento de axé³⁰, sem possibilidade de vida, troca, compartilhamento e biointeração³¹ dos quilombolas com a natureza e consigo, em comunidade. Assim, sem caça, pesca, cultivo e extrativismo de plantas; comunicação com os encantados e ancestrais nas matas, águas, terra e natureza; comércio, prática de atividades físicas, culturais, espirituais e religiosas; vizinhança, parentesco e memórias. A desterritorialização remove/desloca de modo forçado pessoas e as coloca em um lugar que nem sempre elas puderam escolher ou fica na mesma região, o que dificulta a manutenção

²⁸ GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p.157

²⁹ SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Garde, 2021, p.88

³⁰ NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018.

³¹ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: Unb, 2015.



dos laços e mesmo a (re)construção de territórios de afeto³². Há uma quebra dos vínculos de vizinhança, comunidade, com a terra e o território, e como a subjetividade se constrói coletivamente, onde no chão pisa, ela também é quebrada. Afeta desigualmente os sujeitos de acordo com suas interseccionalidades.

“Indenizações que não repõem as condições de vida” aponta para o fato de que as condições de vida dos quilombolas sofrem danos que precisam ser reparados e não são. Ao apontar os ocorridos territórios quilombola em Barro Vermelho e Contente, no Piauí, em contexto de conflito socioambiental, Rodrigo Portela Gomes³³ sistematiza-os em: produção econômica e subsistência, residências, acesso à água, acesso aos aparelhos públicos, violência psicológica e moral, patrimônio material e imaterial; indenização das desapropriações, o que dialoga com:

Agravam essa situação os permanentes conflitos em defesa dos territórios, o que tem submetido a população quilombola à violência psicológica, moral e física, como a iminência de despejos ou remoções forçadas, a prática de racismo ambiental, restrições ao direito de ir e vir, ameaças à vida e assassinados, só para citar alguns exemplos.³⁴

Estes impactos são produzidos pelo racismo, que segue desumanizando os quilombolas, e incidem sobre a subjetividade das pessoas afetadas. Isso gera adoecimentos físicos e mentais, que desafiam “a capacidade do nosso povo de enfrentar violências, superar perdas e reinventar-se”³⁵, nos dizeres da intelectual quilombola. Importa dizer que o racismo afeta os territórios, os corpos e também a psique humana³⁶ seja porque tenta os sujeitos constantemente sob uma condição desumana fazendo com que acreditem que são merecedores desta desumanização.

³² ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

³³ GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

³⁴ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 27

³⁵ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 43

³⁶ GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.



Quanto à “criminalização das práticas culturais”, destaca-se que uma faceta do racismo é a consideração das práticas africanas e indígenas como criminosas, com base no ordenamento penal ou no senso comum³⁷. A desapropriação precisa de legitimação social para que determinado território seja considerado de interesse público, o que muitas vezes é acompanhado de processos de criminalização dos moradores e de suas práticas, identificados como os que estão atrapalhando o progresso e o desenvolvimento em virtude de “apego” às suas moradias e territórios³⁸. Além disso, longe do território, os quilombolas não têm como realizar seus ritos religiosos, professar sua fé, praticar danças e jogos, desenvolver suas atividades cotidianas e modos de vida.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem uma convenção sobre povos indígenas e tribais numerada 169, da qual o Brasil é signatário, que aponta, em seu artigo 17: “Os povos interessados deverão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras ou transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade”. É o direito das comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada sobre decisões políticas que possam afetar suas terras e territórios³⁹. Assim, ouvir previamente o que as comunidades querem e precisam é um passo importante na formulação de políticas públicas, visto que estas devem atender os interesses dos diversos sujeitos e agentes sociais.

A prática de entrada sem autorização e selamento das moradias para indicar quais devem ser removidas é constrangedora, desrespeita os direitos dos moradores e sinaliza autoritarismo por parte do Poder Público. As desapropriações também devem ser acompanhadas de medidas reparatórias aos danos sofridos, que, muitas vezes, não se situam apenas no campo monetário, por atravessar também os direitos de vizinhança, à memória, à terra, à ancestralidade e outros. As pessoas desapropriadas, especialmente de comunidades tradicionais, precisam conseguir realizar seus modos de vida no novo território, ser

³⁷ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017; NASCIMENTO. *O Quilombismo*. São Paulo: Perspectiva, 2020

³⁸ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020

³⁹ DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.



oportunizadas construir novas ou outras relações de territorialidade. Na prática, as indenizações se concentram nas monetárias e são irrisórias, o que não cobre os prejuízos nem permite que as pessoas vivam em condições dignas e é percebido em outros conflitos territoriais⁴⁰. Assim, percebe-se que as remoções devem ser evitadas e as reparações, se for o caso, precisam ser justas.

LUTA PELO TERRITÓRIO NO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA

Na seção, tematizo a luta pelo território a partir de trechos do projeto Mulheres nos terreiros da esperança, documentário realizado em 2017 que versa sobre a permanência dos moradores da comunidade da Boa Esperança em suas casas no contexto do Programa Lagoas do Norte, política pública que os ameaçava de remoção para sua implementação. Frisa-se que os moradores que participaram deste projeto são diversos: homens, mulheres, idosos, jovens e adultos, pessoas de axé e de outras religiões, o que evidencia as interseccionalidades que incidem sobre os territórios.

O morador Joiceilson Costa afirma: “Sou morador da comunidade. É... estamos aqui na luta pela... na luta de resistência pela permanência dos terreiros aqui da Zona Norte que estão sendo ameaçados a serem retirados pelo prefeito Firmino Filho com base na desculpa do Projeto Lagoas do Norte.” Percebe-se que o conflito é apresentado pelo participante da oficina, que aciona a luta por moradia e pelos terreiros, o Poder Público e o PLN. A consciência de classe é percebida, ou seja, a capacidade que as pessoas têm de compreender o que acontece ao seu redor no que tange às questões sociais⁴¹. Frisa-se que Maria Sueli Rodrigues de Sousa⁴², ao analisar conflito ambiental, tematizou o direito à permanência dos povos tradicionais em seus territórios; o permanecer se relaciona com as relações de

⁴⁰ SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Garde, 2021; GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019; DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020

⁴¹ LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁴² SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Garde, 2021



biointeração⁴³.

Na sequência, Maria Rocha fala: “Não. Eu não vou sair. Eu não quero. Eu não entendo que eu tenho que sair, tá entendendo? Eu não entendo; não quero sair; não pretendo sair. Eu vou ficar”. Também Isabel Jardim aduz: “Eu moro aqui na Manoel Aguiar Filho, no Mafrense há 2 anos e há 2 anos eu tô na luta pela permanência aqui nessa região onde a prefeitura quer fazer o projeto Lagoas do Norte.” As duas falas expressam a negativa da comunidade em se retirar de seu território, mesmo que esteja residindo há pouco tempo, pela identificação e, possivelmente, ausência de outros locais para residir. Há um vínculo de pertencimento⁴⁴ das moradoras ao território, o que reforça a vontade de “não arredar o pé”. Isabel continua:

É...a gente tinha feito um acordo com o prefeito da cidade, Firmino Filho, é...que nenhuma negociação, nenhuma entrada nas casas, nenhum...nenhum...é...nenhum cadastro, nada seria feito sem ter acompanhado o Ministério Público e também alguém do Centro de Defesa Ferreira de Sousa que é a associação que defende a permanência das pessoas, o bem estar dessas pessoas.

O discurso assemelha-se ao que foi relatado no capítulo anterior. O Poder Público não garantiu a comunicação e nem a participação, tampouco respeitou os acordos feitos com a população de não cadastrar nenhuma casa para ser removida. A moradora continua: “O cadeado não estava trancado, mas o portão estava fechado e a minha sogra foi pega de surpresa com alguns membros da prefeitura dentro da casa dela.”, o que constitui violação aos direitos constitucionais da inviolabilidade da residência⁴⁵, intimidade⁴⁶ e dignidade da pessoa humana⁴⁷, que abrange todos os cidadãos. Frisa-se que essas violações tiveram

⁴³ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: Unb, 2015; SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

⁴⁴ ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020; SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Garde, 2021; SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

⁴⁵ Art 5º, XI da Constituição Federal - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial

⁴⁶ Art 5º, X da Constituição Federal - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

⁴⁷ At. 1º da Constituição Federal - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana.



origem no vício insanável no desrespeito à consulta prévia, livre e informada das comunidades em relação aos eventuais danos ocasionados com o avanço do Programa Lagoas do Norte⁴⁸. O bem estar das pessoas pode se relacionar tanto com as relações de biointeração⁴⁹ quanto com a filosofia do bem viver, que se fundamenta em matrizes indígenas e africanas de preservação da natureza e da ancestralidade, num modo de vida anticapitalista⁵⁰. Isabel apresenta:

A luta...apesar da luta de moradia ser uma luta muito importante...importantíssima, a gente pode ver coisas muito...raízes muito mais profundas, é...coisas muito desiguais mesmo que a gente fica com vontade de que...de mudar mesmo De que as pessoas que moram aqui sejam aceitas, que seus pensamentos sejam aceitos, que a suas tradições sejam aceitas, que a sua cultura seja aceita e que não queiram transformar uma vegetação tão linda como a vegetação entre rios, próxima da lagoa, seja destruída e transformada em um mero cartão postal cheio de cimento e com árvores que não sejam nativas. Então eu to na luta por uma cidade em que todos possam participar, uma cidade participativa e de...uma cidade bonita de diferenças...de diferenças harmônicas.

A participante destaca as raízes profundas, antigas, ancestrais das lutas por moradia, que podem remontar à travessia transatlântica, as resistências à escravidão e no pós-escravidão, as práticas de mulheres negras e quilombolas. Situa sua luta na relação com a cidade com suas diferenças e harmonias. Enfatiza a necessidade de aceitação das tradições, pensamentos e cultura dos e das moradoras e dialoga com os territórios de afeto que:

não são definidos pela identidade jurídica quilombola, mas pela relação que se estabelece com o lugar e com aqueles que nele vivem. Trata-se de uma atitude política, que privilegia o uso de saberes como forma de ampliar espaços de subjetivação, constituído por meio dos deslocamentos de sentido que essas mulheres realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe ou de gênero que afetam seus corpos e territórios de suas comunidades.⁵¹

É nítida a atitude política dos moradores de luta pelo território, preservação dos saberes ancestrais e da natureza, mesmo que esteja sob ameaça e sem o reconhecimento

⁴⁸ GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

⁴⁹ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: Unb, 2015

⁵⁰ SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Garde, 2021

⁵¹ ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022, p.39



jurídico. A interseccionalidade se apresenta nos atravessamentos que incidem sobre os corpos e os territórios, ligados por vínculo ancestral de pertencimento. Ainda:

Os territórios de afeto, concebidos como criações do presente, referem-se às práticas construídas pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra - seja o medo de perdê-las, seja o cansaço da espera jurídica, seja o orgulho de preservá-la - quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, gênero e classe.⁵²

A materialidade da terra, expressa no território e na comunidade construída, sob luta para sua manutenção e orgulho das suas raízes e ancestralidade, atravessada pelo medo de perdê-la na ameaça de remoção, está presente na luta por território da Boa Esperança. O território de afeto, inclusive, engloba lutas por moradia da cidade de Teresina, militância política, social e cultural, e pesquisas acadêmicas. Além do mais, Maria Lúcia aponta:

Projeto Lagoas do Norte que vem desrespeitando os nossos direitos e também os nossos valores, por que nós moramos aqui nessa região há 47 anos. A gente contribuiu com a história de Teresina. Nós somos a segunda geração...aliás, nós, aqui...primeiro aqui nessa região habitaram os índios Potis e eles foram dizimados e a gente tem uma herança desses índios, por que a gente pratica a mesma cultura que eles praticavam, né?

A moradora inverte o foco e centraliza o PLN como quem respeita seus direitos e valores, é que lhe coloca inseguranças sobre o território e a moradora e não o contrário - não são os moradores que oferecem risco⁵³. Mesmo que o território não tenha sido reconhecido como quilombola, percebe-se que há uma consciência jurídica dos direitos que a população tem. Ainda: “Aqui a gente nunca teve direito a escolas, foi o povo pra construir as escolas; construir a igreja foi luta nossa; construir também a creche foi luta nossa; os hospitais”, fala que deixa nítida a relação contraditória do Poder Público com a ausência de

⁵² ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba*: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022, p.43

⁵³ AMARANES, Douglas Pinheiro. *Tornar-se Quilombo*: Ressignificando Territórios e Identidades na Comunidade Boa Esperança. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, PI, 2023; SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.



políticas voltadas para a educação e a presença de políticas de desenvolvimento que pressupõe a remoção dos moradores. Além disso, evidencia que a creche da comunidade é oriunda de luta, disputa e participação política junto ao Poder Público, possivelmente protagonizada por mulheres mães negras que precisam deixar suas filhas crianças sob o cuidado e proteção da creche para trabalhar.

Notou-se ainda a fala da participante Sarah F Santos: “E assim como eu sou um Urucum, assim como a vinagreira, quero permanecer no quintal da Dona Helena, quero que Dona Helena permaneça aqui, é... Chamo a todas as demais plantinhas para estarem também nessa de ficarmos e resistirmos. Muito prazer.” Ainda: “Eu sou Francisco. Me chamam de Chico. Eu sou a Cana da Índia. Já sou raiz aqui né? Já sou quase que um griô aqui, um ancestral dessa... e não vamos sair. Somos raízes.” Também: “Eu sou a Cineuda. Eu sou o pé de Jenipapo que estou aqui há um bom tempo, nesse terreno da minha mãe, a Dona Helena. Eu já resido aqui vai fazer 37 anos, né? Então...” As três falas refletem o desejo de permanência da comunidade no território, com ênfase na interseccionalidade de gênero, idade e ser morador ou não da comunidade, que atravessa a fala dos três. Interessante mencionar que “o processo de remoção forçada das propriedades individuais constituiu uma vulnerabilização produzida em razão da raça”⁵⁴, em virtude do histórico de luta dos quilombolas e do racismo e das necropolíticas⁵⁵ estruturantes do Estado⁵⁶, o que nos permite adicionar a interseccionalidade de raça ao quadro.

Continua a moradora Cineuda: “Vixe, é mesmo. 39 anos. Então assim, já faço parte aqui desse local, assim como essa plantinha e várias outras, estamos aqui né? Já estamos aqui há um bom tempo e daqui a gente não vai sair, por que aqui é o nosso local.” A moradora relaciona seu pertencimento às plantas, já que ambas fazem parte do território. Nesse esteio, a moradora Maria Antônia diz: “Então, eu mereço estar aqui, morar aqui.” Acompanha a este raciocínio a moradora Francilene: “Eu também não nasci aqui. Eu cheguei aqui há quase 7 anos. Já tá com 39 anos que eu moro aqui nesse local e eu quero permanecer aqui.” A moradora Isabel Jardim aponta: “E assim como o limoeiro, eu também tenho bastante espinho que é pra expulsar as pessoas que... expulsar o que quer me fazer

⁵⁴ GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p.93

⁵⁵ MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017

⁵⁶ ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020



mal, né? O que quer me tirar. Tenho que me defender. Tenho que resistir. E... sou limoeiro aqui”. Reiteram-se expressões da necessidade que os moradores têm de permanecer em seus territórios, da forma como manifestam a resistência e pertencimento, identificado com o uso comum da terra e práticas culturais cotidianas ⁵⁷.

O morador Raimundo Novinho aponta “gente tem que permanecer, né? A gente tem que ficar. Então além da utilidade da planta, a nossa utilidade também é a capacidade de interagir com o meio que a gente tem. E é por isso que a gente tem que resistir”. Nota-se a imperatividade da permanência no território, pela relação de biointeração que os moradores firmam com ele⁵⁸. A resistência rememora que a luta pelo território no Brasil é fenômeno antigo expresso na luta quilombola do período escravocrata aos tempos contemporâneos. Assim:

a luta pelo território não é um marco inaugurado com o texto da CF/88, é parte de um processo que se refere a própria história dos quilombos e quilombolas, especialmente viabilizada com a estratégia de uma identidade territorial concebida no seio dos laços familiares, no fortalecimento do acesso à terra com a sua coletivização, no estabelecimento de vínculos com o lugar, na construção de imagens e signos que dão conta da história das comunidades⁵⁹

Por fim, a participante Carmen Kemoly aponta: “Dizer que também estamos aqui fortes resistindo nesse lugar. Nesse lugar que é o quintal da Dona Helena que tem bastante Vinagreira no meio, no entorno”. A fala retoma o espaço do quintal e do entorno como onde se produz resistência para garantir a permanência dos moradores no território e também se vive o cotidiano⁶⁰.

A moradora Maria Lúcia aponta: “Então, a gente que tem essa compreensão luta e quer que as autoridades e quer que as pessoas tomem essa consciência ainda mais forte e signifique isso de tal forma que se junte com a gente na luta pra que não deixem esses

⁵⁷ ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

⁵⁸ SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: Unb, 2015; SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

⁵⁹ GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo E Quilombos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p.197

⁶⁰ COELHO PEREIRA, Lucas. A casa vazanteira: bichos, plantas, vazantes e projetos de desenvolvimento urbano nas margens do rio Parnaíba. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 58, p. 11-33, dez. 2021. <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/110041/pdf>. (último acesso em 28/08/24).



terreiros serem arrancados.” Nota-se o convite para que quem ainda não tomou consciência de classe⁶¹, das questões sociais vivenciadas, faça-o para se somar à luta coletiva. Frisa-se ainda a analogia trazida de que a remoção dos terreiros configura um ato de arrancá-los do território onde são plantados seus fundamentos. A moradora Antônio diz: “Estou começando na casa agora e por isso não quero que acabe, eu quero permanecer. Estou aqui pra apoiar.” Sua fala expressa que as pessoas que chegaram a terreiros há pouco tempo também possam se somar às lutas para permanecer.

A moradora Aliciane indica: “Eu sou daqui da tenda São Jorge Guerreiro, desde quando nasci, até porque eu sou neta da mãe Maria Badé e irmã da nova mãe de santo e estamos aqui pra lutar tanto pro terreiro permanecer como pra comunidade e isso é importante, o que precisar estamos juntos”. É evocada a ancestralidade de santo, com recordação da geração avó (Santos, 2023) dentro do terreiro, bem como expresso o intuito de lutar pela permanência do terreiro e da comunidade.

A mãe de santo e moradora Alice expressa: “Deus é tão bom e a encanteria que me trouxeram as duas ali, a Lucia e a Dani, e assim, hoje, todos nós estamos juntas lutando pela mesma causa”. Traz a gratidão à sua espiritualidade e ancestralidade de colocar em sua vida duas mulheres, uma moradora e uma participante pesquisadora, que colaboram com a luta. A moradora Aliciane continua: “A comunidade, isso. Mas as pessoas que eram pra tá do nosso lado, que são as pessoas que são da nossa própria religião, como outros pais de santo, não estão. Hoje nós estamos só e estamos na luta.” Nota-se lamento sobre a participação das pessoas, especialmente as de religião de matriz africana, que não colaboram com a luta. Apesar disso, Aliciane aponta “E sempre lutar, lutar por nossos objetivos. Eu nasci aqui dentro e vou morrer espírita, vou morrer amando minhas entidades, vou morrer amando esse lugar e nada nem ninguém vai mudar isso.” Percebe-se que a luta é um elemento que integra a vida e os modos de vida da comunidade. Mãe Alice aduz:

Mas aonde ela tá com certeza ela está feliz porque a gente não vê, ou muitas das vezes a gente vê o umbandista, o dono do barracão, quando ele chega a falecer aquele barracão se desfaz, ele se acaba porquê? Porque não tem um membro da família com força para seguir em frente. Porque pra estar aqui tem que ter força, porque eu digo força porque os filhos que frequentam as casas são filhos, não são só pessoas (frequentando). São filhos que você tem que defender. Tem que ter

⁶¹ LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



ali... como o meu filho: esse meu filho eu defendo. São membros que eu tenho que defender com unhas e garras e...é o que eu falo pra todos eles: “Quando precisar de mim eu estou aqui”.

Ela aborda a continuidade nas práticas de terreiros quando o “dono do barracão” falece e as gerações que se sucedem não se disponibilizam para dar continuidade aos trabalhos e se diferencia deste perfil ao afirmar que está ali para defender este território religioso. Ao falar de sua avó de santo, Mãe Alice continua:

Parece que elas têm uma função e que é de destruição tanto dos nossos valores, como da nossa cultura, do que a gente acredita. Destruir isso mesmo como se fosse algo que não existisse, já não aparece e agora não vai existir mesmo porque passar por cima de um terreiro como esse, né... 5, né... imagina de 300 terreiros de Teresina e você passando por 5 só na Zona Norte, isso já é um impacto muito grande. Sendo que a sabe que aqui tem muito mais do que cinco, muito mais, mas já é uma perda muito grande não apenas para a cidade, mas para a cultura também, para as coisas como elas são mesmo, uma quebra, uma falha do meio pro fim.

A mãe de santo, sobre a atuação do Estado, afirma que esta parece ter o sentido de destruição dos terreiros e de seus saberes, o que causa um impacto na vida das pessoas e em sua expressão cultural. Nesse sentido, Maria Lúcia:

Realmente ela pedindo...realmente as nossas ancestrais pedindo para a gente lutar, pra não desistir da nossa luta, né? Nós estamos aqui e nós queremos que seja desse jeito, nós não queremos que mude o nosso lugar. Nós queremos que a gente não precise das coisas de vocês, a gente pode beber na cuia, a gente pode deitar no chão, a gente pode comer farinha com feijão.

Ela aciona sua ancestralidade para que lhe dê forças a fim de não desistir da luta de permanência no território e de manutenção dos modos de vida tradicionais, como “beber na cuia”, “deitar no chão” e “comer farinha com feijão.” Destaca-se ainda o trecho de sua fala:

Todos os dias rezo, peço a Deus e peço muito ajuda aos nossos guias que eles possam nos abençoar e que a gente possa conseguir vencer tanto pelos nossos terreiros, que não é só o meu que foi selado, como o de toda a comunidade como Mafrense, Boa Esperança, Mocambinho, como várias outras comunidades que foram seladas e que hoje estão passando pelos mesmos problemas que passamos hoje.

Ela roga à espiritualidade que a luta possa ser vencida pelos terreiros e por toda a



comunidade que habita os bairros afetados pelo Projeto e passam pelos mesmos problemas. É a espiritualidade que fortalece e fornece caminhos a ser trilhados na luta pelo território rumo à vitória.

CONCLUSÃO

A pesquisa buscou responder: Quais os contornos da luta por território na comunidade da Boa Esperança? Para isso, primeiro os conceitos de território, terra e territorialidade foram apresentados; em seguida foram situados os motivos que levam a desterritorialização de quilombolas; por último a situação foi analisada a partir de trechos do documentário Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. Assim, os contornos da luta precisam considerar os aspectos interseccionais dos e das sujeitas atingidas, bem como suas relações com a terra e o território, que conformam territorialidades de luta, vida e manutenção da ancestralidade, mesmo sob ameaça de remoção.

As políticas públicas e projetos da iniciativa privada não podem pressupor que a remoção é a única medida em caso de conflitos territoriais e nem que o dinheiro é suficiente para suprir as necessidades de comunidades tradicionais. De acordo com a Constituição Federal, todos temos direito à terra, ainda que na modalidade de propriedade privada, então é preciso compreender e assumir que estas comunidades têm relações específicas com a terra, que envolvem a ancestralidade, os fundamentos e os modos de vida. A Magna Carta também garante o direito à democracia e participação popular, que não se esgota nos processos eleitorais, e envolve também a criação de mecanismos de garantia destes direitos especialmente às populações marginalizadas socialmente como as tradicionais e quilombolas.

Os moradores e as moradoras do território devem ser considerados nas políticas públicas nele implementados não apenas no momento da remoção para fixar as indenizações e sim antes, na proposição e na implementação, para que possam colaborar com seus saberes e vivências sobre o território e garantir o respeito constitucional ao direito de moradia, que se finca na relação com a terra e o território e a criação de territorialidades.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6078>

POR UMA DOULAGEM MAIS EQUÂNIME: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DOULAS

For a more equitable doulaage: inclusion and accessibility in the professional training of doulas

Nathália Maria Andrade dos Santos de Oliveira¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão a respeito da qualificação profissional de Doulas, tendo como inspiração o percurso formativo “Formando Doulas para a atenção multidisciplinar na atenção obstétrica: percurso formativo para formadoras/es”, proposto pela Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz/ RJ. Essa reflexão tem como referência a formação de Doulas à luz da educação profissional, cujos aportes teóricos perpassam pela teoria do ensino integral, omnilateral e humanizado. Assim, a análise da formação profissional de Doulas feita aqui passará pela importância de pensar a inserção de temas relacionados a inclusão e acessibilidade de pessoas gestantes com deficiências. Como ponto central, o estudo será conduzido sob a orientação de uma formação que, além do suporte físico, emocional e informacional, incorpore na atuação das Doulas a prática da mediação no apoio durante o ciclo gravídico-puerperal de mulheres com deficiências. Assim, este texto aponta para o pressuposto de que a acessibilidade e o apoio destas profissionais são direitos básicos e elementos fundamentais da humanização no campo da saúde, principalmente quando nos referimos a gestantes. Somente dessa forma, entendemos que serão contemplados os elementos inerentes à universalidade do acesso, à integralidade do cuidado e à equidade das ofertas em saúde.

Palavras-chave: Doulas, Inclusão e Acessibilidade, Formação Profissional.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the professional qualification of Doulas, taking as inspiration the training path “Training Doulas for multidisciplinary care in obstetric care: training path for trainers”, proposed by the Joaquim Venâncio Polytechnic School, Fiocruz/ RJ. This reflection has as its reference the training of Doulas in the light of professional education, whose theoretical contributions permeate the theory of integral, omnilateral and humanized teaching. Therefore, the analysis of the professional training of Doulas carried out here will include the importance of considering the inclusion of themes related to the inclusion and accessibility of pregnant people with disabilities. As a central point, the study will be conducted under the guidance of training that, in

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional em Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/ Fiocruz. Graduada em História, Doula e professora. E-mail: nathaliasantos@hotmail.com.



addition to physical, emotional and informational support, incorporates the practice of mediation in support during the pregnancy-puerperal cycle of women with disabilities into the work of Doulas. Thus, this text points to the assumption that accessibility and support for these professionals are basic rights and fundamental elements of humanization in the health field, especially when we refer to pregnant women. Only in this way do we understand that the elements inherent to universal access, comprehensive care and equity in healthcare offerings will be covered.

Keywords: Doulas, Inclusion and Accessibility, Professional Training.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto principal a problematização da formação profissional de Doulas e a inserção de discussões sobre atendimento inclusivo a pessoas com deficiências durante o ciclo gravídico puerperal. É sabido que há uma lacuna considerável quando o assunto é o cuidado em saúde destinado a pessoas com deficiência.

A formação de Doulas envolve muitas dessas discussões, dentre as quais a questão da interseccionalidade no tocante ao gênero e aos direitos de pessoas gestantes. Para além disso, como ainda a doulagem não é uma profissão regulamentada, possui cursos livres sem um rigor específico de temáticas que devam estar presentes nas matrizes curriculares. Por isso, de alguma forma, não há uma diretriz que norteie os processos formativos atualmente.

Este artigo desenvolve-se no contexto de uma inquietação sobre como é o atendimento em todo o ciclo gravídico-puerperal para pessoas com deficiência, especialmente no contexto do SUS. Começa-se a compreender que muitos casos de capacitismo e despreparo no atendimento desse público derivavam da falta de discussão sobre acessibilidade e inclusão nos currículos de formação profissional das equipes de saúde. A investigação desta temática, ainda em andamento, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica, com uso de dados de acesso público, tendo o materialismo histórico-dialético como referência das análises.

QUEM É A DOULA E O PRINCÍPIO NORTEADOR DO OFÍCIO DESTA TRABALHADORA

Segundo o código de ética da Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro, a definição do escopo da Doula consiste em “profissionais que prestam suporte contínuo à mulher no ciclo gravídico-puerperal, favorecendo a evolução do parto e bem-estar do binômio mãe-bebê” (ADOULASRJ; 2017). Neste sentido, essas trabalhadoras estão diretamente envolvidas com a atenção obstétrica multidisciplinar, prestando apoio



psicológico, emocional e físico, em prol da humanização do cenário de todo o processo gestacional, de parto e puerpério.

Temos como importantes panoramas de análise da importância da inserção das Doulas no SUS dois documentos oficiais: a legislação que origina o Sistema Único de Saúde (1990) e a Política Nacional de Humanização (2003). Esta segunda fonte, porém, possui ligação direta com o ofício da doulagem, visto que “busca pôr em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, produzindo mudanças nos modos de gerir e cuidar” (BRASIL; 2013). Como humanização, a PNH prevê

Humanizar se traduz, então, como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado. Tais mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Incluir para estimular a produção de novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho. (BRASIL; 2013)

Além da definição expressa do termo, a PNH traz consigo alguns princípios norteadores para a construção de um sistema de saúde favorável para o desenvolvimento da humanização. Dentre esses princípios, podemos destacar: 1) a transversalidade, 2) a indissociabilidade entre atenção e gestão e 3) o protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos. Destaco aqui, no entanto, o primeiro e o terceiro princípios, cujas fundamentações possuem conexões com o tema aqui explorado. Segundo a política, “transversalizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é assistido. Juntos, esses saberes podem produzir saúde de forma mais corresponsável” (BRASIL; 2013). Além disso, cabe ressaltar também a questão do protagonismo, no sentido de que

Os usuários não são só pacientes, os trabalhadores não só cumprem ordens: as mudanças acontecem com o reconhecimento do papel de cada um. Um SUS humanizado reconhece cada pessoa como legítima cidadã de direitos e valoriza e incentiva sua atuação na produção da saúde” (BRASIL; 2013).

Diante disso, podemos conectar humanização dos serviços do SUS com a necessidade de os profissionais de saúde estarem em constante formação, tanto em suas qualificações, quanto em suas atualizações para atender a diversidade que a sociedade brasileira possui em sua configuração. No caso deste projeto de pesquisa, focaremos na profissão da Doula em meio ao cenário obstétrico, com foco na atuação junto a pessoas com deficiência. O texto a seguir irá abordar aspectos importantes de serem trabalhados para o



preparo das trabalhadoras ainda em suas formações a fim de que possam estar capacitadas para mediar o atendimento de pessoas com deficiência na atenção obstétrica. Reconhecer a existência destes sujeitos, bem como empenharmo-nos para atendê-los em suas demandas, coaduna com o princípio de que o usuário precisa ser reconhecido como pessoas cidadã de direitos e ter sua dignidade preservada. Com isto, teremos um sistema de saúde comprometido com o respeito aos princípios norteadores de sua fundação: integralidade, universalidade e equidade (BRASIL; 1990). Aqui neste estudo, partimos da premissa que não há como promover um SUS baseado em tais princípios sem que haja discussões sobre a diversidade na formação profissional dos trabalhadores de saúde.

CONTEXTO OBSTÉTRICO NA ATUALIDADE NEOLIBERAL

Podemos observar uma intensa influência do modo de operação do capital na atuação das equipes de saúde, principalmente, quando falamos de corpos parturientes submetidos a excessivas intervenções a fim de acelerar o processo fisiológico do parto, com a finalidade de aumentar a quantidade de nascimentos por dia e organizar toda a agenda médica de forma que o lucro e a acumulação de capital sejam mais efetivos do que propriamente os riscos e benefícios para aquela pessoa usuária do sistema de saúde. Para enriquecer mais a discussão e referenciar os dados, o trecho a seguir traz uma importante reflexão:

Partimos da premissa que o incremento da prática da cirurgia pode ser um caso esclarecedor das transformações societárias, ainda em curso, que expressam modos específicos dos processos de biomedicalização (Clarke, Fishman, Fosket, Mamo, & Shim, 2010), de biopoder e de biopolítica (Foucault, 1976/1985; Rose, 2013). Consideramos tais processos aliados à pastoral do empreendimento de si do neoliberalismo tardio (Dardot & Laval, 2016), que acontecem no Brasil contemporâneo, onde principalmente as camadas sociais privilegiadas aspiram a um crescente controle tecnológico do corpo e da vida, em suas várias dimensões. (RISCADO et al.; 2021; p.2)

Sobre o que está descrito na citação anterior, percebe-se que há uma intensa relação do individualismo incentivado pelo neoliberalismo e a crescente necessidade das camadas sociais privilegiadas em controlar o próprio corpo e a vida através da tecnologia representada pelo saber médico e suas alternativas. Ainda, os autores enumeram outros fatores que justificam como e o porquê de a cesárea ser uma opção que está intimamente ligada ao ritmo de vida e trabalho das pessoas parturientes:



Para Giffin (2002), no âmbito da discussão das relações de gênero e dos direitos reprodutivos, as condições reais para o exercício da maternidade não foram prioridade. O trabalho com vínculos incertos e precários, que atinge, sobretudo, as mulheres, as predispõe a um receio de perder o emprego e o controle sobre sua vida (Ávila, 2004; Hirata, 2011). Uma das possíveis consequências pode ser o retorno precoce das mulheres à vida laboral e/ou a intensificação do ritmo de trabalho, como forma de compensar o período de afastamento para o puerpério, o que pode aumentar a necessidade de planejamento do tempo, por parte das mulheres. Lupton e Schmied (2012) apontam a necessidade de controle imputada às mulheres nas sociedades contemporâneas: elas precisam controlar sua fecundidade, planejar seus filhos, equacionar sua vida profissional. A cesárea marcada com antecedência é um arranjo social e institucional que aparece como uma vantagem por possibilitar a busca da data mais conveniente também para o companheiro, os pais e outros familiares. Portanto, o nascimento hospitalar, cercado de intervenções médicas e cirúrgicas, não elimina simplesmente o componente familiar do parto, mas o reestrutura profundamente. Nesse aspecto, não se pode falar da perda da dimensão social e familiar no evento do nascimento, mas de um novo sentido atribuído a este fenômeno como algo previsível, controlado e planejado dentro de um novo contexto social na vida das mulheres pesquisadas e famílias [...]. As mulheres não têm que lidar apenas com as próprias necessidades, sejam relacionadas ao trabalho ou à vida familiar. Há que conciliar suas próprias questões com as necessidades de organização do hospital e do médico; a cesariana marcada é naturalizada como a forma ideal de concertação entre os tempos e as demandas das mulheres, dos médicos e das instituições hospitalares. (RISCADO et al.; 2021; p.10-11)

Percebe-se que os atravessamentos para a “escolha” da pessoa parturiente em fazer ou não a cirurgia cesariana estão ligados aos interesses neoliberais referentes ao trabalho, ao tempo e a particularidade do corpo parturiente.

Conforme a influência da saúde suplementar foi se tornando crescente na sociedade, principalmente na classe média, obter um plano de saúde e agendar a data do nascimento do bebê significava uma praticidade que traria consenso entre o tempo da mulher, da família, do médico e da instituição hospitalar. Neste meio, a saúde materno-infantil não era colocada em primeiro lugar, mas sim a organização do tempo de todos os atores envolvidos. Com isso, coloca-se em último plano a fisiologia do corpo e valorizam-se as intervenções tecnológicas para evitar a dor, a demora, as violências, entre outros fatores. Portanto, o ritmo aplicado não é o natural, mas aquele ditado pelo seguro de saúde e pela melhor forma de acumulação de riqueza por parte dos profissionais da área obstétrica. Aliás, o machismo e a necessidade de controle com o corpo da mulher são também fatores ideológicos que acabam por contribuir com a mecanização do ciclo gravídico puerperal na realidade atual.

Ocultar a real evidência do perigo de uma cirurgia cesariana e suas implicações posteriores em nome da manutenção do benefício da entidade privada configura-se como



violência obstétrica também; para além das intervenções desnecessárias para acelerar o trabalho de parto. Essa terminologia, que serve para nomear exatamente as opressões relacionadas ao ambiente da obstetrícia, deve ser considerada na finalidade de nomear as consequências inerentes a aceleração do tempo e valorização do capital em detrimento da saúde do indivíduo e sua dignidade humana (LEITE, et al; 2022). A pessoa gestante possui uma maior facilidade de optar pela cesariana mediante um plano de saúde do que se estivesse sendo atendida no SUS; por isso, muitas pessoas preferem recorrer aos seguros do que seguir no sistema público de saúde. Estima-se que da quantidade de cesárias realizadas no Brasil, 88% tenham sido realizadas por profissionais credenciados em operadoras de saúde ².

Quando citamos o trabalho como um fator que atravessa a decisão pela cirurgia, devemos entender que o contexto neoliberal e as transformações causadas por ele no capitalismo em relação a classe trabalhadora são expressões claras de que determinados grupos sociais, ao serem inseridos no mercado de trabalho e na lógica produtiva, acabaram por experienciar um processo de precarização mais intenso e assim foram proletarizados e transformados em massas disponíveis para o trabalho. Com isso, quem não segue o *script* vantajoso para o capital, acaba perdendo seu espaço no mercado de trabalho, repleto de indivíduos sedentos por uma vaga na engrenagem produtiva (LOPES; 2016). Neste sentido, entende-se trabalho como uma forma de objetivação do ser social, logo, é através dele que são produzidas as condições básicas para a produção e reprodução da vida social (SILVA; 2017; p.192). A partir desta delimitação do que seria o trabalho, podemos traçar um paralelo do quanto essas necessidades materiais impulsionam os sujeitos a não considerarem o tempo da fisiologia como o ideal em detrimento das suas condições existenciais serem atendidas. Verdade é que o tempo no neoliberalismo se torna cada vez mais precioso e acelerado em relação às demandas de trabalho. Portanto, uma das mediações possíveis para entendermos o porquê do crescimento de cirurgias cesarianas e o estímulo destas pelas seguradoras de saúde é a do trabalho, tanto do lado da mulher, a qual fica na iminência de perder seu emprego; quanto do lado do obstetra, que consegue lucrar mais ao fazer várias cirurgias ao invés de ficar à disposição do tempo incerto de um trabalho de parto

² Dados retirados do site: <https://portal.fiocruz.br/noticia/nascer-no-brasil-pesquisa-revela-numero-excessivo-de-cesarianas>. Acesso em 24 de Janeiro de 2024.



espontâneo.

A crescente prática da cesariana pode ser entendida como parte de um contexto sociocultural, econômico e político em que se valoriza, entre outros fatores, a ideia de controle tecnológico do corpo e da vida e um melhoramento de si (Rose, 2013). Esse controle é perpassado por forças materiais e por normas sociais que regulam todas as esferas e dimensões da vida contemporânea, é exercido em redes de interações entre mulheres, familiares, profissionais, objetos tecnológicos (médicos e não médicos), instituições hospitalares e seguros de saúde. [...]

Tais sentidos são fortalecidos e construídos juntamente com o discurso sutil ou explícito dos profissionais, figuras com as quais as mulheres indicam compartilhar significativos vínculos de confiança. Por via do poder econômico, da identificação ideológica e de pertencimento de classe, as mulheres desenvolvem laços expressivos com seus obstetras. Uns colocam-se no lugar dos outros: compartilham, em grande medida, valores e desejos legítimos em um sistema ideológico individualista e utilizam a tecnologia a serviço das aspirações comuns. (RISCADO et al.; 2021; p. 11-12)

Ainda sobre a cesárea no contexto neoliberal, Riscado et al. apresenta mais um argumento:

No contexto de intensificação do neoliberalismo, o incremento da prática da cesárea parece também um caso emblemático de mercantilização da saúde e da vida como um todo. Os profissionais, as instituições e as próprias mulheres estão inseridos nessa lógica mercantil, e a valorização da ciência e da tecnologia faz parte de uma ideologia de consumo, que engloba o mercado do pré-natal e do parto (Wendland, 2007). A cesárea, entendida como um procedimento que elimina a dor, que protege o corpo dos efeitos deletérios do parto vaginal, que mitiga riscos, que é esteticamente viável e otimiza os tempos (produtivo e reprodutivo), assume contornos de um objeto de consumo, disponível a quem puder custeá-lo (Yasle et al., 2001). Para além da própria via de parto, o evento do nascimento com a presença da família, filmagens, fotografias, entre outras coisas, é transformado numa significativa celebração do momento de transição para a maternidade (O'Douguerty, 2013). (RISCADO et al.; 2021; p. 13)

Em suma, quando falamos de cenário obstétrico no contexto neoliberal, evocamos um sistema muitas vezes hostil e nada acolhedor para o público alvo. Como um processo inerente à vida social, o parto e nascimento não poderiam estar destacados do panorama histórico geral. A intervenção forte da indústria, do mercado, do capital financeiro e do empresariado na esfera da saúde gerou impactos significativos no ciclo gravídico puerperal. Além disso, devemos também contar com os altos índices de violência obstétrica e os demais empecilhos para a humanização da gestação, parto e puerpério. Através desses dados, devemos observar a atuação de uma profissional que deve estar eticamente comprometida com a disseminação de informações baseadas em evidências e com o bem-estar da pessoa que está gestando. A profissional em questão – a Doula – é uma agente importante no auxílio informacional, físico e emocional da pessoa gestante. Esta promove educação perinatal e contribui para a preparação até o dia do parto, ao trazer informações



valiosas sobre a fisiologia do parto, legislação e técnicas de manejar a dor.

O alvo da análise seriam pessoas com deficiência gestantes e puérperas que são atendidas no SUS e como são feitos esses atendimentos. Mediante a todo o contexto descrito aqui nesse texto, procuraremos entender como os direitos conquistados às PcD's estão sendo colocados em prática diante de toda a cena cesarista descrita. Um documento importante para o entendimento desta questão é a Lei Brasileira de Inclusão, que em seu texto traz à tona a humanização do parto. Algumas perguntas podem ser chaves na busca de resultados para a pesquisa: A LBI seria uma forma de tentar provocar consenso e negociação por parte da classe dominante mediante a luta e reivindicação do movimento social das pessoas com deficiência? A Doula é uma profissional comprometida com a contracultura cesarista e da violência obstétrica? Se os corpos com útero já são colocados à prova quanto ao seu protagonismo e capacidade, como seriam vistos os corpos de pessoas com deficiência com útero? Essas perguntas importam muito no âmbito da reflexão aqui proposta. Pensar temporalidade histórica é concatenar acontecimentos, vida social e questões de classe; pois “o ser social estabelece relações de interdependência e intercâmbio com a natureza, bem como relações de continuidade e ruptura” (SILVA; 2017; p.193).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE DOULAS: REFERENCIAIS TEÓRICOS E ABORDAGENS DE INTERSECCIONALIDADE PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao abordarmos o contexto da assistência ao parto no Brasil, deparamo-nos com um cenário marcado por episódios de violência obstétrica, além de outras formas de discriminação que intersectam com desigualdades sociais (Batista *et al.*, 2023, p. 12). Assim, como prestadoras de suporte informacional que incentivam a autonomia sem imposições, no cotidiano profissional as Doulas estão inseridas em movimentos de combate à violência obstétrica e no fomento da autonomia da pessoa gestante em todo o processo, entrando em conflito com a ideia de que qualquer agente que não seja a pessoa parturiente deva conduzir o parto.

Em um contexto caracterizado por um intenso intervencionismo, mercantilização e uma abordagem focada na medicalização e resolução de problemas, discutir autonomia



representaria para muitos uma ruptura e reconfiguração das relações de poder (Leite *et al.*, 2022). Assim, é possível que as Doulas sejam uma categoria importante, capazes de construir uma resistência ao discurso hegemônico da incapacidade dos corpos que gestam e que possuem algum tipo de deficiência. Portanto, recorrentemente surgem conflitos de interesse em relação à promoção de políticas públicas que incluam as Doulas nos espaços de atenção obstétrica.

Diante de um cenário permeado pela realidade da violência obstétrica (Leite *et al.*, 2022), faz-se necessário o papel das Doulas como profissionais capacitadas e preparadas para acolher as demandas desse público, inclusive da pessoa com deficiência, e que possuem escopo de atuação específico e evidências empíricas de que trazem uma verdadeira contribuição durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério (Bohren *et al.*, 2017).

A partir do levantamento realizado nos dados disponíveis pela PNAD Contínua 2022 (IBGE, 2022)³, identificamos que das 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, mais da metade são mulheres, totalizando 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina no país com algum tipo de deficiência. Além disso, do total de pessoas com deficiência, segundo dados da PNAD, 40,6% das mulheres apresentam deficiências múltiplas, incidência maior quando comparada aos 35,8% dos homens.

Esses números apresentam um cenário preocupante. Pode-se observar que urge a necessidade de pensar o atendimento humanizado, respeitoso e capacitado para lidar com as demandas de mulheres com deficiência na área da saúde. Além disso, dentre o público de pessoas com deficiência, as mulheres ainda sofrem com uma outra dimensão opressiva, interseccionando ao capacitismo também a questão de gênero (Batista *et al.*, 2023). Neste sentido, pode-se dizer que mulheres com deficiência são atingidas por uma dupla vulnerabilidade, que precisa ser analisada criticamente para que haja efetivas contribuições na transformação do cenário que permeia a vivência delas, bem como para construir uma atenção à saúde mais integral e equânime (Nicolau, Schraiber e Ayres, 2013).

Para tanto, devemos delimitar aqui que equidade está para muito além da universalidade indiscriminada de tratar a todos de maneira igual, mas perceber a necessidade de aprofundar-nos nas complexidades intrínsecas de cada coletivo que compõe a sociedade, buscando superar o viés de padronização das políticas e maneiras de acolher

³ Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua, ano de 2022.



as diferenças existentes.

Quando falamos de dupla vulnerabilidade, estamos nos referindo às opressões de gênero e do capacitismo que incidem sobre mulheres com deficiência. Nicolau, Schraiber e Ayres (2013, p. 863) apontam que isso se deve a condições multifatoriais, como por exemplo:

vivências de rejeição ou superproteção familiar, dificuldades em adquirir equipamentos para sua autonomia, pouco investimento no estudo e na qualificação profissional, menor participação social, obstáculos à vivência da sexualidade e da maternidade, falta de acessibilidade física, comunicacional e atitudes pouco receptivas nos serviços de saúde, caracterizando total vulnerabilidade.

Essa concepção dos autores apenas confirma que é necessário que os profissionais da saúde estejam atentos para debater a saúde da população feminina com deficiência. Para tal, são imprescindíveis a formação continuada e a reformulação de aspectos dos currículos dos cursos de profissionalização. Sobretudo, o movimento de problematização da realidade de mulheres com deficiência e a inserção dos debates sobre acessibilidade e inclusão nas matrizes curriculares podem possibilitar a construção de práticas integrais que incorporem dimensões de direitos humanos a indivíduos historicamente invisibilizados e marginalizados na sociedade (Nicolau, Schraiber e Ayres, 2013).

Devemos, então, nos debruçar sobre as questões sociais e extrair delas aspectos que nos permitam observar permanências e analisar meios de como descontinuí-las e superá-las para transformar a realidade. Portanto, é preciso conhecer a historicidade dos processos para que possamos formar estratégias de mudança.

Outro ponto que merece a atenção para a problemática desta pesquisa foi constatar que na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 19, inciso I, existe uma redação que aborda expressamente esta questão quando define que: “Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de: I - acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro [...]”

Isso demonstra que já existe, no âmbito legislativo, um reconhecimento de que pessoas com deficiência precisam ter uma atenção multidisciplinar no período gravídico-puerperal. Porém, se analisarmos bem, encontramos algumas falhas no sistema, como o



exemplo a seguir.

Em pesquisa realizada sobre a estrutura de estabelecimentos do SUS vinculados à Rede Cegonha (RC), os resultados indicam que os estabelecimentos hospitalares vinculados à RC não estão preparados para pessoas com deficiência. Segundo a dados disponibilizados pela pesquisa “apenas 26 (4,3%) estabelecimentos tinham acessibilidade para pessoas com deficiência motora, 20 (3,3%) para pessoas com deficiência auditiva e nenhum para pessoas com deficiência visual” (Thomaz et al., 2021, p. 897). Apesar dos avanços nas políticas quanto à inclusão de pessoas com deficiência, concluem os autores, “ainda persistem desafios quanto à equidade no SUS para essa população”.

Por outro lado, o Brasil tem uma Política Nacional de Humanização (PNH) que busca colocar em prática orientações clínicas, éticas e políticas, princípios do SUS, na assistência e cuidado da população.

Este panorama nos leva a várias perguntas: o que está na Lei Brasileira de Inclusão ocorre de maneira efetiva? Os profissionais de saúde estão capacitados para atender as demandas de mulheres com deficiência gestantes e puérperas? O SUS possui estrutura para tal? Como essas pessoas são vistas pela sociedade?

Quando pensamos em Educação Profissional em Saúde, temos uma gama de produções, cujas reflexões perpassam pelas mais diversas perspectivas. No entanto, para tecermos uma linha de raciocínio específica, devemos utilizar os pressupostos teóricos-metodológicos como lentes de análise do tema proposto.

A fim de delimitar o que seria de fato a educação omnilateral, pode-se dizer que ela se constitui como “a adoção [...] de um contraponto ao ideário pedagógico da dicotomia intensificado nos anos de 1990” (Franco, Morosini, 2012 *apud* Boanafina, Otranto, 2022, p.19). Esta dicotomia referida está relacionada a um processo de dualidade na educação, cujas bases estão na divisão da educação técnica, sem pensamento crítico, para formação de mão de obra necessária aos requisitos impostos pelo mercado; versus a educação propedêutica, voltada para o desenvolvimento da intelectualidade e do pensamento mais aprofundado sobre a realidade. Portanto, podemos dizer que a dicotomia estrutural do ensino brasileiro constitui-se pela divisão entre um ensino clássico, formativo, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e um outro mais pragmático, voltado para a preparação profissional da massa trabalhadora (Frigotto, Ciavatta e Ramos; 2009; p.3 *apud* Boanafina, Otranto, 2022; p.22).



A omnilateralidade, neste sentido, traz consigo uma chave interessante para relacionarmos formação profissional de Doulas e suas implicações para a construção de um processo inclusivo e acolhedor para a atenção obstétrica multidisciplinar de pessoas com deficiência. Portanto, delimitar o conceito é importante para avançarmos neste projeto. Segundo Justino de Souza Júnior, no Dicionário da Educação Profissional em Saúde da EPSJV, a omnilateralidade propõe uma reflexão diferenciada à luz da ótica marxista. Não que o conceito em questão estivesse literalmente presente nas obras de Marx, mas se bem observarmos, perceberemos que com a construção do materialismo histórico-dialético proposto Karl Marx, havia uma demanda clara de construção de uma formação coletiva que fosse humana e que fizesse oposição à unilateralidade provocada pelo trabalho alienado, fruto das relações burguesas.

A educação omnilateral, portanto, seria uma ruptura ampla e radical com o homem limitado da sociedade capitalista. A unilateralidade burguesa traz consigo uma separação clara da sociedade em classes antagônicas, com uma significativa dualidade na formação dos sujeitos para o trabalho, criando-se uma oposição do trabalho intelectual em relação ao manual. A partir deste ponto de vista, temos a internalização de valores burgueses, com competitividade, individualismo, dentre outros. Esta proposta de pesquisa busca justamente analisar criticamente a formação profissional de Doulas no âmbito inclusivo, de equidade e justiça social. O raciocínio deve ser construído no sentido de que essa classe de trabalhadoras da saúde pode incentivar pessoas com deficiência, historicamente excluídas e desacreditadas, a desenvolverem sua autonomia e terem direito de escolha informada sobre sua fisiologia no ciclo gravídico-puerperal. Tal afirmação coaduna com a intenção da educação omnilateral, de formar pessoas que se afirmam historicamente e reconhecem mutuamente sua liberdade em meio ao coletivo (Souza Júnior; 2008).

Como, então, as Doulas estariam preparadas para o objetivo de atender as pessoas usuárias de seus serviços primando pela inclusão e diversidade? Este estudo propõe uma possível resposta para esta pergunta ao trazer como plano de fundo a formação profissional em sua fase de qualificação. A lente teórico-metodológica que será utilizada aqui será a da educação omnilateral, para superação da contradição do trabalho dual (Campello, 2009), já mencionada; da politecnia e da formação humanista, a qual visa a integralidade dos sujeitos históricos.



Sobre a politecnia, Ciavatta diz que: “Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica.” (Ciavatta; 2014; p.190). Portanto, a politecnia e a omnilateralidade estariam entrelaçadas e juntas formariam uma maneira de trazer aos indivíduos meios de superarem a realidade de reprodução das ideias burguesas e criarem uma vivência baseada em autonomia e na construção crítica e coletiva da sociedade onde vivem. Outrossim, temos “o denso significado da “educação politécnica” como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional” (Ciavatta; 2014; p.190-191).

A necessidade de pensar a formação profissional de Doulas sob os prismas mencionados acima nos traz à luz uma “construção de um projeto de educação profissional contra-hegemônico [...] com uma nova compreensão sobre o papel da educação profissional que predominou até então” (Ramos e Pereira; 2006; p. 105). Ao trazermos para a formação das Doulas, acreditamos que a formação:

Deve ser guiada por valores éticos-políticos e não individualistas ou corporativos. Postura oposta a esta delimita a política de educação profissional pelas necessidades do mercado de trabalho e pelos interesses do empresariado internacional. (Ramos e Pereira; 2006; p. 105)

Para além desses referenciais teóricos, não podemos deixar de citar Paulo Freire e sua filosofia humanista, contra a educação bancária e que almeja a formação para a autonomia dos sujeitos. Quando falamos da categoria politécnica de ensino, temos uma aguda presença do pensamento crítico, cujas bases são vistas na filosofia de Freire. Um aspecto muito interessante do autor que pode contribuir para a formação de Doulas comprometidas com uma atenção obstétrica multidisciplinar mais equânime é justamente a ideia de que a emancipação da sociedade se deve a luta coletiva. Ou seja, nenhum processo de libertação é passível de ser pensado de forma individualista, mas deve estar imbricado a um desejo mútuo de almejar a autonomia através da consciência crítica de sua *práxis*, desvelando o sujeito autônomo. Sobre isso, citamos Freire: “É que, se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação” (FREIRE; 2005; p.40). Ainda, sobre o reconhecimento da realidade e o



pensamento crítico sobre a mesma, trazendo à tona a cadeia de opressão na sociedade:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE; 2005; p.40)

Mas o que todos esses conceitos da área da educação, mais precisamente inseridos na formação profissional de Doulas, tem a ver com o atendimento de pessoas gestantes com deficiência? Primeiramente, quando analisamos a função da Doula no cenário gravídico-puerperal, temos uma profissional preparada para trazer informações baseadas em evidências científicas sobre a fisiologia da gestação, parto e nascimento durante o processo de educação perinatal; além de estar presente no momento do parto, para acolher e contribuir para que a mulher possa ter uma experiência agradável e tranquila. Conforme já foi mencionado neste texto, apresenta-se no cenário brasileiro casos de violência obstétrica, cujas causas também estão relacionadas com outras formas de opressão. Além da misoginia, no caso de mulheres com deficiência também há o quesito capacitismo, assim como para mulheres negras, o quesito racismo se entrelaça e forma uma soma de opressões (Batista *et al*, 2023) que são psicologicamente nocivas para as parturientes. Ao falarmos de violência obstétrica, precisamos, portanto, evocar a importância de analisar os processos à luz da interseccionalidade. Deste modo,

Um argumento consolidado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais é o da necessária articulação das categorias de gênero, geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, região e religião na análise de fenômenos sociais e culturais. Nos Estudos Feministas e de Gênero, a própria interface com os movimentos feministas demanda essa abordagem multicategorial, considerando que as questões pautadas pelo ativismo feminista, a partir da segunda geração desse movimento, transcendem aos aspectos de gênero e apontam para a relevância das demais categorias. (Mello e Nuernberg, 2012, p. 635)

Diante disso, quando Doulas estão em seus processos formativos, é de mister importância que essas profissionais estejam a par das interseccionalidades que permeiam suas práticas. A deficiência, porém, é uma categoria que ainda é pouco discutida nesta área. Segundo Mello e Nuernberg,

Ao chamarmos a atenção para esse fato, não nos referimos apenas às mais de 1 bilhão de pessoas com deficiência no mundo ou às cerca de 45 milhões e 600 mil em nosso país, mas nos pautamos na perspectiva que sustenta ser a deficiência



uma condição constituinte da condição humana.⁶ Ademais, no Brasil, grande parte das políticas sociais para a promoção das igualdades menciona as categorias acima referidas, sem incluir a deficiência nos debates e nos cruzamentos com todas essas categorias que convivem com a experiência da opressão e da discriminação. Ao mesmo tempo, muitos estudos sobre o fenômeno da deficiência abordam essa temática de modo isolado, sem a necessária discussão da transversalidade da deficiência. (Mello E Nuernberg, 2012, p.636)

Para além da questão da interseccionalidade, há também um forte impacto da visão da deficiência à luz do modelo médico, cujo foco está na lesão, na cura ou na reabilitação. No campo das discussões acerca da deficiência, já se sabe que o modelo que mais pode embasar as análises é o biopsicossocial. Entendemos que a deficiência é uma relação multifatorial, muito além da lesão e do indivíduo apenas, mas numa inter-relação do corpo com os ambientes de fruição dessas pessoas e de como as barreiras são colocadas para elas em seu cotidiano, nas mais diversas formas (França, 2013). A mulher com deficiência tem sua sexualidade negada em muitos âmbitos e na atenção obstétrica não seria diferente.

Tema central no âmbito dos Estudos Feministas e de Gênero, a questão da sexualidade numa abordagem feminista adquire novos contornos em sua interseção com os Estudos sobre Deficiência. Ganha ainda maior relevo a crítica da biologização do corpo e da patologização da sexualidade engendrada pela perspectiva medicalizante. (Mello e Nuernberg, 2012, 645)

O fato da Doula estar preparada para prestar um serviço que contemple este público tão estigmatizado seria, de fato, uma tentativa de mudar a tratativa a essas pessoas que são colocadas historicamente em um patamar de submissão.

Para que seja possível a Doula seguir em frente neste percurso, é indispensável que esteja presente em sua formação uma filosofia educacional que instigue nas futuras profissionais o desejo de, a partir de suas formações, superarem a realidade em que vivem. Por isso a omnilateralidade e a politecnia, unidas aos princípios humanísticos contidos em Freire podem contribuir para que essas trabalhadoras se qualifiquem de forma crítica, com o pensamento de que a diversidade precisa ser atendida e que para que a atenção obstétrica se torne mais digna e respeitosa, inclusive para os corpos que fogem à *corponormatividade*, é necessária formação humana e emancipatória; não apenas do indivíduo, tal como o capitalismo burguês preconiza, mas do coletivo, da sociedade como um todo. A formação de Doulas à luz da educação integral contida em Freire, contribuirá para que esta categoria crie consciência histórica de sua importância e que atue de forma ativa para a emancipação



de todos e a modificação da sociedade em que vivem.

O PAPEL DAS DOULAS NO ATENDIMENTO A PESSOAS GESTANTES COM DEFICIÊNCIA

Evidências científicas e experiências empíricas demonstram que Doulas possuem uma importância relevante para a humanização do ciclo gravídico-puerperal. O trabalho desta profissional configura-se nas dimensões informacionais, físicas e emocionais, com escopo de atuação já descrito em meios oficiais, como no Código de Ética da Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro.

O presente texto traz reflexões iniciais sobre a atuação das Doulas como agentes multidisciplinares no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o pressuposto é que essas profissionais possam atuar no acompanhamento de gestantes e puérperas com deficiência, visando o bem-estar, a humanização e a acessibilidade, colaborando na assistência às necessidades específicas adequadas à pessoa com deficiência.

Diante de um cenário obstétrico permeado pela realidade da violência obstétrica (LEITE et al., 2022), faz-se necessário o papel de profissionais que acolham e discutam com os usuários do sistema de saúde justamente a informação sobre a fisiologia de seus corpos e os direitos inerentes à dignidade desses indivíduos como humanos no cenário obstétrico. Ainda, é importante sinalizar que a atuação dessas profissionais possui escopo específico e evidências de que traz verdadeira contribuição durante gestação, pré-parto, parto e puerpério.

O trabalho aqui desenvolvido demonstra o esforço de trazer à tona a realidade da situação em que pessoas com deficiência se encontram no momento em que estão gestando, parindo ou até mesmo passando por seus puerpérios. Para isso, há necessidade de se pensar o atendimento a este público no SUS e o quanto as Doulas, profissionais ainda em processo de regulamentação, podem agir como mais um braço de atuação junto às Pessoas com Deficiência. Ao unirmos a interpretação dos dados com o que se propõe enquanto escopo da Doula, estas podem promover educação perinatal acessível e acolhimento durante o ciclo gravídico-puerperal de pessoas com necessidades específicas, para que, por sua vez, estas pessoas sintam-se encorajadas a construir seus processos com autonomia, segurança e conhecimento. Existe, portanto, a urgência de estudos sobre a assistência humanizada, como

CADERNOS PET, V. 16, N. 31 ISSN: 2176-5880



preza a Lei Brasileira de Inclusão, no que se refere ao acesso à saúde pública, sendo o trabalho das Doulas uma importante via de contribuição para a democratização do atendimento multidisciplinar, respeitoso e digno nesses espaços do SUS. Na Lei 13.146/2015 (LBI), também conhecida como Estatuto das Pessoas com Deficiência, temos artigos para o avanço de políticas em prol dos direitos para este público. Essa lei, porém, não surgiu de uma mera concessão, mas de anos de lutas, estudos e da organização da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, cujo texto fora aprovado em 2006 e no Brasil foi promulgado em 2009, através do Decreto 6.949.

Na esteira das mudanças conceituais sobre a deficiência, antes o foco era a deficiência em si, agora devemos atentar às barreiras que impedem os indivíduos de fruírem nos espaços. Se bem observarmos, por muitos anos, os modelos médico e social foram colocados de forma antagônica (FRANÇA, 2013). Ora, se um trazia a necessidade de desenvolver políticas na área da saúde, visando a cura; o outro estava na intencionalidade de buscar políticas públicas as quais legitimassem a garantia dos direitos humanos. Atualmente, o modelo que mais abarca o público de pessoas com deficiência, de acordo com os avanços que temos tido nas discussões, é o biopsicossocial (SILVA, 2019), que compreende o ser humano à luz das interações entre a biologia, a psicologia e a sociedade.

A qualificação profissional de Doulas, portanto, precisa ser fundamentada na formação integral, adotando o humanismo, ciência, tecnologia, cultura e o trabalho como eixos estruturantes, a fim de que possa compreender sua ação como sujeito histórico, capaz de intervir e mudar a realidade na qual está inserida, inclusive na assistência de pessoas que, ao longo da vida, sofrem com o preconceito e a exclusão (MACIEL, et al.; 2017).

Apesar da atuação da Doula já ser algo presente na sociedade há séculos, não podemos negar que os contextos inerentes aos tempos históricos a influenciam o ofício em si. Devemos considerar, portanto, que o neoliberalismo e todos os seus desdobramentos produzem efeitos diretos na visão sobre saúde; principalmente quando estamos falando de sujeitos que são vítimas de opressões transversais às de classe. Falamos aqui de opressões relacionadas ao machismo/ misoginia, por estarmos nos referindo a corpos de pessoas que gestam e capacitismo, quando entendemos que corpos de pessoas com deficiência são colocados em mais dúvida do que os que são tidos como padrão. Quando pensamos no cenário obstétrico que temos hoje, é perceptível que a atuação de muitos profissionais está contaminada pelo projeto mercantilista, marcado pelo avanço do empresariamento e



fortalecimento dos planos de saúde em detrimento do fortalecimento de uma saúde pública de qualidade. Tanto isso é verdade, que o Brasil se apresenta como um dos recordistas de taxa de cesarianas no mundo (aproximadamente 57%), mesmo que a Organização Mundial da Saúde preconize uma taxa aproximada de 15% ⁴.

Mas no que exatamente este número exorbitante tem a ver com neoliberalismo e empresariamento na saúde? Simples: o assédio dos planos de saúde na facilitação de uma cirurgia de porte considerável, cujos benefícios não são tão evidentes quanto no parto normal, significa uma instrumentalização de corpos que gestam, além de tirar o protagonismo desses atores envolvidos e acelerar o processo do nascimento. A partir daí o tempo da fisiologia da parturiente não é respeitado e medicaliza-se ao extremo, além de controlar ao máximo o processo, de forma que aconteça no tempo determinado pelo médico e que não traga muita demora ou demande muito tempo do profissional. Torna-se então imprevisível ter um controle do quanto demandará financeiramente para respeitar aquele processo que pode durar poucas horas ou muito tempo.

CONCLUSÃO

Educação omnilateral, politécnica e humanista; realidade da dualidade educacional, dualidade invertida; interseccionalidade, são categorias chave para a análise da formação profissional de Doulas e a construção de uma matriz curricular. A ideia é contribuir para o campo da educação profissional em saúde e para uma qualificação profissional cujos princípios estejam em consonância com a humanização, equidade e universalidade. Sobre estes conceitos, podemos dizer que o trabalho da Doula só será completo se houver um real compromisso com eles.

Pensar diversidade, transversalidade e atenção obstétrica é urgente para que possamos lutar por uma saúde pública de qualidade e que atenda aos cidadãos, respeitando suas diferenças e particularidades. É possível, então, fazer uma relação do atendimento de Doulas a pessoas gestantes com deficiência, à luz dos processos de interseccionalidade e busca por superação da realidade opressora através da conscientização e pensamento crítico, para a libertação coletiva contida em Paulo Freire.

⁴ Dados retirados do sítio eletrônico: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especialistas-apontam-epidemia-de-cesarianas/especialistas-apontam-epidemia-de-cesarianas>
Acesso em 18/01/2023.



Ao fim e ao cabo, a doulagem ainda consta no Brasil como ocupação e protagoniza tensões em torno da regulamentação profissional. Quando falamos de cuidado multidisciplinar de suporte físico, emocional e informacional, fazemos referência a autonomia, sem tutela; de forma que haja uma reconfiguração nas relações de poder entre a esfera médico-centrada e o usuário do serviço de saúde. Neste momento, evocamos um campo de tensões imbricados às concepções de realidade diversas. É evidente que o trabalho da Doula busca estar diretamente ligado ao estímulo da autonomia e ao discurso contra a indústria cesarista, a qual preconiza cirurgias desnecessárias para atendimento de interesses alheios aos benefícios para gestante e bebê. Diante de tudo isso, observamos um esforço grande em tentar disciplinar os corpos diversos e invisibilizá-los em sua autonomia e protagonismo, para a reprodução do lucro e acumulação de riqueza dos grandes conglomerados da saúde, cujo compromisso não está na promoção à saúde das pessoas, mas sim na construção e consolidação da hegemonia das classes dominantes que perpetuam a desigualdade e expropriação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ADOULASRJ. **Código de ética da Doula**. Rio de Janeiro, 2017. Link para acesso: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://doulasrj.com.br/wpcontent/uploads/2018/08/codigo-de-etica-ADoulasRJ-aprovado-na-AGO-11-02-2017-registrada-em-20-09-2017.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2024.
- BATISTA et al. **“Mulher negra com deficiência no Brasil: análise a partir da teoria crítica da raça”**. In: R. Adm. FACES Journal. Belo Horizonte, v.22, n.2, p. 8-26, Abr./Jun. 2023. ISSN 1984-6975 (online)
- BOANAFINA, Anderson; OTRANTO, Celia Regina. ***Da Consciência à Docência: desafios da educação profissional no Brasil***. Appris editora, Curitiba, 2022.
- BOHREN MA, HOFMEYR GJ, SAKALA C, FUKUZAWA RK, Cuthbert A. “Continuous support for women during childbirth”. In: **Cochrane Database of Systematic Reviews** 2017, Issue 7. Art. No.: CD003766. DOI: 10.1002/14651858.CD003766.pub6.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Carta de Direitos dos Usuários do SUS**. Edição oficial. Brasília, DF, 2011. 30p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf. Acesso em 15 out. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF: 2013.



- CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade Educacional. In: PEREIRA, Isabel Brasil & LIMA, Júlio Cesar França (orgs.) **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2a. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. pp. 136-141. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>
- CIAVATTA, Maria. **“O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?”**. In: Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan-abr, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf.
- FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. In: *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez. 2013. pp. 59-73.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD Contínua) voltada
- JORGE, Herla Maria Furtado; BEZERRA, Juliana da Fonseca.; ORIÁ, Mônica Oliveira Batista; et. al. **Enfrentamento de mães cegas no acompanhamento dos filhos... Texto Contexto Enferm, Florianópolis**, v. 23, n. 4, pág. 1013-1021, dezembro de 2014.
- LEITE, Tatiana et al. **Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol 27, no 2, 2022.
- LIMA, Júlio C. F. **“A política Naional de Saúde nos anos 1990 e 2000: na contramão da história?”**. In: FIDELIS, C.; FALLEIROS, I. (orgs). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ COC/ EPSJV, 2010, p. 277-310.
- LOPES, José Sérgio Leite. **“O trabalho no mundo contemporâneo”**. In: BRAGA, Ialê F. et al. *O trabalho no mundo contemporâneo: fundamentos e desafios para a saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ EPSJV, 2016, p. 37-55.
- MACIEL, Antonio Carlos; et al. **“FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL POLITÉCNICA: DA TEORIA À PRÁTICA”**. In: *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.473-488, abr.-jun., 2017.
- MAIOR, Izabel. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **“Gênero e deficiência: interseções e perspectivas” in: Revista Estudos Feministas**. Setembro-Dezembro/ 2012. Florianópolis, 2012. Pp. 635-655.
- NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde**. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 863-872, mar. 2013.
- para pessoas com deficiência. 2022. Disponível
- PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França. (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2 a .ed., Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- RAMOS, Marise N.; PEREIRA, Isabel B. **Educação Profissional em Saúde**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- RISCADO, L., BONAN, C., SIMÕES-BARBOSA, R., RODRIGUES, A. (2021).



CONTROLE TECNOLÓGICO DO CORPO E DA VIDA: CESARIANA ENTRE MULHERES USUÁRIAS DO SETOR PRIVADO. *Psicologia & Sociedade*, 33, e219735. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33219735>

SILVA, L. B. “Trabalho: notas sobre fundamentos ontológicos e históricos”. In: *Revista trabalho, política e sociedade*. Vol II, nº 2, p. 187-201, jan-jun./2017.

SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. *Deficiências e Saúde: revendo modelos e conceitos*. Módulo 2. Curso de acessibilidade e os princípios do SUS: Formação Básica para Trabalhadores da Saúde. Valéria Machado da Costa (coord). – Rio de Janeiro: Fiocruz/Iciect, 2019.

THOMAZ, Erika Barbara Abreu Fonseca et al. **Acessibilidade no parto e nascimento a pessoas com deficiência motora, visual ou auditiva: estrutura de estabelecimentos do SUS vinculados à Rede Cegonha.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 3 p. 897-908.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6076>

O TEAR E AS TECELÃS

The loom and the weavers

Daniela Cristina Wall¹

RESUMO

Este estudo aborda a relevância da atuação das doulas no contexto obstétrico brasileiro e o ponto de encontro com a pedagogia crítica freiriana, utilizando a analogia do tear para explorar a complexidade e interconexão dos elementos envolvidos. As doulas ganharam destaque no cenário obstétrico no movimento de humanização do parto e nascimento, oferecendo suporte físico, informacional e emocional às gestantes, parturientes e puérperas, em contraste com o modelo biomédico tecnocrático que fragmenta e desumaniza a experiência do parto. Ao atuar dentro dos princípios da pedagogia crítica freiriana, as doulas podem promover um processo educativo dialógico, centrado na escuta ativa e na construção conjunta de saberes, desafiando a concepção "bancária" de educação que apenas deposita conhecimento de forma passiva. O estudo também destaca a importância da formação crítica e reflexiva para as doulas, que considere as características das gestantes, parturientes e puérperas, evitando a perpetuação de práticas opressoras. A regulamentação dos cursos de formação é vista como fundamental para garantir que a prática das doulas contribua para uma tessitura social mais justa, equitativa e humanizadora, integrando saberes populares e científicos. O trabalho das doulas, quando alinhado com os princípios da pedagogia crítica, não só humaniza o cuidado obstétrico, mas também promove a construção de uma sociedade em que o protagonismo das mulheres e das pessoas gestantes seja plenamente reconhecido e respeitado. Este entrelaçamento de práticas e saberes tem o potencial de transformar o cenário obstétrico brasileiro, criando um padrão de cuidado que seja forte, resistente e, acima de tudo, humano.

Palavras-chave: doulas; pedagogia crítica; humanização do parto e nascimento.

ABSTRACT

This study addresses the relevance of doulas' roles within the Brazilian obstetric context and their intersection with Freirean critical pedagogy, using the analogy of weaving to explore the complexity and interconnection of the elements involved. Doulas have gained prominence in the obstetric scene

¹ UFSC. E-mail: daniela_wall@yahoo.com.br



within the movement for the humanization of childbirth, offering physical, informational, and emotional support to pregnant women, women in labor, and postpartum women, in contrast to the technocratic biomedical model that fragments and dehumanizes the childbirth experience. By working within the principles of Freirean critical pedagogy, doulas can promote a dialogical educational process, centered on active listening and the joint construction of knowledge, challenging the "banking" conception of education that passively deposits knowledge. The study also highlights the importance of critical and reflective training for doulas, considering the characteristics of pregnant women, women in labor, and postpartum women, to avoid perpetuating oppressive practices. The regulation of training courses is seen as essential to ensuring that doulas' practice contributes to a more just, equitable, and humanizing social fabric, integrating both popular and scientific knowledge. The work of doulas, when aligned with the principles of critical pedagogy, not only humanizes obstetric care but also promotes the construction of a society where the agency of women and pregnant individuals is fully recognized and respected. This interweaving of practices and knowledge has the potential to transform the Brazilian obstetric landscape, creating a pattern of care that is strong, resilient, and, above all, humane.

Keywords: doulas; critical pedagogy; humanization of childbirth.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é chamar a atenção dos verdadeiros humanistas para o fato de que eles não podem, na busca de libertação, servir-se da concepção "bancária", sob pena de se contradizerem em sua busca (Freire, 1987, p. 43).

Na segunda metade do século XX, o cenário global foi marcado por profundas transformações sociais e culturais, que moldaram a política, economia e práticas de saúde e em especial as de assistência ao parto e nascimento. Em um período de intensas lutas contra as estruturas de poder tradicionais, diversos grupos contra hegemônicos se levantaram contra o poder hegemônico dominante. Alimentados pelo desejo de romper com as imposições opressoras esses grupos foram compostos por representantes feministas, profissionais da saúde, educadores, cientistas e a sociedade civil como um todo (Da ros, 2019, p. 130).

Foi nesse contexto de efervescência social e de resistência às ideologias dominantes que uma nova figura emergiu na cena de parto: a Doula. Distanciando-se do modelo biomédico tradicional que frequentemente desconsiderava as dimensões emocionais e subjetivas do parto, as doulas passaram a oferecer suporte físico, informacional e emocional



durante a gestação, o parto e o pós-parto, resgatando saberes e valorizando o protagonismo da mulher nesse processo tão íntimo e transformador.

As doulas, portanto, não surgiram apenas como uma resposta às necessidades individuais das gestantes, mas como parte de um movimento mais amplo de contestação e mudança, que buscava humanizar o cuidado e devolver às mulheres o controle sobre seus próprios corpos e experiências. Desde esse lugar e até hoje, desempenham um papel fundamental ao oferecer às gestantes e suas famílias um apoio multifacetado e atuam como verdadeiras guardiãs da experiência do parto, promovendo a educação, o acolhimento, o cuidado e, acima de tudo, a autonomia das mulheres, elemento importante da Política Nacional de Humanização (Brasil, Ministério da Saúde, 2014, p. 467).

Essas características do trabalho das doulas ecoam no Brasil nos princípios fundamentais estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/1990, Brasil, 1990). A legislação, ao estabelecer diretrizes para a organização do Sistema Único de Saúde, enfatiza a universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde. Além disso, a lei destaca a preservação da autonomia das pessoas, assegurando que o direito à integridade física e moral, seja respeitado. Também prevê o direito à informação, o que permite que as pessoas sob assistência sejam plenamente informadas sobre sua saúde, capacitando-as a tomar decisões conscientes e informadas.

Nesse sentido, as doulas complementam a assistência a gestação, parto e nascimento, e reforçam os valores centrais da atenção à saúde preconizados pela lei, atuando como intermediárias que garantem que as gestantes e suas famílias estejam informadas, acolhidas e capacitadas para exercerem seu protagonismo ao longo do processo de gestação e parto (Ministério da Saúde, 2014).

Este é um momento importante para as Doulas, uma classe profissional emergente e predominantemente feminina, quando está em pauta na Câmara dos Deputados a regulamentação da profissão em todo o território brasileiro. A ocupação foi registrada no Cadastro Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO) sob o número 3221-35 em 2013. Atualmente o Projeto de Lei (PL) sob o número 3946/2021 aprovado no Senado, aguarda votação na Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei visa regulamentar o exercício da profissão de doula em todo país e tem encontrado algumas resistências, mesmo existindo evidências científicas positivas com relação a participação destas profissionais na cena de



parto à presença das doulas nas maternidades provoca desconforto entre alguns profissionais, o que dificulta a estas trabalhadoras o exercício da profissão (Brasil, Ministério da Saúde, 2014, p. 467).

Diante do desafio que significa a formação de doulas num cenário hegemônico biomédico a Federação Nacional de Doulas do Brasil (FENADOULASBR) construiu documentos norteadores para os cursos de formação. A FENADOULASBR foi fundada em 2018 com a missão de “fortalecer o protagonismo da pessoa no ciclo gravídico puerperal, a partir do acesso a informações de qualidade e atendimento humanizado, respeitoso e digno, consolidando a atuação das Doulas no território nacional” (Federação Nacional de Doulas do Brasil, 2024).

O documento norteador sobre formação de doulas faz recomendações estratégicas quanto a formação docente de 60% de profissionais docentes sem formação nas áreas da medicina, enfermagem ou obstetrícia, de formato dos cursos e carga horária mínima de 120h. Recomenda também coordenações assumidas por mulheres ou pessoas com útero com formação em nível superior ou notório saber, participantes nas convenções da classe e que manifestem responsabilidade política e social. Recomenda escolaridade mínima de nível médio em concordância com a CBO 3221-35 e o PL 3946/2021, que os cursos promovam ditas formações reflexivas com base na pedagogia crítica e eixos fundamentais curriculares. No Brasil existem cursos públicos de formação de doulas, com currículos diferenciados, onde fica claro que a tarefa hercúlea é de libertação de um sistema opressor entranhado responsável pela assistência ao parto.

O objetivo deste estudo é estabelecer um diálogo entre a pedagogia crítica freiriana e o trabalho realizado pelas Doulas no contexto que o mesmo é realizado e como esta aproximação pode contribuir na promoção de uma assistência mais humanizada e libertadora. A pesquisa bibliográfica ofereceu um vasto acesso a informações e possibilitou a reunião de dados de diversas publicações que fazem parte da construção e aprimoramento do quadro conceitual que envolveu o objeto deste estudo (Gil, 2002).

Para ilustrar a complexidade e a interconexão dos elementos envolvidos no trabalho das doulas e no contexto em que atuam, utilizou-se a analogia do tear, onde o quadro e as linhas que se entrelaçam, formam nós, conferem forma, cor e significado à trama.

O QUADRO E A TECELAGEM



O quadro de um tear, por definição, demarca os limites da tessitura, organizando e sustentando o delicado trabalho do tecelão. É essa estrutura que, ao definir os contornos e o tamanho da obra, permite que o urdume receba a trama para que se entrelacem de forma harmoniosa, conferindo ao tecido forma, dimensões e, por fim, propósito. Da mesma maneira, o quadro aqui representa o contexto no qual as doulas atuam, um cenário formado por o modelo de assistência ao parto e nascimento no Brasil.

No país o quadro predominante é ainda o do modelo tecnocrático (Davis, 2001) de assistência ao parto e nascimento, uma estrutura que, apesar dos esforços crescentes pela humanização, continua a fragmentar o corpo e a mente, dissociando a matéria de seu contexto, como se o corpo pudesse ser entendido em partes isoladas, desprovido das relações que o circundam.

Na linha do tempo em direção à idade moderna (1453-1789) é possível observar a trajetória das mudanças ocorridas até chegar no modelo tecnocrático. O período marcado por intensas transformações culturais, filosóficas e científicas, quando o pensamento ocidental passou por uma reconfiguração significativa em sua compreensão da essência humana. Filósofos influentes, em sua busca por compreender o divino e a natureza da alma, promoveram uma separação rígida entre mente e corpo. Eles postularam que a verdadeira essência do ser humano residia em uma dimensão superior, associada à mente ou à alma, que estaria além das influências e limitações corporais.

Dentro desse paradigma dualista, em uma sociedade profundamente patriarcal, o corpo masculino foi elevado à condição de padrão ideal de humanidade. A racionalidade, a ordem e a força associadas ao masculino foram vistas como expressões da proximidade com o divino. Em contrapartida, o corpo feminino, com suas flutuações e características cíclicas, foi considerado defeituoso, imprevisível e, portanto, necessitado de controle e vigilância. A mulher, vista como mais próxima da natureza, era percebida como uma figura a ser domada, e seu corpo, em especial, passou a ser objeto de um escrutínio que buscava subjugar-lo às normas estabelecidas por uma ordem masculina (Davis, 2001).

A medicina passou a separar o sujeito de sua experiência, desvinculando o nascimento do fluxo maior da vida. No entanto, o corpo humano é ao mesmo tempo uma criação da natureza e um produto da cultura, separar o ser humano da natureza é tão impossível quanto dissociar as cores do tecido já tramado. O parto, que desde a origem fora uma experiência natural, assumiu uma nova conotação. Longe de ser celebrado como uma manifestação da vida e da continuidade da espécie, o ato de parir passou a ser visto como um momento de potencial desordem e perigo (Davis, 2001).

A imprevisibilidade do processo, associada ao corpo feminino, reforçou a ideia de que o parto necessitava de intervenção externa e controle profissional. Assim, a prática obstétrica emergiu



como uma resposta ao que se via como a incapacidade do corpo feminino de conduzir o processo de nascimento de forma segura e ordenada sem a supervisão de especialistas, reafirmando as hierarquias de gênero e a supremacia do masculino sobre o feminino na sociedade moderna (Davis, 2001).

No modelo hospitalocêntrico, o hospital tornou-se uma fábrica, o corpo da mulher, uma máquina, e o bebê, o produto de um processo industrial. O corpo humano, ao ser mecanizado e definido como máquina, foi objetificado, liberando os profissionais de saúde da responsabilidade emocional e espiritual para com seus pacientes. Essa objetificação é evidente nos hospitais, onde siglas substituem nomes, e o distanciamento emocional é cultivado durante os longos anos de formação médica (Davis, 2001).

O pré-natal com ênfase em medições e tecnologias que ignoram a percepção e a sensibilidade da mulher refletem o modelo tecnocrático, a autoridade médica é incontestável, simbolizada pelo avental branco e a posição do paciente é muitas vezes a de abdicação de responsabilidade, depositando total confiança no médico. Durante o parto, práticas como a administração rotineira de soro intravenoso simbolizam a filosofia tecnocrática, mantendo a mulher conectada ao hospital, reforçando uma relação de dependência e passividade. No parto, a posição de litotomia, embora desnecessária e fisiologicamente questionável, é preferida por proporcionar conforto e conveniência ao médico, ignorando as necessidades da mulher (Davis, 2001).

Como resposta aos excessos do modelo tecnocrático, nasceu a humanização como uma iniciativa para promover mudanças nas instituições a partir de seu interior. A humanização promove educação para a assistência com características relacionais, personalizada, empática e acolhedora, adotando uma abordagem biopsicossocial. Este conceito enfatiza a importância das interações humanas como a base essencial de qualquer tratamento, promovendo a escuta ativa que abre as portas para o diálogo e uma compreensão mais profunda do paciente.

Dentro desse contexto de humanização, uma revisão sistemática publicada na Cochrane, intitulada “Apoio contínuo para mulheres no trabalho de parto”, apresentou os resultados de 26 estudos que cobrem dados de 17 países e envolvem mais de 15.000 mulheres em diversas condições e ambientes. Os resultados indicam que o apoio contínuo durante o trabalho de parto foi oferecido por diferentes tipos de pessoas: profissionais de saúde atuando no hospital enfermeiras, obstetrias, doulas ou mulheres com uma breve orientação sobre como oferecer apoio, e pessoas do círculo pessoal da parturiente, como parceiros, mães ou amigas, escolhidos pela própria mulher (Bohren, Hofmeyr, Sakala, Fukuzawa, Cutbert, 2017).

As mulheres que receberam apoio contínuo durante o trabalho de parto demonstraram uma maior probabilidade de vivenciar partos vaginais com menor número de intervenções, e com menos probabilidade de recorrer à cesariana. Além disso, essas mulheres apresentaram uma tendência



menor a utilizar medicamentos para alívio da dor e relataram maior satisfação com a experiência do parto, assim como partos mais curtos. A ocorrência de depressão pós-parto também pode ser menor entre aquelas que receberam apoio contínuo. Os bebês cujas mães receberam apoio contínuo mostraram uma menor probabilidade de apresentarem um baixo escore de Apgar no quinto minuto de vida, um importante indicador de saúde e bem-estar neonatal. O estudo levantou a limitação com relação aos resultados por causa de contextos e apoios diversos para efeitos de comparação (Bohren, Hofmeyr, Sakala, Fukuzawa, Cutbert, 2017).

O modelo humanizado de assistência ao parto e nascimento defende iniciativas em saúde baseadas em evidências. No contexto do parto, a prevenção de complicações envolve enfrentar as causas profundas da mortalidade materna e infantil. Entretanto, muitos os profissionais e instituições envolvidos ainda são fortemente influenciados por uma perspectiva tecno médica, que frequentemente ignora os determinantes sociais da saúde.

O URDUME E A TRAMA

O urdume representado pelas mulheres e pessoas gestantes, parturientes e puérperas e a trama representada pela ação das doulas, quando entrelaçados, revelam um tecido denso e significativo, onde cada fio toma o seu lugar na construção de relações, cidadania entrelaçando o saber popular e o saber técnico-científico. Por esse motivo o processo pedagógico que orienta a formação das doulas precisa contribuir na construção das bases para uma prática verdadeiramente humanizadora e emancipatória.

A práticas pedagógicas críticas, inspiradas por Paulo Freire, não se limitam a meras transmissões de conhecimento; elas promovem um diálogo profundo, onde a escuta ativa e a reflexão conjunta permitem que as gestantes se tornem protagonistas de suas próprias jornadas. Nesse processo, o trabalho das doulas se assemelha ao ato de tecer: cada interação, cada troca de saberes, é um fio que se junta aos demais, formando um tecido único e transformador.

Assim como o urdume sustenta a trama, os territórios culturais nos quais as doulas atuam fornecem o contexto essencial para que essas interações aconteçam de maneira significativa. A analogia com a tecelagem reflete a natureza imbricada do trabalho das doulas na complexa tessitura cultural e social do país. A relação dialética entre doulas e



gestantes é um processo contínuo de construção mútua, onde cada parte precisa se compreender simultaneamente aprendiz e educadora.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire apresenta a concepção de educação bancária como instrumento de opressão onde não há diálogo, apenas um monólogo unidirecional de quem educa os educados, quem sabe perante os que não sabem, quem pensa e os pensados, quem diz e quem escuta, quem disciplina e quem é disciplinado, quem prescreve e os que seguem a prescrição, quem escolhe os conteúdos e os que se acomodam a estes, quem é o sujeito do processo e os meros objetos (Freire, 1987, p. 43).

Dentro da perspectiva bancária, a educação se apresenta como um ato de depositar, transferir e transmitir valores e conhecimentos, como se fossem moedas guardadas em cofres mentais. Contudo, é aqui que reside a trampa, a armadilha sutil. Grande parte da sociedade foi moldada por essa lógica, profundamente enraizada no modelo bancário.

Crianças, desde a tenra infância, em massa são moldadas dentro de um modelo opressor patriarcal, um molde que se replica em grande parte das escolas. Nesses ambientes, onde o pensamento crítico e o verdadeiro diálogo são raros, impera uma lógica vertical que exige adaptação para alcançar algum senso de satisfação. Esse sistema, ao invés de nutrir a curiosidade e o crescimento integral, restringe e aprisiona, criando indivíduos que, para sobreviver, devem se conformar a uma ordem que silencia e submete (Freire, 1987).

De forma quase imperceptível, seguimos como sociedade, reproduzindo essas dinâmicas nos diversos espaços em que atuamos, perpetuando uma tradição que mais aprisiona do que liberta. Na missão falha de transferir conhecimentos, promovemos uma visão de mundo baseada na própria perspectiva profissional e pessoal, que falha em reconhecer que o outro, à sua frente, possui sua própria história e visão. Esse equívoco, ao invés de emancipar, reforça barreiras, ignorando as experiências únicas que cada indivíduo traz consigo.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. É preciso insistir: este saber necessário ao professor, que ensinar não é transferir conhecimento, não apenas precisa ser aprendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser, ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas que



também precisa ser constantemente testemunhado, vivido (Freire, 2002, p. 52).

A prática das doulas baseada na pedagogia crítica emerge como um desafio ao modelo tradicional de educação bancária para a transformação das realidades estabelecidas. Para que essa transformação se concretize, é preciso um olhar atento sobre os processos pedagógicos dos cursos de formação de doulas, com o objetivo de findar o ciclo de perpetuação de práticas opressoras. Opressão que pode estar presente nos currículos, nos programas de formação que ignoram com conteúdo padronizado a riqueza da diversidade do povo brasileiro.

Somente através da valorização do diálogo, da escuta e do respeito às vivências culturais poderemos conhecer a população, as suas necessidades e contribuir para tecer um novo tecido social, mais justo, equitativo e promotor de dignidade na assistência à gestação, parto e pós-parto.

CONCLUSÃO

Este estudo explorou a relação entre a prática das doulas e a pedagogia crítica freiriana, mostrando como ambas podem se entrelaçar para transformar o modelo de assistência ao parto e nascimento no Brasil. A analogia do tear, utilizada ao longo deste trabalho, mostrou-se uma ferramenta para ilustrar a complexidade e a interconexão dos elementos envolvidos, destacando a necessidade de um contexto que promova o entrelaçamento harmonioso entre as mulheres gestantes e as doulas, possibilitando um tecido social mais robusto e humanizador.

A prática das doulas, quando alinhada com os princípios da pedagogia crítica, desafia o modelo tecnocrático predominante, que fragmenta e desumaniza a experiência do parto. Diferente da concepção "bancária" de educação, que deposita conhecimento de forma passiva, as doulas, em sua atuação, podem promover um processo dialógico, em que a escuta ativa e a construção conjunta de saberes sejam centrais. Esse modelo de interação favorece o processo singular de empoderamento de dentro para fora das gestantes, mas



também redefine o papel das doulas como educadoras e parceiras no processo de humanização do parto.

Desta maneira, para que essa transformação se realize é necessário um olhar crítico sobre os processos de formação das doulas, que promovam processos de ensino-aprendizagem que respeitem e valorizem a diversidade cultural e as histórias individuais das gestantes. Somente assim será possível construir um novo tecido social, que integre o saber popular e científico, e que, ao mesmo tempo, desafie as hierarquias estabelecidas, promovendo uma assistência ao parto que seja verdadeiramente humanizadora, emancipatória e promotora de dignidade.

O diálogo entre a pedagogia crítica e o trabalho das doulas não apenas contribui para a humanização do cuidado, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, em que o protagonismo das mulheres e das pessoas gestantes seja plenamente reconhecido e respeitado. Esta é a linha guia que, ao ser entrelaçada com tantas outras, poderá transformar o cenário obstétrico brasileiro, criando um padrão de cuidado que, assim como um tecido bem urdido, seja forte, resistente e, acima de tudo, humano.

REFERÊNCIAS

- BOHREN, M. A.; HOFMEYR, G. J.; SAKALA, C.; FUKUZAWA, R. K.; CUTHBERT, A. Apoio contínuo às mulheres durante o parto. **Banco de Dados Cochrane de Revisões Sistemáticas**, 2017, Edição 7. Art. Nº: CD003766. <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD003766.pub6/full> (último acesso em: 23 ago. 2024).
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm . (último acesso em: 23 ago. 2024).
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 467 p. Cadernos HumanizaSUS; v. 4. <https://redehumanizasus.net/acervo/cadernos-humanizasus-volume-4-humanizacao-do-parto-e-nascimento/> . (último acesso em: 25 ago. 2024).
- DA ROS, Marco Aurelio. (Org). **Como Pensa a Contra hegemonia na Área da Saúde**. Itajaí: Rede Unida, 2019. 130 p. <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2018/11/E-book-Contra-hegem%C3%B4nia-na-%C3%81rea-da-Sa%C3%BAde.pdf> (último acesso em: 20 ago. 2024).
- DAVIS-FLOYD, Robbie. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of



- childbirth. **Int J Gynaecol Obstet.** 2001 Nov;75 Suppl 1:S5-S23. PMID: 11742639. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11742639/> (último acesso 26 ago. 2024)
- FEDERAÇÃO NACIONAL DE DOULAS DO BRASIL - FENADOULASBR. **Documentos.** <https://fenadoulasbr.com.br/documentos/> . (último acesso em: 23 ago. 2024).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 43. <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. (último cesso em: 24 ago. 2024).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.p.52.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. (último acesso em: 22 ago. 2024).
- HISTÓRIA DO MUNDO. **Linha do tempo - Idade Moderna.** <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/linha-tempo-idade-moderna.htm>. (último acesso em: 26 ago. 2024).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Educação Popular em Saúde: Volume 1.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf. (último acesso em: 23 ago. 2024).



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6075>

**CONECTADAS E CONTRA O RACISMO!
O CIBERFEMINISMO COMO POTÊNCIA DE
MULHERIDADES NEGRAS JUVENIS**

*Connected and Against Racism!
Cyberfeminism as a Power of Black Youth Womanhoods*

Maria Luisa Pires da Silva¹
Nayani Silva Lima²
Raynara Gabrielle de Sousa Silva³
Maria Vitória Alves de Oliveira⁴

RESUMO

O movimento feminista negro surgiu para expor o racismo e o sexismo bem como para reivindicar os direitos das mulheres negras. Com o desenvolvimento da tecnologia, as feministas negras passaram a utilizar essa ferramenta como um campo de luta, espaço em que elas podem dialogar com um maior número de pessoas de locais diferentes e em qualquer horário do dia. Deste modo, reconhecendo que o ambiente virtual é um auxiliador do combate às opressões de raça e gênero, este trabalho tem como objetivo discutir características do movimento feminista negro e expor a trajetória do ciberfeminismo pesquisa bibliográfica integrativa, dando enfoque na articulação do feminismo negro com o ciberfeminismo.

Palavras-chave: Articulação; Empoderamento; Coletividade; Redes sociais.

ABSTRACT

The black feminist movement emerged to expose racism and sexism and to demand the rights of black women. With the development of technology, black feminists have started to use this tool as a field of struggle, a space in which they can talk to a greater number of people from different places and at any time of the day. Thus, recognizing that the virtual environment is an aid in the fight against oppressions of race and gender, this paper aims to discuss characteristics of the black feminist movement and expose the trajectory of cyberfeminism integrative bibliographical research, focusing on the articulation of black feminism with cyberfeminism.

Keywords: Articulation; Empowerment; Collectivity; Social networks.

¹ FIOCRUZ. E-mail: marialuisap.s14@gmail.com

² E-mail: nayanisilvalima145@gmail.com

³ E-mail: Gabrielleraynara12@gmail.com

⁴ E-mail: Mv3458725@gmail.com



INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são atos de cunho sociopolítico direcionados por temas e problemáticas de conflitos, litígios e outras discussões de grupos na sociedade. As ações realizadas pelos coletivos constituem processos sociais e político-cultural que resultam na formação da identidade coletiva de cada movimento social. As características do grupo também recebem influências dos valores culturais e políticos que são compartilhados pelos sujeitos de distintas classes e camadas sociais (Gohn, 1997).

O século XX foi marcado por várias manifestações executadas por movimentos sociais formados por grupos minoritários, que reivindicavam suas cidadanias (Schwengber et al., 2020). É um período marcado por mobilizações que incluíam novas temáticas, para além daquelas relacionadas aos fatores trabalhistas do movimento operário, referentes por exemplo ao gênero, etnia e meio ambiente. Neste âmbito, surgiram novos atores não sendo apenas trabalhadores, mas também jovens, mulheres, ambientalistas e estudantes (Alonso, 2009).

No entanto, o movimento social de mulheres, ou seja, o movimento global feminista teve ascensão já no século XIX, quando as ativistas se organizaram para reivindicarem, especialmente, o direito ao voto. Nesta primeira onda, o movimento é conservador, formado por mulheres brancas de classe média e alta, que tratavam de assuntos superficiais, ou seja, não consideravam as reivindicações do conjunto das outras mulheridades (Oliveira; Cassab, 2014).

Assim, as mulheres negras não tinham espaço dentro do movimento para se articularem em conjunto com as feministas brancas (Freitas, 2018). Mesmo assim, estiveram presentes na luta contra o patriarcado. A pioneira do feminismo negro é Sojourner Truth, conhecida pelo seu discurso intitulado “Não sou eu uma mulher?”, verbalizado durante a primeira “Convenção Anual de Direitos das Mulheres” em 1851, na cidade de Akron – Ohio nos Estados Unidos, que expôs e questiona a diferença na forma que a sociedade age com a mulher negra.

Para as mulheres negras, “[...] as primeiras manifestações feministas simplificavam excessivamente a condição das mulheres, como se todas tivessem as mesmas vivências e o mesmo histórico social e econômico” (Martinez, 2017, p. 25). Por conta disso, a partir da década de 1920 surgem as primeiras manifestações das feministas negras, contrárias à



homogeneidade da categoria mulher. Contudo, o movimento feminista negro fortalecido aparece na década de 1970 denominado de *Black Feminism*, no qual voltou-se para criticar o feminismo branco e defender o movimento antirracista (Martinez, 2017).

Atualmente, o movimento feminista preza pela diversidade, pluralidade e inclusão de todas as mulheridades. Ao longo da sua história, o mesmo passou por algumas fases, chamadas de ondas. Neste percurso, essa articulação transforma-se e insere novas reivindicações, como as das mulheres trans, travestis, negras, indígenas, lésbicas e etc. Na contemporaneidade as mulheridades, conceito que visa abarcar as mulheres em suas múltiplas diversidades, lutam para ocupar espaços diversos, sejam eles físicos e/ou virtuais, com o objetivo de garantir a equidade de gênero.

Desta forma, este artigo tem como objetivo de discutir algumas características do movimento feminista negro e expor a trajetória do ciberfeminismo ou feminismo negro dando enfoque na articulação do mesmo com o ciberfeminismo, por meio de uma pesquisa bibliográfica integrativa. Para isso, foram utilizados artigos disponíveis nas plataformas digitais: Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online - Scielo*, contendo os seguintes descritores: ciberativismo, feminismo negro, movimento feminista, ciberfeminismo, mulheres negras e movimento feminista negro. Participaram desse estudo referências do período entre 2018 a 2021, em língua portuguesa. Ficaram de fora trabalhos definidos como resumos, entrevistas, resenhas e artigos de opinião. Assim, tal trabalho conta com dois tópicos, que tratam dos assuntos supracitados. O primeiro tópico é apresentado de forma concisa, as pautas do movimento feminista negro e a ascensão do ciberfeminismo; já o segundo tópico, evidencia o desenvolvimento e reivindicações do feminismo negro no país, bem como o uso desta ferramenta como apoio no combate as opressões do racismo estrutural entrecruzado com as desigualdades de gênero.

DIÁLOGOS ENTRE O FEMINISMO NEGRO E O CIBERFEMINISMO

O movimento feminista contemporâneo é heterogêneo, plural e ancorado por várias teorias. Isso se dá por conta da luta das mulheres negras onde passou a questionar esse movimento a qual se baseava apenas em teorias eurocêntricas. Dessa maneira, essa reivindicação aproximou-se das teorias referentes a interseccionalidade, e pós-colonialidade e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCI) para realizar suas



reivindicações políticas (Freitas, 2018).

Os resultados da pesquisa evidenciaram a mudança nas perspectivas de quais as razões sustentavam o movimento feminista. Observando, portanto, que majoritariamente o mesmo se aplicava apenas a branquitude foi preciso empretecer uma luta que nasceu justamente em decorrência dessa raça. Assim, as novas possibilidades de atuação no cotidiano sobre o feminismo devem recordar da multiplicidade de mulheridades e que nem todas perpassam por todas as situações. E que existem engrenagens, como raça e classe social, que irão colocar formas distintas de opressão.

Segundo Carneiro (2011), o feminismo negro de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como é a brasileira, tem como eixo de foco o racismo e os impactos sobre as relações de gênero, visto que ele próprio define a hierarquia de gênero na sociedade. A autora segue refletindo:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres [...]. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, sp).

Segundo Curiel (2019), as propostas do feminismo negro são as mais completas, uma vez que completou a teoria feminista, ao problematizar como o racismo, machismo, sexismo e a desigualdade de classe. Nesta perspectiva, a agenda feminista abrange em suas pautas:

Em primeiro lugar, a situação econômica e as questões relacionadas com a pobreza global das mulheres, tais como oportunidades de educação, desenvolvimento industrial, racismo ambiental, políticas de emprego, prostituição e leis de herança em matéria de propriedade, constituem uma questão fundamental global das mulheres. Direitos políticos para as mulheres, tais como conseguir o voto, direito de participar de reuniões, viajar, obter cargos públicos; os direitos dos presos políticos e violações básicas de direitos humanos



contra as mulheres como estupro e tortura, constituem uma segunda área de preocupação. Uma terceira área de preocupação global consiste em problemas conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de custódia da criança e trabalho doméstico. Questões de saúde e sobrevivência das mulheres, tais como direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e AIDS constituem outra área de preocupação feminista global (Collins, 2017, p. 12).

Para articular todas essas questões e difundir o ideário feminista, o movimento passou a utilizar as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICS), que surgiram já na segunda metade da década de 1980 e desde então vêm se expandindo por todo o mundo. Elas, as TICS, são um conjunto de ferramentas que permitem a produção, acesso e a disseminação de informações, bem como a comunicação entre sujeitos, mesmo que esses estejam distantes fisicamente (Rodrigues, 2016). Com isso, as mulheres viram neste campo virtual um ambiente sem fronteiras, no qual todas elas:

“[...] seriam capazes de expressar ou mesmo ver a manifestação de outras e assim compreender que não estavam sozinhas em suas lutas. Poderiam traçar táticas e estratégias de lutas, intercambiar saberes com outros movimentos e difundir as discussões para outros patamares” (Ritta, 2021, p. 60).

O ciberespaço se torna, portanto, uma ferramenta importantíssima de criação e comunicação. Abrangendo pessoas de realidades distintas, mas que comungam de um determinado objetivo. Isso caracterizou, conforme os achados deste estudo, uma fonte de potência entre as mulheridades. Dessa forma, o espaço virtual passou ser uma referência e ponto de encontro entre diversas trajetórias, propiciando a articulação e novas maneiras de coletividade.

O movimento feminista passa a fazer uso dessa rede de conectividade a partir da década de 1990, quando se coloca em evidência as discussões sobre relações de gênero e suas intersecções. É nesta terceira onda que há a difusão das vertentes do movimento feminista negro, interseccional e do ciberfeminismo (Ritta, 2021). Mas, a autora segue descrevendo que o conceito de ciberfeminismo ou feminismo em rede ainda encontra-se em disputa, pois algumas pesquisadoras consideram que ele foi desenvolvido após a década de 1990, já na quarta onda do feminismo. Ademais, ainda de acordo com Ritta (2021) a expressão ciberfeminismo surge em 1991, período no qual as ativistas do VNS Matrix (coletivo da Austrália fundado por: Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini



e Virginia Barratt) divulgam o manifesto “Cyberfeminist Manifesto for the st Century” (Ritta, 2021). Em suma, entende-se o ciberfemenismo como sendo “[...] um movimento multifacetado – portanto, ciberfeminismos –, que atua tanto no campo teórico quanto no âmbito prático, com intervenções de natureza política, social e cultural” (Schwengber et al, 2020, p. 312).

Ciberfeminismo é um movimento de ação que não escapa ao político. Sua essência e força residem na disputa de poder através da resistência. Feminismo é política. No entanto, a ação comunicativa do movimento reside na diversidade e é algo que não deve ser tratado com brevidade. São mulheres que atuam em diversas frentes, são rápidas, movimentam-se em rede, são descentralizadas e organizadas (Coelho, 2018, p. 19 apud Ritta, 2021, p. 60-61).

O movimento feminista negro também é ciberfeminista, neste campo digital o feminismo negro coloca em debate questões que provavelmente não seriam prioridades de outros grupos feministas, como por exemplo:

[...] genocídio da juventude negra e seus impactos sobre as mulheres negras, a intolerância religiosa e a valorização das religiões de matriz africana, relacionamentos interraciais e relações afetivo-amorosas de mulheres negras, mercado de trabalho, padrões estéticos femininos e a representatividade dos negros na mídia, impacto da violência cotidiana na população negra, etc. (Martinez, 2017, p. 26).

Com essas ferramentas digitais as possibilidades de compartilhar informações e de acessar a formação de gênero são diversas, visto que cada vez mais sujeitas se dispõem a administrar páginas virtuais que apresentam debates e propostas que abarcam as diversas demandas e vivências das mulheridades. Conforme afirma Freitas (2018), esse diálogo reivindicatório no ciberespaço se dá por meio dos blogs, sites e sites de compartilhamento de conteúdo a exemplo do Facebook, Twitter e Instagram. As feministas negras encontram-se nas plataformas citadas, ou seja, ocupam um novo espaço de luta, para combater o sistema que as oprime. Tais dispositivos auxiliam essas mulheres no combate a todo tipo de discriminação e discursos de ódio, onde têm causado transformações significativas nas formas de comunicação no nível nacional e internacional (Freitas, 2018).

Os compartilhamentos cada vez mais presentes são usados para divulgar, combater desinformações além da reivindicação de espaços e direitos. Ficou mais prático unir



coletivamente a movimentos sociais e participar desse processo de combate as violências. Além do mais, essa união provoca também um sentimento de pertença e solidariedade, oportunizando que nenhuma mais se sinta solitária nessa batalha. Partilhando saberes, lutas, mas também suas dores e dissabores, provocados por tanta estigmatização e discriminação.

Essas mulheridades enxergam muitos potenciais dentro do ciberfeminismo, observando como grupos de (in)formação, campanhas e apoio mútuo. Essas tecnologias possibilitaram uma maior expansão contra as engrenagens do sistema cisheteropatriarcal racista capacitista e capitalista. Ao mesmo tempo em que esses locais virtuais também mobilizam o mundo real, ou seja, viabilizam mudanças e trabalhos no aqui agora e sendo tangenciado na sociedade.

Para Ritta (2021), o ciberfeminismo mudou o status do movimento feminista, pois consegue discutir a agenda de luta com ideias desenvolvidas em outros países, com distintas configurações, dessa forma, possibilita uma atuação transnacional. “O fato de ser um movimento que se articula em sua predominância na rede digital, com uma linguagem simples e direta, o torna um movimento escalável e sem fronteiras físicas [...]” (Ritta, 2021, p. 61).

E O QUE PODEMOS FALAR QUANDO SE TRATA DE BRASIL?

No Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa, a mulher negra é excluída, silenciada, estigmatizada, discriminada, hostilizada e oprimida por sua raça e gênero. Não é à toa que foi nesse período que teve início a escravidão de pessoas negras neste país. “As escravas sofriam em diversos âmbitos, pois eram os seres omitidos dentro de uma classe já considerada minoritária, a dos escravizados” (Silva, 2018, p. 08). Estas mulheres, então, eram tratadas como objetos de seus senhores e senhoras, onde negavam-nas o seu estatuto como sujeito humano. Tal sistema escravocrata perdurou no país por mais de trezentos anos e teve “fim” com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil. Essa legislação surgiu em decorrência da resistência das pessoas escravizadas, das pressões do movimento abolicionista e das pressões externas. Contudo, o governo do país não prestou assistência alguma a essas pessoas, deixando-os à mercê de uma sociedade racista. Sendo assim, mesmo com o vigor desta lei, isso não foi capaz de revogar os estigmas de raça e gênero em relação às mulheres negras.



Com isso, as mulheres negras não saíram como vítimas da escravidão, onde a elas foram destinados os títulos de desonestas, vulgares e ignorantes, onde para grande parte da sociedade, sendo esta racista, elas deveriam continuar tendo uma relação de subserviência a branquitude como única forma de existência dentro da sociedade. Neste cenário, para Kilomba (2012, p. 124 apud Ribeiro, 2016, p. 102) “[...] as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade”. Para expor o racismo, o machismo, a farsa da democracia racial brasileira, a desigualdade racial, os estigmas atribuídos às mulheres negras e dentre outras pautas, o movimento feminista negro brasileiro começou a ser estruturado em meados da década de 1970, num momento autoritário. Esse contexto foi marcado pelas perdas de direitos sociais devido ao golpe militar instaurado em 1964, “relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador” (Pinto, 2010, p. 16).

De acordo com Viana (2010), que retoma a análise de Gonzalez sobre o desenvolvimento do feminismo de mulheres negras no Brasil, já em 1975, as mulheres negras se reuniram na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, para comemorar o Ano Internacional da Mulher. Além disso, produziram um documento que denunciava as condições de subalternidade vivenciadas por elas em virtude da herança escravocrata perversa. Elas passaram a compor grupos de estudo sobre as questões femininas em geral e as demandas das mulheres negras.

Em 1979, as mulheres associadas ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, apresentaram uma proposta de “reunir mulheres que participavam ou tinham participado de várias entidades”, tais como “organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas”, não para formar “mais um grupinho”, e sim discutir uma “contra-ideologia” de combate ao racismo e o sexismo (Viana, 2010, p. 57).

É nesse ponto que as primeiras articulações brasileiras feministas se constroem, sendo em sua grande maioria liderada por mulheridades negras. Esse marco histórico é necessário ser ressaltado, pois, como afirma os resultados evidenciados nesta pesquisa, o movimento feminista não é majoritariamente branco, ao contrário. A branquitude se



aproveita dessas organizações, mas em sua grande maioria não estavam conectadas desde o início quando mulheridades pretas, travestis e transexuais se reuniam e batiam de frente aos dogmas e conservadorismo imposto pelo Estado, as religiões e a sociedade. Construindo, portanto, uma base sólida para que atualmente se possa falar abertamente sobre os direitos das mulheridades.

Duas mulheres negras brasileiras foram percussoras do feminismo negro. A primeira foi Léia Gonzales, uma das idealizadoras do grupo Luiza Mahim – 1980 e fundadora do – 1983, os dois visavam discutir a relação de gênero, classe e raça. Já a segunda, Sueli Carneiro, foi umas das responsáveis pela criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo – 1982, fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra - 1988, com a finalidade de lutar contra o racismo e o sexismo bem como valorizar as mulheres e a população negra em geral (Santos, 2020).

O contexto político dos anos de 1980 foi propício para militância dessas mulheres, devido ao fim da ditadura militar e a abertura política, conquistada pela pressão dos movimentos sociais. Foram criados vários grupos de mulheres negras, além dos já citados, influenciados pelo feminismo negro. Cabe destacar como alguns deles: Grupo de Mulheres do MNU-BA, criado em 1981, na Bahia; Coletivos de Mulheres Negras da Baixada Santista, surgido em 1986, na cidade de São Paulo; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, criado no ano de 1986, em São Luís e o Centro de Mulheres de Favela e Periferia, instituído em 1986, no município do Rio de Janeiro (Santos, 2020).

Nesse sentido, a compreensão da formação desses movimentos e coletivos mostraram o pioneirismo de mulheres negras brasileiras frente as engrenagens machistas impostas pela sociedade. É preciso recordar que até aquele momento, a própria sociedade era estruturada com leis que beneficiavam os comportamentos e ações misóginas e violentas destinadas a essas mulheridades. O aval social contra o crime de ferimento da moral e da honra masculina era e ainda segue sendo usado em muitas realidades. Dessa maneira, a luta articulada a anos atrás possibilitou a construção de um terreno a qual hoje é possível falar e debater sobre o machismo e as formas de opressão. As redes sociais e demais mídias de comunicação se unem a essa luta, estabelecendo novos mecanismos de aquilombamento.

O Brasil foi formado por leis e decretos que estabeleciam o apagamento da força feminina em muitos espaços, sobretudo políticos. Muitas mulheres foram marginalizadas e depreciadas em seus desejos e vontades de seguir diversas carreiras e ter o poder de opinião.



Os direitos constitucionais ainda não abarcavam o cuidado e proteção que essas mulheres também exigiam. Os resultados obtidos por meio deste trabalho apresentam uma construção histórica e árdua dentro do projeto de cidadania feminina. Entender essa formação permite ir diretamente nas engrenagens patriarcais que ainda tentam se sobressair dentro do meio de vivência coletiva em sociedade.

A participação da mulher brasileira na agenda política é uma discussão antiga, mas sobretudo instigada desde a redemocratização. Segundo Almeida e Machado (2021), inclusive desde os anos de 1995, existem normas positivas visando à proteção desse direito. A partir de 2015, é possível se observar uma série de avanços que vão desde cotas por candidatura por sexo/gênero; destinação de, no mínimo, 5% do Fundo Partidário para promoção e difusão da participação política das mulheres; propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política; a reserva de 30%, no mínimo, de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para Candidatas.

Esses avanços refletem diretamente no número de candidaturas e na eleição de mulheres nas últimas disputas de 2016 a 2020, principalmente na esfera legislativa, segundo dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Considerando as eleições de 2016 em todo o Brasil, somente 4,1% (691) das candidatas às prefeituras eram mulheres negras, e desse universo somente 3,2% (180) foram eleitas. Para o cargo de vereadora, só 15,4% eram mulheres negras (71.066), e apenas 5% (2.870) foram eleitas. Mas qual a relação disto com o Movimento Mulheres Negras decidem – MND? A resposta é complexa, é atravessada pela eleição e o assassinato da vereadora fluminense Marielle Franco.

Vale mencionar que a eleição da vereadora fluminense Marielle Franco em 2016 surge nesse contexto de avanços citado, representando um marco por se tratar de uma mulher negra, periférica, e lésbica, expoente de diversas bandeiras e pautas tidas como progressistas, necessárias e muitas vezes esquecidas por políticos tradicionais; e ao mesmo tempo um alerta para a violência política e institucional com o seu assassinato em 2018, e para a necessidade de uma maior articulação na candidatura e eleição de mais mulheres negras pois somente assim seria possível debater uma agenda política mais realista e contemplativa da sociedade brasileira, principalmente que observasse às necessidades das



mulheres negras que são diferenciadas e atravessadas por diversos marcadores sociais quando comparados com as demais mulheres.

Nesse sentido, o assassinato de Marielle Franco representa um importante marco e ponto de virada de chave para essa discussão, ela que teve uma vida marcada por militância pelos direitos das mulheres e de maneira mais geral pelos direitos humanos, saía de uma roda de conversa em que se debatia essas temáticas, como representação, sub-representação de mulheres negras, estratégias para enfim, chegar nos espaços de tomada de decisão, quando foi assassinada em março de 2018, uma vez que o impacto de sua morte refletiu diretamente nas candidaturas de parlamentares como a deputada federal Thalita Perrone nesse mesmo ano, em um movimento que ficou conhecido por sementes de Marielle. Essas sementes nada mais são do que novas lideranças, de mulheres jovens, diversas e que buscam manter o legado da vereadora e de aumentar a participação política de mulheres negras em uma perspectiva feminista antirracista.

“O feminismo negro brasileiro se apresenta enquanto uma potência no que diz respeito à resistência, organização e enfrentamento ao racismo e sexismo” (Santos, 2020, p. 18). Para isso, o movimento feminista negro também utiliza as TICs, para propagar suas pautas, desde a década de 1980 com a criação de blogs e sites, como já apresentado nos parágrafos anteriores.

Neste ambiente virtual há maior integração com as mulheres negras, sobretudo com as jovens, em virtude da proximidade destes com a tecnologia. Conforme Martinez (2017), há aproximadamente doze anos houve maior tentativa por parte de jovens em conhecerem as pautas feministas. “O crescente interesse pela temática feminista revela tanto o aumento dos espaços ocupados pelas feministas na internet quanto o extravasamento de suas preocupações para espaços da mídia internacional” (Martinez, 2019, p. 4).

[...] a cultura digital possibilitou que as coisas se dessem de forma mais generalizada e pulverizada se tornando, ela mesma, objeto de uma nova epistemologia feminista, [...] chamada de ciberfeminismo. [...] [É] um movimento estético e político orientado pela popularização das tecnologias digitais que renovou o debate feminista [...] (Martinez, 2019, p. 7).

Essa compreensão não quer e nem apaga o histórico de luta das mulheres em torno da política institucional, só reforça que atualmente as mudanças nos movimentos de mulheres proporcionam uma militância mais orgânica no sentido de frentes de articulação



e visibilidade, principalmente quando se observa a atuação de grupos historicamente marginalizados e silenciados como é o caso das mulheres negras, o que por vezes leva muitos a imaginarem que o destaque dessas mulheres no cenário nacional, seja no político ou no intelectual, se deu somente após o *boom* feminista em 2015, quando existem inúmeros exemplos que o antecedem.

Assim, há um reconhecimento oficial no Brasil, da ascensão do ciberfeminismo em 2015, na chamada “primavera feminista”, momento em que há maior adesão de mulheres jovens ao movimento (Ritta, 2021). É nesse cenário de destaque, de possibilidades e de mudanças que trabalhos de conscientização em diversas áreas e setores da sociedade, para e com a participação de todos os sujeitos integrantes, que diversos movimentos, grupos, organizações, coletivos e mulheres individualmente despontam e buscam a construção e efetivação de projetos políticos e societários a serem desenvolvidos e construídos em prol de um país melhor, plural e combatente com os diversos tipos de opressão e violência.

Foi em 2015 que houve a “Marcha das Mulheres Negras que levou às ruas de Brasília milhares de mulheres negras de todas as idades em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver, trazendo para o foco do debate o lugar de fala da mulher negra” (Lemos, 2016 p. 63 apud Ritta, 2021, p. 63). Este ato foi articulado e teve repercussão também no ambiente virtual, disseminou-se a hashtag #MarchaMulheresNegras, como forma de alcançar mais pessoas e veículos de informação.

Além desse manifesto que ocorreu de forma virtual e no ambiente físico, outros foram realizados, entre 2015 e 2016, em combate a violência contra mulher, ao assédio, contra o abuso sexual, ao racismo, machismo e etc., as seguintes hashtags estiveram em ênfase no período de 2015 e 2016:

#AgoraÉQueSãoElas; #NãoTiraoBatomVermelho; #Feminicídio; #ElesporElas (#HeforShe); #VamosJuntas?; #MexeucomUmaMexeu-comToda; #MeuAmigoSecreto; #MamiloLivre (#FreeNi-pple); #MulheresContraCunha; #VaiTerShortinhoSim; #CarnavalSemAssedio; #SomostodosMaju; #SomostodosTaisAraujo; #SomostodosCrisViana; #SomostodosSheronMenezes; #Enem2015; #EnemFeminista; #MeuPrimeiroAssedio; #EstuproNaoÉculpaDaVitima; #QueroUmDiaSemEstupro; #ContraaCulturadoEstupro; #Belarecatadaedolar; #MarchadasMargaridas; #MarchadasMulheresNegras; #Survivor; #CarnavalSemAssedio (Natansohn; Reis, 2017 apud Ritta, 2021, p. 63).



Contudo, uma das razões que tem ajudado na expansão dos movimentos é justamente o fato de não se direcionar apenas para a articulação em torno das ausências na agenda política, da construção de um futuro a partir dessas contribuições que são debatidas e lideradas por jovens mulheres negras; mas de uma verdadeira reverência ao legado de grandes lideranças de mulheres negras, seja no campo político, seja no campo teórico, como são os exemplos de Lélia Gonzalez, Luiza de Bairros, Benedita da Silva, Almerinda Gama, Olivia Santana, Leci Brandão, a própria Marielle Franco e muitas outras. Essas são mulheres negras que, mesmo em meio aos obstáculos, reivindicaram suas presenças no espaço e no debate público e que contribuíram para muitas das conquistas alcançadas.

Com a pandemia da Covid-19 que assolou o mundo no ano de 2020, o ciberfeminismo esteve mais uma vez em evidência, visto que as manifestações em ambientes físicos e abertos foram suspensas, desse modo, a articulação feminista só era possível via plataformas digitais. É neste ambiente que as feministas negras de todas as idades permaneceram ativas na luta contra o sistema opressor, denunciando os atos racistas, machistas e etc. para com as mulheres negras.

CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos evidenciar desenvolvimento do ciberfeminismo, como se deu no Brasil e a relação com o movimento feminista negro, para mostrar que o ciberespaço também é um ambiente de militância, que deve ser usado para expor as pautas e alcançar mais meninas e mulheres. Essa relação entre feministas via ciberfeminismo promove o surgimento de novos grupos, novas práticas e metodologias, bem como a interação com pessoas distantes geograficamente, isso faz com que o movimento feminista continue se atualizando, incluindo novas pautas e sujeitos na luta por uma sociedade antirracista, antimachista e antilgbtfobia.

Portanto, considera-se importante a articulação no ambiente virtual, que aproxima as pautas feministas de todas as pessoas e mantém o movimento feminista ativo em todos os espaços e tempo.



REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso**. Cadernos pagu, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/abstract/%3Fflang%3Dpt&ved=2ahUKewilyffap8z6AhV0qpUCHbKhATQQFnoECBMQAQ&usq=AOvVaw0TYxHFKr8JiA1RZH7yMb6C>>. Acesso em 22 de set. 2022.
- CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista**. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso. Revista de Teoria da História, Goiás, v. 22, n. 02, p. 231-245, dez., 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>>. Acesso em 25 de mar. 2022.
- FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **Experiências Feministas Narradas no Espaço Virtual: Debates sobre a Interseccionalidade e Feminismo Negro**. REALIS, v. 8, n. 01, jan-jun. 2018. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_revista854-realis-revista-de-estudos-antiutilitaristas-e-poscoloniais>. Acesso em: 24 de dez. 2021.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6071>

“LATA D’ÁGUA NA CABEÇA, LÁ VAI MARIA”: SANEAMENTO BÁSICO E QUESTÕES DE GÊNERO NA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS

“Can of water in the head, there goes Maria”: basic sanitation and gender issues in the reality of the municipalities of pernambucanos

José Antônio de Melo Bisneto¹
George André Lando²

RESUMO

O presente estudo buscou analisar de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento nos municípios pernambucanos pode ser um fator potencializador da desigualdade entre os gêneros. Sabe-se que por todo contexto histórico e social ao qual a sociedade brasileira foi construída, a mulher teve que atravessar um processo de subjugação e inferiorização muito significativo em relação ao homem. Esse processo justifica a necessidade de se buscar efetivar uma igualdade material entre os gêneros. Diante disso, a problemática estabelecida foi: de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento básico nos municípios pernambucanos pode potencializar a desigualdade entre os gêneros? O objetivo geral consistiu em analisar de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento básico nos municípios pernambucanos pode potencializar a desigualdade entre os gêneros. Quanto à metodologia, o método utilizado foi o indutivo, através da pesquisa bibliográfica e documental. As mulheres estão inseridas na execução das atividades domésticas e estas dependem de uma estrutura efetiva de saneamento básico. Todavia, a inexistência/insuficiência atinge as mulheres em uma maior intensidade. Consequentemente, não é possível se falar em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através da erradicação da pobreza, da igualdade entre os gêneros, do fornecimento de serviços de água limpa e saneamento e da redução de desigualdades, sem que se tenham políticas públicas que busquem ampliar e tornar efetivo os serviços de saneamento para toda população, sobretudo para aqueles vulneráveis, como, por exemplo, as mulheres.

Palavras-chave: Saneamento básico. Gênero. Políticas públicas. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The present study sought to analyze how the insufficiency/non-existence of public sanitation policies in the municipalities of Pernambuco can be a factor that increases inequality between genders. It is known that throughout the historical and social context in which Brazilian society was built, women had to go through a very significant process of subjugation and inferiorization in relation to men. This process justifies the need to seek to achieve material equality between genders.

¹ UPE. E-mail: joseantonio.bisneto@upe.br

² UPE. E-mail: george.lando@upe.br



Given this, the problem established was: how can the insufficiency/non-existence of public basic sanitation policies in Pernambuco's municipalities increase inequality between genders? The general objective was to analyze how the insufficiency/non-existence of public basic sanitation policies in the municipalities of Pernambuco can increase inequality between genders. As for the methodology, the method used was inductive, through bibliographic and documentary research. Women are involved in carrying out domestic activities and these depend on an effective basic sanitation structure. However, non-existence/insufficiency affects women to a greater extent. Consequently, it is not possible to talk about Sustainable Development Goals, through the eradication of poverty, gender equality, the provision of clean water and sanitation services and the reduction of inequalities, without having public policies that seek to expand and make sanitation services effective for the entire population, especially for those vulnerable, such as women.

Keywords: Basic sanitation. Gender. Public policy. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

O conceito de saneamento básico e a sua efetividade enquanto política pública compreende um número indeterminado de fatores, os quais, em grande medida, estão atrelados aos direitos fundamentais garantidos constitucionalmente à pessoa humana (Cunha, 2011). Desse modo, a implementação do saneamento básico deve ser balizada pelo princípio da igualdade, previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

O saneamento básico também possui salvaguarda no âmbito internacional. As Nações Unidas reconheceram o acesso ao serviço de esgotamento sanitário e à água tratada como direitos humanos, o que faz com que a pauta mereça uma maior atenção na atuação e elaboração das políticas de Estado. Apesar desse reconhecimento, há uma desigualdade de gênero que permeia a implementação do saneamento básico e das políticas de desenvolvimento urbano, que impacta as mulheres de forma direta e atinge outros direitos, tais como: direito à saúde, à segurança, à moradia adequada e à alimentação (Freitas; Magnabosco, 2018).

A sociedade tem seu alicerce construído sobre os preceitos do patriarcado, tal fato implica em uma estrutura social marcada por uma desigualdade entre os gêneros. Nesse sentido, os trabalhos domésticos, desde muito cedo, são destinados à mulher sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho. Há, desse modo, uma sobrecarga das mulheres na divisão de tarefas e responsabilidades, pois há atribuições que são destinadas às mulheres, mas os homens estão “liberados” de executá-las, segundo os preceitos da própria sociedade (Biroli, 2018).

Ainda nesse sentido, Arruda e D'Angelo (2021) asseveram que a desigualdade resulta em uma sobrecarga laboral das mulheres, em que, mediante um processo de opressão



e dominação, são submetidas a jornadas de trabalho extenuantes, caracterizadas pelo acúmulo de funções. Desse modo, como consequência do cenário de desigualdade que tangencia a divisão de trabalho entre os gêneros, às mulheres é reservada a execução das atividades domésticas, as quais, em sua grande maioria, necessitam de uma estrutura de saneamento básico adequada. Além disso, não se pode olvidar, que a falta de saneamento implica também na potencialização do que se tem chamado de “pobreza menstrual” (Melo Bisneto, 2024).

Não obstante a Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (LDNSB) - Lei 11.445/2007 - constitua um marco regulatório importante no que tange à implementação do saneamento básico no Brasil (Brasil, 2007), o país está distante de garantir que o saneamento básico seja entregue a todas as pessoas de maneira igualitária e universal.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, apenas 87,9% da população brasileira possuía acesso à rede de distribuição de água e 66,3% possuíam acesso ao esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2019). Ao se fazer um recorte desses dados para a realidade do estado de Pernambuco, os números são ainda mais impactantes e denotam uma desigualdade exponencial entre os gêneros.

Para tanto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento básico nos municípios pernambucanos pode potencializar a desigualdade entre os gêneros?

Assim, a pesquisa se justifica, sobretudo, pelo novo marco regulatório do saneamento básico e pela Agenda 2030, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elencado pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no que tange aos Objetivos 1 (erradicação da pobreza), 5 (igualdade de gênero), 6 (água limpa e saneamento) e 10 (redução das desigualdades) (Brasil, 2016).

Logo, o objetivo geral é analisar de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento básico nos municípios pernambucanos pode potencializar a desigualdade entre os gêneros.

Mais especificamente, pretende-se: identificar os aspectos que estruturam o saneamento básico enquanto política de Estado; compreender como tem se dado o processo de implementação do saneamento básico do estado de Pernambuco e avaliar os índices de implementação do acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário adequado no estado de Pernambuco.



Nesse sentido, a discussão permeia os aspectos do saneamento básico sob o viés de gênero, através da compreensão de como a inexistência ou a insuficiência das políticas públicas de saneamento básico podem potencializar a desigualdade entre os gêneros, tomando como parâmetro a realidade dos municípios pernambucanos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se baseia no método indutivo, que, conforme lecionam Prodanov e Freitas (2013), auxilia o pesquisador na construção da generalização. Assim, partiu-se da perspectiva particular e foi-se para a perspectiva geral acerca do assunto objeto de estudo.

O tipo de abordagem utilizado foi a abordagem qualitativa que, de acordo com o entendimento de Prodanov e Freitas (2013, p. 70), é aquela em que “[...] há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em números”.

No que diz respeito à técnica de pesquisa, foi utilizada a pesquisa de natureza bibliográfica, que diz respeito à construção de um novo olhar sobre o que já se estava escrito e publicado, permitindo que se tenha um olhar transversal de um determinado tema já abordado em outros escritos (Marconi; Lakatos, 2013). Assim sendo, foram analisados artigos científicos e bibliografias especializadas no sentido de corroborarem com o desenvolvimento da presente pesquisa.

O presente estudo ainda se utilizou da pesquisa de natureza exploratória, que, nos dizeres de Prodanov e Freitas (2013), deve ser utilizada para proporcionar uma maior familiaridade com o tema explorado. Quanto à técnica de coleta de dados, utilizou-se da pesquisa documental. Marconi e Lakatos (2013, p. 157), observam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não [...] Estas podem ser feitas no momento que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.”

Além disso, foi utilizada a revisão de literatura para fundamentar, a partir da análise da literatura especializada, o desenvolvimento do trabalho. A revisão da literatura é fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho, a qual permite a contextualização da problemática, diante da imensidão do universo de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção serão apresentados os resultados e as discussões acerca da problemática levantada, especialmente no que tange aos aspectos relacionados à estrutura do saneamento básico na realidade brasileira e à desigualdade de gênero.

A implementação das políticas de saneamento básico a partir das lentes de gênero

“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” (Silva Federici)

O saneamento básico pode ser compreendido como o “controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos deletérios sobre seu estado de bem-estar físico, mental ou social” (Who, 2017). A LDNSB pontua que o saneamento básico compreende os seguintes aspectos: o abastecimento de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, o manejo de resíduos sólidos, o manejo de águas pluviais e o controle de pragas, preocupando-se mais com a questão do acesso ao serviço (Brasil, 2007).

É importante dizer que o saneamento básico constitui uma questão de direito fundamental e de dignidade humana, que deve ser garantido a todas as pessoas (Heller, 2022). Por sua vez, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no âmbito da jurisdição internacional, reconheceu a importância do acesso ao saneamento básico adequado e o inseriu no campo dos direitos humanos (Borges; Miranda Neto, 2023). A Agenda 2030, nessa mesma perspectiva, elencou em seu ODS 6 o acesso à água limpa e ao saneamento sustentável com um dos objetivos a serem alcançados pelo Brasil até o ano de 2030 (Brasil, 2016).

Não obstante a existência de normativas que considerem a importância de uma implementação adequada do saneamento, o Brasil ainda possui uma realidade precária, com dados sensíveis nesse aspecto. Apesar de essa inexistência ou insuficiência de saneamento básico impactar a vida de todas as pessoas, diante da estrutura social que compreende a história das mulheres, são elas as mais impactadas. A divisão sexual do trabalho, que destina aos homens os trabalhos intelectuais e às mulheres os trabalhos domésticos (invisibilizados e não remunerados), surge como um marcador importante dessa desigualdade (Biroli, 2018), que distancia o país da efetivação de uma igualdade material de gênero.

Apesar do feminismo ter conseguido que as mulheres ocupem os postos de trabalho, elas ainda são atravessadas pelo trabalho doméstico - silenciado, invisibilizado e não remunerado - tal situação se dá pelo fato delas ainda não terem conseguido uma plena



emancipação desse encargo. Diante disso, há um acúmulo na execução das tarefas laborais (remuneradas) e domésticas (não remuneradas), resultando em uma sobrecarga para as mulheres (Oliveira; Santos; Melo Bisneto; D'Angelo, 2022). É importante pontuar que essa sobrecarga, através do acúmulo de funções laborais, pode resultar em um adoecimento físico e psíquico decorrente da dinâmica desempenhada por essas mulheres (D'Angelo; Lando, 2020).

Além desse processo de desigualdade experienciado pelas mulheres, que a depender de fatores de raça, classe e orientação sexual, pode ser ainda mais cruel (Biroli, 2018), a inexistência ou insuficiência de uma rede de saneamento básico adequada se mostra como outra faceta que atravessa esse processo de desigualdade a que as mulheres são submetidas. De acordo com Vitor, Lando e D'Angelo (2023, p. 3), “a população mais atingida pelas consequências da falta de saneamento são mulheres que vivem em condição de pobreza, sendo, na sua maioria, afrodescendentes, as populações rurais e as pessoas que vivem em assentamentos informais.”

Acerca dessa realidade, Borges e Miranda Neto (2023) trazem dados preocupantes, eles apontam, de acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE e pela BBK, que apenas 87,9% da população brasileira tem acesso ao abastecimento de água potável. Em relação às meninas e mulheres, esse número cai para 77,2%.

No que diz respeito à rede de esgoto, tem-se que apenas 66,3% da população tem acesso. Em relação ao acesso de meninas e mulheres a esse serviço, o percentual é de 61,8%. Ainda nesse sentido, os autores chamam atenção para que, a depender da região e de fatores como raça e classe social, os indicadores podem ser ainda mais baixos (Borges; Miranda Neto, 2023).

Essa é uma cruel realidade a que meninas e mulheres são expostas, acerca disso França e Nascimento (2019) pontuam:

Nesse contexto, destaca-se que as mulheres são as mais impactadas num cenário de ausência ou precariedade de soluções sanitárias, considerando que seu papel ocorre de maneira multifacetada: nas práticas de reprodução da vida social no espaço doméstico e também no espaço público (como pescadoras, agriculturas etc). Elas colaboram no sustento familiar e de sua comunidade, sendo que nas atividades relacionadas ao saneamento na esfera domiciliar, costumam ser responsáveis pela coleta da água, sua gestão e proteção. Logo, observa-se a importância de se contemplar as relações de gênero nas políticas públicas de saneamento, face à relevância da função da mulher na conservação dos recursos ambientais e da necessidade de avanços para tornar as políticas públicas mais



sustentáveis (França; Nascimento, 2019, p. 1).

Diante disso, depreende-se que há uma inexistência/insuficiência de políticas públicas de saneamento básico que atendam às necessidades das mulheres, visando minorar os efeitos que a desigualdade social lhes causa e implementar condições dignas na execução das atividades laborais. Assim, é de se dizer que “a não efetivação adequada dessa política potencializa as vulnerabilidades que atravessam a categoria do gênero feminino” (Melo Bisneto, 2024, p. 22).

Ante esse papel de cuidado legado às mulheres, Vitor, Lando e D’Angelo (2023) chamam atenção para outro aspecto, posto que a inexistência/insuficiência de políticas de saneamento básico também está relacionada com questões voltadas ao direito à saúde, em que muitas pessoas adoecem diante da precariedade na oferta desses serviços. Assim, por estarem inseridas na atividade de cuidado, são as mulheres que terão a incumbência de, também, cuidarem das pessoas que adoecem por motivos relacionados à baixa qualidade dos serviços.

Outro atravessamento que pode ser destacado pela precarização dos serviços de saneamento básico é a pobreza menstrual. Apesar de ser uma problemática multidimensional (Unicef, 2021) e atingir outros corpos como os homens trans, as pessoas não-binárias e as intersexo (Jesus; Pires; Ioti, 2022), as mulheres são fortemente afetadas por essa mazela que tem repercussões significativas na sua dignidade.

Carcará, Silva e Moita Neto (2019), com fundamento na metodologia civil-constitucional, asseveram que a oferta dos serviços de saneamento básico está atrelada com a garantia do mínimo existencial e, por consequência, com a materialização e efetivação dos direitos humanos. A não implementação das políticas de saneamento representa, de tal maneira, uma violação de tal garantia.

Em busca de garantir uma distribuição equitativa no concernente à implementação de políticas de saneamento, a partir de uma perspectiva universal, foi sancionada, no ano de 2020, a Lei 14.026/2020, a qual passou a ser conhecida como o “Novo Marco Legal do Saneamento Básico”. A referida lei preleciona que até o ano de 2033, o saneamento deve ser implementado de forma universal no Brasil (Vitor, 2023).

A estrutura do saneamento básico na realidade do estado de Pernambuco

Sobre essa realidade, Milaré e Milaré (2020) pontuam que, do ponto de vista normativo, há uma timidez significativa do Brasil no que concerne a produção legislativa de regulamentação e implementação do saneamento básico no país. Muito embora constitua uma matéria de caráter civilizatório, foi apenas no de 2007 que o país, através da Lei n. 11.445/2007, regulamentou a temática do saneamento básico.

Com o Novo Marco Legal do Saneamento, espera-se que haja, de fato, uma



distribuição equânime das políticas de saneamento básico, as quais sejam capazes de equalizar os abismos existentes entre os gêneros. É de se dizer que, apesar de o ano de 2033 – prazo estipulado pela legislação para a universalização do saneamento básico no Brasil – parecer uma realidade distante, esse processo de universalização do saneamento se mostra como um desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos (Melo Bisneto, 2023).

Os números apontam que, nos municípios com mais de 100 (cem mil) habitantes, há uma distância significativa no que tange à implementação adequada do saneamento. Tem-se, portanto, que 6% dos municípios estão rumo à universalização do saneamento; 18% dos municípios estão em compromisso com a universalização e 76% dos municípios estão nos primeiros passos para a universalização (França; Nascimento, 2019).

Muito embora o Novo Marco Legal do Saneamento represente uma atualização importante, não se pode olvidar que foi a Lei 11.445/2007 que inaugurou, no âmbito legislativo e político-administrativo do Estado, a estruturação acerca da implementação das políticas públicas de saneamento, através da repartição de competências de execução das políticas públicas no âmbito dos entes nacional, estadual e municipal (Melo Bisneto, 2023).

No que diz respeito à competência estadual, objeto do presente estudo, Carcará, Silva e Moita Neto (2019, p. 493) apontam que aos estados, por sua vez, restou “[...] o estabelecimento de políticas estaduais e os serviços e a regulação, quando delegados pelos municípios”. Apesar dessa atribuição destinada aos estados, são os municípios os principais responsáveis pela implementação da estrutura e das políticas de saneamento básico no contexto brasileiro (Tavares; Cavalcanti, 2018).

Acerca disso, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, *caput*, dispõe o seguinte: “É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:” (Brasil, 1988). Mais adiante, no inciso IX, o diploma constitucional prevê que dentre essa competência comum aludida no *caput* está “promover programa de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1988).

Assim, no estado de Pernambuco, por exemplo, a gestão da água tratada e da rede de esgoto da maioria dos municípios é direcionada à Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Sobre a COMPESA, Vitor (2023) preleciona que foi criada em 29 de julho de 1971, e tem por atribuição a execução da política governamental de



abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado.

Miranda (2014) assevera que o estado de Pernambuco possui 185 municípios e 1 Distrito Estadual (Fernando de Noronha), dentre esses municípios a COMPESA atende a 173 municípios, incluindo o Distrito de Fernando de Noronha. Em relatório divulgado no ano de 2023 pela própria COMPESA (2023), tem-se que o número de municípios atendidos pela companhia continua o mesmo apontado por Miranda (2014).

Acerca disso, Tavares e Cavalcanti (2023) reforçam o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei 11.445/2007 quanto à autonomia e responsabilidade dos municípios na gestão e regularização dos serviços de saneamento. Desse modo, os municípios podem contratar empresas para a prestação desses serviços. Assim como exposto, no caso da maioria dos municípios a prestação desses serviços é atribuída à COMPESA.

Não obstante, em recente estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), foi possível identificar que apenas 40 municípios do estado de Pernambuco possuem plano municipal de saneamento (G1, 2023). Essa realidade distancia o estado de atingir o preceito de universalização do saneamento disposto do “Novo Marco Legal do Saneamento” e de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 1 (erradicação da pobreza), o Objetivo 5 (igualdade de gênero), o Objetivo 6 (água limpa e saneamento) e o Objetivo 10 (redução das desigualdades) (Brasil, 2016).

O saneamento básico em Pernambuco ante o processo de universalização

Conforme explanado, apesar de existir legislações voltadas à implementação do saneamento básico, a realidade brasileira é marcada por dados que denotam uma precarização desses serviços, ante à inexistência/insuficiência. Tavares e Cavalcanti (2023, p. 4), prelecionam que “no Brasil, apesar dos avanços significativos em investimentos e em políticas públicas de saneamento, ainda são muitos os desafios e problemas a serem resolvidos.”

A realidade do estado de Pernambuco, objeto do presente trabalho, não se encontra distante do que é vivenciado pelos outros estados do Brasil no que diz respeito às políticas de saneamento. Em relatório integrado, a COMPESA detalha que o número de pessoas atendidas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende o importe de 7,8 milhões de pessoas (Compesa, 2023).



No entanto, consoante o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), no ano de 2021, 16,4% da população de Pernambuco não possuía acesso à água tratada, ao passo que 69,2% não possuía acesso à rede de esgoto (Brasil, 2021). Ademais, há uma perda no processo de distribuição de água no percentual de 46% (Brasil, 2023).

O relatório apresentado pelo TCE de Pernambuco traz dados importantes sobre a realidade do saneamento no estado de Pernambuco, como, por exemplo, no que refere ao índice de coleta de esgoto (IN015) nas mesorregiões e microrregiões (TCEPE, 2023). Os dados apresentados no mencionado relatório, denotam uma distância de algumas mesorregiões/microrregiões de alcançarem a universalização do saneamento, proposta pelo Novo Marco Legal. Contudo, é importante destacar que, apesar de o relatório ter sido apresentado em 2023, os dados foram colhidos do ano de 2021.

No que concerne à universalização, a COMPESA, por sua vez, trouxe em seu relatório que:

Em 2022, a Compesa recebeu o ateste de viabilidade econômica, para atendimento à Lei 14.026/2020. No novo modelo de prestação do serviço, validado pela ARPE por meio de contratos firmados com as Microrregiões RMR-Pajeú e Sertão, a Compesa revisou seus contratos de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios, garantindo mais saúde, cidadania e qualidade de vida para os pernambucanos e assumindo o compromisso público de atender, até 2033, 99% da população pernambucana com abastecimento de água e 90% com serviços de esgotamento sanitário (Compesa, 2023).

É importante pontuar que é preciso que os municípios se proponham a diminuir a realidade abissal que atravessa a população, no sentido da precarização da oferta de políticas públicas de saneamento básico. A insuficiência ou inexistência dos serviços que compreendem a estrutura do saneamento básico, representam violações aos direitos essenciais e intensificam as vulnerabilidades, sobretudo de gênero.

Apesar de os números apontarem uma de extrema desigualdade e uma precarização no desenvolvimento do saneamento básico nos municípios do estado de Pernambuco, a atitude da COMPESA em procurar estabelecer um atendimento pleno dos serviços e políticas de saneamento se mostra como legítima, uma vez que, recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) levantou que 93% dos municípios de Pernambuco são atendidos pelos serviços da COMPESA (Brasil, 2023).

A realidade, denotada através dos números, revela uma precarização bastante



significativa no que se refere a uma estrutura de saneamento básico adequada no estado de Pernambuco. O Estado, ao não ofertar um sistema adequado de serviços de saneamento básico, reforça os padrões de violência estrutural a que as mulheres são impostas, não garantindo que essas mulheres possam desenvolver as atividades básicas de higiene pessoal e atividades domésticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de saneamento básico desempenham um papel de relevância na sociedade, no sentido da consecução de um leque de direitos essenciais à pessoa humana, como, por exemplo: o direito à saúde e os direitos humanos. Diante desse papel desempenhado pelo saneamento básico, é importante que as políticas públicas sejam estruturadas a partir de uma macrovisão, considerando as desigualdades e vulnerabilidades que tangenciam os sujeitos a que se destinam essas políticas, bem como o conjunto de direitos assegurados por meio de uma estrutura adequada e suficiente.

A desigualdade material de gênero, por exemplo, é uma mácula que faz parte da própria estrutura social, permeando, desse modo, a efetivação das políticas de Estado, ante a inviabilização e silenciamento das pautas pertinentes às mulheres. Como via de consequência, essa desigualdade resvala na consecução e estruturação das políticas públicas de saneamento, que, quando existentes, são insuficientes, por não individualizarem os sujeitos através de suas necessidades e vulnerabilidades.

A problemática que norteou o presente estudo foi: de que modo a insuficiência/inexistência de políticas públicas de saneamento básico nos municípios pernambucanos pode potencializar a desigualdade entre os gêneros? A resposta para a indagação proposta foi construída no decorrer do trabalho, onde se observou que, a partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres ficam com o encargo dos afazeres domésticos, ao passo que os homens ficam com o desenvolvimento de trabalhos de cunho intelectual.

Em razão de as mulheres estarem inseridas na execução das atividades domésticas e estas, majoritariamente, dependerem de uma estrutura efetiva de saneamento básico, a sua inexistência/insuficiência, irá atingir as mulheres em uma maior intensidade. Os cuidados pessoais dessas mulheres, especialmente no que diz respeito à higiene menstrual, também se mostram prejudicados pela inexistência/insuficiência de uma estrutura adequada.

Como forma de recorte metodológico, optou-se por trabalhar com a realidade dos



municípios de Pernambuco, a partir dos dados levantados em plataformas oficiais, a exemplo do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os achados denotam que o saneamento básico nos municípios de Pernambuco ainda é bastante distante do que a legislação preconiza, especialmente no aspecto da universalização.

Não é possível se falar em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através da erradicação da pobreza, da igualdade entre os gêneros, do fornecimento de serviços de água limpa e saneamento e da redução de desigualdades, sem que se tenham políticas públicas que busquem ampliar e tornar efetivo os serviços de saneamento para toda população, sobretudo para aqueles vulneráveis, como, por exemplo, as mulheres.

Portanto, ante a perspectiva de universalização apresentada pela legislação, através do Novo Marco Legal do Saneamento, é preciso que se busque a elaboração de políticas públicas que ofertem serviços adequados e efetivos no aspecto da estrutura de saneamento básico, através da compreensão de uma igualdade material entre os sujeitos a que se destinam. É preciso que os serviços já existentes sejam aprimorados e os serviços inexistentes sejam implementados com celeridade pelo Estado.

REFERÊNCIAS

APENAS uma em cada cinco cidades pernambucanas tem plano municipal de saneamento.

G1. 12 set. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/09/12/apenas-um-em-cada-cinco-municipios-pernambucanos-tem-plano-municipal-de-saneamento-diz-tce.ghtml>. (último acesso em 16/12/2023).

ARRUDA, Maria Júlia Cabral de Vasconcelos; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. A enésima jornada - as intersecções do teletrabalho, do movimento feminista e dos direitos humanos: uma análise das relações de dominação em tempos de Covid-19. **Anais da Semana Universitária. II Colóquio Internacional Brasil França e II Mostra Científica Online - UPE: Direitos Humanos em pauta. Anais...Recife (PE) UPE, 2021.** Disponível em <https://www.even3.com.br/anais/IIColoquioBrasilFrancaeIIMostra/455411-AENESIMA-JORNADA---AS-INTERSECCOES-DO-TELETRABALHO-DOMOVIMENTO->



FEMINISTA-E-DOS-DIREITOS-HUMANOS---UMA-ANALISE-. (último acesso em 08/12/2023).

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Marina Faloni Machado Rodrigues; MIRANDA NETO, Samuel Rodrigues. O direito humano ao saneamento básico, desigualdades de gênero e as normas de referência da ANA. **Revista de Direito Social e Regulatório**, v. 9, nº 1, p. 476-493, maio de 2023. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/44493>. (último acesso em 01/06/2023).

BRASIL. **BNDES e Governo Estadual iniciam processo para ampliar rede de saneamento básico em Pernambuco**. 3 mai. 2023. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-e-governo-estadual-iniciam-processo-para-ampliar-rede-de-saneamento-basico-em-pernambuco#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Sistema,%C3%A9%20de%20cerca%20de%2046%25>. (último acesso em 16/12/2023).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. (último acesso em 17/06/2023).

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. (último acesso em 09/12/2023).

BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2021. **SNIS**. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel>. (último acesso em 09/04/2023).

BRASIL. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2016. Disponível em www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. (último acesso em 02/09/2023).



CARCARÁ, Maria do Socorro Monteiro; SILVA, Elaine Aparecida da; MOITA NETO, José Machado. Saneamento básico como dignidade humana: entre o mínimo existencial e a reserva do possível. **Eng. Sanit Ambient**, v. 24 n.3, maio/jun. 2019, p. 493-500. Disponível em <https://www.scielo.br/j/esa/a/6jszjffmQtkmPhmpzWvKF5t/?format=pdf&lang=pt>. (último acesso em 01/06/2023).

COMPESA. **Relatório integrado de administração e sustentabilidade**. Recife, 2023. Disponível em <https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Integrado-2023.pdf>. Acesso em 16 dez. 2023.

CUNHA, Alexandre dos Santos. Saneamento básico no Brasil: desenho institucional e desafios federativos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1338/1/TD_1565.pdf (último acesso em 01/06/2023).

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes; LANDO, George André. As mulheres e a Covid-19. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 224, 2020, p. 108-118.

FRANÇA, Samara Avelino de Souza; NASCIMENTO, Durbens Martins. Relação de gênero-saneamento e seus reflexos na vida e na saúde da mulher brasileira. **Anais do VIII Congresso de Educação em Saúde Amazônia (COESA)**. Universidade Federal do Pará - 09 a 12 de dezembro de 2019. Disponível em <https://www.coesa.ufpa.br/arquivos/2019/expandido/pesquisa/saudepublica/PES069.pdf>. (último acesso em 07/06/2023).

FREITAS, Fernando Garcia de.; MAGNABOSCO, Ana Lelia. O saneamento e a vida da mulher brasileira. Brk ambiental ex ante consultoria econômica. **BKR Ambiental**, 2018.

HELLER, Léo. **Os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada**. 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=resultados/>. (último acesso em 16/05/2023).

JESUS, Jaqueline Gomes de; PIRES, Luanda; IOTTI, Paulo. Sobre o direito à saúde das pessoas que menstruam. Um diálogo com Djamila Ribeiro. **Migalhas**. 7 dez. 2022. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/378219/sobre-o-direito-a-saude-das->



pessoas-que-menstruam. (último acesso em 08/04/2023).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO BISNETO, José Antônio de. **As políticas de saúde e saneamento sob as lentes de gênero: a pobreza menstrual das mulheres de baixa renda em Arcoverde (PE) e as suas relações com os Direitos Humanos e o desenvolvimento socioambiental**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Pernambuco. Garanhuns, 2024.

MILARÉ, Édís; MILARÉ, Lucas Tamer. O marco regulatório do saneamento ambiental. **Migalhas**. 29 set. 2020. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/334063/o-marco-regulatorio-do-saneamento-ambiental>. (último acesso em 31/05/2023).

MIRANDA, Georgia Cavalcanti Alves de. **Saneamento básico na cidade do Recife: entre a idealidade do planejamento e a realidade da execução**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

OLIVEIRA, Yohana Veras de; SANTOS, Willyane da Silva Ferreira dos; MELO BISNETO, José Antônio de e D'Angelo. Isabele Bandeira de Moraes. Feminismo, maternidade e saúde mental das mulheres: compreensões a partir da realidade social. **Revista foco**, 15(7), e612. Disponível em <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v15n7-007>. (último acesso em 13/12/ 2023).

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Nova Hamburgo: Fee Vale, 2013.

TAVARES, Harley; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. **Saneamento básico: considerações sobre as limitações e problemas encontrados no município de Jaboatão dos Guararapes**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Instituto Federal da Paraíba (IFPB). João Pessoa, 2018.

TCEPE. **Painel Saneamento Água/Esgoto**. 2023. Disponível em https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/f01982c2-6e21-40cc-9101-c9c616945663/page/p_90qwrh96c?s=IOU7wvYJrq8. (último acesso em 16/12/2023).

UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. mai. 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. (último acesso em 13/08/2021).

VITOR, Gabriel Alves; LANDO, George André; MORAES D'ANGELO, Isabele Bandeira



de. Relação Gênero, Saneamento e os Impactos Causados na Vida e Saúde de Mulheres em um Município do Interior de Pernambuco. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 318, 2023.

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Progress on household drinking water, sanitation and hygiene 2000-2017: Special focus on inequalities.** Disponível em https://www.who.int/water_sanitation_health/publications/jmp-report-2019/en/. (último acesso em 10/05/2020).



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6065>

INTERSECCIONALIZANDO EXPERIÊNCIAS DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA DA FRENTE POPULAR DE MULHERES CONTRA O FEMINICÍDIO

*Intersectionalizing experiences of oppression and resistance of the popular front of women
against femicide*

Ana Vitória de Sousa Silva¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

RESUMO

Este estudo é uma forma de viabilizar e dar centralidade às mulheres negras que militam no interior da Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio, pois há uma ampla relevância social do relato das integrantes deste movimento para a produção de conhecimento na ciência, principalmente em relação à temática do feminicídio, um assassinato misógino que atinge majoritariamente mulheres negras, uma realidade que necessita de uma atenção interseccional das políticas públicas. Assim, a pesquisa teve como finalidade, contribuir para a visibilidade de mulheres negras militantes de uma causa social extremamente importante que é a violência extrema de gênero.

Palavras-chave: violência misógina, feminismo negro, interseccionalidade

ABSTRACT

This study is a way to enable and give centrality to black women who militate within the Popular Front of Women Against Femicide, as there is a broad social relevance of the report of the members of this movement for the production of knowledge in science, especially in relation to the theme of femicide, a misogynistic murder that affects mostly black women, a reality that needs intersectional attention from public policies. Thus, the research aimed to contribute to the visibility of black women militants of an extremely important social cause that is extreme gender violence.

Keywords: misogynistic violence, black feminism, intersectionality

¹ Doutoranda em Políticas públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Políticas públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharela em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: anavi300@outlook.com.

² Doutora em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz. Pesquisadora em saúde pública. Coordenadora adjunta da Fiocruz Piauí. Docente permanente do programa de pós-graduação em Políticas públicas da Universidade Federal do Piauí. Líder do Diretório de Pesquisa Saúde, Interseccionalidade e Direitos Humanos. Coordenadora do grupo de Raça, Gênero e LGBTQ+. E-mail: negraelaine@gmail.com



INTRODUÇÃO

Para dar início é preciso reiterar que a árdua caminhada das intelectuais negras na construção de suas teorias tem sido um percurso de resistência ou (re)existência diante de todas as opressões estruturais que insistem em promover o epistemicídio deste grupo, levando em conta que as mulheres negras não são tidas como inteligentes e capazes, pois são vistas como inferiores e sem credibilidade, o que as tornam imperceptíveis diante dos olhares brancos da colonialidade, esta é a realidade de ser uma pesquisadora negra no Brasil, pois a potência de fala e de escrita muitas vezes se perde, desse modo, seguir em contra hegemonia aos padrões eurocêtricos faz parte do enfrentamento, é uma luta que se faz presente diante “da violência em todas as suas formas, violência responsável pela subordinação e pela invisibilidade das mulheres no decorrer da história” (Araújo, 2019, p. 10).

Portanto, esta escrita em questão, constitui parte dos achados da pesquisa realizada durante o mestrado em foi feita a discussão dos movimentos sociais, especificamente de um movimento feminista piauiense engajado no enfrentamento à violência extrema de gênero. A razão de desenvolver este estudo é voltada para a relevância de trazer para o meio acadêmico no âmbito da pesquisa científica, o protagonismo do feminismo negro das mulheres negras militantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, que possuem como causa política de atuação, o feminicídio, fenômeno que constitui uma expressão da questão social que necessita de um olhar das políticas públicas.

Logo, pensar a visibilidade do ativismo territorial destas militantes no âmbito social é também resgatar a ancestralidade histórica das mulheres negras que realizaram uma resistência ao escravismo durante o colonialismo no Brasil, tendo em vista que os movimentos organizados naquela época auxiliaram na preservação dos grupos e das comunidades na diáspora. Desse modo, a Frente representa um símbolo de resistência pela liberdade da vida das mulheres, porque o feminicídio nada mais é do que um mecanismo de extermínio, assim, fazer ciência através deste debate é antes de tudo realizar um deslocamento da margem para o centro, evidenciando as trajetórias das integrantes que fizeram do luto um meio de luta.

Para tanto, é preciso questionar: qual tipo de método a ser aplicado? Quais



instrumentos devem ser utilizados para que possam ser alcançados os resultados do problema que o estudo busca responder? Os procedimentos metodológicos selecionados vislumbram os objetivos que foram estabelecidos na proposta de investigação? A abordagem utilizada para a coleta de dados demonstra respeito e empatia às pessoas participantes?

Logo, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, que, segundo Gil (2008, p. 109), esta modalidade é “uma forma de interação social, [...] uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. É relevante também ser ressaltada a questão ética na pesquisa, neste sentido, anteriormente ao processo de ida ao campo, foi elaborado o projeto detalhado sobre as etapas da coleta e o mesmo foi submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí, para que fossem atendidas as normas e as regulamentações do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, reiterando inclusive que foi respeitado o consentimento das participantes, sendo entregue a cada uma o documento, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para a assinatura em concordância, de acordo com as diretrizes das resoluções de nº 466/2012 e de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata sobre a questão da pesquisa envolvendo seres humanos. Posteriormente, durante o processo de apreciação, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o parecer de número (5. 705. 976).

Assim, esta pesquisa de abordagem qualitativa, teve como proposta trazer a relevância das experiências sociais de atuação da Frente, o que pressupõe a perspectiva de trabalhar com a coletividade dialogando com o estudo em questão, levando em conta que este está direcionado para as mulheres do movimento social feminista Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, corroborando Martinelli (1994, p. 15), afirma que “no que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever [...], buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos”.

Desse modo, o foco investigativo teve como objetivos: a) compreender o contexto de como se iniciou o movimento feminista Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio; b) analisar o que levou estas mulheres integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio a estarem unidas pela causa do feminicídio neste coletivo feminista e c) identificar o significado atribuído pelas mulheres da Frente Popular de



Mulheres Contra o Feminicídio em fazerem parte de um movimento feminista que atua no enfrentamento a uma violência misógina e racializada.

IDENTIDADE E MILITÂNCIA: QUEM SÃO AS MILITANTES DA FRENTE?

Entende-se que conhecer a realidade dos movimentos sociais, aqui no caso, de um movimento feminista e sua relevância como um propulsor para a criação de políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio, representa um passo para a construção de uma nova realidade de vida para a população feminina e suas comunidades, pois todo processo de organização coletiva de mulheres negras traz nas mobilizações políticas, a insurgência aos paradigmas conservadores, que promovem o racismo e a misoginia (Collins, 2019). Desse modo, foi objetivado compreender por meio da narrativa das entrevistadas, como se deu o processo de formação da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, o que levou à união desta Frente e qual a importância que isso representa para elas enquanto militantes feministas, no decorrer das análises foram visualizados os atravessamentos dos eixos estruturais de opressão que operam nas vivências de atuação das integrantes, tendo em vista que a sociedade brasileira é fundamentada por bases racistas, sexistas, favorecendo padrões hegemônicos.

A autora Patricia Hill Collins (2019), em *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, traz que a ausência de reconhecimento da luta das mulheres negras durante a escravidão promoveu a ideia falaciosa de que este grupo aceitou passivamente as cruéis opressões deste período e ao contrário do que é contado pela história, houve muita resistência, não só nesta época remota, mas também na atualidade, mesmo que seus enfrentamentos não sejam tidos como ações políticas de relevância para a sociedade.

Logo, esta seção irá apresentar exemplos das trajetórias de militantes negras que resistem às correntes devastadoras do feminicídio, estas que são responsáveis por aprisionar e sentenciar mulheres à morte. Desse modo, por uma questão ética, entende-se que é relevante dar visibilidade para o grupo pesquisado, a fim de destacar neste estudo quem são as integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio que realizam intervenções de luta pela vida. Assim, será apresentado de forma breve, o perfil das entrevistadas e suas histórias de ativismo e inserção na Frente Popular de Mulheres Contra



o Feminicídio. É importante frisar também que a seção seguinte irá usar pseudônimos com o objetivo de preservar a identidade das participantes.

CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus é exemplo de resistência às opressões interseccionadas e na sua luta diária trabalhando como catadora, enfrentou as dificuldades impostas pelos eixos nefastos do sistema. Logo, a mesma utilizou-se de meios para burlar a conjuntura de vida que é destinada às mulheres negras, pobres e periféricas, pois apenas com um caderno e um lápis Carolina registrava diariamente a realidade da sua comunidade, expondo o que a elite branca queria esconder ou melhor, “derrubar”, porque de acordo com o relato da autora em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a favela do Canindé onde ela morava estava com os dias contados e seria derrubada para dar início às obras de modernização da cidade, ou seja, em meio a este contexto Carolina resolveu não se calar, ainda que o racismo, o machismo e a desigualdade social estivessem fortemente presentes na tentativa de promover a invisibilidade e o silenciamento (Jesus, 2014).

Assim, com o ousado objetivo de mostrar à sociedade brasileira como é estar situada em um quarto de despejo onde são jogados os lixos, Carolina escrevia. E em meio a este processo, é colocado em seu livro que certa vez um senhor leu os seus escritos e disse a ela que apesar da sagacidade de perceber o que estava ocorrendo a sua volta e de querer publicar os fatos, era uma pena que ela fosse preta, o que tornaria impossível este propósito, pois a cor da pele de Carolina era um obstáculo para a divulgação do seu trabalho em decorrência do racismo (Jesus, 2014).

No período da pesquisa, Carolina Maria de Jesus, mulher negra cis, estava com 54 anos de idade, profissionalmente trabalha como professora e é mestra em educação, ela afirma que na sua vivência de militância teve uma experiência muito positiva que foi adentrar na área da gestão. Segundo ela, estar presente em um espaço de tomada de decisão foi muito importante, pois estar junto de um organismo que trata da defesa das mulheres lhe proporcionou ter uma associação com as delegacias, ter contato com as vítimas de violência, com as que estavam na casa abrigo, ou seja, estar próxima dos serviços que atuam e que acionam o poder público proporcionou para a entrevistada um olhar integrado com as políticas públicas.



Por outro lado, ela afirma que as dificuldades de efetivação dos serviços constituem um grande empecilho, “você tem vontade de fazer, você quer fazer, mas não tem como fazer, porque [...] passa pela questão de orçamento, o estado é muito burocrático, então assim o que você pretende fazer pra solucionar determinada questão você passa por uma enorme burocracia” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Pois:

Você não pode usar o seu espaço pra ajudar outras mulheres naquilo que você achava que era simples, tipo, “eu tô precisando só de um carro que venha me pegar aqui porque meu companheiro tá me espancando” e você não tem esse carro pra ajudar aquela mulher a chegar até uma delegacia, que é o mínimo, porque o carro não tem combustível, porque demorou chegar a licitação para o combustível, são coisas mínimas, então assim você pensa que vai poder ajudar mais mulheres, mas não pode, não tem como (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Diante do relato da entrevistada, fica nítida a complexidade das ações de enfrentamento, ademais, de acordo com Carolina Maria de Jesus, o impasse é maior, pois ela enquanto mulher negra não possui credibilidade no seu próprio local de trabalho, logo:

Quando você é uma mulher negra, que você vai falar sobre essa problemática, as vezes você não é ouvida, você não é ouvida pelo prefeito, você não é atendida pelo secretário, então de uma certa forma não há um respeito e nem uma credibilidade das próprias pessoas que trabalham com você, porque assim, você é a gestora e aí as pessoas ficam: “uma mulher negra sendo a minha chefe? É uma mulher negra que vem discutir de igual pra igual com o secretário? De igual pra igual com o prefeito?” então você vai sofrer isso quando faz algo, quando vai lá argumenta e tal e aquilo não tem resposta e isso né, é o silenciamento, que é a causa do racismo, aí é onde você percebe onde está o racismo (Carolina Maria De Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

De acordo com o relato de Carolina Maria de Jesus, o racismo é uma violência que engessou suas ações dentro deste espaço, até porque quando uma mulher negra ocupa um lugar de poder isso gera muito incômodo, assim, por mais que seja de muita relevância ter alguém na gestão que represente grupos que foram historicamente minorizados, é muito difícil que haja o respeito em relação a essa autoridade, pois a branquitude quer a população negra, sobretudo as mulheres negras, para servir e não para estar à frente, no comando. O que foi colocado por Carolina Maria de Jesus é a mais forte expressão da revolta, pois a



opressão racista é uma barreira à efetivação das políticas públicas.

DANDARA

Segundo a autora Silva (2020), em *De África, Nzinga; da Diáspora, Dandara: cosmopercepção descolonizando o corpo negro*, Dandara foi uma guerreira negra que atuou contra a escravidão no Brasil durante o período colonial, tendo em vista que tomou a frente na condução dos quilombos no confronto com a violência que era perpetrada pelos senhores brancos. Hoje, Dandara é símbolo de liderança e de resistência ancestral potente, pois sua história impulsiona a luta antirracista e antissexista na diáspora (Silva, 2020).

Dandara, mulher negra cis, no período da entrevista estava com 59 anos de idade, é formada em História e Direito e possui especialização em Direitos Humanos, trabalha profissionalmente como servidora pública na Justiça Federal. Antes de iniciar sua atuação na Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, ela pontua que desde sempre esteve presente em movimentos sindicais e na luta por moradia, a mesma afirma que a sua militância passa pelo mundo do trabalho, ademais ela coloca que ajudou a criar e a organizar sindicatos nos judiciários estadual e federal.

Quando perguntada sobre a fundação da Frente, Dandara coloca que foi uma das pessoas que desde o primeiro momento pensou a organização deste movimento em meio às circunstâncias de várias mortes na capital do Piauí, pois muitas mulheres foram assassinadas de forma simultânea naquele período. Nas próprias palavras da entrevistada ela coloca “várias mulheres eu entre elas, fizemos uma manifestação em frente ao Karnak e a partir daí a gente continuou manifestando e posteriormente nos organizamos e criamos né a Frente Popular de Mulheres” (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022).

Ao dar este relato, a mesma afirma que é identificada como uma liderança, contudo, Dandara coloca que dentro da Frente há um grupo organizativo em que são discutidas pautas importantes para o movimento, logo, tudo é feito de forma coletiva e não necessariamente existe uma hierarquia, “nós somos líderes, nos consideramos né, mas a gente quer que seja maior, queremos muitas líderes lá” (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022). Neste depoimento, Dandara enfatiza o anseio de que mais mulheres se unam a esta causa de enfrentamento ao feminicídio, logo, este argumento da entrevistada demonstra ainda a forte presença de valorização comunitária da Frente.



ANTONIETA DE BARROS

Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a ser eleita no Brasil e durante toda sua vida esteve engajada em um forte compromisso com a educação para a população mais carente e pela liberdade de expressão, tendo, portanto, atuado como professora e jornalista, pois manifestava suas ideias por meio da escrita, fazendo críticas em relação ao preconceito racial e a situação da mulher na sociedade e em razão desta luta, Antonieta virou um legado de justiça e de resistência à sociedade racista/sexista que impunha limitações às mulheres, principalmente às mulheres negras (Nunes, 2001).

Quando entrevistada Antonieta de Barros, mulher negra cis, estava com 36 anos de idade, é bacharela em Direito e Mestra em Sociologia, profissionalmente trabalha como advogada e sempre advogou para movimentos populares e sindicatos, logo, durante um tempo em sua carreira a mesma foi uma advogada popular e atualmente realiza consultoria para as Nações Unidas do sistema prisional. Ao iniciar suas atividades na Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, Antonieta de Barros relata que devido ao seu conhecimento jurídico, sua militância começou através da advocacia Pro Bono que é quando há a realização do atendimento gratuito, através de indicações para os serviços públicos e atendimento via defensoria.

A mesma afirma também que não poderia recuar neste posicionamento de se unir à causa do feminicídio, pois não queria se omitir no que tange a violência de gênero, “eu tomei uma decisão que não podia retroceder no entendimento que eu tinha em relação as violações que acontecem com as mulheres, [...], porque isso gera uma forma de eu ser omissa e [...] é uma forma de me silenciar também” (Antonieta De Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Nisto, Antonieta de Barros coloca que é muito importante fazer parte de um coletivo porque este é um espaço de suporte para que as ações ecoem, “é a questão da união né, porque juntas se pode fazer mais né, é nesse sentido [...], são espaços de aglutinação mesmo, de lutas” (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022). Ademais, a entrevistada também ressaltou enfaticamente em seu depoimento a questão da educação, como um elemento necessário para que haja uma transformação social em relação a problemática do feminicídio e da misoginia, portanto, ela coloca:



O patriarcado, o machismo entranhado ele ainda tá sendo reproduzido, então se a gente não tiver um investimento forte em educação de gênero é possível que a gente continue vivenciando, presenciando essas situações acontecendo [...] não tem como construir novos parâmetros societários pra qualquer questão relacionada a isso se a gente não passar por um processo de educação (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Contudo, apesar de acreditar que o enfrentamento da violência misógina se dá através da educação como uma estratégia que se constrói coletivamente, Antonieta de Barros traz que está afastada da Frente e revela que os motivos que levaram ela a tomar esta decisão estão voltados para um processo de crise interna, pois “chegava a um limite, em que não havia muito tato pra lidar [...]a gente acabava vitimizando aqueles familiares sempre trazendo à tona” (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Logo, para Antonieta de Barros é muito difícil se responsabilizar com o enfrentamento dessa dor da perda sem adoecer, ademais, ela relata que sente a ausência de um instrumental técnico e até mesmo de condições emocionais para lidar com o acompanhamento de familiares e até mesmo de algumas mulheres vítimas de violência. Assim, este relato aponta a sensação de desesperança, a ausência de perspectiva na mudança de cenário social em relação as mortes, além da fragilidade emocional que é provocada nas militantes em constantemente lidar com a dor provocada pelos frequentes casos de assassinatos.

Contudo, após esta breve apresentação sobre quem são as militantes participantes da pesquisa, a próxima discussão será centrada sobre os desafios que é fazer parte de um coletivo feminista que atua diariamente no enfrentamento da violência misógina.

“UMA VOZ QUE QUANDO NÃO É SILENCIADA, GRITA, MAS NÃO É OUVIDA”: OS ENTRAVES DA LUTA POLÍTICA

Nós fizemos uma manifestação que foi coletiva na frente da prefeitura né e aí a gente reivindicando e pautando a questão das mulheres né e aí nessa ação teve uns jornalistas que já começou a chamar a gente de vagabundas né, que a gente tava ali porque a gente era vagabunda e isso são violências e a gente pegava o nosso microfone e falava: “nós não somos vagabundas, nós estamos aqui por uma luta social e antes de sair de casa a gente já fez inúmeras coisas”, como se mulher fosse só, é: “mulher tem que tá em casa, então se vocês estão aqui é porque vocês são vagabundas, vocês não tem o que fazer em casa, como que várias mulheres estão num espaço realizando manifestação, pela manhã? Né? Pela manhã? Então quer dizer que vocês não estão fazendo os seus afazeres domésticos, né? Vocês estão aqui sendo vagabundas né?” então a gente sofre esses tipos de coisa



(Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Em todas as manifestações realizadas pela Frente, a principal reivindicação é que o Estado tenha um olhar mais atento e construa políticas públicas que possam estar voltadas para atender a pluralidade do grupo de mulheres, para que haja uma maior acessibilidade aos serviços, a fim de serem evitados os casos de feminicídio que vitimizam com mais frequência as mulheres negras.

Este tópico inicia a sua discussão a partir de um relato em que há um episódio de desrespeito às militantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio durante uma manifestação. O machismo é bem nítido no depoimento da entrevistada, porque o fato de elas estarem protestando contra uma violência de extrema urgência gerou muito incômodo, pois de acordo com a perspectiva patriarcal as mulheres não devem ocupar a esfera pública.

É relevante colocar que Carolina Maria de Jesus enfatiza a questão do horário, pois o protesto estava sendo realizado pela manhã e os jornalistas que estavam presentes no local se dirigiram às integrantes da Frente como vagabundas, pois segundo eles é inviável que elas estivessem na rua enquanto deveriam estar cumprindo com as funções domésticas, pois de acordo com a perspectiva patriarcal é cabível às mulheres como um dever pré determinado socialmente desempenhar atividades restritas ao âmbito privado.

A partir do que foi colocado por Carolina Maria de Jesus, é nítido que a sociedade internalizou uma rejeição ao feminismo, o que evidencia uma não aceitação às pautas feministas e uma normalização das mortes que são provocadas por feminicídio. Assim, Antonieta de Barros traz também que apesar de o feminismo ser um movimento social de muita relevância é difícil lidar com todos os obstáculos referentes a esta luta, nas próprias palavras da entrevistada ela afirma:

Ao mesmo tempo que é um espaço necessário, [...] é difícil porque é muito sofrido, a gente tá em um espaço que são constantes notícias ruins, são constantes constatações de impotências, a gente denuncia, mas pra gente denunciar a gente sabe que nem sempre seremos escutadas, então assim é um espaço que requer uma administração emocional muito forte né [...] então assim, é bem difícil (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Ademais, Antonieta de Barros reitera que este trabalho da militância, possui grande desvalorização social, a mesma afirma que sentia dentro da própria família a desaprovação em fazer parte de um movimento social, “algumas situações já aconteceram dos familiares,



amigos ficarem dizendo pra gente parar de lidar e de trabalhar com isso, tipo assim: “ah, ele bateu, ele matou a mulher! Você não tem medo? Isso é uma coisa que já aconteceu várias vezes, de várias pessoas questionarem (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Logo, fazer parte de um movimento social que atua na contra hegemonia do sistema traz de fato, muito risco para as militantes da Frente, corroborando Carolina Maria de Jesus também enfatiza em seu depoimento que:

O que é que assegura que nós enquanto mulheres vamos pra rua lutar por essas mulheres, pra pedir a prisão né, a punição desses agressores, o que que assegura que esses agressores também eles não podem também tramar contra a gente né? E fazer alguma coisa contra nós que estamos de uma certa forma vulneráveis né? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Carolina Maria de Jesus enfatiza que se sente vulnerável ao ir para a rua realizar as lutas, “a gente se sente ameaçada né, em várias questões que a gente vai tentando ajudar essas mulheres né” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Ela relata também que na tentativa de incentivar o empoderamento das mulheres, a Frente provoca que estas sejam uma liderança na comunidade delas, entretanto elas colocam que esta ação é barrada pelo machismo:

Alguns homens falaram assim pra nós: “não funciona essa coisa de mulher aqui não, porque mulher tem que cuidar é da casa, da cozinha, não tem como ela liderar, uma presidência de uma associação de uma comunidade tem que ser de um homem que tem mais tempo né”, aí a gente sente a ameaça pelo tom de voz, “o que é que vocês tão fazendo aqui falando sobre feminismo? O que é que vocês tão falando do direito das mulheres? falando que essas mulheres podem ser o que elas quiserem? Se elas não têm tempo! Porque elas têm marido, têm filho e têm casa!” então a gente sofre esse tipo de ameaça que se a gente provocar um pouco mais a gente sabe que pode ocorrer ali uma violência e a gente tem que ter ali uma estratégia de não ter essa provocação em lugares em que a gente se sente insegura (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Desse modo, resistir às violências estruturais é correr risco de vida, Carolina Maria de Jesus também questiona as ações do Estado, pois “se ele não protege essas mulheres que foram assassinadas como ele vai proteger as mulheres que lutam por outras mulheres? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Em outro relato ela afirma que se sentiu apreensiva ao tentar ajudar uma mulher que havia sido agredida, pois a vítima comentou que o agressor estava nas proximidades do local:



Teve um caso de uma mulher que sofreu violência e estava no HUT e eu fui pegá-la no HUT porque não tinha viatura [...] a gente se sentiu ameaçada porque depois a gente soube que o agressor estava na frente do hospital [...] só que ela não falou pra gente, ela só falou quando ela estava na delegacia, ela disse assim: “olha ele tava na frente do HUT, mas não falei porque a senhora ia ficar com medo”. Então assim [...] na nossa vontade de resolver as questões a gente tá sendo ameaçada porque a gente ia sair de lá e alguma coisa poderia acontecer né? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Assim, a responsabilidade do Estado em amparar as mulheres vítimas de violência é deslocada para os movimentos sociais, o que é contraditório, pois a militância que luta pela preservação da vida se encontra desprotegida e refém da violência misógina.

Outro caso parecido com o relato acima, aconteceu com Antonieta de Barros quando a mesma afirma sobre a sua tentativa de socorrer uma mulher que havia sido agredida. Ela enfatiza que enfrentou uma enorme burocracia nos órgãos de defesa que prestam serviços à violência de gênero e em decorrência disso, a entrevistada problematizou que naquela ocasião mesmo com todo o apoio que a vítima teve, houve muitas dificuldades para que fosse efetivada a denúncia, logo, na ausência desse suporte, as chances de ocorrerem feminicídio são maiores, sobre este momento, Antonieta de Barros coloca:

Eu já fiz atendimento de uma mulher que havia acabado de ser agredida pelo marido, a gente foi lá pra Central de Gênero, depois que foi registrado o boletim de ocorrência ela pegou a guia pra poder fazer o exame de corpo de delito, o exame tinha que ser feito lá no bairro Saci, aí ela saiu com a guia e a gente teve que se virar pra ir e isso foi um sábado à noite, então veja, [...] quando ela me ligou ela estava saindo de casa, ela saiu correndo descalça, eu coloquei ela dentro do meu carro e eu vim pra delegacia com ela e depois [...] fui até o Saci, certo? Quantas mulheres tem condição de ter um acompanhamento de uma advogada pra isso? Pra garantir? Pra ligar pra uma advogada? Pra pegar na casa dela? Pra levar de um serviço a outro? Porque foi assim, ela foi pra delegacia, registrou o B.O e depois a delegacia simplesmente fechou as portas e ela tinha que dar um jeito, ela saiu de casa correndo e até sem chinelo, cadê o documento dela? Cadê o dinheiro pra passagem do ônibus ou do Uber? Então para as mulheres que estão em uma zona periférica mais afastada ela tem que enfim né, até pra registrar um boletim de ocorrência em uma situação como essa, eu sei que tem as situações em que a gente liga e que vai a polícia enfim, mas como que um setor, um serviço, não tem uma abertura? É fechado? [...] então pra uma mulher que tem carro, um apoio, é diferente né. Então são essas as questões que eu falo, não adianta a gente dizer que as mulheres são todas iguais e que podem acessar as políticas da mesma forma. Elas têm como chegar ao serviço da mesma forma? Elas não têm! Então essa é a questão, de repente uma mulher de classe média que é afetada e que é vítima de violência, ela consegue ter uma rede de apoio que auxilia a sair de casa, que a auxilia a reconstruir a vida, muitas vezes em outro lugar e a mulher que não tem pra onde ir? Que não tem renda? Que é dependente muitas vezes desse agressor? Como ela faz né? As políticas que existem, é preciso reconhecer que



avançaram muito, sobretudo da década de 1980 pra cá, mas essas políticas conseguem de fato alcançar todas as mulheres que precisam? Eu acredito que ainda não (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro).

A partir deste relato Antonieta de Barros enfaticamente traz à tona a questão das desigualdades racial e social que afetam as mulheres, pois não se trata apenas da questão de gênero, como ela bem coloca, não adianta afirmar que a política pública existe para proteger contra a violência misógina, se ela não abrange toda a diversidade do público-alvo, pois o alcance ainda é bem reduzido. Como também questiona Carolina Maria de Jesus, “mulheres já morreram por não ter moradia, por não ter educação, por não conseguir trabalho, por outras questões também, isso também são problemas que tem que ser discutido na sociedade, qual é a situação dessas mulheres? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Ao fazer esta indagação Carolina Maria de Jesus, enfatiza que é preciso um olhar das políticas públicas para as outras expressões da questão social vivenciadas pelas mulheres, pois muitas acabam sendo vítimas de feminicídio por falta de estrutura, por não ter um apoio social, financeiro, etc. Um exemplo nítido que retrata bem esta situação, é o relato trazido pela entrevistada Antonieta de Barros em que a mesma afirma que a vítima saiu descalça de casa pois estava correndo risco de ser morta pelo companheiro, ademais, Antonieta coloca que poucos são os casos em que as mulheres tem um apoio para uma denúncia ou qualquer outro tipo de procedimento nestas situações, logo, é visível que a problemática do feminicídio é extremamente emergencial.

Estes casos aqui expostos constituem um grande desafio no enfrentamento ao feminicídio, pois muitas vezes as ações do coletivo que estão voltadas para a tentativa de mudança do padrão androcêntrico são barradas pela ausência de segurança. Além do mais, o fato de o feminismo constituir uma ameaça para a ordem social patriarcal e racista instituída ocasiona um risco maior para as militantes da Frente. Assim, Carolina Maria de Jesus afirma que fazer parte de uma organização feminista não é algo simples,

Não é fácil e também para além de não ser fácil, não é seguro a gente não tem segurança fazendo parte desse coletivo porque a gente vai pra rua e faz a luta e tudo mais [...] então quando você provoca essa discussão nós também estamos sofrendo ameaças, nós somos de certa forma ameaçadas porque é um trabalho inseguro e a gente não tem a segurança do próprio estado brasileiro e também do Piauí (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).



A entrevistada também coloca que durante algumas visitas às comunidades para a realização de palestras, as integrantes da Frente muitas vezes se deparavam com discursos de ódio, como este colocado por Carolina Maria de Jesus:

A gente foi pra algumas palestras que tinha homem e a gente ouviu depoimentos de homem falando assim: “olha, essa discussão sobre mulher que vocês trazem pra nós aqui na comunidade, eu penso assim, eu casei com uma mulher e se ela come do meu pirão, apanha do meu facão” e isso é ameaça direta pra nós né (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

A partir deste relato pode ser observado que o machismo e o racismo que se encontram fortemente presentes na sociedade impedem que as mulheres tenham uma outra perspectiva de vida. Esta é a razão que explica o fato de as mulheres negras serem as maiores vítimas de violência e estarem mais propensas a serem assassinadas, pois estas não possuem uma estabilidade, além do mais são impedidas pelos agressores de alcançar uma autonomia e isso faz com que fiquem mais reféns. Desse modo, todo o trabalho que é realizado pela Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio para a desconstrução deste processo colonial e cultural gera muito desconforto em todos aqueles que são privilegiados pelo sistema racista cishéteropatriarcal capitalista. Cabe reiterar também que a expressão “se ela come do meu pirão, apanha do meu facão” traz um significado de possessividade e objetificação da mulher, como se esta não fosse dona da própria vida, do próprio corpo e de suas escolhas, o que remete muito a uma condição de aprisionamento.

Antonieta de Barros também relata que além da violência nos espaços públicos, ela enquanto militante da Frente já passou por situações em que foi coagida pelas redes sociais:

Uma situação que aconteceu, foi de intimidação, que foi o caso de o agressor me procurar por meio das redes sociais e ficar me encaminhando vários tipos de materiais pra intimidar a atuação que eu estava tendo na Frente junto com a ex companheira dele né, então ele mandava vários insultos né dela, sobre ela, coisas até pornográficas mesmo, mostrando toda a misoginia dele e ao mesmo tempo que ele ficava o tempo tentando se justificar dizendo que a errada era ela sobre o que aconteceu, eu entendi isso como uma intimidação (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Ainda dentro deste meio virtual, Dandara também traz um caso em que se sentiu desrespeitada, pois segundo ela, as violências mais frequentes ocorrem quando há o exercício de cobrar do Estado ações mais efetivas contra o feminicídio, ela traz como um



exemplo, um episódio em que a Frente iria participar de uma audiência com uma instituição pública, nas próprias palavras de Dandara ela coloca que

As violências que a gente sofre é quando vai cobrar o Estado né, aí muitas vezes ocorre, por exemplo, a gente teve uma assim, marcamos uma audiência com o Tribunal de Justiça de forma virtual e aí simplesmente foi criado o link e no meio da audiência o link caiu e não retornaram e isso é uma violência com uma organização social, uma violência institucional né (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022).

Neste mesmo local, Carolina Maria de Jesus enfatiza um caso de violência sofrido pelas integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio. De acordo com ela, é comum que o coletivo seja barrado em muitas ações que se propõem a fazer, como por exemplo, marcar presença em uma instituição pública para acompanhar debates e audiências acerca das ocorrências de violência misógina. Neste viés, ela destaca:

Teve lugares que a gente fez a manifestação mas que a gente não conseguiu entrar, lá no Tribunal de Justiça, um exemplo, a gente queria entrar lá com um grupo maior, aí nós fomos barradas, só entraram umas quatro ou cinco, pra nós isso foi uma violência, porque a gente queria entrar era todo mundo né e não quatro pessoas, quatro pessoas não iriam nos representar, então assim só quatro pessoas né e aí a polícia chega e barra você te impedindo de entrar no espaço (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Através deste relato, pode ser observado que o racismo institucional e a violência policial operam a serviço da elite hegemônica branca, o que consequentemente debilita a atuação do coletivo. Assim, a partir destes depoimentos é possível visualizar que a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio apesar de ser um movimento social feminista muito representativo na sociedade piauiense, que carrega muita potência em suas lutas torna-se fragilizado diante de todas as violências estruturais, pois as militantes também estão sujeitas a sofrer com as cruéis opressões de estarem atuando em contra hegemonia aos padrões do sistema. Contudo, como traz Carolina Maria de Jesus, a atuação não deve retroceder em meio aos obstáculos, “a gente não pode deixar de atuar, a gente não pode deixar de fazer a luta” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

O que foi colocado em relato pelas participantes remete ao pensamento de Julieta Paredes, mulher negra, indígena, boliviana e militante feminista, esta autora afirma que fazer parte de um movimento social como o feminista não é fácil, porque além de se



posicionar em contra hegemonia ao sistema é preciso também desconstruir paradigmas ou nas próprias palavras de Julieta Paredes “criar nossos conceitos em um mundo colonizado” (Spyer *et al*, 2019, p. 25).

Ao trazer essas colocações, Julieta quer dizer que o feminismo para ser de fato transformador e revolucionário deve estar atrelado às lutas do povo, aos anseios da comunidade, logo, ela enquanto uma mulher negra indígena, afirma que o seu corpo de ascendência originária guarani e aimará não é autônomo, ou seja, não possui liberdade e “qualquer ideia, qualquer proposta, querem manipular, copiar, plagiar. Não para construir, mas para destruir, para a promoção individualista do capitalismo” (Spyer *et al*, 2019, p. 25).

Assim é a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, que realiza uma luta feminista bem viver da sociedade e não apenas para uma única e exclusiva categoria, pois o enfrentamento realizado pelas militantes deste coletivo é comunitário e voltado para as violências estruturais interseccionadas. Nas palavras de Antonieta de Barros, ela coloca que o feminismo para ela:

É como se tivesse buscando paz, por mais que a gente enquanto feminista esteja a todo tempo em ambientes de disputa, de luta, de tensionamentos né que são espaços que a gente participa e cria com a necessidade que a gente possa evoluir nessa luta, mas a gente tá buscando paz pra si, eu enquanto mulher estou vulnerável a todas as violências que uma mulher está e que passa na sociedade, eu enquanto mulher negra também, mas é isso, o que a gente quer é paz (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Com este depoimento Antonieta de Barros traz que ela enquanto uma militante negra está sujeita a sofrer com as violências e por isso sente a necessidade de lutar, para buscar paz diante de toda a crueldade existente em uma sociedade racista, sexista e capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas em que foram coletadas informações sobre a trajetória de cada militante no coletivo Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, visando captar não tão somente a atuação do feminismo negro, mas também desconstruir o epistemicídio histórico de apagamento do protagonismo das mulheres negras. Desse modo, foi dedicado um capítulo desta dissertação para a apresentação das entrevistadas como uma forma de proporcionar a elas um reconhecimento



neste processo. Assim, foi destacado o importante papel das militantes nesta pesquisa, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus e Dandara, que socializaram suas histórias de luta, possibilitando um maior aprofundamento de análise, o que foi fundamental para o desenvolvimento desta escrita científica.

A temática desta pesquisa possui grande relevância social que deve ser debatida nos espaços institucionais de poder, como por exemplo, a universidade, e neste ponto, é preciso pensar a atuação do feminismo negro como uma ponte de transformação desta realidade, pois a luta e a conquista das mulheres negras não representam algo isolado, pois trata-se de um cenário que envolve toda a sociedade. Ademais, a interseccionalidade, teoria que possibilita a análise crítica sobre a articulação das opressões também se fez presente nesta pesquisa, tendo em vista que esta deve estar inclusa nas políticas públicas, de modo que a construção da política ocorra com a participação de mulheres negras, sendo que estas se encontram sub- representadas nos espaços de poder, considerando que na sociedade determinados grupos foram destituídos da responsabilidade e da possibilidade de tomada de decisões.

Em que pese aos resultados da pesquisa, a conclusão que se chegou é que o racismo é o maior implicador para o retrocesso que impede o avanço das políticas públicas, tendo em vista que as limitadas ações do Estado em visualizar o entrecruzamento das opressões impede que sejam criadas iniciativas governamentais comprometidas com a mudança do cenário social. Assim, a violência racista e de gênero, bem como a desigualdade constituem barreiras na vida das mulheres negras, pois segundo os depoimentos das próprias entrevistadas apesar de já existirem muitas políticas implementadas, as disparidades ainda se encontram presentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elita Isabela Morais Dorvillé. **Sobre as mortes de Dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional.** (Dissertação). 2019.

COLLINS, Patricia Hill; Sirma Bilge. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. -1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 200 p. São Paulo:



Ática, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativa na pesquisa em Serviço Social. In: **Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa**. 1994, São Paulo, PUC-SP. São Paulo: NEPI, maio de 1994, p.11-18.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

SILVA, José Artur do Nascimento. *et al.* **De África, Nzinga; Da Diáspora, Dandara: cosmopercepção descolonizando o corpo negro**. *Revista da ABPN*. v.12, n. 33, jun./ago. 2020.

SPYER, Tereza. *et al.* **Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear**. Tradução de Mariana Malheiros. **Epistemologias do Sul**. v.3, n. 2, p. 22-42, 2019.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6063>

MIGRAÇÃO, GÊNERO E RAÇA: DISPARIDADES NO PROCESSO MIGRATÓRIO

Migration, gender and race: disparities in the migration process

Loyane Ellen Silva Gomes¹

Kevin Cristian Paulino Freires²

Anailda Fontenele Vasconcelos³

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro⁴

Juliana Guimarães e Silva⁵

Luznir Cris Silva Gomes⁶

Luciane Fontinele de Freitas⁷

RESUMO

A migração é um fenômeno global que afeta profundamente a vida das pessoas em todo o mundo, sendo as mulheres um grupo significativo dentro desse contexto. No entanto, elas enfrentam desafios únicos relacionados ao gênero ao longo de suas jornadas migratórias. Dessa forma, este ensaio investiga as experiências dessas mulheres, analisando os obstáculos que enfrentam e as implicações para a sociedade. Consoante a isso, o estudo busca entender como estereótipos, desigualdades e violência de gênero influenciam a decisão de migrar, a experiência durante a migração e o impacto em suas vidas e na sociedade. Nesse sentido, a metodologia inclui uma revisão qualitativa da literatura e a análise de dados quantitativos sobre migração feminina, com foco em raça e gênero. Os resultados mostram que as mulheres migrantes enfrentam desafios específicos, como exploração laboral, tráfico humano, abuso sexual e falta de acesso a serviços básicos. Normas de gênero e estereótipos moldam suas decisões e oportunidades nos países de destino, resultando em empoderamento econômico, mas também em riscos significativos à segurança e ao bem-estar. Ainda assim, a discussão também destaca a importância de políticas que considerem questões de gênero na migração e a criação de ambientes seguros e inclusivos. Além disso, sublinha a contribuição das mulheres migrantes para as sociedades de acolhimento, tanto na força de trabalho quanto na diversidade cultural. Com isso, a migração feminina é, portanto, uma questão complexa

¹ Doutoranda em Saúde Pública – UFC. E-mail: psiloyanegomes@gmail.com

² Doutorando em Ciências da Educação pela FICS. E-mail: freireskeven43@gmail.com

³ Doutoranda em Saúde Pública - UFC

⁴ Doutor em Saúde Coletiva - UFC

⁵ Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ

⁶ Graduanda em Filosofia - UFC

⁷ Mestra em Psicologia - UFMA



que exige uma abordagem sensível ao gênero para melhorar as condições das migrantes e valorizar seu potencial, beneficiando tanto as próprias mulheres quanto as sociedades que as recebem.

Palavras-chave: Discriminação de gênero; Disparidades de gênero; Gênero; Migração; Mulheres migrantes.

ABSTRACT

Migration is a global phenomenon that profoundly affects the lives of people around the world, with women being a significant group within this context. However, they face unique gender-related challenges throughout their migration journeys. Therefore, this essay investigates the experiences of these women, analyzing the obstacles they face and the implications for society. Accordingly, the study seeks to understand how stereotypes, inequalities and gender-based violence influence the decision to migrate, the experience during migration and the impact on their lives and society. In this sense, the methodology includes a qualitative review of the literature and the analysis of quantitative data on female migration, focusing on race and gender. The results show that migrant women face specific challenges, such as labor exploitation, human trafficking, sexual abuse and lack of access to basic services. Gender norms and stereotypes shape their decisions and opportunities in destination countries, resulting in economic empowerment but also significant risks to safety and well-being. Still, the discussion also highlights the importance of policies that consider gender issues in migration and the creation of safe and inclusive environments. Furthermore, it highlights the contribution of migrant women to host societies, both in the workforce and in cultural diversity. Therefore, female migration is, therefore, a complex issue that requires a gender-sensitive approach to improve the conditions of migrants and value their potential, benefiting both the women themselves and the societies that receive them.

Keywords: Gender discrimination; Gender disparities; Gender; Migration; Migrant women.

INTRODUÇÃO

Atinar ou assistir Vidas em Movimento requer diferenciar nuances entre os atos de emigrar, migrar e imigrar. Ainda que foneticamente estes termos possam se entrelaçar, é fundamental apontar que são movimentos sutilmente estabelecidos e mantidos de pontos diferentes. Conforme apontado por Miyashiro (2018), a migração se dá por uma ação individual ou coletiva, que por sua vez pode abranger pessoas em movimento por diversas razões, sejam elas decididas ou impostas por circunstâncias sociais, a saber, pode ocorrer desde o fluxo de refugiados até mesmo a condição de trabalhadores temporários e pessoas em situação de rua (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022).

Contudo, a imigração refere-se ainda a condição de pessoas em movimento, no entanto, estas vivenciam enraizamento por um tempo significativo no país de destino. Em outros termos, em perspectiva geopolítica, os países são divididos por meio de fronteiras,



portanto, imigrar, em síntese, trata-se do ato de adentrar a um país, nem sempre legalmente, e permanecer de forma contínua ou intermitente. À vista disso, é notório a tessitura entre os termos “migração” a “imigração”, nos quais descrevem tanto Pessoas em Movimento internacionais quanto acerca da permanência destas no país de destino (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Ainda sendo possível recordar que a historicidade brasileira é formada por imigração em massa de portugueses, alemães, italianos, espanhóis, dentre outros, o que colaborou para um significativo número de brasileiros “descendentes” desses povos (AZEVEDO, 2016). No entanto, o exemplo citado, quando parte de um viés racial, como instigado por Mbembe (2016), vem à tona a prospecção da temática aqui apresentada também a partir de marcadores sociais, ou seja, raça, gênero e classe. Todavia, é desonesto compreender o evento citado como mero processo migratório, uma vez que se caracteriza como necropolítica, o que acaba por invalidar a narrativa no que concerne definir como um processo de colonização. Afirma-se o mencionado se valendo do conceito de biopoder, tal como sugerido por Michel Foucault (Branco, 2019; Bento, 2022), no qual trata-se do ato de dividir grupos de forma hierárquica e, por conseguinte, autorizar-se a matá-los via racismo. Sendo assim, é válido recordar que tal cenário não ancora-se apenas no tempo de colonização passado, mas, sobretudo nos tempos colonizadores atuais.

O deslocamento geográfico da emigração se dá em cenário internacional, isto é, refere-se ao ato de sair do seu país de origem com intencionalidade de estabelecer-se em outro país. O perfil emigrantista foi estabelecido no Brasil especificamente em decorrência da crise econômica enfrentada na década de 80 e, que ao não ser superada por completo, repercutiu de forma a potencializar iniquidades sociais no país (PAIVA; LEITE, 2014; SICILIANO, 2019).

Dessa maneira, com base no aporte teórico compartilhado até aqui, aponta-se que o presente ensaio é incumbido do compromisso de discutir acerca de Pessoas em Movimento via ação migratória. Nessa senda, a sensibilidade da escrita está tangenciada pelas desigualdades sociais que marcadores como gênero e raça podem denunciar sobre fenômenos a serem analisados. Bertoldo e Ricardo (2017) apontaram em seu estudo que as desigualdade de gênero são grandes explicadores dos movimentos migratórios no Brasil na atualidade.



Como ponto de partida, buscou-se o entendimento acerca dos impactos da ação migratória, sobretudo quando esta é atravessada por vivências marcadas por questões de raça e de gênero. Assim, é oportuno que seja apontada a feminilização presente nas migrações que por muito tempo foram entendidas apenas como seguidoras de ações masculinas. Portanto, reconhecer mulheres como sujeitos de suas ações também é uma contrapartida às perspectivas machistas e misóginas enfrentadas nas relações interpessoais.

O reconhecimento da ação migratória do gênero feminino é urgente devido à necessidade de identificar a narrativa da migração de mulheres para além do lugar coadjuvante de acompanhar homens. Os fenômenos migratórios possuem complexidades a serem estudadas por si só, por isso, buscar compreender a motivação, as formas e as condições às quais mulheres vivenciam este processo é de expressiva importância (PINTO *et al.*, 2020).

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS SOBRE MIGRAÇÃO

No ano de 2023, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) alcançou o marco de 10 anos de acompanhamento da ação imigratória no país. Precisamente em 2019, ao analisar os dados referentes ao ano de 2018, notou-se que o perfil predominante de imigrantes estava sendo alterado, em virtude da percepção de um aumento significativo de mulheres nesse cenário. Embora o aumento, em primeiro momento, tenha sido lido como circunstancial, os dados de 2019, analisados em 2020 afirmaram que o aumento de mulheres imigrantes era evidentemente substancial e contínuo e, com isso, elaborou-se o primeiro capítulo do OBMigra voltado às mulheres imigrantes, que na ocasião foi nomeado de “Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)” (TONHATI E MACEDO, 2020).

Em cenário brasileiro, as migrações têm se tornado expressivamente mais femininas, o que introjeta o movimento de feminização migratória. De igual forma, o número de solicitantes de refúgio no território brasileiro também aumentou significativamente, com destaque às mulheres venezuelanas que lideram o *ranking*. Com isso, é valioso destacar que o Brasil, na última década, passou a compor o rol de países com maior percentual de feminização migratória, em razão da busca de venezuelanas e haitianas



(TONHATI; CORDOVA, 2023).

No ano de 2022, apresentou um crescimento exponencial de registros e solicitações não somente de mulheres, mas, sobretudo de mulheres acompanhadas de crianças e adolescentes. Frente a isso, Oliveira e Tonhati (2022) explicam os presentes fenômenos como resultantes do próprio período pandêmico.

Conforme a série histórica em análise, a saber concentrada nos registros de 2011 a 2022, identificou-se São Paulo como o estado com quase um terço de registro de mulheres imigrantes, totalizando cerca de 27,90%. Em seguida, com 18,46% de registros está Roraima. A terceira posição é composta pelo Paraná e por Santa Catarina, ambos com 10% de registros. Para além do pódio, o Amazonas, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro também são unidades federativas que devem ser citadas aqui, respectivamente com 6,95%, 6,65% e 5,28%. As demais unidades federativas, no entanto, não chegaram a somar mais de 3% do total de registro de mulheres imigrantes (TONHATI; CORDOVA, 2023).

Decerto, foi observado que todos os estados tiveram aumento no registro de mulheres imigrantes. Mesmo assim, cabe o destaque a São Paulo e Amazonas por compreender que ambos, em 2019 e 2022, tiveram seus maiores aumentos de registro de mulheres imigrantes. Da mesma forma, destaca-se que Roraima em 2018 e 2019 também igual crescimento de registros – quando somados superam a série histórica analisada entre 2011 e 2018. Em contrapartida, Roraima, em 2020 e 2022, apresentou queda nos registros – o que pode ser explicado também devido às restrições do próprio período pandêmico. O ano de 2022, por sua vez, tratou-se também do cenário de aumento de registros também para o Paraná e Santa Catarina, em relação a série histórica analisada, a qual é composta pelo recorte cronológico entre 2011 e 2022. Em 2022, Roraima (19.788), São Paulo (16.829), Paraná (9.078), Santa Catarina (8.846), Amazonas (7.725) e Rio Grande do Sul (5.370) foram os estados que mais registraram mulheres imigrantes no cenário brasileiro (TONHATI; CORDOVA, 2023).

Acerca dos dados sociodemográficos, destaca-se que a maior parte das mulheres imigrantes são solteiras (73,43%). Considerando a série histórica analisada, se comparados os anos de 2018 e 2019, chama a atenção o aumento de 737 para 957 mulheres divorciadas. Dado que sofreu queda no período pandêmico, mas voltou a subir em 2022, chegando a



registrar 1.013 casos. O mesmo aumento exponencial é observado no que diz respeito às mulheres viúvas, que em 2022 somaram 816 registros no país (TONHATI; CORDOVA, 2023).

Quanto às nacionalidades identificadas, sabe-se que as mulheres mais frequentemente registradas como residentes no país são oriundas, respectivamente, da Venezuela, Haiti, Bolívia, Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Cuba, Chile e Afeganistão (TONHATI; CORDOVA, 2023).

Frente a isso, é estratégico apontar que há diferenças entre a ação migratória que estrutura-se no país de trânsito da que se direciona ao país de destino, a alta procura pelo o Brasil não necessariamente o define como um país de destino. As explicações para esta procura não se encontram nos aspectos acerca da nação brasileira, mas sobretudo sobre quais conflitos sociais do país de origem motivam a ação migratória para outros países, incluindo o Brasil, seja como destino ou país de trânsito. A migração em si é incidida por problemas sociais e políticos, isto é, insegurança alimentar, violência, desastres ambientais podem ser compreendidos como fenômenos que dificultam perspectivas adaptativas e, por conseguinte, indivíduos se visualizam postos em situações que inviabilizam a subsistência adequada.

CONTEXTO MIGRATÓRIO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: EXPECTATIVAS E REALIDADES SOBRE MIGRAÇÃO

Certamente, o tema das migrações vem ganhando cada vez mais destaque na agenda global, devido aos volumosos movimentos migratórios que ocorrem na atualidade, bem como às diversas atitudes arriscadas impostas pelos Estados Nacionais. Inúmeras pessoas em migração estão sendo recusadas e sujeitas aos critérios de “segurança nacional”, que é entendida como segurança da informação, pessoal, privada, pública, etc, o que as coloca em uma posição de invisibilidade perante as instituições, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, e o restante da população (DA ROCHA, 2021).

A trajetória da humanidade inclui, inegavelmente, uma série de deslocamentos populacionais ao longo do tempo. Entretanto, ao longo da história, essa narrativa foi predominantemente centrada na experiência masculina, por meio da sociedade patriarcal, a qual negligencia o papel fundamental das mulheres como protagonistas em tais processos



migratórios (ANDRADE, 2022).

Nesse sentido, Pereira *et al.* (2022) apontou que até a década de 1970, as mulheres que migravam não eram devidamente registradas nas estatísticas, já que a migração era exclusivamente masculina. Todavia, em 2011, a referida situação ganhou destaque no Brasil, quando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que mais de 40% da população brasileira era composta por migrantes, sendo que, apenas só em 2019, foi evidenciado que 48% da população migratória no território brasileiro era composta por mulheres.

Assim, Sheila Stolz (2017, p. 399) entende que a participação das mulheres nas migrações, originalmente considerada um resultado das migrações masculinas, começou a evoluir a partir da década de 1970, notadamente quando o pesquisador Orlando Patterson começou a observar um aumento significativo da presença de mulheres nos fluxos migratórios internacionais, ainda, enfatizando que as mesmas estavam migrando de maneira independente.

Nesse contexto, as pesquisas sobre gênero destacam como as representações sociais desempenham um papel significativo e exercem influência na experiência das pessoas, inclusive nos movimentos migratórios atuais. Visto isso, na realidade do Brasil, foi promulgada uma Nova Lei de Migração, Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que constitui um passo importante na proteção dos migrantes no país. No entanto, existem diversos desafios a serem enfrentados para a regulamentação e implementação eficaz dessa nova legislação (QUINTANILHA; SEGURADO, 2020).

Somando-se a isto, é necessário destacar a situação de dupla vulnerabilidade enfrentada por mulheres que migram de forma independente, pois, historicamente, essas mulheres foram negligenciadas e consideradas meras acompanhantes, sendo assimiladas, predominantemente, em uma narrativa masculina. Além de lidar com o estigma de serem vistas como indesejáveis, as mulheres migrantes também enfrentam uma opressão histórica de gênero, sendo subestimadas por ser mulher e frequentemente relegadas ao espaço privado (PINTO *et al.*, 2020).

E, por este ângulo, compreende-se que a migração não é uma novidade, porém, com o advento da globalização, ela contratou uma nova configuração e trouxe desafios inesperados. Dessa maneira, nesse cenário modificado, a migração feminina está despertando uma abordagem renovada dos movimentos migratórios, uma vez que a



dimensão do gênero tem revelado particularidades marcantes, com os indivíduos envolvidos enfrentando desafios e dificuldades singulares (LACERDA; BAÍA, 2020).

As mulheres migrantes de baixa renda enfrentam condições extremamente precárias desde o momento em que iniciam sua jornada até chegar ao seu destino. Durante esse percurso, muitas vezes são submetidas a episódios de violência e manifestações de machismo, além de desafios adicionais relacionados à higiene, especialmente durante os períodos menstruais e de amamentação. E, não distante disso, muitas, comumente enfrentam dificuldades devido à origem étnica, sendo assim, inseridas em uma posição social inferior (RIBEIRO; DE ANDRADE, 2023).

Desse modo, em diversos casos, os serviços de faxineira e empregada doméstica acabam desempenhando um papel significativo na integração das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Para os migrantes, essas atividades representavam não apenas uma maneira de obter renda, mas também um meio de se inserir na vida urbana, fornecendo-lhes abrigo, alimentação e um senso de pertencimento a uma família ou comunidade (FONTANA; LUCAS, 2022).

Sendo assim, é importante lembrar que a migração é uma realidade complexa e multifacetada, e não há soluções simples para os desafios que ela apresenta. Para tanto, a promoção de políticas migratórias mais justas e humanas requer um esforço coordenado, baseado no respeito aos direitos humanos e na compreensão das causas subjacentes à migração. Também, ainda, é fundamental considerar o papel positivo que os migrantes desempenham nas sociedades de acolhimento, contribuindo para o crescimento econômico e a diversidade cultural.

Em suma, as mulheres desempenham papéis sociais fundamentais, assumindo riscos em busca do sustento de suas famílias, o que enfatiza a necessidade de promover diálogos construtivos e buscar soluções que respeitem os direitos humanos e a dignidade de todos os seres humanos, independentemente de sua origem, gênero e/ou status migratório.

GÊNERO, RAÇA E MIGRAÇÃO

A migração, antes de ser enxergada como uma movimentação geográfica, deve ser compreendida também como um problema político e social carente de reflexões. Fonseca (2020), dentro dessa compreensão, nos convida a problematizar dois entendimentos fulcrais



referentes aos estudos de gênero e migração: em primeiro lugar o esquecimento desse recorte nas pesquisas sobre fluxos migratórios; em segundo lugar a atuação coadjuvante de mulheres frente ao entendimento do que seria a migração.

Fonseca (2020) em seu levantamento, destrincha a influência dos estudos feministas a partir de 1980 nas teorizações sobre o esquecido papel da mulher nas migrações e demarcam também como esse processo repercute na vivência de pessoas não-cisheterossexuais que passam pela precoce saída de seus núcleos familiares por conta de opressões inerentes à condição de diferente.

Segundo Fonseca (2020), não se pode esquecer que em mais de 60 países pessoas não-cisheterossexuais ainda possuem seus espaços cerceados em função de legislações que não enxergam para além da heteronormatividade. É possível observar, nesse íterim, uma profunda relação de poder que determina quem vive e quem morre, quem é contado e quem é invisível, quem pode transitar e quem está lá para acompanhar.

Romano e Pizzinato (2019) em conformidade com esse posicionamento, aprofundam na especificidade da discussão questionando acerca das relações de poder que se estabelecem nesse circuito. Segundo as autoras, esse feminino que, historicamente fora colocado em desvantagem dentro da lógica patriarcal, é atravessado por situações peculiares e até inerentes a processos migratórios como a separação conjugal, dificuldades financeiras, ausência ou deficiência no amparo de políticas públicas e violências em variados níveis.

Dentro dessas interseccionalidades, a mulher negra possui uma vivência ainda mais peculiar. Romano e Pizzinato (2019) destacam que as violências sofridas por essa população, desde os processos de escravidão, deixaram marcas que impactam e demarcam até os dias de hoje os corpos e os discursos dessas mulheres. A mulher negra, aqui, foi e é vítima não somente do abandono, desemprego e desamparo social, mas também é objetificada, enxergada em um não-lugar e, por consequência, invisível nos processos migratórios.

O cruzamento das categorias raça e gênero nos leva a uma perspectiva ampliada, a partir dela os reduzidos estudos que fazem essa correlação, nos apresentam um problemático panorama acerca de que realidades são essas ocupadas por corpos femininos-pretos-periféricos. Romano e Pizzinato (2019) investigam as produções científicas voltadas a esse tema e nos trazem que os supostos benefícios aspirados a partir da decisão de migração, em parte significativa das vezes, não é oportunizado a essas mulheres. As autoras



identificaram que mesmo sendo cultural e geograficamente, havendo uma mudança na vida de mulheres migrantes, o que resta a elas é um provável destino comum: trabalhos domésticos, precariedade nas condições de trabalho, oportunidades educacionais limitadas, o pouco, o humilde.

Silva e Moraes (2021), ainda nessa caracterização, nos trazem que para que se faça parte de uma estatística de migração, os corpos femininos e pretos deveriam, anteriormente, ao menos serem compreendidos dentro do patamar de seres humanos. As autoras demonstram que, ao cruzarmos essas características, chegamos a conclusões muito mais primárias no tratamento desses dados e subjetividades: para ser contado, seria preciso, primeiro, existir.

Nesse ensejo, é relevante destacar no que se refere ao apagamento das estatísticas, que falamos de uma linha temporal iniciada mais explicitamente no período da escravidão, mas que possui lugar até os dias atuais, não com a gravidade inicial, mas com resquícios, ou como é trazido pelas autoras, enquanto números “[...] pouco precisos ou silenciados [...]” (SILVA; MORAIS, 2021, P.316).

Retomando o problema da especificidade do processo migratório de mulheres não-brancas, Silva e Moraes (2021) também chamam atenção para o percurso propriamente dito, já que nessa viagem há perigos outros como a violência sexual, sequestros, roubos e aliciamento, situações essas que são medos reais e possíveis de mulheres que migram.

Nesse sentido, é notável que a migração deve ser compreendida dentro de um espectro que abarca uma série de ocorrências para esse gênero e para essa raça. Nesse ínterim, Silva e Moraes (2021) chamam atenção para o processo de feminização da migração, uma perspectiva que visa atentar ao processo migratório não somente de forma quantitativa, mas qualitativamente. Compreender, por exemplo, as transformações consequentes dessa movimentação, como a responsabilidade econômica na nova conjuntura familiar que se estabelece, juntamente com as relações de trabalho que vão se dando, são tensionamentos existentes nessa conceituação.

Ferreira, Bernardes e Fernandes (2021) e Freires *et al.* (2023) retomam um processo analítico que pode ser compreendido como chave para a compreensão da feminização dos processos migratórios: a perspectiva decolonial. Cabe salientarmos que em todo esse percurso de investigação teórica trazido até então, há presença factual de uma crítica ao



olhar massificante, ao olhar que encontra conforto na mera disposição numérica, sendo, no entanto, percebida muito timidamente a presença de propostas analíticas que atendam à necessidade da problemática.

Utilizar de uma perspectiva decolonial para entender a feminização dos processos migratórios, segundo Ferreira, Bernardes e Fernandes (2021) e Freires *et al.* (2023) nos oportuniza, por exemplo, a deslocar o pensamento de uma mulher que migra para acompanhar seu parceiro, para atentar às violências que ocorrem até mesmo anteriormente à decisão de migração. Seja na saída ou na chegada, esse corpo possui sua posição na hierarquia de poder fundada pelo patriarcalismo.

As autoras também apontam para o fato de que o Brasil e outros países latinos têm sido destino de muitas populações, saindo do eixo Estados Unidos da América-Europa, e que nesse deslocamento as mulheres já carregam marcas a respeito de suas obrigações pré-determinadas socialmente. Chegando na Europa ou no Brasil, a vivência a ser estabelecida não pode ser entendida como igual. Ferreira, Bernardes e Fernandes (2021) nos provocam a olhar para os processos migratórios em uma perspectiva Sul-Sul. Embora seu estudo tenha como objetivo especificamente problematizar a questão da migração venezuelana ao Brasil, as autoras também nos auxiliam a sair da noção limitada e circular de que problemas de migração ocorrem somente quando um latino se direciona a um país ou continente colonizador.

GARANTIA DE DIREITOS EM FACE DE IMIGRANTES

A garantia de direitos em face de imigrantes, migrantes, refugiados e as nuances de gênero é uma questão complexa e multifacetada que envolve a proteção e promoção dos direitos humanos e legais daqueles que cruzam fronteiras em busca de novas oportunidades, segurança ou refúgio (VICTOR; SANCHES; DEFLFIM, 2021; GOROVITZ; SÁ, 2022). Isso inclui medidas destinadas a garantir a igualdade, prevenir a discriminação e abordar as diferentes experiências e necessidades de homens e mulheres emigrantes e imigrantes.

Igualdade e não discriminação são pontos de extrema relevância e que deve ser discutido em um contexto migratório, pois todos os imigrantes, incluindo imigrantes homens e mulheres, refugiados e emigrantes, devem ser tratados com igualdade perante a lei, independentemente de sua nacionalidade, raça, religião, gênero ou orientação sexual (VENDRAMINI, 2018; FRANÇA; OLIVEIRA, 2021; GALVÃO *et al.* 2021). A



discriminação em processos de imigração e emigração deve ser rigorosamente combatida, promovendo a inclusão e a justiça.

As políticas de garantia de direitos em face de imigrantes devem considerar as disparidades de gênero no processo migratório (GALVÃO *et al*, 2021). Mulheres migrantes podem enfrentar desafios únicos, como violência de gênero, tráfico humano e exploração sexual. Portanto, é crucial que as políticas de imigração incluam medidas específicas para proteger os direitos das mulheres migrantes e combater a discriminação de gênero. Além disso, as políticas de imigração sensíveis ao gênero devem reconhecer o papel das mulheres migrantes na sociedade de acolhimento. Elas frequentemente desempenham papéis importantes na força de trabalho, na família e na comunidade. Assim, garantir igualdade de oportunidades de emprego e acesso a serviços de saúde e educação é fundamental.

O acesso a serviços essenciais desempenha um papel crucial na proteção dos direitos e da dignidade dos imigrantes, incluindo refugiados. Isso abrange a garantia de acesso a serviços fundamentais, como educação, saúde, moradia e assistência legal (GOROVITZ; SÁ, 2022). No entanto, é importante ressaltar que as mulheres migrantes podem enfrentar necessidades específicas que demandam atenção especial, como o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como o suporte para lidar com a violência de gênero.

Outro aspecto fundamental é a proteção contra deportações arbitrárias. As políticas de imigração devem ser elaboradas de modo a respeitar o devido processo legal, assegurando a todos os imigrantes o direito a uma audiência justa antes de serem sujeitos a deportações (FERREIRA; GUEDES, 2020; MATTOS, 2021). Esse princípio é ainda mais crítico quando se trata de refugiados e solicitantes de refúgio, que merecem uma proteção adicional para evitar o retorno forçado a situações de perigo.

No contexto dos direitos trabalhistas, é fundamental que todos os imigrantes, tanto homens quanto mulheres, tenham o direito de trabalhar em condições justas e seguras, com proteção contra a exploração e o abuso no local de trabalho (SIQUEIRA *et al*, 2016; MACHADO, 2023). É importante destacar que algumas mulheres migrantes podem estar sujeitas a riscos adicionais, como a exploração sexual e o tráfico humano, tornando ainda mais premente a necessidade de proteção.

Por fim, é imperativo reconhecer e garantir os direitos humanos fundamentais de todos os imigrantes, independentemente de seu status migratório. Isso engloba direitos



fundamentais, como a liberdade de expressão, religião e reunião pacífica (MACHADO, 2023). A discriminação com base no status de imigração ou refúgio é inaceitável e contrária aos princípios dos direitos humanos universais. Sendo assim, para uma abordagem justa e digna da migração e do refúgio, é essencial que se promova o acesso igualitário a serviços essenciais, se proteja contra deportações arbitrárias, se garanta direitos trabalhistas adequados e se reconheça os direitos humanos fundamentais de todos os imigrantes, independente de sua condição migratória.

No contexto dos diferentes continentes, as dinâmicas de imigração variam amplamente, e as políticas devem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de cada região (OLIVEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2019; OBMIGRA, 2021). Isso inclui o reconhecimento das migrações internas e transnacionais, bem como as questões específicas que podem surgir em cada continente em relação à imigração, emigração, refúgio e gênero.

Em conclusão, a garantia de direitos em face de imigrantes é um imperativo ético e legal que requer a consideração das diversas experiências de imigrantes, emigrantes, refugiados e das diferenças de gênero ao desenvolver políticas e estratégias para promover a justiça e a igualdade em contextos migratórios globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, este estudo destaca a complexidade e a importância de considerar as questões de gênero e raça na análise das dinâmicas migratórias. Ao longo deste artigo, exploramos diversas dimensões desse tema, desde os dados epidemiológicos sobre migração até o contexto migratório no território brasileiro, passando por questões de gênero, raça e as políticas de garantia de direitos em face de imigrantes.

Os dados epidemiológicos revelam que a migração é um fenômeno global em constante evolução. Milhões de pessoas em todo o mundo buscam novas oportunidades, segurança ou refúgio, influenciando a dinâmica social, econômica e política em escala global.

No contexto brasileiro, as expectativas e realidades em torno da migração refletem as complexas interações entre fatores econômicos, políticos e sociais. O Brasil é um país diverso e receptivo, mas ainda enfrenta desafios em relação à integração de migrantes, particularmente no que diz respeito à garantia de direitos e à promoção da igualdade de gênero.



Ao analisar as disparidades de gênero no processo migratório, fica evidente que as mulheres migrantes enfrentam obstáculos específicos, incluindo violência de gênero, exploração e discriminação. Além disso, a interseccionalidade entre gênero e raça acrescenta complexidade às experiências de migrantes, destacando a necessidade de abordagens inclusivas e sensíveis à diversidade. De igual forma, considerando as maneiras divergentes de punir e prevenir violência de gênero existentes em cada nação, é oportuno que seja revisada a seguridade existente e alcançável que alguém que pertence ao gênero feminino possui de fato ao decorrer do aspecto transitório enfrentado na migração.

A garantia de direitos em face dos imigrantes é fundamental para proteger e promover os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente de sua origem ou status. Isso inclui o acesso a serviços essenciais, a proteção contra deportações arbitrárias, a promoção dos direitos trabalhistas e o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais. No entanto, é crucial que essas políticas sejam sensíveis ao gênero, abordando as necessidades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres migrantes.

Em última análise, este artigo destaca a importância de uma abordagem inclusiva e interseccional ao tema da migração e gênero. A igualdade de gênero deve ser incorporada nas políticas migratórias, garantindo que as mulheres migrantes tenham voz, proteção e oportunidades iguais. Somente assim poderemos enfrentar eficazmente as disparidades no processo migratório e criar sociedades mais justas e equitativas para todos. À medida que o fenômeno da migração continua a evoluir, a compreensão das interseções entre gênero, raça e migração é essencial para a construção de um futuro mais inclusivo e diverso.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. B. *et al.* Migrações, trabalho de cuidado e saúde de cuidadoras: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, p. e10, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2317-6369/07020pt2022v47e10>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- AZEVEDO, E. M. S. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade. **Ponto e Vírgula - PUC SP**, n. 20, p. 06-22, 2016. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/31175/21609>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BENTO, C. **O pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTOLDO, J.; RICARDO, K. H. Diálogos entre gênero e migrações: Mulheres imigrantes no Brasil. **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3067>>.



Acesso em: 18 ago. 2024.

BRANCO, G. C. **Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Estudos Foucaultianos).

DA ROCHA, C. P. V.. Migrações Contemporâneas, comida e transnacionalismos a partir de uma Cidade Global. **Cadernos CERU**, v. 32, n. 2, p. 97-115, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v32i2p97-115>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FERREIRA, R. GUEDES, R. Apagando a nota que diz escrava Efigênia da Silva, o batismo, o compadrio, os nomes, as cabeças, as crias, o tráfico, a escravidão e a liberdade (Luanda, c. 1770-c. 1811). **Almanack**, n. 26, p. ed00819, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463326ed00819>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FERREIRA, N. S.. BERNARDES, M. N. FERNANDES, L. C. **Gênero, democracia e direito: Uma análise decolonial sobre o fluxo migratório de mulheres venezuelanas em Roraima**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), 2021.

FONSECA, N. A. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. 2020. 147 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Rio de Janeiro.

FONTANA, H. F.; LUCAS, D. C. A Multivulnerabilidade das mulheres migrantes. **Salão do Conhecimento**, v. 8, n. 8, 2022. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/21984>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANÇA, T. OLIVEIRA, S. P. de. Brazilian Migrant Women as Killjoys: Disclosing Racism in “Friendly” Portugal. **Cadernos Pagu**, n. 63, p. e216301, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100630001>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FREIRES, K. C. P. *et al.* Políticas de saúde: a descolonialidade e o letramento de gênero como recursos de educação permanente. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.] , v. 10, pág. 21365–21388, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.10-159. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2243>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GALVÃO, A. L. M. *et al.* Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e200743, 2021. Disponíveis em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200743>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GOROVITZ, S.. SÁ, L. de S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil: Rumo a políticas institucionais de tradução e interpretação na Defensoria Pública da União. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 61, n. 3, p. 679–694, set. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8669207>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LACERDA, G. M. F.; BAÍA, C. de P. G.. Mulheres migrantes e trabalho doméstico no Brasil e no mundo. **Cadernos de Direito**, v. 19, n. 36, p. 91-109, 2020. Disponível em: <[10.15600/2238-1228/cd.v19n36p91-109](https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v19n36p91-109)>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MACHADO, I.. Sobre a imaterialidade dos corpos imigrantes na Irlanda: esboço de uma teoria a partir do caso dos brasileiros. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 67, p. 233–248, jan. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006714>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MARTIN, D. GOLDBERG, A. SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.1, p.26-36, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170870>>. Acesso em: 18 ago. 2024.



- MATTOS, P. de O. O Canadá Negro: Universal Negro Improvement Association, a Diáspora e a Amefricanidade. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 179–204, set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-10>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- MIYASHIRO, C. **Acesso aos serviços de saúde pelas populações migrantes: revisão sistemática**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 62, 2018.
- OBMigra. **2011 – 2020: Uma Década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- OLIVEIRA, H. N. de. SILVA, C. A. M. da. OLIVEIRA, A. T. R. de. Imigração internacional: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. e0076, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0076>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- OLIVEIRA, T. CAVALCANTI, L. SILVA, B. G. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.
- PAIVA, A. L. B.; LEITE, A. P. M. R. Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos cinquenta anos. **Revista Ars Histórica**, v. 7, p. 1-20. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45308>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- PEREIRA, C. Targino *et al.* Migração e atividade econômica das esposas de militares da União e de trabalhadores dos setores público e privado no Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/2053>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- PINTO, M. B. *et al.* A mulher imigrante e sua multivulnerabilidade no ambiente de trabalho: revisão de literatura. **Revista Magistro**, v. 1, n. 21, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/107703728/A_Mulher_Imigrante_e_Sua_Vulnerabilidade_No_Ambiente_De_Trabalho_Uma_Reviv%C3%A3o_De_Literatura>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- QUINTANILHA, K. SEGURADO, R. Migração forçada no capitalismo contemporâneo: uma análise dos fluxos e da nova Lei de Migração no Brasil em crise. **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: Educ, p. 85-122, 2020.
- RIBEIRO, D. M. G.; DE ANDRADE, F. K. Refúgio de mulheres no Brasil: o que dizer sobre a (des) igualdade de gênero e os direitos da personalidade. **Prisma Jurídico**, v. 22, n. 1, p. 57-73, 2023. Disponível em: <<https://uninove.emnuvens.com.br/prisma/article/view/20524>>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- SICILIANO, A. L. **Direito à migração - a defesa de um direito humano subjugado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.2.2019.tde-14082020-005035. Acesso em: 2024-04-01.
- SIQUEIRA, C. E. *et al.*. Documento faz diferença: o caso das trabalhadoras domésticas



brasileiras em Massachusetts, Estados Unidos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 7, p. e00131115, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00131115>>. Acesso em: 2024-04-01.

STOLZ, S. A feminização das migrações e a internacionalização do trabalho reprodutivo e de cuidados: o revigoramento dos estereótipos de gênero e étnico-raciais, das desigualdades e da injustiça. In: IENSUE, Geziela; CARVALHO, Luciane Coimbra de. **A ordem internacional no século XXI: Direitos humanos, migração e cooperação jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

TELMO ROMANO, A. Q.; PIZZINATO, A. Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe. **Trabajo Social**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 196–213, 2019. DOI: 10.15446/ts.v21n2.75072. Disponível em:

<https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/75072>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VENDRAMINI, C. R. Migration from a Dialectical and Historical Materialist perspective. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 2, p. 239–260, 2018. Disponível em: <10.1590/1982-02592018v21n2p239>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VICTOR, C. SANCHES, L. DELFIM, R. B. Deslocamentos forçados no Oriente Médio e o ciclo de vida do refúgio na Turquia e Líbano - da cobertura factual ao jornalismo humanitário. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 43–64, set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006304>>. Acesso em: 19 ago. 2024.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6047>

RAÇA, GÊNERO E ANCESTRALIDADE QUILOMBOLA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE

Race, gender and quilombola ancestry: reflections on public policies and youth

Márcia Regina Galvão de Almeida¹

RESUMO

O estudo trata da luta de mulheres quilombolas quanto à violação dos direitos básicos e garantia de políticas públicas. A metodologia é qualitativa, de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. As análises apontam a relevância da mulher nas funções de liderança, como no Quilombo Marinheiro, na luta e ancestralidade local.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas. Juventude Feminina. Políticas Públicas. Resistência.

ABSTRACT

The study deals with the struggle of quilombola women regarding the violation of basic rights and the guarantee of public policies. The methodology is qualitative, bibliographic review and field research. The analyzes point to the relevance of women in leadership roles, such as in Quilombo Marinheiro, in the struggle and local ancestry.

Keywords: Quilombola Women. Female Youth. Public policy. Resistance.

INTRODUÇÃO

O contexto é violento e excludente, o Estado é necropolítico, e o cenário é de puro terror. A vida cotidiana deixou de ser normal com tamanha violência, seja urbana ou rural, e, com isso, as desigualdades estão todas agudizadas. Há uma população que, além de sofrer com essas atuais problemáticas, vem resistindo, durante séculos, às opressões estruturais

¹UFPI. E-mail: galvaomarcia81@gmail.com



ocasionadas pelo racismo institucional, que atua como princípio de ação dos organismos do Estado colonizador: são as comunidades quilombolas-, que sempre foram colocadas à margem das políticas públicas do Estado brasileiro, incluindo principalmente o acesso à terra, à educação, à assistência social, à segurança e à saúde.

A configuração do Estado brasileiro é fruto das contradições de classe, raça e gênero que conformam a estrutura da formação sócio-histórica do Brasil, portanto tanto o Estado como as políticas públicas são atravessados pelo racismo institucional. As populações quilombolas, têm sido vitimadas por esse racismo institucional e por uma desassistência em termos de políticas públicas que incidem no seu modo de vida e no acesso a direitos. Dessa forma, as mulheres quilombolas sofrem uma violência institucional com a falta de serviços no âmbito das políticas públicas em suas comunidades.

Nessa perspectiva, este artigo traz considerações sobre a importância da participação das mulheres quilombolas na resistência e luta em seus territórios. O problema central é saber como as mulheres são citadas nas políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, haja vista, a relevância da mulher na luta e na ancestralidade local, especialmente das mulheres jovens.

Nesse cenário, o presente trabalho objetiva verificar as principais políticas públicas que trabalham a questão de gênero, com recorte para as mulheres nessas comunidades e, compreender a importância da mulher jovem para a luta cotidiana do Quilombo Marinheiro. Busca-se compreender a realidade da mulher negra da Comunidade Quilombola Marinheiro, objeto de pesquisa de mestrado, concluído em 2022, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-(PPGPP/UFPI), em particular, quanto ao acesso às políticas públicas no território quilombola. Ademais, este artigo, justifica-se por visibilizar a luta da mulher negra e jovem quilombola.

Assim sendo, de maneira analítica e interseccional, a realidade dessas mulheres oferece a compreensão de que as violências sofridas pelas mulheres negras acontecem com a atuação de várias avenidas identitárias em uma só ocasião. Essas intersecções, que relacionam gênero, classe e raça, são independentes e interdependentes e agem na vida da mulher negra.



METODOLOGIA

Para analisar a realidade da mulher negra na Comunidade Quilombola Marinheiro, esta pesquisa se desenvolveu a partir de um aparato metodológico qualitativo, que teve como principais métodos a pesquisa bibliográfica, observação direta e a análise de conteúdo temática, desenvolvida por Bardin (2016), que permite compreender comunicações e expressões do conteúdo, a fim de inferir sobre a realidade estudada. Dessa forma, “Percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 734). A entrevista foi a estratégia para a coleta de informações e, a análise de conteúdo, modalidade temática do método. Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado da presente pesquisadora no Quilombo Marinheiro, Piripiri - PI.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os quilombos surgiram no Brasil desde que os primeiros negros e negras escravizados chegaram a este território resistindo ao regime colonial escravista, cujo negro/a africanos eram a principal mão de obra. Os primeiros relatos oficiais sobre a presença de quilombos no território brasileiro surgem em 1740 quando o Conselho Ultramarino Português definiu o que era Quilombo, nas palavras de Santos (2017, p. 1021), “alguns dos primeiros indícios de atribuição de identidade quilombola remontam a 1740, relacionando-se à constatação da reunião de dado número de pessoas negras rebeladas contra o sistema escravista”.

Desde o período escravista até a atualidade, os Quilombos foram se reorganizando, redefinindo, resistindo e recriando-se de outras formas. Assim que, os modos de vida dos Quilombos na atualidade não são uma reprodução dos quilombos na época escravista, estes guardam daquela forma de resistência anterior, a ancestralidade, dinâmicas de organização sociocultural, mas os quilombos atualmente têm suas particularidades históricas que devem ser reconhecidas e respeitadas.



Uma das primeiras políticas que tentava reconhecer as comunidades quilombolas, especialmente na questão do território, foi o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, objetivando conferir a titularidade de suas terras e busca por políticas públicas. Segundo Vogt (2014, p. 154), “antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação”. Todavia, apesar dessa prerrogativa constitucional, as comunidades quilombolas têm dificuldades de regularizar suas terras, pois o processo é lento e burocrático.

Em consulta realizada, em junho de 2021, no site da Fundação Cultural Palmares, constava o número de 2.809 comunidades quilombolas certificados, destas, apenas 33 possuíam a titulação, isso é, o reconhecimento definitivo e legal da posse de seus territórios (DUARTE; GROSSI; ALMEIDA, 2021, p. 621).

Para Carneiro (2019), no Brasil e na América Latina, a violação colonial de mulheres negras e indígenas, por aristocratas brancos, e, o fenômeno da miscigenação são as raízes de todas as construções de nossa identidade nacional. Racismo, patriarcalismo, capitalismo e desigualdade de gênero que atravessam ao mesmo tempo os corpos de mulheres quilombolas, e que, no contexto da crise humanitária/sanitária, revelam a extrema agudização estrutural das desigualdades sociais impetradas pelo neoliberalismo no Estado necropolítico, reforçam as mazelas sociais expressas no interior das comunidades rurais negras.

As mulheres negras estão no papel da cultura nacional e sua atuação, na formação dessa cultura é negada; a desigualdade de gênero tornou-se cada vez mais séria e a violência sexual contra as mulheres negras se transformou em romance (CARNEIRO, 2019). O patriarcado, incide sobre todas as mulheres de forma violenta, entretanto sobre as mulheres negras recai elementos diferenciados em relação às mulheres brancas. A fragilidade que é atribuída à mulher branca pela perspectiva patriarcal, como forma de controlar seu corpo e suas decisões, não se estende, conforme Sueli Carneiro (2019), às mulheres negras, sobre estas o controle ocorre de outras formas. As mulheres negras, sempre precisaram trabalhar, em várias funções, tais como, vendedoras, quituteiras, prostitutas e nunca foram vistas pela sociedade racista e patriarcal, como frágeis..

Nessa perspectiva, esse contingente da população, não foi reconhecido e foi estereotipado, em especial, pela tentativa de apagar a categoria de raça do discurso nacional



da democracia racial, porque sem essa linguagem os pesquisadores não poderiam descrever as desigualdades raciais que abalam a vida das pessoas e comunidades negras do Brasil (COLLINS, BILGE, s-d). A autora ainda diz que as mulheres afro-brasileiras constituíam uma parcela considerável e visível do Brasil, todavia, por causa da exclusão da categoria de raça, as mulheres negras não existiam como segmento formal da sociedade brasileira. Pode-se dizer que “as mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras” (COLLINS; BILGE, s-d, p. 16).

Ao longo da história social do Brasil, as pessoas se opuseram ao reconhecimento da luta e da participação das mulheres negras em todos os setores da sociedade, principalmente no que se refere às mulheres do campo, pois neste espaço o processo produtivo está relacionado ao universo masculino. Porém, na realidade dos agricultores, as mulheres participam ativamente no trabalho das cooperativas, são protagonistas das lutas cotidianas, das atividades produtivas e domésticas (GUEDES; SALGADO, 2017).

Nesse contexto é que trazemos as reflexões sobre a realidade das mulheres quilombolas, em especial, jovens mulheres do Quilombo Marinheiro, campo de pesquisa durante o mestrado em políticas públicas (PPGPP/UFPI), finalizado em 2022, da autora deste trabalho.

A Comunidade Quilombola Marinheiro situada na zona rural de Piripiri - PI, dista a 36 km da sede município, atualmente, é composta, aproximadamente, por 87 (oitenta e sete) famílias, e, com a soma de seus membros por família, chega-se a 420 (quatrocentos e vinte) pessoas. Em 1997, a comunidade de Marinheiro propôs um procedimento administrativo à Fundação Cultural Palmares, exigindo a certificação como Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ), e foi emitida a certificação através do selo da fundação que reconhece a Comunidade Marinheiro como território quilombola.

É nesse contexto de luta e resistência que o quilombo Marinheiro recebeu a Certidão de Autodefinição da Fundação Cultural Palmares (FCP) em 02 de maio de 2016, cuja Portaria/Palmares nº 104/2016 foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2016 e lutam pela segurança do território, sua titulação, desde 1997. Após 24 anos de luta, a Comunidade Quilombola de Marinheiro, no dia 08 de setembro de 2021, recebeu a titulação coletiva de seu território por meio do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI).



Ressaltamos que a área do território regularizada é de 208.145 ha, o que não corresponde à totalidade do território reivindicado, pois existem duas áreas de uso, de nome Fazendinha e Olho D'água, de grande importância para a comunidade quanto ao acesso aos recursos naturais como fruteiras, pastagem para os animais que criam, e que não estão compreendidas pela delimitação em questão.

Na Comunidade Quilombola Marinheiro, a mulher negra também tem presença nas decisões políticas, sendo que a principal liderança do quilombo é uma mulher presidenta da Associação dos Trabalhadores(as) Rurais do Quilombo Marinheiro, bem como toda a diretoria é composta por mulheres quilombolas. A luta dessa comunidade, no momento contemporâneo, sob o espectro de uma democracia racial, é por maior visibilidade das demandas da população, em especial, dos serviços básicos de educação e de saúde.

A luta das mulheres negras quilombolas se encontram nos mais variados segmentos da sociedade em que vivem e das relações dessa sociedade com outras comunidades e com o Estado brasileiro. Nesse sentido, é importante que se pense a luta da Comunidade Marinheiro, em especial das mulheres quilombolas por mais serviços essenciais, a partir da teoria da interseccionalidade e do Estado necropolítico.

Dessa forma, uma perspectiva teórica-metodológica que permite a compreensão da realidade das mulheres negras, levando em consideração os vários fatores que determinam as violências orquestradas contra essa parcela significativa da população, é a interseccionalidade, criada por Kimberlé Crenshaw (KYRRILLOS, 2020). Sobre isso, Kyrrillos (2020, p.1) afirma:

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem. (KYRRILLOS, 2020, p. 1).

Segundo Akotirene (2019), o conceito de interseccionalidade decorre da experiência e das exigências das feministas negras, que não são observadas pelo movimento feminista ou pelo movimento antirracista, sendo que este último concentra-se apenas nos homens negros. Ribeiro (2017), ao analisar o discurso de Sojourner Truth, afirma que o movimento feminista hegemônico iria enfrentar um grande dilema em seus cabedais teóricos-metodológicos, no sentido de universalizar o conceito de mulher. De acordo com a autora:



Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler um dos grandes nomes. (RIBEIRO, 2017, p. 14).

Nesse sentido, a interseccionalidade aparece como dispositivo metodológico e teórico. Incorpora o racismo, a estrutura capitalista e o modelo "cisheterpatriarcado" (AKOTIRENE, 2019) como “produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Isso é relevante porque todos devem estar atentos ao fato de que as experiências das mulheres negras, baseadas nas diferenças existentes, irão produzir diferentes tipos de relacionamento quando confrontadas com o racismo estrutural, o sexismo e a orientação sexual. Essas diferenças são marcadas pelas feministas negras como caminhos de identidade, em que os eixos da opressão se encontram em uma encruzilhada, criando um sistema de opressão interconectado.

Kilomba (2019) argumenta que o silenciamento das pessoas negras aconteceu de várias maneiras, inclusive com o uso de máscaras. Esse silenciamento não permite a emergência cultural da população negra, que sofre, assim, com políticas segregacionistas e de imposição cultural e política, por muitas vezes, sendo utilizado o uso da força.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o movimento feminista negro brasileiro e o movimento feminista negro americano são constituídos por sua abordagem de identidade contextual. O contexto brasileiro é baseado na falsa democracia racial, enquanto o contexto americano é constituído pela relação de *apartheid*, como comenta Carneiro (2019):

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2019, p. 1).

Portanto, mesmo que exista diferenças contextuais, porque a interseccionalidade é uma ferramenta ancestral, as feministas negras tentam construir uma estrutura simbólica que seja compartilhada em todos os ambientes e espaços. Encruzilhadas nos permitem



entender as trajetórias da identidade racial de maneira independente e interdependente, relacionadas a outras trajetórias identitárias, como gênero e patriarcado.

Aqui, essa encruzilhada pode ser compreendida a partir da articulação de categorias dispostas pelas autoras, que são o gênero, a classe e a raça nas políticas públicas de saúde para as comunidades quilombolas. Logo, surge outro importante conceito que permite compreender a forma de construção dessas políticas públicas, que deixam à margem a sociedade quilombola, como ficará claro a seguir com o caso do Quilombo Marinheiro.

Esse conceito tão relevante é a necropolítica, que, segundo Mbembe (2016, p. 5), é: “expressão máxima de soberania, concebida como o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. As políticas públicas que estão voltadas para as comunidades quilombolas são escassas. Isso faz com que as populações dessas localidades fiquem à margem dos cuidados básicos e, conseqüentemente, mais suscetíveis à morte.

Nessa perspectiva, o protagonismo da mulher negra e quilombola, no Quilombo Marinheiro, ganha ênfase, principalmente com a performance política das mulheres da Associação dos Trabalhadores (as) Rurais do Quilombo Marinheiro. Segundo relato das líderes da comunidade, as lutas travadas pela associação, na pandemia e, atualmente, são as mesmas travadas historicamente contra os atores políticos do Estado do Piauí e do município de Piripiri, direcionadas para melhoria na oferta dos serviços de saúde, assistência social, educação e da regulamentação fundiária.

A comunidade Quilombola Marinheiro, ultimamente, está contemplada apenas por uma escola do ensino fundamental, o que proporciona uma falta de qualificação para a população, em especial para a juventude quilombola, dificultando até no processo de reconhecimento dos indivíduos como membros de uma comunidade tradicional, atenuado pelo constante preconceito racial, social e econômico sofrido pela população dessa comunidade.

Em tempos de pandemia, a comunidade passou por uma dificuldade extrema com relação à testagem e a tratamento que deveriam ser realizados as pessoas com sintomas da covid-19. Isso aconteceu devido à falta de uma unidade básica de saúde na comunidade, que só consegue acesso aos serviços de saúde, nas cidades de Capitão de Campos e na sede em Piripiri, ambas no Estado do Piauí. No ano de 2022, a prefeitura de Piripiri - PI, implementou no quilombo atendimento médico onde a comunidade seria atendida de quinze em quinze dias, todavia, essa frequência do médico no quilombo não perdurou por muito



tempo. Hoje, de acordo com os quilombolas, o médico vem ao Marinheiro de forma esporádica, não suprimindo as necessidades das famílias.

Outro ponto importante que merece atenção de todos, conforme a fala das mulheres do quilombo, a principal luta travada pela Comunidade Marinheiro é com relação à questão fundiária, haja vista que, na atualidade, a organização das comunidades quilombolas remanescentes “dá-se mediante necessidade de defesa do território frente a pressões pela inserção na lógica das sociedades urbano-industriais, marcadas por impactos socioambientais permeados por injustiça ambiental” (SANTOS, 2017, p. 1). Uma dessas injustiças ambientais foi à apropriação por parte de pessoas externas aos documentos realizados no levantamento sobre a identidade étnica e sobre a parte fundiária do território pertencente à Comunidade Marinheiro. O que demonstra que a necropolítica do Estado brasileiro em seus vários níveis, atua na resseção dos direitos das populações tradicionais.

As mulheres negras quilombolas são pouco citadas nas políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, o que vai de contrário a importância das mulheres na ancestralidade e resistência dessas comunidades no enfrentamento diário ao desenvolvimento e expansão capitalista, especialmente do agronegócio. Soares (2021, p. 523) afirma que o cotidiano de resistência e lutas das comunidades quilombolas é feita por mulheres que “tecem, noite e dia, espaços coletivos onde depositam força, conhecimento, sabedoria e tecnologias diversas que rompem em momento oportuno, na forma de luta comunitária, coletiva e transgressora”.

Para Duarte, Grossi e Almeida (2021), demonstram que as lutas e resistências das mulheres quilombolas avançam cada vez mais na dimensão política da vida, da luta política, especialmente pela perspectiva diferente sobre o afeto, que está ligado ao ser quilombola, ou seja, a identidade e pertencimento passado entre gerações. Essa ancestralidade é relevante, pois, para as autoras, a referência aos antepassados/as no cotidiano, se dar pelo rememoração da dimensão política, social, cultural, econômica, civil e afetiva em ser quilombola.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem algumas ações que são direcionadas às mulheres, a primeira é o incentivo ao protagonismo da juventude quilombola e ações de empoderamento da mulher, especificamente para a atuação no mercado de trabalho.



Já, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no art. 3º parágrafo XII apresenta como objetivo: “implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social” (BRASIL, 2007, p, 4). Essa política demonstra que as mulheres agem como lideranças políticas em suas comunidades e, que, o fortalecimento dessas ações pode melhorar a luta e resistência dos quilombos.

As mulheres do Quilombo Marinheiro de Piripiri - Piauí, tem participações importantes dentro da comunidade, pois, são fortes pilares da economia, por atuarem na agricultura e na pecuária, que são dois eixos econômicos da comunidade quilombola. Atuam ainda dentro da Política, sendo que a Associação dos trabalhadores/as da Comunidade Quilombola Marinheiro tendo à frente mulheres quilombolas, sejam jovens, adultas e idosas cada dia se organiza e se fortalece. Ainda são importantes na religiosidade local, que é o Terecô, religião de matriz africana com forte tendência matrilinear, com terreiros comandados por mães de santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a compreender as principais políticas públicas que trabalham a questão de gênero, com recorte para as mulheres nessas comunidades e, compreender a importância da mulher jovem para a luta cotidiana do Quilombo Marinheiro.

Na imersão da literatura, observou-se que as comunidades negras e, em especial, as mulheres negras, foram invisibilizadas pelo Estado brasileiro, que por meio da democracia racial, não permitiu a compreensão da realidade desses segmentos sociais, principalmente porque o Brasil se constitui como uma sociedade escravocrata, racista e patriarcal. Todavia, percebe-se que a realidade de cada comunidade é singular, em que, mesmo com o sistema econômico rural sendo pautada na atividade masculina, na comunidade Quilombola Marinheiro, o protagonismo da mulher negra salta aos olhos na atuação política das líderes e demais membros da associação. Que, como líderes comunitárias, incentivam e organizam os membros da comunidade a lutarem por seus direitos e superarem os preconceitos e as dificuldades encontradas, principalmente, quanto ao acesso aos serviços de saúde, assistência social, educação e da regulamentação fundiária de toda a área considerada



ancestral pela comunidade. Para os quilombolas do Marinheiro, a pandemia da Covid-19 foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica.

Ressalta-se a resistência dessas mulheres e a situação do acesso às políticas públicas da mulher negra quilombola, a partir do olhar interseccional. Nessa perspectiva, pode-se observar que as violências sofridas pelas mulheres negras extrapolam as regras legislativas que garantem seus direitos e estão dentro de um processo de invisibilização da comunidade negra e das inúmeras violências sofridas por essas mulheres, que, no caso, não têm acesso aos serviços básicos.

Mesmo com a regularização das terras do território quilombola Marinheiro, nota-se que ainda existe poucas políticas públicas que assegurem os direitos básicos a essa comunidade, como o direito a educação, a saúde e tantos outros direitos não assegurados. Isso demonstra que o Estado brasileiro ainda marginaliza essas comunidades e, mesmo que existam leis que obriguem a ação de agentes do Estado para essa finalidade, de dar plenos direitos a essas comunidades, a ação política de governos, especialmente de direita, não atende às demandas dessa população.

Destaca-se também, que a resistência das mulheres da Comunidade Quilombola Marinheiro já as colocou em postos de destaque em suas comunidades, onde atuaram como líderes políticas nas reivindicações públicas. Entretanto, o acesso às políticas públicas básicas ainda lhes é negado pelo Estado, o que se constitui como desrespeito e violência à dignidade da pessoa humana, na negação de seus direitos constitucionalmente garantidos.

Por fim, observou-se que os direitos das comunidades quilombolas começaram a ser estabelecidos a partir da promulgação da Constituição Federal/88. As mulheres são pontos centrais nas lutas das comunidades quilombolas, devido a sua atuação no cotidiano dessas comunidades, como fica claro no Quilombo Marinheiro, onde as mulheres têm funções de liderança em várias dimensões da vida social. Portanto, é importante que as mulheres tenham destaque nas políticas públicas, especialmente para a formação das mulheres jovens na comunidade, para que rompam com o racismo que existe para com as juventudes e a população quilombola de modo geral.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Márcia Regina G. de. **TERRITÓRIO, ANCESTRALIDADE E TITULAÇÃO: o caso da Comunidade Quilombola Marinheiro de Piripiri-PI**. Dissertação (mestrado em políticas públicas)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/Universidade Federal do Piauí. Teresina, p.227.2022.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade. Feminismos Plurais*, São Paulo, 2019.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2016.
- BILGE, S; COLLINS, P. **O Movimento das Mulheres Negras no Brasil** IN MTUR. **Introdução ao Pensamento Feminista Negro**. São Paulo, [s-d].
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 1988.
- BRASIL, **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, 2003.
- BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- DUARTE, Joana; GROSSI, Patrícia; ALMEIDA, Eliane. Luta pelo território: as experiências sociais das mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, 2021.
- GUEDES, A; SALGADO, M. **Mulheres Quilombolas: Breves considerações sobre gênero, raça e geração no Quilombo de Santa Rita da Barreira**. Fortaleza - CE, 2017.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. (J. Oliveira, Trad.). Cobogó, 2019.
- KYRRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. In: **Revista Estudos Feministas**, 2020, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtTsRzPzWTH4Zj/?lang=pt>, acesso em: 5 mar. 2023.
- MBEMBE, M. **Biopoder e soberania: estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios, 2016.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais, Letramento. Belo Horizonte-MG, 2017.
- SANTOS, A. **Protagonismo Político das Mulheres Quilombolas e violência de gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- SOARES, Maria. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katálisis**., Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021.
- VOGT, Gabriel. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. **Revista O Social em Questão** - Ano XVII - nº 32 - 2014.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6046>

QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA? A DOULAGEM COMO PRÁTICA INSURGENTE PARA UM MATERNAR ANTI RACISTA E DECOLONIAL

*Who takes care of those who care? Doula services as an insurgent practice for anti-racist
and decolonial motherhood*

Marluce Cristina Araújo Silva¹
Natália Wulff Fetter²
Thaissa de Oliveira Scerne³

RESUMO

Diante dos inúmeros desafios exigidos ao exercermos nossas maternidades mulheres- mães, são colocadas a margem de seus direitos, precisando se encaixarem nos moldes ditados por uma sociedade patriarcal e capitalista, no que tange os processos de gestar- parir-nascer-cuidar. O presente artigo objetiva analisar e refletir a dinâmica do maternar como ato político, bem como, o trabalho realizado pelas Doulas em consonância com esta dinâmica e sua interseccionalidade. Buscaremos, estabelecer conexões com as Micropolíticas e suas Práticas Insurgentes, conceito este que concebe o exercício e o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, sempre na tentativa de analisar cada saber, corpo e objeto, e sua produção de realidade, a partir das relações de poder. Por *Práticas Insurgentes*, abordaremos a doulagem⁴, função a qual nasce de uma legitimidade que transcende a percepção dos modos de gestar-parir-nascer-cuidar, ressaltando como as Doulas⁵ são

¹ Mulher-mãe e Doula há 10 anos e sócia fundadora da ADOUPA-Associação de Doulas do Pará. Mestra em Artes pelo Programa de Pós Graduação PPGARTES/UFPA, Professora de Teatro formada em Licenciatura em Teatro pela ETDUFPA- Escola de Teatro e Dança da UFPA, com Especialização na Arte de Contar Histórias pela FCC- Faculdade Conhecimento e Ciência, e Educadora Popular pela Escola Sócio ambiental do CAC-Centro Alternativo de Cultura/2019. E-mail: mardeluz26@gmail.com

² Mulher-mãe e Doula, membro da Federação Nacional de Doulas do Brasil e da ADOSUL- Associação de Doulas do Rio Grande do Sul. Mestra em Economia pela UNISINOS, Especialista em Relações Internacionais pela ESPM/RS, graduada em Administração com habilitação em Comércio Exterior pela UNISINOS Doula formada pela ANDO (2016) e pelo IFG campus Anápolis (2021), onde também atua como formadora no curso de formação de doulas. E-mail: nataliafetter@gmail.com

³ Mulher-mãe, avó e Doula e Educadora Perinatal desde 2022, Arquiteta e Urbanista, Especialista em Gestão Urbana e Desenvolvimento Local, consultora, gestora de projetos e articuladora social com experiência com trabalhos formativos de Educação em Saúde pelo Instituto Peabiru e UNICEF. E-mail: doulascerne@gmail.com

⁴ Palavra para designar a atuação da profissional Doula durante o pré parto, o parto e pós parto, sendo inclusive reconhecida e estimulada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde.

⁵ As Doulas atuam no sentido de favorecer uma experiência de parto respeitosa, dando apoio informacional, CADERNOS PET, V. 16 , N. 31



contribuição para a garantia de direitos humanos. Hoje, estamos em um novo momento político, com a criação do PL 3946/2021 da profissionalização, que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, e ainda, a criação do Projeto da Política Nacional de Cuidados elaborado pelo atual governo Federal. Apresentamos, portanto, a partir de relatos de três Doulas, a doulagem como Tecnologia Leve de Cuidados e seus Processos Insurgentes em Ativismo e Micropolíticas. Concluindo assim, a importância em estudarmos novas estratégias de garantia de direitos humanos, justiça reprodutiva e práticas de bem viver.

Palavras-chave: Gestar-parir-nascer; Maternidades; Tecnologias leves de cuidado; Interseccionalidade.

ABSTRACT

Faced with the countless challenges required when exercising our motherhood, women-mothers are placed on the margins of their rights, needing to fit into the molds dictated by a patriarchal and capitalist society, regarding the processes of gestation-giving birth-caring. This paper aims to analyze and reflect the dynamics of mothering as a political act, as well as the work carried out by Doulas in line with this dynamic and its intersectionality. We will seek to establish connections with Micropolitics and their Insurgent Practices, a concept that conceives the exercise and development of subjects' autonomy, always to analyze each knowledge, body and object, and its production of reality, based on power relations. Through Insurgent Practices, we will address doulage, a function that arises from a legitimacy that transcends the perception of the ways of gestating-giving birth-caring, highlighting how Doulas contribute to guaranteeing human rights. Today, we are in a new political moment, with the creation of PL 3946/2021 on professionalization, which is being analyzed by the Constitution, Justice and Citizenship Commission, and, the creation of the National Care Policy Project prepared by the current government Federal. We therefore present, based on reports from three Doulas, doulage as a Light Care Technology and its Insurgent Processes in Activism and Micropolitics. In conclusion, it is important to study new strategies to guarantee human rights, reproductive justice and good living practices.

Key-words: Gestation-parenthood-birth; Maternities; Light technologies of care; Intersectionality.

Depois que um corpo comporta outro corpo, nenhum coração suporta o pouco.

Alice Ruiz

MATERNIDADE: A REVOLUÇÃO

O direito de gestar, parir, nascer e cuidar colocou a dinâmica da maternidade no escopo de reflexões urgentes nos últimos tempos, principalmente do ponto de vista da Saúde Mental Materna. Porém, mesmo em frente a tais estudos, não é possível encontrar respostas eficazes frente às complexibilidades que tange o assunto. A maternidade surge como um fenômeno demasiadamente paradoxal, sendo, portanto, necessário cada vez mais fornecer

físico e emocional no período gravídico puerperal. Seus suportes são providos pela Medicina Baseada em Evidências (MBE).



elementos que contribuam com sua real dinâmica, sendo necessário recorrer às pesquisas históricas e epistemológicas, bem como, ancestrais, capazes de dialogar com as tecnologias leves⁶ de cuidados, utilizada pelas Doulas por exemplo; profissionais estas que se inclinam para desenvolver um melhor e mais completo entendimento para este que é um momento peculiar que mulheres-mães há milênios atravessam.

O que de fato acontece, e que “Maternidade não corresponde a um acontecimento biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica. Envolve prestação de cuidados, envolvimento afetivo em medidas variáveis”⁷. Este fenômeno não deveria nunca ser romantizado, partindo da premissa que, a *maternidade* tem relação com o ato de gestar e parir uma criança. Já a *maternagem* vem depois do ato de parir e está totalmente ligada ao ato de cuidar, de dar apoio ao desenvolvimento dessa criança que veio ao mundo. Portanto, do ponto de vista de uma mulher-mãe, independentemente de ser biológica, ou adotiva, de sua cultura, raça e/ou crença, ela traz em sua dinâmica uma vivência visceral, transformadora, e na sua maioria avassaladora.

Nós Doulas na perspectiva de auxiliar esta revolução nada fácil, somos profissionais que desenvolvemos um trabalho sob uma téttrade- *o gestar, parir, nascer e cuidar*. E sobre estes Ritos de Passagem⁸ desempenhamos um trabalho extremamente relevante não só para a área da Saúde, mas sim da Educação, Assistência e para agora a Política de Cuidado. E para abordamos a ação que a *doulagem* executa como *práticas insurgentes*, seguiremos analisando e refletindo a dinâmica da maternidade como *ato político*, e que também se desenvolve em essência na *insurreição*⁹. E para o que se refere aos estudos sobre processos Insurgentes e Ativismo Micropolíticos, Suely Rolnik, Filósofa e Escritora, contribui com seus estudos, definindo “Somos então tomados por uma urgência que convoca do desejo de agir”¹⁰. Segundo a autora:

⁶ Para tanto concebe-se, portanto, a dimensão de *tecnologias leves*, que são ações que estabelecem cuidado, o vínculo e o acolhimento. De acordo com Mehry (1997).

⁷ CORREIA, M. J., & Leal, I. (1989). Primiparidade tardia: Estudo exploratório. Revista Arquivos da Maternidade Dr. Alfredo da Costa. 1, 52-55.

⁸ Conceito desenvolvido por Arnold Van Gennep, que assume a aparência da passagem especial marcada entre nós por determinados ritos, batismo, ordenação, etc”. GENNEP, Arnold Van. Os Ritos de Passagem. Editora Vozes. 2013.

⁹ Ato ou efeito de insurgir(-se), de sublevar(-se) contra a ordem estabelecida.

¹⁰ ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições. Junho-2018, p.101.



Assim são as insurgências que vem irrompendo por toda parte e que tem introduzido estratégias nas quais o par direita/esquerda deixa de ser um operador suficiente para delinear as forças em jogo e acertar os alvos do combate. São movimentos de insubordinação que têm surgido sobretudo nas gerações mais jovens (em especial nas periferias dos centros urbanos e, mais especialmente entre negros, mulheres e LGBTQI+), assim como nos povos indígenas e nas comunidades quilombolas). Ora, não será exatamente a presença dessa mudança de estratégia o que nos surpreende nesses novos movimentos insurrecionais?¹¹

E para melhor delinear nossos estudos, se faz necessário percebermos a visão colonizadora que há sobre o matrenar, e que a partir da modernidade e sua narrativa ocidental, a mãe foi uma figura moldada por uma episteme eurocêntrica, onde a maternidade tradicional posiciona as mães como exclusivas do ambiente doméstico, “a identidade denominada “mãe” foi forjada a fim de estabelecer um elo estratégico entre o sexo feminino compreendido como biológico e a reprodução da força de trabalho”¹².

Outra ideia que emoldura a dinâmica da maternidade é atrelada ao sagrado, comparada ao princípio bíblico de Maria mãe de Jesus, símbolo de santidade, perfeição e do amor incondicional. Esta forma de percepção que a maioria da sociedade tem, de que a mãe é uma pessoa, que é capaz de gerar vida, parir essa vida e cuidar, se preciso for- SOZINHA- de um ser humano, pois como diz o ditado popular “quem pariu, o “*Mateus*” mantém e o balance”, e como o próprio ditado, a maternidade há tempos vem sendo deturpada, pois segundo Bandinter¹³ (1992), “o amor maternal é algo infinitamente complexo e imperfeito; longe de ser instintivo é condicionado por múltiplos fatores, independentes da boa natureza ou boa vontade da mãe”¹⁴. Portanto, cada caso é um caso, e cada mãe carrega sua história pessoal, sendo a maternidade exercida pela oportunidade da gravidez, ou não, pois em todas nós, perpassa o desejo de ter ou não filhos biologicamente. Mais independente da dinâmica de cada mãe, ela dependerá de apoio, independente de seus fatores sociais, culturais e profissionais, cuidar de uma vida requererá uma quebra de paradigmas, para que a realização desta dinâmica aconteça de forma favorável para qualquer mulher-mãe.

¹¹ ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições. Junho-2018, p. 102.

¹² Cf. SOUZA, Luana Fontel. Maternidade e Universidade: Trajetórias Discursivas na Graduação. Livro Mães Cientistas Perspectivas e Desafios na Academia. São Paulo. FFLCH/USP PROLAM/USP, 2023, p. 281.

¹³ BADINTER, E. Identidade masculina. Porto: Ed. Asa. 1992.

¹⁴ CORREA, Maria de Jesus. Sobre Maternidade. Análise Psicológica. 1998, p. 366.



E essa a noção de maternidade que há muito tem sido construída e constituída em diversos campos, como histórico, cultural e científico, a qual considera em essência a máxima da vida feminina, pois “ser mulher” há muito tempo é definido a partir da redução ao seu papel reprodutivo, sendo este inclusive o esperado pela sociedade, como o tema central da vida de uma mulher. É de fundamental importância percebermos de que forma a ciência vem produzido e legitimando a maternidade ao longo da história, pois para as ciências é a maternidade que faz o gênero, e compreender a formação sócio histórica da maternidade é necessária para a decolonização do pensamento em torno desta dinâmica a qual mobiliza a humanidade; e no que tange a garantia dos direitos humanos, e a nova compreensão sobre o trabalho de cuidado.

Na perspectiva de contribuir, através do prisma das interseccionalidades temos o objetivo de apresentar e estudar a doulagem e sua prática insurgente, na dimensão de revelar sua contribuição através de sua tecnologia leve para a política nacional de cuidado nos tempos atuais. As Doulas são trabalhadoras do cuidado em essência, e que há tempos vem militando e lutando de forma anti-hegemônica, anti-racista, anti-capacitista; e principalmente anti-misógino, pois, somente questionando e argumentando para que a sociedade compreenda que esta dinâmica vinculada a natureza do que seria “ser mãe”, não existe, e que quando desviamos a compreensão sobre isso, caímos no senso comum de uma lógica colonizadora e patriarcal, onde, automaticamente essa dinâmica se torna patológica, pois a mãe que não cuida de seu filho, é uma má mãe, consequentemente há algum problema nela. Porém, a pergunta que não quer calar é: Qual a mulher- mãe que consegue cuidar de um- dois, três filhos, sem ter como minimamente se cuidar, ou ser cuidada? Como o Estado e a Ciência vem intervindo sobre os corpos e mentes femininas de mulheres mães ao longo da história? E de que forma a doulagem pode contribuir para a não reprodução deste modelo colonizador? Como desenvolver uma política de cuidado eficaz, onde o trabalho de cuidado possa ser distribuído? Porque se torna importante pesquisas que abordem o ato de maternar?

NASCE UMA MÃE, NASCE A CULPA!

Em outras culturas, há outras formas de constituição de maternidades, e para isso se faz necessário desenterrar nossas epistemes, escrevendo sobre nós mesmas, observando



por outra ótica a dinâmica do maternar, saindo das narrativas de dor e sofrimento, para apresentar as potencialidades que há nesta condição há qual aprendemos a transitar. Por exemplo, nas culturas africanas, importante herança cultural humana, a maternidade é considerada uma bênção, consagrando-lhe a mãe o papel de elo geracional, força vital, uma nobre condição de portal da vida e passagem sobre dois mundos, onde a maternidade e suas diversas qualidades tem expressão arquetípica dos orixás femininos. Ronilda Ribeiro em sua tese de doutoramento intitulada *Mãe Negra- O significado Iorubá da maternidade*, nos refere que “As representações universais da maternidade são de riqueza simbólica praticamente inesgotável”¹⁵. Ou seja, na perspectiva ancestral a maternidade é vivenciada de forma coletiva, pois é vista como o mundo em seu eterno regenerar-se, apostando na maternidade como uma dinâmica de caráter positivo.

Já por outras narrativas, principalmente pelo olhar do colonizador, se a Eva comeu a maçã, pariras com dor, já estando, portanto, condenada a sentir o peso dessa culpa. Isso é o a séculos nos é enfiado goela abaixo, e o que nos cabe quando conseguimos desconstruir essas máximas colonizadoras, é olhar para o futuro, sem deixar de olhar para o passado, para deixamos de ser meramente o objeto, para nos colocarmos no lugar de sujeito, e decidimos “*nada sobre nós, sem nós*”; portanto, metodologicamente nossas investigações se delineia qualitativa em uma pesquisa-ação-participante, pois do ponto de vista ao qual estamos, onde somos mulheres mães e Doulas, dessa forma tornam-se muito importantes os fatores a serem considerados no momento de julgarmos a dinâmica da maternidade, pois o maternar associa-se às características individuais e da atmosfera cultural de cada pessoa que gesta.

No livro, *Mães um estudo antropológico da maternidade*, o estudo de Kitzinger (1978), amplia a discussão; a autora aponta que “o estilo de maternidade, é uma expressão da cultura e engloba um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e, também como é o filho; as atitudes para com ela variam de acordo com as classes sociais”¹⁶. Pesquisar sobre maternidades, gera uma infinidade de questões como bem já percebemos, principalmente pela sua diversidade no que tange sua dinâmica. Existem muitas formas de executar tão revolucionária função e ação, papel este que distribui encantamento, ao mesmo

¹⁵ RIBEIRO, Ronilda. *Mãe Negra, o significado Iorubá da Maternidade*. São Paulo, 1995, p. 3.

¹⁶ KITZINGER, S. (1978). *Mães. Um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Ed. Presença.



tempo que muita tensão, porque independente se é biológica, adotiva, ou afetiva, esta relação “mãe e filho”, atravessa as trincheiras sociais, culturais e espirituais, nesse processo árduo que formaliza e valida toda uma civilização, pois é notório que a sociedade não funciona sem as mães, ao mesmo tempo, que honrar isso não é nada fácil neste sistema em que vivemos, ao qual, estigmatiza este fenômeno, como sendo o único e até punitivo e interminável obrigação no que se refere a missão de cuidar.

A maternidade, entretanto, tem como pano de fundo a dinâmica da sociedade num certo momento, historicamente determinado. Inscreve-se por isso em padrões de cultura, nos quais, concepções como sejam as de infância, qualidade de vida, direitos e deveres dos cidadãos, têm uma importância primordial¹⁷.

“Parabéns, agora que você é mãe verá o que é nunca mais é estar inteira em um lugar”, este é um aviso que uma paciente recebe de uma amiga ao ganhar seu bebê, e texto que abre o início do quarto capítulo do livro, “A criação da criança- Brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê”, o qual a psicanalista Julieta Jerusalinsky lança uma lupa sobre considerar a maternidade como uma experiência que pode vir a realizar a equação fálica para uma mulher, tal como Freud propõe, mas que, ao fazê-lo, antes de devolvê-la, reatualiza a condição feminina perante a castração¹⁸.

Quando por algum momento nos encontramos em um período desafiador da maternidade, e ao reclamar ou desabafar, um sentimento contrário à expectativa social da maternidade, mães são julgadas sem dó nem piedade, e isso é adoecedor, sem contar a exaustão, a privação de sono que desencadeia o cansaço físico e emocional, o burnout¹⁹; para o senso comum, isso faz parte do pacote de quando uma mulher decide exercer essa função/missão, e o que mais nos incomoda neste processo todo é que sempre será muito cômodo do ponto de vista do outro, que julga essa dinâmica como algo natural, obrigatório, e que requer, além da perfeição, o sacrifício de nossas partes.

Ao nos tornamos mães, inevitável ouvir fases do tipo: Ah! Mas é assim mesmo,

¹⁷ LEAL, I. (1990). Nota de abertura. *Análise Psicológica*, 8 (4), 365-366.

¹⁸ JERUSALINSKY, J. *A criação da criança- Brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador, BA: Ágalma. 2011, p. 151.

¹⁹ Conhecida como síndrome do esgotamento, pode ser caracterizada pelo estresse prolongado, relacionado não só aos cuidados maternos, mas pela forma e obrigação das mães ao exercerem múltiplas obrigações nesta fase da vida.



não tem jeito, ser mãe é padecer no paraíso, e mesmo assim, tens que amar incondicionalmente teu filho. Não!!! Mil vezes não, nós não queremos, não autorizamos esse massacre sobre nossas vidas e nossos corpos, vamos resistir, nem que para isso seja preciso dar um passo atrás, ou à frente, porque de uma coisa cada vez mais estamos tomando consciência “As mulheres são como água, crescem quando se juntam!”

MULHER-MÃE-AVÓ E DOULA- LUGAR DE FALA

Nestas breves reflexões a seguir, como Mulheres-mães, uma avó e todas Doulas, desejamos desenvolver nosso *lugar de fala*, e por uma perspectiva em Djamila Ribeiro, filósofa, feminista negra, e escritora brasileira que sustenta o conceito, ao qual, favorece a participação de grupos que têm menos voz ativa nas decisões e rumos da sociedade, e que segundo a escritora, a hierarquia estrutural da sociedade faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes de grupos minoritários sejam tratadas de modo inferior, e que “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”²⁰.

Ao nos tornarmos mães e posteriormente Doulas, nossos posicionamentos se entrecruzam, e sobre esse formato de imposição, e até de silenciamento que desejamos refletir também. Pois tanto como mães, ou como Doulas precisamos nos munir de estudos e vivências as quais serão possíveis nossa real contribuição nesta prática de cuidado, para que este “castigo” de vivenciar uma maternidade/maternagem há qual somos colocadas como reféns por uma sociedade em que tudo se dá a partir do nome do pai, do filho e do espírito santo, possamos ressurgir e fazer valer outras formas de resistência.

Em síntese, nossas reflexões muito advêm do livro “Esfera da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada”, de Suely Rolnik, ao qual ela conceitua o processo *Insurgente e as micropolíticas* como “um foco invisível e inaudível que se situa na tensão entre o sujeito e o fora-do-sujeito”²¹.

As Doulas estão inseridas a muito tempo na história da humanidade, reivindicando

²⁰ RIBEIRO, D. O que é: Lugar de Fala? Belo Horizonte (MG); Letramento, 2017, p. 70.

²¹ ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições. Junho-2018, p. 123.



a validação de seu ofício, e nas trincheiras vem apontando o caminho para a decolonização do pensamento em relação ao fenômeno do parto e nascimento, pois hoje a condição de se estar em estado gravídico/puerperal, também é pensar na inclusão, de pessoas com útero, e que independente de questões de gênero, raça, ou religião, engravidar, gestar, parir e cuidar num sistema capitalista e principalmente patriarcal, trará à tona dados reais, onde ao longo da história, nossos corpos são violentados física e psicologicamente, onde umas das mais infelizes frases ecoam pelos corredores dos PPPs das enfermarias das instituições e maternidades, como: “não grita, porque quando fez não gritou”, “seu filho vai nascer surdo”, “agora tá aí chorando, ano que vem tá aqui de novo”, configurando uma das mais veladas violências, as obstétricas²² que mulheres mães passam ao adentrarem nesta esfera do maternar.

O ato de doular, de partejar, é mais antigo do que se imagina. Na mitologia romana, *Lucina* é considerada a deusa que envia auxílio às mulheres em trabalho de parto. Na mitologia grega, tem-se *Ilítia* como a deusa dos partos de gestantes, e que protegia as mães durante a gestação. Já para os povos indígenas, a gravidez e o parto, talvez sejam um dos mais emblemáticos momentos da civilização humana; para eles o fenômeno é recheado de crenças e rituais, muitos deles para Jaci, a Deusa da Lua. Segundo a pesquisadora Raquel Paiva Dias, que viveu a experiência de habitar na terra kwatá no Amazonas, realizou através de relatos das indígenas de etnia Munduruku sobre suas vivências com a gestação, parto e pós parto. Do ponto de vista da mulher indígena que gesta, está intrinsecamente conectada com a energia da Deusa da lua, porém não menos interligada com outra mulher indígena que encarnada em matéria lhe servirá de auxílio incondicionalmente importante, pois as mulheres Munduruku ao parirem na aldeia, contam com o apoio daquela que detém o dom de “pegar barriga”, as famosas parteiras, conhecedoras das ervas, chás, banhos e rezas²³.

Quando propomos cuidar de quem cuida, estamos propondo um maternar antirracista e decolonial, estamos olhando a partir desta perspectiva, para apresentar outras questões relacionadas a maternidade e seus desdobramentos, sendo ela portanto, o ancoramento de todos nossos saberes ancestrais, nosso conhecimento empírico e internos,

²² Conjunto de práticas contra a mulher/parturiente, ou pessoa que gesta; uma violência institucionalizada, e que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como uma violação aos Direitos Humanos.

²³ SCOPEL, Raquel Paiva Dias. A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.



que são fundamentais para que os fluxos alcancem subsídios reais na garantia de direitos humanos, justiça social para a democracia brasileira.

Ao “doular-mos” temos a oportunidade de contribuir para um desfecho positivo de parto e nascimento, e para a construção de histórias positivas reais, onde a autonomia e o protagonismo dos corpos de mulheres mães e de pessoas com útero possam ser respeitados. Assim, passamos a nos deter também às dimensões epistêmicas, porém simbólicas, filosóficas, cognitivas, ancestrais, poéticas e espirituais, lançando perguntas as quais nos permitimos problematizar este assunto que por si só, nunca se esgota.

Nós Doulas, no contexto da saúde, somos consideradas uma tecnologia leve ao atuar no acolhimento e apoio com informações e cuidados para melhor viver o período gestacional; com técnicas não farmacológicas de alívio da dor no ato do trabalho de parto, com práticas de massagens, posicionamentos/movimentos para o corpo, auxílio e encaminhamentos importantes também no pós parto imediato, sendo assim, a Doula é uma profissional sob o olhar atento aos cuidadoso sem estar calcada na tecnocracia.

Defendemos, portanto, que se faz urgente repactuar as relações humanas na atualidade, repensando a centralidade do experienciar e da necessidade do cuidado ao longo das nossas vidas. Refletido que, “O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude.”²⁴, encontramos assim, eficazes conexões com outras teorias essenciais para dialogar com o campo das políticas do cuidado. Pois é na potência do cuidar, onde se encontra o tensionamento das diversas maternidades/maternagens, independente de cultura, crença, raça ou formato social. Pontos encruzilhados por nossas intencionalidades de mulheres-mães-doulas, portanto, identidade, gênero, classe, e a forma como isso impacta nossa relação com a sociedade e nosso acesso a direitos.

O futuro é ancestral, é nessa compreensão que cresce o desejo em falar cada vez mais neste assunto tão urgente e necessário para a manutenção de nossa sã consciência, o acesso e a democratização há saúde integral materna, para que sejamos autônomas em nossas escolhas, donas dos nossos corpos e com seguridades que nos oportunizam crescimento onde escolhemos ser e estar, pois enquanto escrevíamos este artigo, em meio às mil missões e demandas bem característicos *da maternagem*, entre costurar uma blusa

²⁴ BOFF, L. Saber cuidar. Ética do humano-compaíão pela terra. 10ª Edição. Ed. VOZES. 2004, p. 25.



para um filho, brincar com o outro, fazer o almoço, lanche da tarde, jantar da noite, lavar a louça, varrer a casa, escrever, estudar, cuidar, cuidar, cuidar; cuidar-se, esse se torna naturalmente o mote da proposta de pesquisa, cuidar disso, nutrir esse assunto, na busca em refletir eficazes encaminhamentos e execução de políticas públicas para as mulheres-mães.

*Honrar a nós mesmas,
amar nossos corpos,
é uma fase avançada na
construção de uma autoestima saudável.*
Bell Hooks

DOULAGEM: UMA PRÁTICA INSURGENTE

E para um melhor entendimento das práticas de cuidados realizado por nós Doulas, a qual podemos também chamá-la de *tecnologias leves ancestrais de cuidados*, e a qual pode impactar de forma positiva na construção da atual política nacional de cuidado, damos voz aos diversos tipos de maternidades, através de nossa militância política.

Para tanto concebe-se, portanto, a dimensão de *tecnologias leves*, que são ações que estabelecem cuidado, o vínculo e o acolhimento, o qual o ofício das Doulas realiza em potencial na área da saúde²⁵. De acordo com Mehry (1997), as tecnologias no âmbito da saúde podem ser divididas da seguinte maneira: leves, leve-duras e duras. As tecnologias leves são ferramentas que permitem a produção de relações entre o profissional-usuário mediante a escuta, o interesse, a gestão como forma de orientar processos, a construção de vínculos, confiança e de gerenciamento utilizados na busca da qualidade do cuidado prestado aos usuários.

As Doulas em potencial podem desenvolver seu trabalho também nas áreas da educação, saúde, assistência, e cuidado visando o bem estar, a autonomia e o empoderamento de pessoas que gestam e sua rede de apoio no ciclo gravídico puerperal, com isso, elas vem resistindo e restaurando práticas de cuidados ancestrais onde o corpo é

²⁵ MERHY, E.E. & FRANCO, T.B., Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional in Saúde em Debate, Ano XXVII, v.27, N. 65, Rio de Janeiro, Set/Dez de 2003.



livre e autônomo, e mais especificamente, sobre os princípios e as dimensões da *Doulagem*, sua prática, seu trabalho e contribuição enquanto *Práticas Insurgentes no âmbito das micropolíticas*, são estratégias eficazes para a garantia de justiça social.

Pois, *Doular* é um ato político que atravessa o sistema patriarcal de empenhada há desenvolver habilidades esquecidas, oprimidas e silenciadas, permitindo a liberdade e a autonomia de gestar, parir, nascer e cuidar como Direitos Humanos imprescindíveis e inegociáveis. Neste contexto, Suely Rolnik elucida em sua obra sete pontos aos quais escolhemos quatro para analisar, pois segundo a autora:

As insurreições desta esfera, sendo na micropolítica que, nesse momento, a vida nos impõem uma exigência maior de decifração de seus mecanismos e de refinamento dos modos de ação frente a eles, nosso maior desafio está em desenvolver ferramentas apropriadas ao trabalho implicado na descolonização dos inconscientes- matriz da resistência micropolítica.²⁶

A *doulagem*, como *prática Insurgente*, converge em quase todos os pontos analisados pela autora, porém são em alguns deles que se configura de forma contundente, como por exemplo:

No **terceiro-** *o que move seus agentes*: O que move os agentes da insurreição micropolíticas é **a vontade de perseveração da vida** que, nós humanos, manifestamos como impulso de “anunciar” mundos por vir, num processo de criação e experimentação que busca expressá-los.

No **quinto-** *critério de avaliação das situações (critério pulsional e sua ética)*: O critério para avaliar as situações na esfera micropolíticas é “pulsional”: **o que orienta nossas escolhas e ações nessa esfera é uma “bússola ética”**.

No **sexto-** *Modos de operação (por afirmação)*: É “por afirmação” que se opera a insurgência na esfera micropolítica: trata-se de um **“combate pela” vida em sua essência germinativa**.

No **sétimo-** *Modos de cooperação (via ressonância entre frequências de afetos para a construção do “comum”)*: É **pela construção do comum** que se coopera na

²⁶ ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições. Junho-2018, p. 123.



insurgência micropolítica, cujos agentes se aproximam “via ressonância intensiva” **que se dá entre frequências de afeto** (emoções vitais).

Encontramos na *doulagem* a dimensão e concepção de uma servir que nasce da flexibilidade de uma escuta ativa e consciente das pessoas em estado gravídico puerperal, ao qual legitima nossa profissionalização, pois são as Doulas responsáveis em agregar positivamente ao contexto multidisciplinar o que na real exige-se para humanizar o parto e nascimento, elas são as filhas do tempo, da terra, vieram seguindo os rastros das parteiras tradicionais, as quais abriram as matas e todos os caminhos.

Por isso tudo, podemos afirmar que a *doulagem*, é uma ação que transcende a percepção dos modos de *gestar, parir, nascer e cuidar*, espalhadas por todo o Brasil, e que vem contribuindo para o constructo de políticas públicas que sejam capazes de cercear o velamento da Violência Obstétrica sofrida por mulheres, e pessoas com útero e principalmente e alarmantemente sofridas por mulheres negras, periféricas e indígenas. Nesse sentido, destacamos a violência obstétrica, como um conjunto de práticas contra a mulher/parturiente, ou pessoa que gesta; uma violência institucionalizada, e que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como uma violação aos Direitos Humanos.

Neste sistema ao qual estamos inseridas, onde a carne mais barata e a carne preta, onde os corpos das mulheres são violentados das mais absurdas formas, onde o esquecimento, o silenciamento e o adormecimento imposto aos nossos corpos, pelo abuso de poder que tem como principal objetivo “o lucro”, e que a todo custo, desejam manter a ilusão de domínio e de poder sobre o corpo do outro, insiste em nos aprisionar, pois “nossos corpos foram mudado de figura com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem”²⁷.

E para melhor compreensão das *Práticas Insurgentes*, realizadas pelas Doulas, é necessário discorrer sobre esta profissional que desenvolve seu trabalho pautado no apoio informacional, emocional e físico, para mulheres, e pessoas com útero no período gravídico puerperal. A Doula é uma profissional (com já citamos anteriormente) muito além da área da Saúde, ela é uma profissional também da Educação, Assistência e Cuidado. A palavra

²⁷ ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições. Junho-2018, p. 32.



Doula tem sua origem no termo grego clássico (dule), mulher que serve. Na antiguidade grega a palavra passou a ser mais utilizada para designar criada ou escrava. Na contemporaneidade, o uso da palavra a afastou drasticamente de seu significado original, passando a designar as mulheres que atuavam sendo conhecidas como *assistentes de parto*. Já a utilização da palavra Doula no cenário acadêmico é atribuída à antropóloga e médica Dana Louise Raphael (1926-) em pesquisa realizada nas ilhas Filipinas, em 1977, ao referir-se às mulheres que ajudavam às novas mães durante a lactancia e cuidados aos recém-nascidos.

Aqui no Brasil, também é possível observar que o uso da expressão Doula se refere às mulheres que atuam com apoio informacional, físico e emocional às parturientes, porém a etimologia da palavra deu origem as profissionais que também de alguma forma trabalham como terapeutas do feminino, e com isso hoje vamos encontrar, as doulas do luto, doulas da adoção, doulas da menarca e até doulas da menopausa.

Fomentamos, assim, a garantia de direitos humanos através de experiências mais positivas e respeitadas de gestações, partos, nascimentos, e cuidados. E para melhor difundir nossas investigações, análises e reflexões, apresentaremos a seguir um breve histórico sobre essa prática de cuidado que se alinha a doulagem, bem como, o relato de experiência de 3 Doulas que atuam de norte a sul do Brasil, e que vem na luta pela implementação de políticas públicas, e mais estudos sobre a quem se interessar por este escopo.

DE MÃE PARA DOULA- UM PROPÓSITO DE MUDANÇA

Ao decorrer destas linhas, será possível contemplar as experiências de três Doulas, e que literalmente estão de um extremo a outro do Brasil, duas no Norte e outra no Sul, todas são mães, sendo uma avó, profissionais, feministas, militantes e pesquisadoras, estando interligadas pela Federação de Doulas do Brasil, a FENADOULASBR; e que fazem parte da construção e organização das Associações de seus estados, Marluce Araújo da ADOUPA-Associação de Doulas do Pará, Thaissa Scerne da ADOUPA-Associação de Doulas do Pará- e Nátalia Fetter da FENADOULASBR e ADOSUL- Associação de Doulas do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, ambas alinham-se em muitas questões, justamente pela luta em comum, e que ao mesmo tempo com enfrentamentos distintos no que tange o avanço de políticas públicas de seus estados e regiões do Brasil. Hoje, bem mais perto de conquistas significativas, como o PL 3946/2021, que trata da regulamentação da profissão das Doulas, o qual vem sendo



aprovado no Senado Federal. Desde então tramita na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado na Comissão de Direitos da Mulher em novembro de 2023, e em junho deste ano aprovado na Comissão de Saúde, e segue o fluxo pela profissionalização a qual já vem acontecendo há mais tempo, visto que em 2017 houve a primeira proposição de projeto de lei na Câmara, e nesse período o movimento de Doulas junto a Federação de Doulas do Brasil, tem buscado o diálogo tanto com o poder Legislativo quanto com o Executivo.

Marluce Araújo, é mãe de dois, Moisés de 12 anos e Ângelo de 7 anos, em Artes, e Mestra em Artes pelo PPGARTES/UFPA, Professora com Licenciatura em Teatro pela ETDUFPA, atriz formada pela Escola Estadual de Teatro Martins Pena/RJ, com Pós Graduação na Arte de Contar histórias- FCC, bem como, Educadora Popular da Escola Popular de Educação Socioambiental do CAC. Tornou-se Doula pelo Instituto Gama/SP. Hoje, é membro fundadora da ADOUPA- Associação de Doulas do Pará, no cargo de presidenta na gestão 2023 e 2024. Formou-se como Doula em 2014, e a 10 anos vem contribuindo através da *Doulagem*, a qual reconhece como sua *Prática Insurgente*, e que se alinha com a chegada de sua maternidade em 2011 aos 32 anos com o nascimento de seu primogênito, e em 2016, e aos 36 anos, com o nascimento de seu caçula; ambos gerados e paridos através de partos naturais humanizados domiciliares, onde teve a oportunidade de contar com a presença de uma Doula.

Estes atravessamentos entre maternidade e *doulagem*, trazem consigo potencialidades ancestrais, aos quais ela foi buscar retomar com afincos na história das que lhe antecederam, pois tanto a avó materna Ana, como sua mãe Maria são mulheres ribeirinhas, nascidas na Vila Maiauata em Igarapé Miri, município do Estado do Pará; sua avó foi uma mulher rezadeira das boas, detinha um saber empírico no cuidado com as pessoas e principalmente com as crianças, e através das ervas cuidou de todos da vizinhança e da família; já sua Mãe Maria, mulher que herdou de sua mãe fortemente a fé inabalável em Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do povo Paraense. Foram elas a fonte de inspiração ao se tornar mãe, considerando que seu *corpo foi convocado*- há viver essa revolução da forma mais consciente e ativa possível, pois a maternidade em sua maioria é uma experiência muito profunda e solitária, revirando-nas a vida do avesso. Portanto, foi desta herança ancestral, a qual lhe fortaleceu para então viver essa dinâmica de forma consciente, pois, “no ato de discernir, porque existe e não só se vive, se acha a raiz, atinge o ontem,



reconhece o hoje e descobre o amanhã”²⁸.

A vida materna, ao vivê-la nos deparamos com uma vulnerabilidade nunca experienciada; talvez este seja um assunto que não mobilize a todos de forma igual, porém ele move a sociedade como um todo. Pois, a experiência corporal/mental/espiritual que uma maternidade exige, mobiliza a necessidade de estudar, compreender o próprio corpo, sua fisiologia, sua ancestralidade, determinando as mães uma entrega para conseguir experienciar estes Ritos de Passagem *gestar/parir/nascer/cuidar* com protagonismo, inteireza e segurança. Portanto, foi ao receber os serviços e cuidados de uma Doula, aos quais foram essenciais e indispensáveis, que passou então a militar, engajando-se na causa do parto humanizado, tornando-se assim um propósito de vida, como uma parte que lhe cabe deste latifúndio em ser uma mulher amazônida, vivendo na região Norte do Brasil, reexistindo e buscando a liberdade e autonomia do corpo e da voz, e assim, também contribuir para o empoderamento de outras mulheres mães, considerando as diversas possibilidades em que o exercício de maternar está imerso, é por si só, é a ponta do iceberg. Lançar uma lupa sobre este assunto ao qual atravessou-lhe de forma contundente, trouxe a tona as memórias da revolução que a maternidade requer da vida, bem como, a relação com sua mãe Maria, e consequentemente com suas ancestrais, que não tiveram a mesma chance se emancipar, e assim, reivindicar o direito de decisão sobre suas vidas e seus corpos.

Nátalia Fetter, formada em administração (UNISINOS) com mestrado em Economia (UNISINOS). Doula desde 2016, coordenadora geral da ADOSUL por duas gestões (2017-2021), integrante do Conselho Fiscal atualmente (2021-2025). Hoje também, é Tesoureira da Federação Nacional de Doulas do Brasil (FENADOULASBR) na atual gestão (2021-2024), tendo sido do Conselho Fiscal (2019-2021). É embaixadora da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa) no Estado do Rio Grande do Sul desde 2022, e integra o Fórum Estadual de Mulheres do Estado. Vem ampliar a discussão, na perspectiva sobre desromantizar o parto, a mulher como apenas um corpo, bem como a Doula no combate a violência obstétrica, observando estes como caminhos ao qual pode-se garantir que as crianças sejam cuidadas quando em grande parte dos casos a mãe precisa parar de trabalhar ou se inserir em trabalhos não estáveis para dar conta dos cuidados diários com a família.

Ao longo da vida Natália sonhou com a maternidade e planejou ser mãe, podendo

²⁸ FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 41.



gestar e parir, tendo lindas experiências regadas de cuidado e amor. Sua primeira filha nasceu e com ela nasceram muitos questionamentos sobre a mãe enquanto ente e agente político no espaço social. Como acolher e cuidar de si e de outras mulheres enquanto todos esperam que a gente dê conta de tudo, mas não se dialoga sobre as dificuldades. A partir desta experiência pessoal, quando Betânia tinha 1 ano, fez sua formação de Doula, atuando um pouco e menos de 12 meses, já se viu grávida de Teresa. A chegada de Teresa num parto domiciliar planejado e regado de afetos lhe fez despertar para a dura realidade que poucas outras mulheres teriam o mesmo privilégio. E dali em diante se viu imersa em movimentos sociais de ativismo e luta pela garantia dos direitos das mulheres, em especial dos sexuais e reprodutivos. A experiência da primeira maternidade fez-lhe mudar o curso da caminhada profissional.

A segunda maternidade lhe despertou para a militância sobre o direito de parir com respeito. A chegada de um filho(a/e) muda a vida completamente, em especial no início de sua vida, com privação de sono, de autocuidados, esse trabalho não é contabilizado socialmente nem economicamente se pensarmos que a mulher-mãe está mantendo vivo o futuro da sociedade. Essa mesma sociedade negligencia a carga diária materna, perpetuando assim uma romantização do maternar. Mesmo tendo tido experiências maravilhosas no parir, se deparou com a maternidade real, e de não dar conta do dia-a-dia, sempre com a sensação de estar em dívida com alguém, fosse com suas filhas, com companheiro e até consigo mesmo. Quando estava cuidando das crianças não estava produzindo, quando estava trabalhando estava longe dos cuidados diários. A sociedade espera das mulheres-mães um resultado inatingível – não há tempo nem espaço para uma dedicação integral a tantas funções de forma satisfatória, que dirá produtiva.

A maternidade pode ser uma escolha e mesmo assim ser um caminho tortuoso de atravessamentos. A realidade é muito mais complexa, e é essencial reconhecer e compartilhar experiências que desmistificam essa idealização. A mudança de paradigma, de ser menos produtiva na visão capitalista da geração de renda para o cuidado de bebês e crianças, altera o padrão de renda e de possibilidades, relegando normalmente a mulher a uma condição de dependência financeira de outra pessoa, mas responsável pelo cuidado geral da casa e das crianças.

Thaissa Scerne, 49 anos, arquiteta e urbanista de formação acadêmica, pós



graduada na área das ciências sociais, há 20 anos ativista de direitos humanos com foco no direito de crianças e adolescentes. Entre os inúmeros trabalhos realizados na Amazônia de 2015 a 2023 estão os em parceria e/ou consultoria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência - UNICEF.

Nascida de um parto cesariano em 1975, este pago de forma parcelada pelo pai Paulo, na época graduando no curso de engenharia civil. Foi o pai, que ao lado de sua mãe Joana, também recém formada em engenharia agrônoma, lhes contavam que este seria o único homem na fila da mamadeira na maternidade. Já que naquele tempo, bebês nascidos de parto cesáreo não poderiam ser amamentados por suas mães tomarem antibióticos. Nascia ali, diante de todas essas violações de direitos, suas referências na luta pelos direitos iguais relacionados a gênero, pelo direito ao acesso gratuito à saúde pública e pelo anseio de fazer diferença em sua Região. Sua mãe, Joana, é bisneta de indígena da etnia aruã na Ilha do Marajó e foi mãe de mais duas meninas. Todos seus três partos cesarianos. Thaissa, primogênita, também tem em seus dois partos intervenções cesáreas e, suas duas irmãs igualmente operadas para terem seus filhos nos braços.

O formar de outra profissão, a profissão de Doula, enquanto um trabalho do cuidado veio no ano de 2022, quando sua trajetória de desenvolvimento profissional se confunde com seu próprio desenvolvimento pessoal, enquanto mulher de ancestralidade marajoara, mãe de um casal de jovens, Maria Luiza com 26 anos e João Paulo com 20 anos, ambos nascidos de partos com experiências pouco humanizadas.

Em março de 2022, sua filha primogênita de 26 anos recebeu a notícia de sua primeira gravidez e com a notícia veio um pedido: *“Mãe, eu preciso de você no meu parto!”* O pedido ficou em aberto até a primeira consulta com a ginecologista obstetra de parto humanizado. Nesse dia, fui informada sobre a forma de estar no parto, já que o acompanhante legal seria o pai da neta. A forma apresentada seria por meio de um curso de Doula que iria iniciar no mês de junho e finalizaria em outubro, um mês antes da data prevista para o nascimento da neta.

Foi assim, que a mulher amazônica, de ancestralidade marajoara, mãe, se percebeu uma avó militante pelo direito humanizado de nascer. Veio a decisão de se tornar Doula para militar pela democratização do acesso ao direito de todas as pessoas que gestam serem protagonistas do evento de gestar, parir e maternar.

Percebeu então, que a mãe, avó e doula se misturam na ação do trabalho de cuidar,



para além de amar e lutar em dose triplicada: Cuidado, amor e luta por tudo o que foi, o que está e o que há de ser. O ontem, o hoje e o amanhã brotando sem pesar e, apesar de todos os pesares vividos, na certeza de que há vidas sendo gestadas e sendo douladas dentro e fora da barriga. A certeza da existência de novas possibilidades, novas linhas, formas e cores recém conhecidas, reconhecidas, reverenciadas (da ancestralidade à posteridade), apreendidas, praticadas e apresentadas em forma de atuação profissional. Alicerçada em experiências, estudos e pesquisas com comprovação científica para o parto de sua filha, trazendo ao mundo sua neta e finalmente curando todas "as suas" que nasceram, pariram e maternaram antes.

Pela filha e com a filha, ela se formou em Doula. Ao se tornar Doula, se torna avó, se firma e afirma enquanto mulher, mãe e ancestral das suas novas gerações. É fato que precisou ser doulada, por muitas mulheres em seu percurso até ser Doula, membro fundadora da ADOUPA e sentir a segurança afetiva dessa prática de informar, assistir e cuidar de outras mães. Uma atitude iniciada de forma abnegada as gerações futuras, partes suas, enquanto filha e neta, sendo douladas de uma só vez pela mãe, avó e doula.

Essa foi sua experiência no trabalho real de parto que inicia no "parir dos traumas" de um passado vivido e jamais esquecido. Na cura sendo verdade por meio da Arte de Doular que trouxe à tona novos signos, novos propósitos e novos desafios. Um início sem fim em si. Tudo sempre começou por ela, sua filha primogênita, e a sua Doulanda número 1. Assim, segue o ciclo da vida tomando proporções inimagináveis no relicário das melhores escolhas e mudanças, que traz na maternidade e maternagem, o lugar de suas maiores revoluções.

A Doulagem como um ato político no trabalho de educação em saúde e cuidado, ou enquanto ação e prática do valor humano, a se configurar como diretriz nos serviços públicos e privados de saúde, assistência e educação. Uma atitude de acesso às informações, ao cuidado e às prevenções de riscos e agravos da gestação ao puerpério, independente de questões étnoraciais, religiosas, identidade de gênero, culturais e sociais.

Ampliar a Educação Perinatal para além das pessoas gestantes assistidas, talvez tenha sido a principal lição a ser considerada nesses anos de estudo e experiências como doula. O serviço das doulas enquanto educadoras sociais traz mudanças capazes de transformar a ideia da obrigatoriedade hospitalar essencialmente tecnológica e científica,



em uma aproximação cada vez mais natural no retorno do gestar, parir e maternar em espaços mais próximos do aconchego domiciliar. Essa perspectiva tem movido anseios de militância por partos humanizados, ainda que o hospital seja uma escolha ou uma necessidade, é possível fazer desse espaço um lugar que se aproxime em arquitetura, relações interpessoais, respeito à naturalidade do ato de nascer.

Se as formas de nascer, estudos científicos socializados nos meios de aprendizado e informação/comunicação e as escolhas forem dadas, respeitadas e atendidas, teremos o parir e o nascer como desejamos garantidos. A pessoa que gesta não precisa ser amada pela equipe que a assiste ou compõe a assistência ao parto, mas precisa receber em cada decisão, cada ação a ela direcionada o respeito e a dignidade enquanto direto em sua condição humana. Dessa forma, podemos conseguir que cada pessoa seja capaz de ter seu parto de acordo com sua escolha de forma acolhedora e respeitosa. Assim, seremos parte, como Doulas, de um exército potente que tem como objetivo principal o de mudar o mundo e estamos mudando, a começar do nosso. Tal como afirmou Michel Odent, médico francês “*Para mudar o mundo, é preciso primeiro mudar a forma de nascer*”.

PRÁTICAS ANCESTRAIS DE CUIDADOS: UM DIREITO HUMANO DE JUSTIÇA SOCIAL

Para início de conversa, tratar sobre maternidades e práticas de cuidado, gostaríamos de iniciar com esta breve narrativa:

Certa vez, um aluno perguntou a sua Mestra, a antropóloga Margaret Mead, o que ela considerava ser o primeiro sinal de civilização humana em uma cultura? O aluno esperava que a antropóloga falasse em anzóis, panelas de barro, pedras de amolar. Mas não, Mead respondeu-lhe: - um fêmur com 15 mil anos encontrado numa escavação arqueológica. Esse é o primeiro sinal de civilização numa cultura antiga, que evidencia alguém com um fêmur (osso da perna) quebrado e cicatrizado.

Então Mead explicou, que na natureza, qualquer animal que parta uma perna está condenado, pois sendo um predador não consegue caçar, tornando-se uma presa fácil, pois não conseguirá fugir; e que no reino animal se você quebrar a perna corre perigo, e pode morrer, tornando-se carne fresca para os predadores. Nenhum animal sobreviveu a



uma perna quebrada por tempo suficiente para o osso sarar, e Mead continuou: “O fêmur encontrado estava partido, mas tinha cicatrizado. Este é um dos maiores ossos do corpo humano (liga a anca ao joelho) e demora seis semanas para curar. Um fêmur quebrado e cicatrizado é a evidência de que alguém empregou tempo para ficar com aquela pessoa, abrigou-a, alimentou-a e protegeu-a, ao invés de a abandoná-la à sua sorte, tratou a ferida, levou a pessoa com segurança e cuidou dela até se recuperar.

Ao ler esta narrativa, nos deparamos com o real sentido do Cuidar de alguém, pois é durante uma dificuldade e vulnerabilidade que a civilização começa; e através dos estudos desenvolvidos por Margareth Mead, que lutou pelos direitos das mulheres nos anos 50 e 60, podemos afirmar que o que nos distingue enquanto civilização é a empatia, a capacidade de nos preocuparmos com os outros.

E isso nos faz identificar na *doulagem*, e na sua *prática insurgente*, a tecnologia leve ancestral de cuidado, e sua eficaz contribuição para o Sistema Único de Saúde; por isso ser inegável, é que militamos, e estamos em processos intensos para que isso se realize em muitos estados do Brasil, onde as tecnologias de governos e suas políticas públicas nos chamem ao diálogo, nos ouçam e facilitem nossa real atuação. Acreditamos ser na restauração produtiva, que é a resultante de mudanças no modo de produzir o cuidado, geradas a partir de inovações nos sistemas produtivos da saúde, e que faz parte do Programa Saúde da Família, bem como, o campo da Saúde Coletiva, vemos como fortes inspirações na abertura de portas e caminhos, visto que neles congregam-se em torno de si os saberes de diversas áreas, estando portanto, mais abertos a incluir outros campos de saberes da análise institucional, que recentemente vem sendo incorporado ao campo de debate em torno da saúde (L’abbate, 2003). Pois como bem exemplifica Merhy e Franco:

Historicamente a formação do modelo assistencial para a saúde, esteve centrado nas tecnologias duras e leve-duras, visto que, aquele se deu a partir de interesses corporativos, especialmente dos grupos econômicos que atuam na saúde. No plano da organização micropolítica do trabalho em saúde, este modelo produziu uma organização do trabalho com fluxo voltado à consulta médica, onde o saber médico estrutura o trabalho de outros profissionais, ficando a produção do cuidado dependente de tecnologias duras e leve-duras²⁹.

²⁹ MERHY, E.E. & FRANCO, T.B., Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional in Saúde em Debate, Ano XXVII, v.27, N. 65, Rio de Janeiro, Set/Dez de 2003. CADERNOS PET, V. 16, N. 31



Nos apegamos portanto, as reflexões sobre as possíveis contribuições que a *Doulagem como prática insurgente* pode dialogar para evidenciar a validação dos Direitos humanos, pois viver e maternar é um ato político e que como diz Paulo Freire “este é um dos direitos centrais do chamado bicho gente, é o direito de repousar, pensar, se perguntar, caminhar, o direito da solidão, o direito da comunhão, o direito de estar com, o direito de estar contra; o direito de brigar, falar, ler, escrever, o direito de sonhar, o direito de amar”³⁰.

Neste lugar de olhar para esta ferida aberta, a qual parece que sempre estamos órfãos de pai e mãe, nos incentiva a ação de esperar para alcançar nosso objetivo maior, *Doulas para todas, Doulas no SUS, e Doula a quem doar!* pois já estivemos mais longe, e hoje com o atual cenário político mais favorável a nós, mulheres, mães, pessoas com útero, e toda sociedade que de alguma forma é atravessado pela dinâmica da maternidade, precisam acreditar que algo acontecerá, e para melhor, assim esperamos, e almejamos alcançar, seja através de nossas idas e vindas, batidas nas portas, nas mesas, nos corres, não podemos nos fazer de rogadas quando o assunto é políticas e para práticas de cuidado efetivas. Pois como explica Merhy (2003), são através delas, da circulação destas práticas de cuidados, que serão possíveis o ajuste das relações de poder que constituem parte considerável da experiência individual e dos contatos com a “malha institucional”, e que marcam e demarcam a vida cotidiana.

No âmbito da reforma sanitária brasileira por exemplo, nos primórdios da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), nas décadas de 70 e 80, o modelo assistencial, entendido como a forma de organização da assistência, organizou-se para a distribuição dos serviços de saúde, de forma estruturada e hierarquizada, organizando uma intervenção sobre o território. Neste cenário, o debate se organizava muito em torno da oferta e demanda por serviços, com um processo de trabalho que operava centrado no conhecimento da vigilância à saúde, instrumentalizada pela epidemiologia, e com pouca intervenção sobre as práticas desenvolvidas no campo da clínica³¹.

³⁰ FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³¹ MERHY, E.E. & FRANCO, T.B., Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional in Saúde em Debate, Ano XXVII, v.27, N. 65, Rio de Janeiro, Set/Dez de 2003.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando os devidos encaminhamentos finais, nos perguntamos: como poderemos avançar? Quais os pilares de conduta daqui pra frente? Nós ousamos até responder, pois, essa é nossa causa, portanto, resistir e expandir a discussão para a validação que fará com que o diálogo se faça eficaz.

Humanizar o humano, parece redundante, mas essa talvez seja a palavra de ordem hoje, pois nunca se faz tão urgente nossa militância, para nós profissionais Doulas que ainda no Brasil está classificada como uma Ocupação, nossas práticas de cuidado estão atreladas às tecnologias leves de cuidado de forma direta e acentuada. Pois ao tratarmos sobre parto e nascimento nós estaremos imbricadas as instituições, e estas por sua vez sendo hora favoráveis a nossa atuação, horas (e na maioria delas) um entrave para realizarmos nosso trabalho, e assim, formando aquilo que chamou o filósofo Michel Foucault (2008) de uma “arte de governar”, no sentido de sua raiz etimológica de “técnicas de governo”, por não se atualizarem, atrapalham o desenvolvimento positivo sobre Direitos Humanos e Justiça Reprodutiva, em cainhos férteis para Justiça Social e equidade racial e de gênero. Isso não significa que tudo vá acontecer exatamente como prevemos e desejamos, já que a interface entre as agências das tecnologias e dos sujeitos governados é conflitiva e ao mesmo tempo relacional, ou seja, construída de forma conjunta e articulada em meio a negociações e disputas sobre os objetivos e as maneiras de se governar.

Com estas proposições, estaremos rompendo com princípios opressores de nossos *corpos*, numa desconstrução e transgressão de um sistema que ainda não conseguiu compreender por completo os desdobramentos da maternidade, bem como, de como a *doulagem* atua, seus aspectos metodológicos sistematizados, capazes de ativar os saberes que já estão no corpo, pautados numa educação pela lembrança e pela memória que é ancestral, portanto maternal. Pois, ao longos destes anos fomos observando estas dinâmicas na busca por comprovar que são essas práticas em essência realizadas pelas Doulas, e sua aplicabilidade, o incentivo a uma sociedade que sonha em ser livre, mais que também luta e realiza, pois desempenhar maternidades imbuídas de práticas de cuidados dignas, pautadas e subsidiadas pelas esferas de governo não é algo muitas vezes palpável, contudo, seguimos numa crescente corrente de gestar/parir/nascer/cuidar e viver em plenitude, na garantia de



autonomia e direitos humanos inegociáveis.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. **Identidade masculina**. Porto: Ed. Asa. 1992.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno**. Ed. Nova Fronteira. S/A. 1985.
- BOFF, L. **Saber cuidar. Ética do humano-compaião pela terra**. 10ª Edição. Ed. VOZES. 2004.
- CORREIA, M. J., & Leal, I. (1989). Primiparidade tardia: Estudo exploratório. **Revista Arquivos da Maternidade Dr. Alfredo da Costa**. 1, 52-55.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de Passagem**. Editora Vozes. 2013.
- JERUSALINSKY, J. **A criação da criança- Brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê**. Salvador, BA: Ágalma. 2011.
- KITZINGER, S. (1978). Mães. **Um estudo antropológico da maternidade**. Lisboa: Ed. Presença.
- LEAL, I. (1990). Nota de abertura. Gravidez e Maternidade. **Análise Psicológica**, 8 (4), 365-366.
- MERHY, E.E. & FRANCO, T.B., Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional in **Saúde em Debate**, Ano XXVII, v.27, N. 65, Rio de Janeiro, Set/Dez de 2003.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaHistoricoOcupacoes.jsf>. Acesso em: janeiro de 2024.
- MINISTÉRIO DAS MULHERES. Edital de Chamamento Público nº 02/2023. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/editais-1/edital-ndeg-1-2023-selecao-de-organizacoes-da-sociedade-civil-para-execucao-de-projetos-de-formacao-com-mulheres-em-autonomia-economica-e-cuidado/edital-de-chamamento-publico-ndeg-22023-formacao-com-mulheres-autonomia-economica-e-cuidado.pdf>
- MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de & ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 24, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>. Acesso: 25 jun de 2019.
- RIBEIRO, D. **O que é: Lugar de Fala?**. Belo Horizonte (MG); Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Ronilda. **Mãe Negra- o significado iorubá da maternidade**. Tese de Doutorado. São Paulo, 1995.
- ROLNIK, Suely. **Esferras da Inssureição: Notas para uma vida não cafetinada**. N-1 Edições. Junho-2018.
- SCOPEL, Raquel Paiva Dias. **A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós- parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku**. Editora Fio Cruz. 2018.
- SILVA, Marluce Cristina Araújo Silva. **Doular a voz que conta: uma fenomenologia da voz como performance**. Dissertação de Mestrado. PPGARTES/UFPA. 2022. https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/14215/1/Dissertacao_DoularVozConta.pdf.
- SOUZA, Luana Fontel. **Maternidade e Universidade: Trajetórias Discursivas na**



Graduação. Livro Mães Cientistas Perspectivas e Desafios na Academia. São Paulo. FFLCH/USP PROLAM/USP, 2023.



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6232>

“A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: MULHERES NEGRAS ENTRE RISCO E RESILIÊNCIA

“we agreed not to die”: black women between risk and resilience

Luciana da Silva Ramos¹

RESUMO

O presente texto é oriundo da disciplina “Antropologia do Risco e da Resiliência” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrada pelo professor Caetano Sordi entre março e julho de 2024. No texto tento refletir sobre conceitos e perspectivas sobre risco e resiliência discutidas ao longo da disciplina, no qual vislumbro a possibilidade diálogo com meu projeto de pesquisa que busca debruça-se no protagonismo da negritude feminina em Batalha no estado do Piauí, focalizando em estratégias para promover o sustento de seus grupos domésticos, e na luta pelo reconhecimento de seus territórios. O objetivo do presente texto é propor pensar em como mulheres negras evocam a resiliência diante dos riscos produzindo suas estratégias de resistência. Em sua escrita marcante, Conceição Evaristo traduz em *Olhos d’água* realidades e sentimentos que retratam a vida dura de pessoas negras, principalmente de mulheres que sofrem com a pobreza, com a violência em diversas instâncias e com o racismo. O conto *A gente combinamos de não morrer* que integra o livro *Olhos d’água* nos lembra das lutas, sonhos, medos de pessoas que não se entregam ao desespero e combinam de não morrer.

Palavras-chave: Mulheres negras, resiliência, protagonismo.

ABSTRACT

This text originates from the course “Anthropology of Risk and Resilience” offered by the Postgraduate Program in Social Anthropology at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), taught by Professor Caetano Sordi between March and July 2024. In this text, I attempt to reflect on concepts and perspectives on risk and resilience discussed throughout the course, in which I envision the possibility of dialogue with my research project that seeks to focus on the protagonism of Black women in Batalha, in the state of Piauí, focusing on strategies to promote the sustenance of their domestic groups, and on the struggle for the recognition of their territories. The objective of this text is to propose thinking about how Black women evoke resilience in the face of risks, producing their resistance strategies. In her striking writing, Conceição Evaristo translates in “*Olhos d’água*” realities and feelings that portray the harsh life of Black people, especially women who suffer from poverty, violence in various instances, and racism. The short story “We Agreed Not to Die,” which is part of the book “*Eyes of Water*,” reminds us of the struggles, dreams, and fears of people who refuse to give in to despair and agree not to die.

Keywords: Black women, resilience, protagonism.

¹ UFSC. E-mail: lucyramos299@outlook.com



Nós somos o começo, o meio e o começo. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia.
Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho apresento algumas reflexões sobre conceitos e perspectivas de risco e resiliência traçando um olhar sobre o protagonismo das mulheres negras com foco na manutenção e bem-estar de seus grupos domésticos. Meu projeto de pesquisa é resultante das vivências ao longo de minha trajetória acadêmica enquanto mulher negra nordestina com ancestralidade negra rural. Neusa Santos Sousa argumenta que descobrir-se negro é vivenciar a experiência de ter sua identidade dilacerada por inúmeras violências, mas também é comprometer-se com o resgate da memória (SOUSA, 1983).

No final do século XIX e início do século XX, uma das maiores secas já registradas assola o sertão do Ceará, os longos períodos de estiagem no interior cearense causou uma enorme busca por auxílio na capital Fortaleza. A presença de “indesejados” avançando para a capital afetaria o cotidiano dos habitantes “distintos” da cidade de Fortaleza. Jornais como *O Cearense* traziam manchetes que exigiam uma atitude capaz de manter a ordem e de afastar os retirantes das principais áreas de contato com a população “distinta”, a cruel solução foi a criação de campos de concentração no Ceará os sertanejos eram atraídos pela promessa de assistência do estado, e outros se viam forçados a seguirem em peregrinação muitas vezes a pé em busca de assistência em outros estados do país (TRAVASSOS, 2011).

Essas peregrinações de acordo com fontes orais ocorriam a pé debaixo de sol escaldante e eram extremamente exaustivas e desumanas. A fome era tão devastadora que na travessia a pé de um estado para outro comiam o que viam pela frente desde xique-xique - planta cactácea, comum no sertão nordestino -, animal morto, a loucura da fome era tão grande que houve até relatos de antropofagia. Segundo as fontes orais a miséria e o sofrimento eram enormes.

As estradas cheias de gente de toda parte, de todos os estados passando de um estado para o outro, eu lá no meu sítio e as estradas cheias de gente. No alpendre da minha casa se arranchava centenas de pessoas, toda noite passando a pé pra outros estados para o Piauí para o Maranhão (Dona Diva Cavalcante, entrevista ao Nas Pegadas da Hitória, 2020).



Minha avó Raimunda conta que, minha bisavó (mãe velha) saiu com sua família de Crateús no interior do Ceará para o Piauí a pé fugindo dos efeitos da seca de 1915 “saíram de Crateús - CE, porque não tinham o que comer. Andavam a pé nas matas, faziam fogo de caeira, viajaram cerca de oito dias comendo xique-xique e mandacaru” (Raimunda). A migração do sertanejo para Fortaleza tirava o “belo” da cidade que aspirava modernidade. Depois de um longo dia de trabalho Rosa Parks² ao se recusar a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco tornou-se um símbolo na luta contra políticas segregacionistas dos Estados Unidos, o ‘não’ de Parks originou o movimento por direitos civis, para a antropóloga Veena Das (1997) os eventos críticos revelam a instabilidade da “hegemonia”.

Durante minhas vivências acadêmicas no campo iniciada na graduação, sempre me chamou atenção como mulheres quilombolas se movem em suas lutas e exercem um conjunto enorme de atividades, tanto no âmbito doméstico, produtivo ou comunitário. Para Gutterres (2020) a resiliência tem sido evocada especialmente por mulheres ao pensar as diferentes formas de se mover na “luta”, buscado compreender as dinâmicas de narrativas de ameaças que acionavam a persistência, superação, teimosia e sofrimento.

Em sua escrita analítica Gutterres (2020) pensa a noção de resiliência como dimensão de formas de resistir em contextos de ameaça. Para a autora ao encontrar resiliência os sujeitos acionam estratégias de resistência. Dessa forma, a resiliência é entendida como a capacidade de aprender com os choques, superar e seguir a vida. Em relação a comunidades quilombolas a não titulação da terra cria obstáculos para as comunidades acessarem, por exemplo, programas de crédito agrícola, o que favorece a dependência agrícola ao pagamento de renda para proprietários de outras terras. A não titulação também gera o risco de conflitos pela posse da terra, a mulher negra ainda é a principal vítima de várias formas de violência, e muitas são invisibilizadas e silenciadas em seu mover nas lutas em busca de justiça social.

APRENDENDO COM A ADAPTABILIDADE

A adaptabilidade diante de obstáculos é uma das características atribuídas às pessoas resilientes. No século XIX, dentro da física, a resiliência é entendida como a

²Ativista negra norte-americana, símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.



capacidade de um material voltar ao seu estado inicial após um impacto, e está associada à elasticidade e flexibilidade. Na segunda metade do século XX, o conceito foi utilizado pela Psicologia como capacidade de recuperação/adaptação/reorganização após sujeitos sofrerem com situações traumáticas (WALKER; COOPER, 2011). Nesse sentido, a resiliência é concebida como um conceito viajante que transita pela física, biologia, psicologia, engenharia. Absorver impactos, violências, controlar a situação são algumas das diversas características atribuídas a resiliência. Conseguir persistir mesmo com grandes oscilações, ao encontrar resiliência automaticamente acionamos estratégias de resistência.

Nessa direção, Gutterres (2020) durante sua pesquisa de doutorado observa os processos de configuração, de formas de resistir em comunidades periféricas diante da remoção e ameaça de remoção de moradias. A autora propõe que, a situação precária de determinadas populações pensa a resiliência como lugar de resistência. Muitas vezes essas remoções chegam até os moradores mascaradas como proposta de “revitalização” do espaço. Muitas das propostas de desenvolvimento presente em megaprojetos de desenvolvimento não são elaboradas junto com as comunidades tradicionais ou periféricas. As propostas são muitas vezes impostas de fora para dentro, e nem sempre são bem recebidas pelas comunidades.

Na cidade de Teresina no Piauí o megaprojeto urbanístico Lagoas do Norte provocou mudanças socioespaciais, e transtornos à população de vários bairros menos favorecidos. O projeto não considerava as memórias e os afetos da população atingida, como relata a líder comunitária Maria Lúcia em entrevista para o site Ponte Jornalismo “temos nossos afetos e memórias aqui e querem nos tirar de forma perversa e cruel”. Diante da ameaça e do risco da perda de sua moradia a mulher negra e ribeirinha do ‘Boa Esperança’ Maria Lúcia surgiu na mídia local como um dos grandes nomes do movimento contra as ações do projeto Lagoas do Norte.

Ali é muito mais do que uma casa. A Boa Esperança é o lar de 3.800 famílias que ergueram suas casas com as próprias mãos, inclusive na confecção dos tijolos, já que a região foi um importante polo de olaria na década de 80. Lar porque ali elas criaram não só suas famílias como também suas raízes. Tudo isso bem perto do meio ambiente e do Rio Parnaíba, que divide o Piauí do Maranhão. Esse rio é o quintal da casa de muitos moradores, que também retiram dele o seu sustento e o seu alimento por meio da pesca e das plantações ao entorno das águas (Maria Lúcia, liderança comunitária em entrevista a Ponte Jornalismo, 2019).



Muitas propostas de desenvolvimento têm oprimido às comunidades. Uma das formas de resistir contra as ações do projeto urbanístico foi a luta protagonizada por Maria Lúcia com apoio de outros moradores dos demais bairros atingidos, e a resiliência. Além de grandes riscos ao meio ambiente o projeto também colocava em risco o apagamento das identidades constituídas na dinâmica daquele espaço de resistência. Tal como vem propondo Wallace (2020) em suas duras críticas ao capitalismo predatório e exploração ambiental o autor afirma, o que há muito tempo os povos tradicionais (quilombolas, indígenas entre outros) e ambientalistas nos alertam sobre as consequências da devastação do meio ambiente.

As crescentes forças produtivas no processo de modernização, são desencadeados riscos e potências de confiança em uma mediada até então desconhecida (BECK, 1986). O sociólogo britânico Giddens (1990) aponta que a sociedade vive uma relação de dualidade entre confiança e risco, e isso ocorreria por razão da grande complexidade das relações modernas. Vivemos em uma sociedade que precisamos confiar e ao mesmo tempo estamos em risco.

Projetos urbanísticos muitas vezes são elaborados por profissionais estrangeiros que não conhecem a realidade do Brasil, a nossa sociedade é dependente do sistema de perito como defende Giddens (1990). As propostas ou esses projetos na maioria das situações não são construídas com a contribuição da comunidade, o projeto chega com ordem de execução e quem sofre com essas ações são as comunidades. Para Lélia Gonzalez (2021) uma consciência que não incorporou as lutas, o protagonismo e resistências de povos africanos e indígenas escravizados e dizimados pelo colonialismo não permite o acesso à potência desses corpos, a autora nos ensina que a memória revela o que a consciência oculta.

As mulheres das comunidades quilombolas de Batalha, no Piauí estão envolvidas diretamente no sustento de seus grupos familiares e nas articulações da associação comunitária. Elas complementam a renda de seus grupos domésticos com vendas de cosméticos (perfumaria), produção de bolos confeitados (para comemoração de aniversários por exemplo), salgados para vender, criação e venda de animais e ajudando os maridos na roça. Conforme Maria dos Santos da comunidade Carnaúba Amarela destaca “vendo várias coisas, criação de animal (bode, galinha, porco)”. Luana Génot um dos principais nomes da atualidade no meio corporativo destacou em entrevista à Gauchazh que:



“a mulher negra é resiliente não porque ela quer, mas porque a vida a forjou para ser dessa forma”.

Conforme a explicação de Gutterres (2020), a capacidade de resiliência não é apenas tornar-se persistente a desordem, e sim sobre as oportunidades que a desordem pode proporcionar em termos de recombinação de “estruturas e processos”, para a autora é a renovação do sistema, e de novas trajetórias. Nessa perspectiva, são “processos adaptativos que se relacionam com a capacidade de tolerar e lidar com a mudança, e que emergem da auto-organização do sistema”.

Nos países originados pelo processo colonial, a população negra foi massacrada durante séculos. O julho das pretas é uma ação política que acontece no país sempre no mês de julho em virtude da celebração do dia 25 de julho dia da Mulher Afro-Latina Americana e Caribenha criado em 1992. No Brasil as mulheres negras experimentam experiências preconceitos e múltiplas discriminações. Nas populações negras a figura da mulher é constantemente centralizada e associada a esse lugar de resiliência ao se movimentar em suas lutas seja pelo sustento familiar ou em sua articulação na luta pela terra. Nas comunidades quilombolas as mulheres estão na ponta da lança ajudando os maridos a prover o sustento de seus grupos familiares e na articulação da luta pela terra, muitas vezes essas mulheres não são lembradas. O quilombo inclui todas as estratégias de resistência, os processos indenitários são longos e existe uma grande dificuldade para que os povos tenham acesso aos seus títulos da terra.

Na comunidade Carnaúba Amarela os moradores mais antigos em grande maioria mulheres têm gravado na memória que, no passado havia maus tratos, e ampla jornada de trabalho não remunerado os mais velhos ouviram os relatos dos seus pais e avós “meu pai falava que meus avós foram escravos. Aí eles (avós) falavam que eles trabalhavam e, ganhavam só um prato de comida, às vezes, era trocada a carne por um dia de serviço que eles trabalhavam. Mas só que eles não falavam esse negócio de quilombo, não” (Maria dos Santos comunidade Carnaúba Amarela em 2022).

No passado, segundo Maria dos Santos, antes de ser reconhecida como remanescente de quilombo, Carnaúba Amarela era uma comunidade escondida “a comunidade era escondida, não tinha acesso de nada. aí depois que a gente foi reconhecido como quilombola, que melhorou. E aí, antes de ser conhecido como quilombola, a gente era



chamada de Família dos Anjos”. A comunidade ainda não possui titulação de posse da terra.

Maria dos Santos afirma que, inicialmente a terra pertencia a seu bisavô, conhecido por Anjo Preto do Exu. Quando seu bisavô faleceu a terra passou a ser de seu avô, Antônio dos Anjos, que era o pai de seu pai, e avô da maioria dos moradores da comunidade: “ele não comprou aqui, eles chegaram aqui, [...] não tem documento, aí é nós que somos o dono.

Atualmente em Carnaúba Amarela residem cerca de 30 famílias, cujo sustento como a grande parte das comunidades quilombolas do estado, origina-se da agricultura de subsistência (roças de arroz, feijão, milho, mandioca) e na criação de animais de pequeno porte (galinhas, porcos, bodes, vacas) como fonte primordial de subsistência. Em Batalha é muito forte a caprinocultura, o bode é a principal fonte econômica do município de Batalha.

Maria destaca que na comunidade a terra é coletiva e formada por uma mesma família composta por: tias, sobrinhas, primos. Por conta da pouca extensão de terra para plantar Maria dos Santos e outros moradores precisam se deslocar para fazer roça em outras localidades “muitas das vezes aqui o terreno é pequeno, aí não dá de fazer roça todos os anos. Aí a gente sai daqui e vai fazer roça em outro lugar. Em outro lugar que fica perto”. Conforme ela descreve essas roças possuem um intervalo de tempo,

aqui se faz roça um ano, passa dois anos, aí que torna fazer de novo. Aí a gente vai fazer roça fora. Aí a gente tem que pagar renda também. Quando faz roça assim fora, no outro lugar vizinho, aí tem que pagar renda. A gente paga renda pro dono da terra, que a gente faz a roça” “A renda que a gente fala, a gente faz roça fora, aí se eu (Maria) apanhar quatro caiga (carga) de arroz, aí eu dou uma pro dono da terra, e se eu apanhar quatro caiga de milho, eu dou uma pro dono da terra também (Maria dos Santos, comunidade Carnaúba Amarela em 2022).



Imagem: Maria dos Santos em roça de arroz arrendada, 2024.

A não titulação da terra cria barreiras para as comunidades acessarem programas de crédito agrícola, favorecendo a dependência agrícola ao pagamento de renda para proprietários de outras terras. No município de Batalha as comunidades quilombolas Carnaúba Amarela e Lagoa da Serra possuem pouca extensão de terras para o plantio de roça. Para Gutierrez (2020, p.102) seguindo na trilha de Foucault, resiliência pode ser compreendida como uma capacidade de suportar altas pressões passivamente e supostamente sem reagir, acomodar-se. Populações com poucos recursos conseguem ativar sua criatividade e sobrevivem a pesar da precariedade da vida, persistindo enquanto comunidade. Hoje vivemos em um mundo cheio de contingências, desastres que colocam a resiliência em evidência. O texto *A gente combinamos de não morrer* de Conceição Evaristo (2016) apresenta o cotidiano de pessoas negras marcado pela violência, as mulheres negras representam uma simbologia importante para a compreensão de comportamentos resilientes diante das adversidades.

Nessa direção, a história da comunidade quilombola Lago da Serra começou, segundo Maria José, secretária da Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Rurais Lagoa da Serra, com seu sogro já falecido. De acordo com memória de Maria José, os antepassados de seu sogro foram pessoas em situação de escravidão. Ela conta que a história começou com os pais de seu sogro. Maria José recorda

que antes do reconhecimento na comunidade não existia serviços básicos como água encanada e energia elétrica.

O vínculo dos povos negros e indígenas americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu a perseguições devido principalmente à luta das mulheres, que proporcionam uma “fonte de resistência anticolonial” e anticapitalista durante mais de quinhentos anos” (FEDERICI, 2017, p. 382). Em nossas conversas, Maria José me contava que na associação da comunidade, as mulheres são maioria, com aproximadamente 36 mulheres que se dividem em atividades que são necessárias. Além dos afazeres domésticos e das articulações na associação, as mulheres de Lagoa da Serra também são atuantes na agricultura de subsistência.



Comemoração dia das mães, na Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola Lagoa da Serra - PI, 2024. Acervo pessoal.

Maria José também recordava que antes do processo de reconhecimento era como se tivessem as ferramentas sem saber usar por falta de conhecimento. O despertar foi quando uma pessoa da família com mais esclarecimento de informações fez uma reunião com a comunidade. Assim como em Carnaúba Amarela, na Lagoa da Serra quase todos os moradores são parentes, nora, filho, neto. Após a reunião de fundação da associação foram feitos projetos para construir um poço tubular, para gerar energia.

No início, a associação não possuía sede própria. Seus membros se reuniam em



um colégio que havia na comunidade. Mais tarde, a associação passou a se reunir na casa da sua então presidenta, Francisca Laurisse. No final do ano de 2023 a comunidade conseguiu construir uma sede própria da associação que, todavia, ainda não está totalmente concluída. Além das reuniões da associação, que ocorrem uma vez no mês, a comunidade na sua inacabada sede também realiza as comemorações do dia das mães e dos pais.

Maria José conta que, na associação não tem outra atividade específica além destas, mas que querem se organizar a respeito disso, pensar no que se poderia estar fazendo para despertar mais mulheres da comunidade a participarem da associação. O termo interseccionalidade criado por Kimberle Williams Crenshaw tenta explicar a multiplicidade de nuances que atravessam a vida de mulheres, como raça, classe social, orientação sexual todas essas questões podem apresentar experiências singulares em suas lutas (HUDSON-WEEMS, 2018).

Conforme aborda Gutterrez (2020) no artigo *Everyday resilience: Narratives of single refugee women with children*, Caroline Lenette, Mark Brough e Leonie Cox (2012, p. 650) apontam que, ser resiliente é muitas vezes relacionado à ‘superação’ - da pobreza, pouca instrução escolar, traumas, barreiras linguísticas. As pesquisas das autoras abordadas por Gutterrez (2020) também mostram a forte presença das mulheres em processos de resiliência. Mulheres negras experienciam cotidianamente situações desafiadoras que, fazem parte de suas lutas diárias revelando distintas dimensões e complexidades de suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a figura da mulher negra é fortemente centralizada a um imaginário de força e resiliência ao se movimentar em suas lutas diárias. Muitas comunidades tradicionais e periferias nos centros urbanos possuem sua organização social regida pela figura matriarcal, em algumas comunidades quilombolas a figura da mulher exerce poder econômico e político em suas comunidades. Nas configurações sociais as mulheres estão na ponta da lança ajudando seus companheiros a prover o sustento de seus grupos domésticos e na articulação da luta pela terra. Muitas vezes esse protagonismo não é lembrado.

Historicamente, o protagonismo feminino foi invisibilizado, especialmente o das



mulheres negras. No entanto, sabemos que as lutas destas mulheres, especialmente aquelas entre as comunidades quilombolas, foram conduzidas com a forte e intensa participação as mulheres. Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Carolina Maria de Jesus, e tantas outras mulheres, foram fundamentais para a as várias lutas que continuam nos dias atuais.

No século XIX, em Salvador na Bahia se registrou uma forte mobilização de luta, resistência e afirmação de identidade cultural, protagonizada por escravizados e libertos, e que teve entre as suas lideranças a guerreira Luiza Mahin. É impossível falar da Revolta do Malês sem lembrar de uma das suas principais protagonistas a quitandeira e guerreira africana Luiza Mahin protagonista da Revolta dos Malês na Bahia. Tão importante quanto Zumbi na luta pela libertação de Palmares, Dandara lutou ativamente junto ao seu companheiro. Apesar da sua importante contribuição e protagonismo nessa luta, Dandara não teve o mesmo reconhecimento que Zumbi.

Por isso é importante ouvir mulheres contando suas histórias para dar voz às experiências únicas. As mulheres sofrem com a violência, pobreza e ao racismo entre outras violências. Descolonizar nossas mentes e retomar nossa história contada pelo olhar de nossos ancestrais é um gesto de resistência ao modo como a cultura dominante pensa a história, a identidade e a comunidade (HOOKS, 2019, p.273). Para Bell Hooks fazer do lar uma comunidade de resistência tem sido compartilhada em especial por mulheres negras.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. Companhia das Letras. São Paulo: 1986.
- DAS Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Editora da Unifesp. São Paulo, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação**. São Paulo: Elefante, 2017.
- GAUCHAZH. **A mulher negra é resiliente não porque ela quer, mas porque a vida a forjou para ser dessa forma**. Entrevista, 2022.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Zahar, 2021.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos. **As diferentes formas de resistir em um contexto de ameaça de remoção de moradias**. Ayé, 2(1): 100-121, 2020.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Elefante Editora, 2019.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo Africana: uma visão geral**. Disponível: <https://insurreicaocgpp.blogspot.com/2018/06/mulherismo-africana-uma-visao-geral.html>.



NAS PEGADAS DA HISTÓRIA. **Os campos de concentração do Ceará.** Youtube: Vídeo (13min27s). 22 de julho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXpr_L5BLYc.

PONTE JORNALISMO. **Boa Esperança, a comunidade ribeirinha em Teresina (PI) que, há 10 anos, luta para continuar existindo.** Disponível em: <https://ponte.org/boa-esperanca-a-comunidade-ribeirinha-em-teresina-pi-que-ha-10-anos-luta-para-continuar-existindo/>, 2019.

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. **Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza - Ceará, 2011.** Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.717-730.pdf>.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.** (Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva). Ed. Elefante. São Paulo, 2020.

WALKER, Jeremy; COOPER, Melinda. **Genealogies of resilience: From systems ecology to the political economy of crisis adaptation.** *Security Dialogue*, 42(2) 143-160, 2011.